



INSTITUTO FEDERAL DO ACRE - CAMPUS RIO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA - ProfEPT

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA FORMAÇÃO CIDADÃ:
A política no horizonte das estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado do Curso de
Informática para Internet do IFAC

Rio Branco
2025

AIEZA DOS SANTOS BANDEIRA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA FORMAÇÃO CIDADÃ:
A política no horizonte das estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado do Curso de
Informática para Internet do IFAC

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, do Instituto Federal do Acre, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Doutora Edilene da Silva Ferreira

Rio Branco
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

B214e Bandeira, Aieza dos Santos.

Educação profissional e tecnológica para formação cidadã: a política no horizonte das estudantes do ensino médio técnico integrado do curso de informática para internet do Ifac. / Aieza dos Santos Bandeira. – Rio Branco, 2025.

397 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Acre, 2025.

Orientação Profa. Dra. Edilene da Silva Ferreira.

1. Educação profissional. 2. Cidadania. 3. Atuação feminina. 4. Protagonismo estudantil. 5. I. Título. II. Ferreira, Edilene da Silva.

CDD 370.113

AIEZA DOS SANTOS BANDEIRA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA FORMAÇÃO
CIDADÃ:**

A política no horizonte das estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado do
Curso de Informática para Internet do IFAC

Dissertação apresentada ao Mestrado
Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Acre,
Campus Rio Branco, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre(a) em
Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Aprovado em: 20/06/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



EDILENE DA SILVA FERREIRA
Data: 29/07/2025 15:40:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Edilene da Silva Ferreira
Presidente da banca
Doutora em Estudos Linguísticos
Instituto Federal do Acre (Ifac)

Documento assinado digitalmente



ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURÃO
Data: 29/07/2025 15:10:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão
Doutora em Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Documento assinado digitalmente



RICARDO DOS SANTOS PEREIRA
Data: 21/07/2025 16:47:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Doutor em Ciências
Colégio Militar de Brasília (CMB)

Documento assinado digitalmente



RENATA GOMES DE ABREU FREITAS
Data: 23/07/2025 14:21:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas
Doutora em Ciências
Instituto Federal do Acre (Ifac)

AIEZA DOS SANTOS BANDEIRA

CICLO DE OFICINAS EDUCAÇÃO CIDADÃ:
Política com elas e para elas

Produto educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre(a) em Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Validado em: 20/06/2025

BANCA VALIDADORA

Documento assinado digitalmente



EDILENE DA SILVA FERREIRA

Data: 29/07/2025 15:40:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Edilene da Silva Ferreira
Presidente da banca
Doutora em Estudos Linguísticos
Instituto Federal do Acre (Ifac)

Documento assinado digitalmente



ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURÃO

Data: 29/07/2025 15:19:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão
Doutora em Educação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Documento assinado digitalmente



RICARDO DOS SANTOS PEREIRA

Data: 21/07/2025 16:47:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Doutor em Ciências
Colégio Militar de Brasília (CMB)

Documento assinado digitalmente



RENATA GOMES DE ABREU FREITAS

Data: 23/07/2025 14:21:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas
Doutora em Ciências
Instituto Federal do Acre (Ifac)

Enquanto não houver uma perfeita igualdade econômica na sociedade e enquanto os costumes autorizarem a mulher, como esposa ou amante, a aproveitar-se dos privilégios de certos homens, o sonho de um êxito passivo continuará e ela freará suas próprias realizações.

(O Segundo Sexo, Simone de Beauvoir, vol. II, 2016, p. 121)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao IFAC pelo apoio institucional, à Coordenação e ao corpo docente. Destaco o Professor Ricardo Pereira, decisivo para minha participação no processo. À minha orientadora, Dra. Edilene Ferreira, pela generosidade e incentivo. Além de conselhos e dedicação, ensinou-me a perseverar mesmo nas incertezas.

Aos(as) amigos(as) e colegas, que celebraram cada conquista. E ao meu cunhado Anderson, pelo apoio jurídico essencial nessa jornada. Aos meus pais (*in memoriam*) e meus irmãos, cujo amor permanecem comigo.

Ao meu filho lá do céu (*in memoriam*), que habita minha saudade. Ao meu filho Pedro minha maior fonte de alegria e inspiração, que jamais esqueça que valores como dignidade e respeito não se negociam. Ao meu esposo pelo amor e parceria em cada etapa desta caminhada.

Por fim, agradeço a Deus, cuja presença nunca me faltou.

RESUMO

A presente dissertação da Linha de pesquisa 1 (Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica), no Macroprojeto 1 (Propostas metodológicas e recursos), investigou de que maneira a Educação Profissional e Tecnológica ofertada pelo Instituto Federal do Acre (IFAC) contribui para a formação cidadã das alunas do 3º ano do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática para Internet, *Campus* Rio Branco, no estímulo ao exercício da cidadania política e à atuação consciente na esfera pública. Fundamentada no materialismo histórico-dialético marxista e articulando os conceitos de omnilateralidade e de politecnia, a pesquisa visa preencher uma lacuna identificada no estado da arte: a ausência, nos últimos cinco anos, de estudos que abordem simultaneamente essas três dimensões, visto que as pesquisas existentes tratam apenas de pares temáticos (EPT e gênero ou gênero e política). Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa que combinou pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Foram realizados círculos dialógicos e aplicados questionários com quinze discentes. A análise dos dados integrou o referencial marxista com a Análise do Discurso de linha francesa (vertente pècheutiana), permitindo examinar tanto as condições materiais quanto os processos discursivos que constituem a formação política das estudantes no contexto do capitalismo periférico. Os resultados revelaram três eixos principais: (1) a família mantém-se como principal espaço de socialização política, embora o IFAC configure-se como ambiente propício ao desenvolvimento do pensamento crítico; (2) a instituição reproduz, em sua estrutura interna, hierarquias que limitam a prática democrática; e (3) as discentes, embora reconheçam a sub-representação feminina na política e os mecanismos patriarcais de exclusão, não necessariamente se percebem como agentes de transformação dessa realidade. A análise evidenciou ainda a contradição entre o potencial emancipatório da EPT e sua função no modo de produção capitalista, manifesta na carência de espaços institucionais para debate político, restritos principalmente às aulas de Sociologia. Como contribuição prática, o estudo propõe a elaboração de materiais didáticos e estratégias pedagógicas que integrem organicamente a discussão política na formação técnica, superando a fragmentação curricular. Os resultados indicam a necessidade de ressignificar a política dentro do espaço estudantil para uma formação emancipadora, auxiliando na construção de cidadãs conscientes de seu papel na transformação das estruturas sociais desiguais.

Palavras-Chave: Cidadania; Educação Profissional e Tecnológica; Política; Participação Feminina; Protagonismo Estudantil.

ABSTRACT

This dissertation, part of Research Line 1 (Educational Practices in Vocational and Technological Education) within Macroproject 1 (Methodological Proposals and Resources), investigated how the Vocational and Technological Education offered by the Federal Institute of Acre (IFAC) contributes to the civic formation of female students in the third year of the Integrated High School with the Technical Course in Internet Informatics, at the Rio Branco Campus, by encouraging political citizenship and conscious participation in the public sphere. Grounded in Marxist historical-dialectical materialism and articulating the concepts of omnilaterality and polytechnics, the research aims to address a gap identified in the state of the art: the absence, over the last five years, of studies that simultaneously address these three dimensions, as existing research only discusses thematic pairs (VTE and gender, or gender and politics). Methodologically, a qualitative approach was adopted, combining bibliographic research, document analysis, and fieldwork. Dialogic circles were conducted, and questionnaires were applied to fifteen students. Data analysis integrated the Marxist framework with French Discourse Analysis (Pecheutian strand), enabling the examination of both material conditions and discursive processes that shape students' political formation in the context of peripheral capitalism. The results revealed three main axes: (1) the family remains the primary space for political socialization, although IFAC proves to be a favorable environment for the development of critical thinking; (2) the institution reproduces internal hierarchies that limit democratic practice; and (3) students, although aware of the underrepresentation of women in politics and the patriarchal mechanisms of exclusion, do not necessarily see themselves as agents of change. The analysis also highlighted the contradiction between the emancipatory potential of VTE and its role within the capitalist mode of production, manifested in the lack of institutional spaces for political debate, which are mostly confined to Sociology classes. As a practical contribution, the study proposes the development of teaching materials and pedagogical strategies that organically integrate political discussion into technical training, overcoming curricular fragmentation. The results indicate the need to reframe politics within the student space to promote emancipatory education and support the formation of citizens who are aware of their role in transforming unequal social structures.

Keywords: Citizenship; Professional Education and Technological; Politics; Female Participation; Student protagonism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vozes e letras femininas: Dados e Diálogos em Pesquisa.....	28
Figura 2 – Pesquisa de campo em Ação: trilha percorrida.....	30
Figura 3 – Ao encontro delas e para elas.....	36
Figura 4 – Caminhos da pesquisa	43
Figura 5 – Mulheres na Política: O papel da EPT.....	46
Figura 6 – Trilha argumentativa 1.....	49
Figura 7 – Uma tarde na Praça do Palácio, Jean-Baptiste Debret, 1826.....	68
Figura 8 – Trilha argumentativa 2.....	76
Figura 9 – Os canais de participação popular.....	83
Figura 10 – Rito de passagem: do mundo privado ao público.....	87
Figura 11 – Obstáculos à participação política da mulher no parlamento.....	94
Figura 12 – Educação Profissional e Educação Propedêutica.....	99
Figura 13 – Trilha argumentativa 3.....	105
Figura 14 – Omnilateralidade x Unilateralidade.....	117
Figura 15 – Politecnia.....	120
Figura 16 – Mosaico Teórico.....	142
Figura 17 – Estado da Arte e Campo de Pesquisa.....	146
Figura 18 – Alunas em foco: momento dialógico e reflexões.....	153
Figura 19 – Distribuição das respostas (questão 5).....	160
Figura 20 – Conceito de Política: a recorrência de categorias.....	167
Figura 21 – Incentivo dos dirigentes.....	178
Figura 22 – Eleições internas: percepção da experiência estudantil.....	188
Figura 23 – Caminhos para mudanças.....	192
Figura 24 – O Produto Educacional.....	198
Figura 25 – Conhecendo as Oficinas.....	199
Figura 26 – Partes do Produto Educacional.....	200
Figura 27 – A Palestra.....	202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorização das respostas.....	39
Tabela 2 – Jornais Feministas.....	64
Tabela 3 – Conhecimento e indicação de nomes.....	162
Tabela 4 – Detalhamento das indicações.....	163
Tabela 5 – Apoio familiar, escolar e social.....	170
Tabela 6 – Política: concepção sobre o conceito.....	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	ACRE
AD	Análise do Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
AI-5	Ato Institucional n. 5
ALEAC	Assembleia Legislativa do Acre
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDAW	Convenção sobre Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFO	<i>Chief Financial Officer</i>
CNI	Confederação Nacional da Indústria
DF	Distrito Federal
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EUA	Estados Unidos da América
FILIA	Sistema de Filiação
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer/Questionado, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários, Outras identidades.
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Produto Educacional
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PP	Progressistas
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
REPUBLICANOS	Republicanos
SGIP	Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFAC	Universidade Federal do Acre
UNIÃO	União Brasil
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

MEMORIAL DESCRITIVO

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Acre (2003), com especializações em Direito Eleitoral (2008) e Direito Constitucional (2012) pela Faculdade Barão do Rio Branco (UNINORTE). Servidora pública, trabalha com o Gerenciamento de Dados Partidários, Jurisprudência e preservação da memória institucional. Ministra voluntariamente palestras sobre direitos políticos e memória da Justiça Eleitoral. O mestrado profissional representou uma oportunidade de aprofundar estudos sobre participação política feminina e fortalecer práticas democráticas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9852186743352007>

Sumário

INTRODUÇÃO	16
2 MÉTODO E METODOLOGIA	23
2.1 O MÉTODO DE PESQUISA	25
2.2 TIPO DE PESQUISA	26
2.3 CAMPO E PARTICIPANTES DA PESQUISA	31
2.3.1 Grupos em que foram divididas as participantes da pesquisa.....	33
2.3.2 População e amostra.....	34
2.3.3 Critérios de inclusão e exclusão	35
2.4 FONTES DE INFORMAÇÃO	36
2.4.1 Técnicas e instrumentos de coleta de dados.....	37
2.4.2 Técnicas e instrumentos de análise de dados	39
2.4.3 Desenho da Pesquisa.....	42
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	45
3.1 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA NO BRASIL	47
3.1.1 Patriarcado: modelo que não sai de moda	49
3.1.2. Brasil Colônia: Sobreviventes e Guerreiras	57
3.1.3 Brasil Império: O novo velho, a velha nova	62
3.1.4 Brasil República Velha: “Mulher do Diabo”	65
3.1.5 Brasil República Nova: combatentes e resistentes.....	66
3.1.6 Brasil de 64 até agora: a luta continua	69
3.2 MOVIMENTOS ESTUDANTIS: AS PORTAS PARA A POLÍTICA	73
3.2.1 Cidadania sob a perspectiva das mulheres	77
3.2.2 O Feminismo: enfrentando o patriarcado	79
3.2.3 Participação Política e Democracia	82
3.2.4 Mulheres nos movimentos sociais	86
3.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: FORMANDO CIDADÃS	98
3.3.1 EPT e Mulheres	106
3.3.2 O trabalho feminino e as barreiras sociais: a jornada que não tem fim	110
3.3.3 Politecnia e Omnilateralidade: caminho e horizonte	114
3.3.4 EPT: política no radar	122
3.3.5 Cidadania: exercício de poder	134
3.3.6 EPT e Direitos Políticos	138
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	144
5 PRODUTO EDUCACIONAL	195
CONCLUSÕES	208

REFERÊNCIAS.....	213
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO DURANTE A APRESENTAÇÃO E O MOMENTO DIALÓGICO.....	223
APÊNDICE B - ROTEIRO DE APRESENTAÇÃO E MOMENTO DIALÓGICO.....	228
APÊNDICE C - SLIDES APRESENTADOS NA PESQUISA DE CAMPO.....	230
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)	234
ANEXO B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)	237

INTRODUÇÃO

A presente dissertação emerge da pesquisa que investigou de que maneira a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ofertada pelo Instituto Federal do Acre (IFAC) contribui para a formação cidadã das alunas do 3º ano do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática para Internet, *Campus* Rio Branco, no estímulo ao exercício da cidadania política e à atuação consciente na esfera pública, na Linha de Pesquisa 1 (Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica), no Macroprojeto 1 (Propostas metodológicas e recursos).

No sítio eletrônico do IFAC, consta um breve histórico da instituição, no qual se assinala como início de funcionamento o ano de 2010, perfazendo mais de uma década de prestação de serviços públicos na área de ensino às acreanas e aos acreanos. Na mesma página eletrônica, o internauta encontrará a missão institucional do referido órgão público, qual seja: “promover a educação profissional, científica e tecnológica de qualidade, garantindo ações voltadas à formação cidadã no Estado do Acre”.

O compromisso legal e pedagógico firmado enquanto espaço formador na área de educação, prevê ações que garantam uma formação cidadã, com todos os seus desdobramentos conceituais e materiais. Desse modo, a atividade pública em tela, investe-se da condição de obrigatoriedade legal no qual o agente público prestador de serviço está adstrito. Assim, como instituição prestadora de serviço público, o IFAC encontra-se circunscrito aos princípios constitucionais afeitos ao serviço público, alinhavados no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), mormente o da legalidade.

Com efeito, prestar uma educação voltada à formação cidadã é norma cogente, devendo, portanto, ser efetivada. Desse modo, é preciso considerar que a aludida missão institucional não se trata de mero desejo, capricho do constituinte ou liberalidade do administrador. Assim, mesmo considerando a imprecisão doutrinária que o termo “cidadania” possa apontar, é insofismável o dever de persegui-la com as forças materiais e formais disponíveis para sua concretização. Deve-se, portanto, engendrar ações estrategicamente voltadas ao seu alcance, ou seja, despender esforços no sentido de implementar uma educação de qualidade, que passa necessariamente por ações formativas de construção de cidadãos e cidadãs. Para isso, o sistema legal e pedagógico do IFAC ampara-se na omnilateralidade idealizada por Marx (2013, p. 678) e aprofundada em Gramsci (1982) e outros depois dele, que prevê uma formação humana capaz de

produzir seres plenos, conhecedores do mundo que os cerca, críticos de sua realidade e capazes de entender sua condição social dentro de uma história, frente às suas necessidades materiais e às relações advindas do trabalho num mundo burguês alienador que ao sorver para si os benefícios da força de trabalho, reduz o humano à coisa.

Pretender dismantelar esse sistema opressor não representa uma tarefa fácil, exige dispêndio de considerável energia, com esforço conjunto de todos os envolvidos (família¹, instituição de ensino e sociedade). Essas instâncias formaram um ambiente no qual as jovens se constituíram enquanto ser político, assujeitadas nas suas condições de formações, sendo atravessadas pelas formações ideológicas (Pêcheux, 2014). Ao transpassar os portões do IFAC, as alunas concebem suas existências a partir de um conjunto científico de saberes que lhes permitirá fruir de uma experiência haurida do conhecimento científico. Tão logo, finalize o Ensino Médio, a formanda finalizará uma etapa de sua vida e iniciará outra. Ao encerrar sua permanência no IFAC, muitas ingressarão no mundo do trabalho, abandonando a academia por razões de toda ordem.

Por volta dos dezesseis anos de idade, elas alcançarão o direito de alistamento eleitoral nos termos da Constituição Federal vigente, passando a participar na qualidade de eleitora cujo voto é facultativo até os dezoito anos. Com isso, o mundo da política fará parte da vida dessas jovens, que participarão de algumas dinâmicas sociais políticas na família, na instituição de ensino e na vida social. A forma e os conceitos que lhes são apresentados serão importantíssimos para sua construção psíquica de como será concebida a política enquanto realidade concreta no cotidiano.

Nessa perspectiva, à formação plenificada pela omnilateralidade na EPT, credita-se uma formação educacional de cidadãs e cidadãos aptos a exercerem sua cidadania de maneira significativa, pois o compromisso institucional passaria por tal viés. Emerge, nesse sentido, Saviani (2007, p. 164), quando aponta para “uma capacidade omnilateral”, que, segundo ele, sustenta-se “numa divisão do trabalho voluntária e consciente, envolvendo uma variedade indefinida de ocupações produtivas em que ciência e trabalho coincidem”. Na esteira conceitual, a politecnia, nos termos do referido autor, guardaria sua natureza na “tradição socialista” e, bem como “na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (Saviani, 1989, p. 13).

¹ A família não apenas espelha a ordem do Estado e educa os filhos para que a sigam, mas também cria e sempre reforça a ordem (Lerner, 2019, p. 266).

Importante esclarecer, de antemão, que a pesquisa se interessou por uma participação feminina que se compreenda agregada à participação em movimentos estudantis, desejo de candidatar-se, a política como um campo possível de pertencimento. Tudo isso, sem desmerecer a importância do exercício da cidadania por meio do voto, bem como o exercício de direitos, a participação política de maneira ampla dentre outras questões que veremos a seguir.

O ponto nodal, portanto, era responder à seguinte pergunta-problema: a Educação Profissional e Tecnológica, com base nos princípios da omnilateralidade e da politecnia, ofertada no 3º ano do Ensino Médio Integrado do curso de Informática para Internet no IFAC, *Campus* Rio Branco, contribui para a formação cidadã das alunas, de maneira que elas se reconheçam como protagonistas de mudança no campo da política?

Para responder à pergunta norteadora de todo o trabalho, a investigação amparou-se num quadrilátero teórico: (1) Participação feminina na política no Brasil, (2) Movimentos Estudantis: as portas da política, (3) Educação Profissional e Tecnológica: formando cidadãs e (4) Produto Educacional. A cada uma dessas etapas, o engendramento epistemológico buscou bases racionalistas que ao tempo que inquiria entender o fenômeno (intersecção entre EPT, gênero e política), registrava os discursos das estudantes em seu universo particular, pois as percepções dessas meninas eram fundamentais para uma compreensão do IFAC enquanto instituição que forma cidadãs politizadas. Como um filme negativo, olhava-se para as alunas para reconhecer a instituição de ensino como espaço transformativo.

Para isso, descreveu-se no capítulo 2, todo o percurso metodológico engendrado no presente trabalho, no qual é possível observar detalhadamente o cumprimento de cada etapa prevista e sua associação ao esboço teórico para lhe conferir a aderência às normas acadêmicas de produção científica. No aludido capítulo, há a descrição do público-alvo, o desenho de pesquisa, o levantamento bibliográfico e documental e etc.

O estudo fundamentou-se no Materialismo Histórico-Dialético (MHD) marxista, perspectiva teórico-metodológica que permite analisar as relações entre EPT, gênero e política como expressões de contradições materiais e lutas históricas. Partindo dessa base, compreende-se que as desigualdades de gênero são produto de estruturas sociais concretas, como a divisão sexual do trabalho e a exclusão histórica das mulheres dos espaços de poder. Para sondar academicamente como essas contradições se manifestam nos discursos das participantes, articulou-se a essa abordagem a Análise do Discurso (AD)

francesa (Pêcheux, 2016), que possibilitou revelar os processos ideológicos e as formações discursivas que naturalizam ou contestam tais hierarquias. O Produto Educacional (Ciclo de Oficinas) emergiu dessa dupla perspectiva: enquanto o Materialismo Histórico-Dialético (MHD) revela a necessidade de superação material das desigualdades, a AD identifica, nos enunciados das alunas, os silenciamentos e resistências que orientaram o desenho de como se daria as atividades.

Na fundamentação teórica, dentro dos quatro macrotemas (Participação feminina na política no Brasil, Movimentos Estudantis: as portas da política, Educação Profissional e Tecnológica: formando cidadãos e Produto Educacional), procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica e documental inicialmente e, deixando para uma etapa seguinte, a pesquisa de campo e a produção de um Produto Educacional. Ainda dentro do dispositivo teórico, é preciso esclarecer alguns postos-chave para esse trabalho acadêmico, qual seja, o motivo pelo qual o tema foi selecionado para análise.

A pesquisa nasceu de uma inquietude advinda das relações familiares da pesquisadora, percebida desde muito cedo como predominantemente machista, que reservava às mulheres os trabalhos domésticos e atividades restritas ao cuidado, à limpeza e à atenção às questões que orbitam a estética, adequação comportamental, maternidade, e tantas outras regras imposta à massa feminina. Aos homens da casa cabiam os assuntos da "rua", que "não interessavam à mulher", quais sejam: política, relações internacionais, economia e/ou assuntos de repercussão social. Da formação acadêmica até a experiência profissional de mais de duas décadas na Justiça Eleitoral, despontou com cores vivas as poucas representantes femininas nos órgãos de direção partidária e na eleição de mulheres para cargos no Legislativo ou Executivo. Importante salientar que, no Poder Judiciário também não é diferente.

Nesse contexto, eis que surgiu na equação um novo fator: a Educação Profissional e Tecnológica ancorada nos princípios da omnilateralidade e da politecnicidade como caminho importante para uma formação cidadã. Destarte, surgia uma interseccionalidade entre a EPT, o gênero e a política, torrão que delimitou a pesquisa que culminou na presente dissertação. Portanto, o trabalho engendrou uma pesquisa que tratava da história das mulheres na política, sua ausência em cargos de poder, os movimentos estudantis como espaços de impulsionamento/permanência na militância política e a EPT como instrumento de formação que emancipa.

Há um problema social profundo na sociedade brasileira: a baixa representatividade feminina nos postos de poder. O IFAC, enquanto instituição de ensino, tem compromisso legal de formar essas meninas para a cidadania plena e, para isso, deve considerar algumas questões que transcorreremos sucintamente, pois a abordagem mais aprofundada será nos tópicos seguintes. Desse modo, não se pode ignorar a baixa presença de mulheres na política ao longo da história e a formação do tecido social brasileiro sob o regime do sistema patriarcal. Também foi preciso analisar os movimentos estudantis (Grêmios Estudantis) no IFAC, sua importância e possibilidades de utilização para fomentar espaços previstos à formação cidadã das jovens e a importância do IFAC no fomento para essas práticas. No momento seguinte, buscou-se levantar a contribuição da EPT para o exercício de uma cidadania plena para além do ato de votar, considerando as bases formativas ancoradas na politecnia e na omnilateralidade. No quarto capítulo, reservou-se para os resultados e discussões, para apresentar somente no capítulo posterior o Produto Educacional como estratégia de formação política para as alunas do IFAC.

Voltando ao problema que atravessa toda a dissertação – o gênero como condição de exclusão política, é preciso entender que cabe às mulheres, a busca por seus direitos e, compreender que política se não se faz na ingenuidade, no amadorismo, no desconhecimento, tampouco recepciona a mulher com flores. A mulher que nela se aventura, corre sérios riscos de figurar como destaque em manchetes de jornais, nas colunas policiais em razão da violência política de gênero. Alguma desavisada ou algum desavisado poderia alegar que se trata de questões inerentes à concorrência, ambiente violento por natureza, de disputa ideológica - espinha dorsal das eleições. No entanto, o rechaço à presença feminina persiste mesmo depois de eleitas.

A mulher que se sagra vitoriosa ou alcança algum posto de destaque e/ou comando precisa reafirmar cotidianamente que possui os mesmos direitos que os homens para exercer o múnus público para o qual foi escolhida como candidata e/ou eleita, devendo enfrentar nesse cotidiano um ambiente hostil e violento. As eleitas ainda que alcancem um número significativo de votos e que por consequência obtenha mais cadeiras para seu partido, isso não lhe confere igualdade dentro das dinâmicas institucionais de cargos ou aprovação de pautas. As representantes que eventualmente buscam se desvencilhar das pautas contrárias às mulheres, são invisibilizadas e menosprezadas. Elas e suas pautas, nesse cenário, trazem questões que estão fora do radar do interesse da maioria dos parlamentares, formada em sua maioria por homens brancos - no dizer de Araújo (2022, p.

27), pertencentes ao padrão cisheteropatriarcal². Logo, as mulheres e suas pautas são vistas como de importância secundária, que não vale a pena priorizar.

É preciso pontuar dois fatores importantes: eleitorado feminino superior ao masculino e baixa representatividade nos espaços de poder. O problema exige cautela, por sua complexidade, afinal, as dinâmicas sociais são complexas e suas respostas não se encontram nas superfícies das falácias. Logo, discursos cínicos e preconceituosos de que "mulher não vota em mulher, a mulher é inteligente", como disse um candidato derrotado à prefeitura de São Paulo nas eleições de 2024, não podem fazer sentido e muito menos adesão (Carlucci, 2024).

Para corrigir essa rota social traçada pelo patriarcado para as mulheres, é preciso encontrar mecanismos que o desmontem em suas estruturas (sistema patriarcal-racista-capitalista) (Saffioti, 1987). A omnilateralidade e a politecnicidade na EPT emergem com seus aspectos propositivos e vetoriais na formação humana de cidadãs e cidadãos. De fato, falar de cidadania na EPT é falar do exercício de uma cidadania plena em possibilidades, alcançável pela promessa da omnilateralidade e da politecnicidade – como um encorajado teórico que navega em águas turbulentas de um sistema econômico hegemonicamente reificante, com ventos que sopram em sentido contrário.

A relevância da pesquisa, dessa forma, sobressai na intersecção entre a EPT, enquanto formação cidadã plena (omnilateral e politécnica), política com mulheres e para mulheres e os movimentos estudantis como molas propulsoras. Portanto, a questão revela-se importante para toda a sociedade, pois é pressuposto de uma democracia real, saudável e verdadeiramente participativa a presença de atores e atrizes de todos os espectros da sociedade. A ausência de mulheres em cargos de comando é fenômeno histórico e global, que acomete em maior ou menor grau ditaduras ou democracias, não importando se o cargo de liderança se dá dentro ou fora da política – a presença feminina é obstaculizada, seja de maneira implícita ou explícita (Araújo, 2022).

Por se tratar de uma pesquisa que envolve pessoas, a pesquisa que antecede esse trabalho acadêmico, submeteu-se ao crivo do Comitê de Ética em Pesquisa do IFAC para averiguar o atendimento às regras legais, compromisso com a integridade das participantes e o respeito à dignidade humana. Por meio do Parecer n. 7.448.428³, foi aprovada sua

² Termo utilizado pela junção de palavras e conceitos "cisgênero", "heterossexual" e "patriarcado", fazendo alusão à opressão masculina na história (Araújo, 2022, p. 46)

³ CAAE: 85141224.8.0000.0233 – Número do Parecer: 7.448.428 (Situação do Parecer: Aprovado).

efetivação nos estritos limites da legislação corrente. Assim, a estrutura da pesquisa foi planejada com o intuito de fornecer as condições necessárias tanto para a colheita dos discursos das alunas durante a pesquisa de campo, quanto para garantir o rigor técnico e científico compatível com a produção acadêmica já consolidada.

O capítulo 5 foi reservado para apresentar o Produto Educacional que visou, em sua idealização, propiciar uma experiência significativa capaz de formar uma nova concepção de educação com contornos de cidadania atuante – uma educação apta a fazer as alunas experimentarem novos sonhos, projetando para si e para outras uma realidade mais justa (dimensão individual e coletiva), livre das amarras do patriarcado, que não concebem a exclusão feminina dos espaços de poder como natural, uma vez que a EPT tem em sua essência a formação voltada para a emancipação do ser.

As oficinas contidas no Produto Educacional, enquanto intervenção pedagógica, propõem a formação de um corpo político no IFAC para a sociedade, com o fim de operar mudanças sociais significativas, na qual as estudantes protagonizam lutas na busca por igualdade. Ao simular situações políticas (como debates, produção de leis e tomadas de decisões em conjunto), as participantes criam as condições para ocuparem espaços tradicionalmente masculinos.

Desse modo, a presente dissertação projeta-se no campo interseccional da política, gênero e EPT, para desse encontro teórico analisar a formação cidadã ofertada pelo IFAC pelo olhar de suas estudantes que participaram da pesquisa. Com isso, o presente trabalho traz à lume considerações que podem orientar futuras ações da instituição no cumprimento do seu dever legal de formação.

2 MÉTODO E METODOLOGIA

Neste capítulo, será apresentado o método e a metodologia utilizados na pesquisa, com o objetivo de explicitar os meandros percorridos que culminaram no presente estudo. A observância aos métodos científicos confere condições de coerência e validade à pesquisa. Assim, a primeira providência diz respeito a afastar eventuais equívocos semânticos entre método e metodologia, que, embora pertençam a um conjunto próximo de um campo do saber, possuem conceitos distintos, não podendo ser utilizados como sinônimos sob pena de incorrer em erro grave, apesar de se complementarem.

A literatura dedica-se à diferenciação entre método e metodologia, termos que, por vezes, são empregados como sinônimos. "Em sentido mais genérico, método, em pesquisas, seja qual for o tipo, é a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de um estudo" (Fachin, 2006, p. 29). Por sua vez, a "Metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas" (Gerhardt e Silveira, 2009, p. 11). Considerando o tema central da pesquisa e os assuntos inter-relacionados, optou-se pelo método do materialismo histórico-dialético (MHD), uma vez que se analisou de que maneira a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ofertada pelo Instituto Federal do Acre (IFAC) contribui para a formação cidadã das alunas do 3º ano do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática para Internet, *Campus* Rio Branco, no estímulo ao exercício da cidadania política e à atuação consciente na esfera pública, na Linha de Pesquisa 1 (Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica), no Macroprojeto 1 (Propostas metodológicas e recursos). Desse modo, a engenharia social construída ao longo da história, com seus mecanismos que convergem para um modelo de sociedade estratificada - que colocou as mulheres no lugar da invisibilidade –, caminha para uma análise micro dessas dinâmicas sociais sob o prisma das alunas do IFAC, mesmo diante do processo educacional no qual se encontram, considerando suas contradições e pontos de aproximação.

Nesse afinamento investigativo, sob do MHD, foi necessário avaliar os reflexos da sociedade nos formatos relacionais entre os atores sociais (mulher e homem), baseados em um sistema patriarcal⁴ que conduz as mulheres ao lugar do serviço, do cuidado, ao

⁴ O patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 até ser concluído (Lerner, 2019, p. 261).

ambiente doméstico, ao papel de "Outro", no sentido desenhado por Beauvoir (2016a, p. 13). Dentro desse *habitat* construído para os homens, as mulheres vivenciam suas experiências como aquelas a quem o destino definiu a posição de suporte, de auxiliadora – a costela retirada do flanco esquerdo, que depende de uma cabeça masculina para ser conduzida na vida.

Nesse desenho social, o cenário da baixa representatividade de mulheres em cargos de liderança, sobretudo na esfera pública, não representa novidade. Elas – as mulheres –, atreladas ao papel da subalternidade, ajudam a compor também esse ambiente que as exclui de postos de relevância política. Desse modo, o campo de pesquisa buscou adentrar questões sensíveis, como o desejo ou a objeção ao exercício da capacidade eleitoral passiva das meninas do IFAC e seus desdobramentos: a visão sobre a política, a participação em movimentos sociais (especialmente os estudantis) e questões que permeiam a construção de um imaginário social de obstaculização ao ingresso ou à permanência e qual a contribuição da EPT neste contexto como instituição de formação cidadã.

Qual vislumbre estava presente nesse imaginário enquanto ser político, capaz de protagonizar mudanças sociais de interesse da coletividade, retoma-se a pergunta vestibular a Educação Profissional e Tecnológica, com base nos princípios da omnilateralidade e da politecnia, ofertada no 3º ano do Ensino Médio Integrado do curso de Informática para Internet no IFAC, *Campus* Rio Branco, contribui para a formação cidadã das alunas, de maneira que elas se reconheçam como protagonistas de mudança no campo da política? Dentro desse desenho investigativo, considerou-se também a interseccionalidade entre: (3.1) Participação feminina na política no Brasil, (3.2) Movimentos Estudantis: as portas da política, (3.3) Educação Profissional e Tecnológica: formando cidadãs. Assim, a pesquisa percorreu uma análise crítica macro para ir ao encontro das respostas, sem nunca se afastar do objetivo geral de investigar a contribuição da EPT para a formação cidadã das alunas. Em seguida, aglutinou-se os resultados e discussões no capítulo 4 que apresenta os resultados encontrados considerando o dispositivo teórico.

O capítulo 5, consoante se asseverou em linhas anteriores, traz à dissertação considerações sobre o percurso teórico-metodológico de concepção do Produto Educacional (PE), para além do cumprimento de uma exigência legal, auxiliar no trabalho de tratar de fomentar à construção de espaços de discursão sobre o tema, incrementando,

com isso, o contato das alunas com as dinâmicas do mundo da política, para, logo em seguida, trazer os achados da pesquisa, sintetizados nas conclusões.

A investigação realizada, que contemplou a pesquisa bibliográfica, a documental e a de campo, possibilitou encontrar achados interessantes que demonstraram alguns motivos pelos quais os obstáculos e as motivações atravessam essas jovens ao ponto de desejar ingressar ou permanecer num estado de participação crítica feminina atuante dentro e fora do IFAC. Ouvi-las, permitiu uma apreensão acurada dos motivos que permeavam a permanência dessas meninas no campo social limitado (antagonista a ideia de participar da política independente: como militante, “novo sujeito”⁵ ou apenas simpatizante).

Da objeção a sua participação, mesmo diante do confronto existente entre o que é ofertado na EPT e o que está posto na sociedade como horizonte de possibilidades há um espaço que precisa ser investigado para eventuais correções de rota. Quão danosa para a sociedade e para a democracia é essa perpetuação de uma quietude ou aceitação do que está posto, esquadrihada no conformismo, quando o necessário seria a protagonização de mudanças por meio da luta. A estratégia investigativa estava açambarcada pela trinca: levantamento bibliográfico, documental e de campo, de modo a encontrar as vozes apagadas nas dinâmicas do cotidiano e quais medidas o IFAC pode projetar, enquanto instituição de ensino, para promover uma formação emancipatória e crítica para práticas políticas dentro e fora da instituição.

2.1 O MÉTODO DE PESQUISA

Tratando-se de pesquisa científica que pretende analisar de que maneira a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ofertada pelo Instituto Federal do Acre (IFAC) contribui para a formação cidadã das alunas do 3º ano do Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Informática para Internet, *Campus* Rio Branco, no estímulo ao exercício da cidadania política e à atuação consciente na esfera pública, o processo científico-metodológico nesse trabalho teve como fio condutor o Materialismo Histórico-Dialético (MHD). Assim, a abordagem teórico-filosófica desenvolveu-se sob os fundamentos do MHD, que compreende o mecanismo pelo qual a realidade pode ser apreendida. Nesse contexto, a

⁵ O ser que ao perceber a exclusão social como fator a impulsioná-lo a buscar mudanças, explicitado por Pinto (1992, p.131).

pesquisa buscou as chaves que abrem caminho para a identificação dos processos sociais em suas totalidades, história e movimento, com o fim de apreender a essência dos conflitos estruturais na sociedade capitalista para além das aparências. Assim, ao utilizar como lente interpretativa o MHD em Marx (2013), a pesquisa foi construída sob esses fundamentos desde sua concepção como pergunta-problema até seu ponto de intersecção para a formação da teoria pêcheutiana para a análise dos discursos.

2.2 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa caracterizou-se pela abordagem preponderantemente qualitativa, exploratória e aplicada, amparada por uma revisão bibliográfica nas seguintes plataformas: Banco Digital de Teses e Dissertações, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, Google Acadêmico, SciELO, Revista Direito GV, Revista Direito, Estado e Sociedade; e documental, aliada à geração de dados junto aos atores sociais investigados – no caso, as alunas do 3º ano do Ensino Médio Integrado em Informática para Internet do Instituto Federal do Acre, *Campus* Rio Branco. O estudo envolveu a reunião de dados organizados por categorias, o que possibilitou uma análise sistemática.

Diante disso, levantou-se um conjunto de conhecimentos contidos em livros, teses, dissertações e artigos científicos, com o objetivo de compreender o fenômeno sob variadas perspectivas, sempre respeitando o escopo da pesquisa. Utilizaram-se também levantamentos documentais que permitiram o acesso a dados contidos em registros públicos, como o Sistema de Gerenciamento de Dados e Informações Partidárias (SGIP), o Sistema FILIA (FILIA), as estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2025), além de publicações, encartes, páginas eletrônicas e a legislação infraconstitucional.

Após o levantamento das informações por meio das pesquisas bibliográfica e documental, realizou-se concomitantemente a pesquisa de campo junto ao público-alvo – as alunas do Ensino Médio Integrado em Informática para Internet do *Campus* Rio Branco do IFAC –, com o objetivo de identificar, em seus discursos, sua percepção sobre política e sobre a formação no IFAC, que se revele capaz de impulsionar e/ou manter o interesse em participar da vida política dentro e fora da instituição. A inquietude gerada pela pergunta de pesquisa permeou todo o trabalho investigativo.

Assim, envidaram-se esforços para encontrar, em seus discursos, o ponto de encontro entre a formação na EPT e uma participação cidadã vigorosa e atuante. Estariam

elas – as alunas – vivendo sob a divergência ou convergência de sentido? Ou seja, a formação teria impulsionado um viver pleno, projetando um horizonte de possibilidades e fomentando um caminhar comprometido? Caso contrário, apesar do incentivo educacional, onde se perderiam todos esses esforços institucionais para a construção dessa figura social atuante? Onde se esconderiam aquelas que um dia almejaram alcançar cargos públicos de contornos políticos? Tais questionamentos circunvizinham a pergunta-problema que balizou toda a pesquisa, qual seja, a Educação Profissional e Tecnológica, com base nos princípios da omnilateralidade e da politecnicidade, ofertada no 3º ano do Ensino Médio Integrado do curso de Informática para Internet no IFAC, *Campus* Rio Branco, contribuiu para a formação cidadã das alunas, de maneira que elas se reconheçam como protagonistas de mudança no campo da política?

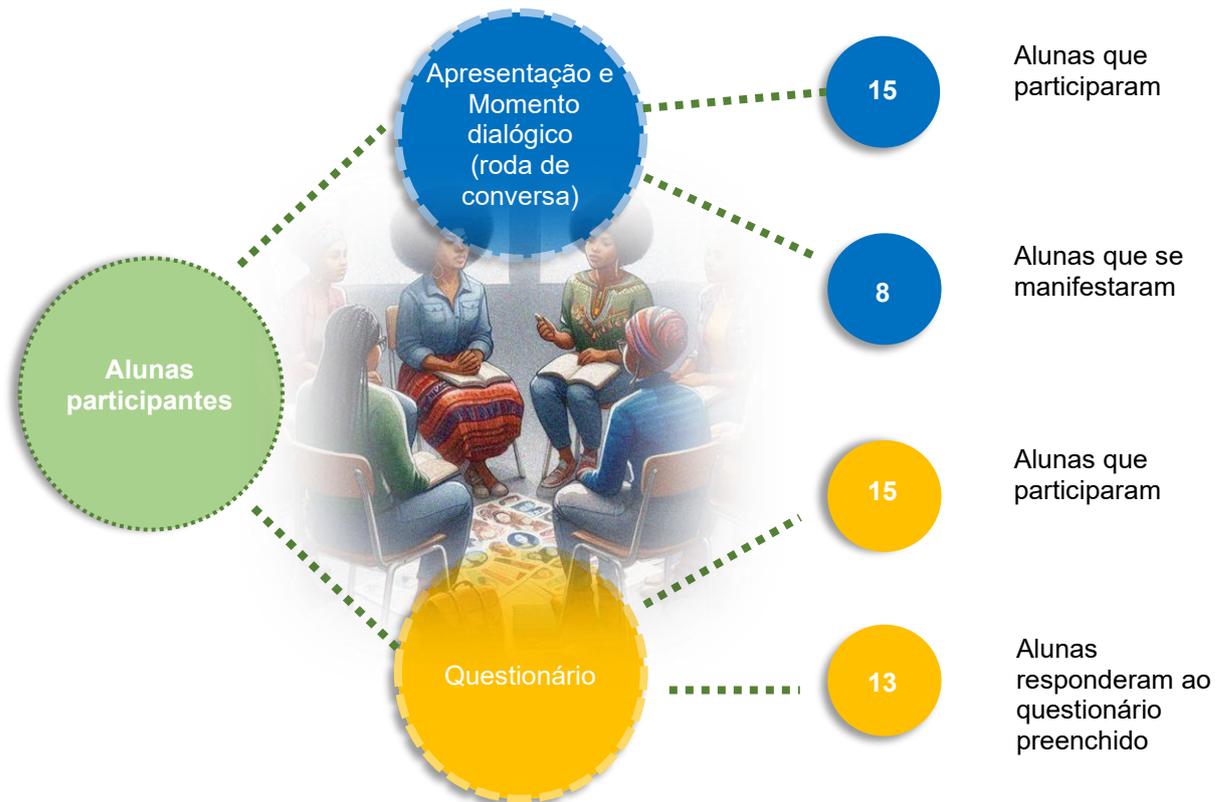
No que diz respeito aos procedimentos investigativos, realizou-se pesquisa de campo com a finalidade de sondar as participantes por meio de um encontro programado e roteirizado em etapas (apresentação, momento dialógico e aplicação de questionário), de maneira que as convidadas falassem sobre questões motivadoras que as incentivassem ou desestimulassem a uma vida política ativa. Como mecanismos de apreensão de suas percepções, apresentaram-se questões para que as meninas registrassem impressões que eventualmente não compartilharam durante as conversas, perfazendo um total de 16 perguntas todas discursivas (Apêndice A).

Seguiu-se, portanto, uma série de questionamentos para analisar as possíveis causas do problema, examinando tanto o discurso quanto o silêncio como elementos centrais para a compreensão da temática investigada, em conformidade com a Análise de Discurso (AD) de linha francesa (Pêcheux, 2014). O desenvolvimento da pesquisa exigiu cuidados específicos, tanto para garantir o alcance dos objetivos propostos quanto para preservar a integridade das participantes. Foram considerados aspectos sensíveis, como a necessidade de tempo adequado para escuta, a criação de um ambiente seguro para a livre expressão de opiniões e, sobretudo, a disposição voluntária das alunas em participar. Tais precauções visaram assegurar um contexto respeitoso, acessível e em conformidade com as condições éticas necessárias para a realização do estudo.

O projeto inicial previa a formação de um grupo composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 15 (quinze) alunas para participação na pesquisa. Houve grande adesão, atingindo o número máximo de participantes. No entanto, dentre as 15 (quinze) meninas envolvidas, duas não responderam ao questionário, entregando-o em branco, enquanto 8

(oito) delas se mostraram ativamente participativas durante o momento dialógico. Conforme apresenta a Figura 1, é possível compreender o universo de participantes da pesquisa pela perspectiva de preenchimento de questionário e participação do momento dialógico.

Figura 1 – Vozes e letras femininas: Dados e Diálogos em Pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

A opção pela apresentação do tema da pesquisa antes do momento dialógico justificou-se pela necessidade de ambientação sobre a proposta temática e pela apreensão das sensibilidades das alunas, permitindo captar as impressões contidas tanto nas falas quanto nos silêncios. Essa abordagem possibilitou uma análise mais aprofundada de percepções que, por vezes, são escamoteadas pelo imaginário social ou passam despercebidas na imanência. Assim, o dito e o não dito, a respiração, a atenção dada ao tema apresentado, o olhar indicativo de aprovação ou rejeição, o emocional contido ou revelado, todos esses elementos permitiram acessar questões guardadas ou ignoradas.

O momento dialógico foi construído com base na metodologia freiriana, complementada por outros autores que apontam o diálogo como mecanismo de captura social de manifestações de conhecimento que emergem no encontro com o objeto de

pesquisa. Essa abordagem representa uma oportunidade para promover o acesso à "ressonância coletiva, à construção e à reconstrução de conceitos e argumentos por meio da escuta e do diálogo com os pares e consigo mesmo" (Moura e Lima, 2014, p. 101).

A pesquisa de campo foi projetada para ocorrer em um único encontro entre a pesquisadora e as participantes, entretanto, realizaram-se dois encontros para que o número de participantes atendesse ao pretendido no projeto da pesquisa, com um intervalo entre o mínimo de 05 (cinco) alunas e máximo de 15 (quinze). O primeiro encontro, participaram 4 (quatro) meninas, enquanto no segundo, totalizaram 11 (onze). No segundo encontro, entretanto, apenas 2 (duas) participantes optaram por não responder, entregando o questionário em branco.

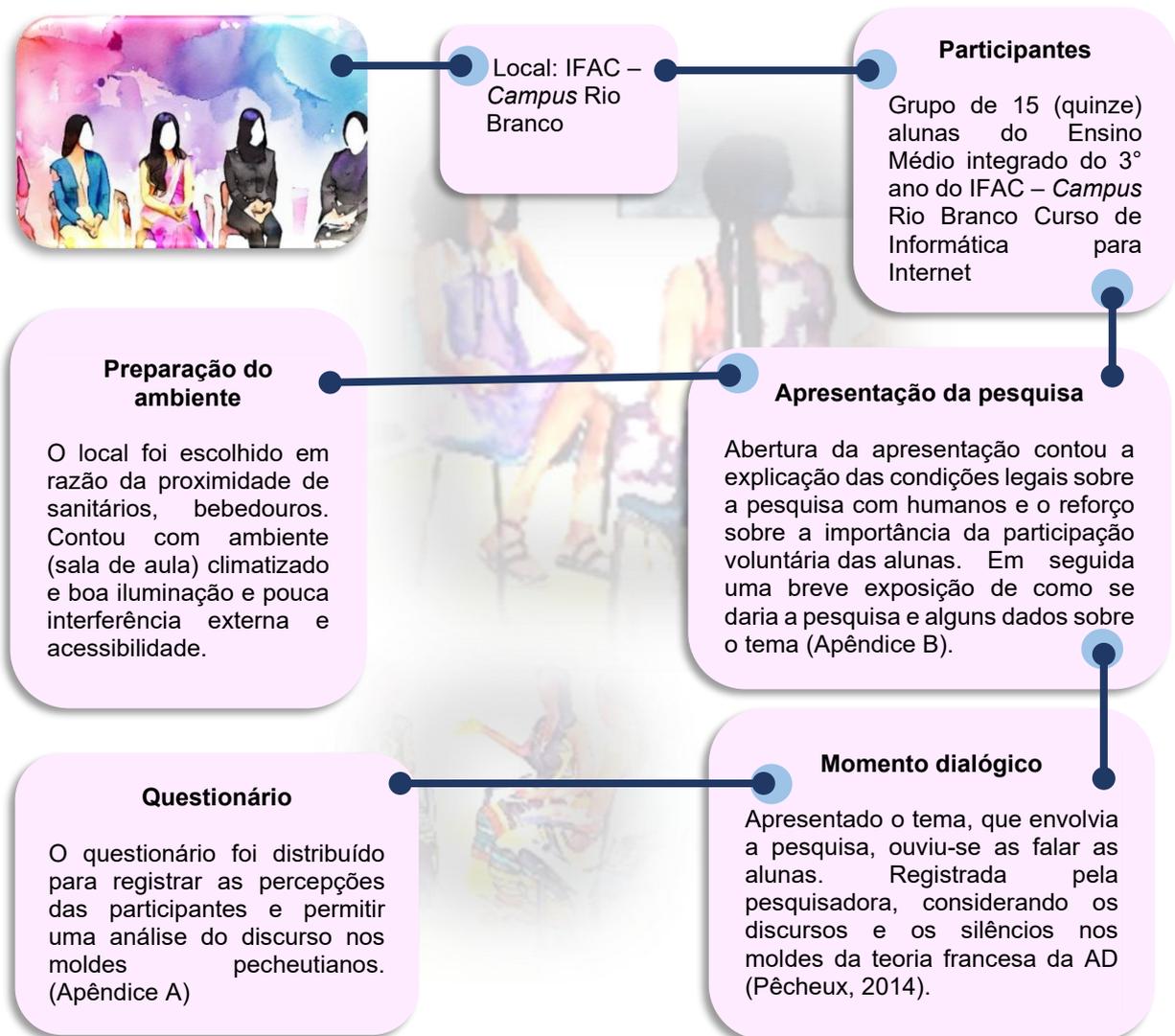
Faz-se necessário pontuar que, o primeiro encontro havia a presença de meninos na sala juntamente com a professora, uma vez que foi a oportunidade entre as atividades escolares que propiciou a realização da pesquisa, que se encontrava com tempo exíguo para a realização das demais etapas. Entretanto, as alunas mantiveram uma postura de distanciamento e pouco interesse e baixa adesão, o que demonstrou a necessidade de uma segunda tentativa. De outro modo, o segundo encontro ocorrido em sala separada, na qual permaneceu apenas a pesquisadora e as participantes, a atmosfera era diametralmente oposta à primeira. Surgiram questionamentos, interação entre elas, discursos que se conectavam entre os outros discursos, direcionavam seus corpos com interesse na apresentação, cochichavam balançando a cabeça no sentido de concordar, olhos arregalavam quando os dados estatísticos eram apresentados, no claro sinal de surpresa.

Assinalar essa ocorrência, tornou-se ainda mais revelador quando os discursos eram enunciados pelas participantes no que tange a figura masculina e sua interação com as participantes. No momento oportuno (resultados e discussões), esse dado se revelará muito importante para entender as dinâmicas pedagógicas com ou sem a presença masculina (item 3.1.7). Ainda com respeito ao encontro, fez-se uma abertura, com uma fala de boas-vindas, com apresentação pessoal da pesquisadora e explicação sobre a importância da participação, ressaltando que a desistência ou eventual desinteresse não acarretaria prejuízo ou consequência alguma para as participantes (Apêndice B). Na ocasião, apresentou-se também o tema de pesquisa em slides (Apêndice C) e o protótipo do Produto Educacional impresso, de modo que as alunas pudessem externar suas impressões, propor mudanças e manifestar interesse pelo material exposto. Disponibilizou-se ainda o contato

da pesquisadora para eventuais dúvidas, além de explicar como se desenvolveria o encontro.

Dentro desse rigor acadêmico, as manifestações foram registradas por meio de anotações da pesquisadora e, tão logo, transcorrido o prazo de 2 (dois) anos, tudo será eliminado, conforme apontado no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). É importante também frisar que a sala reservada se encontrava no final do corredor, distante de outras na qual estavam ministrando aulas ou possíveis interrupções. Essas minudencias estão descritas no decorrer de todo o trabalho apresentado. A Figura 2, apresenta tão-somente um panorama geral.

Figura 2 – Pesquisa de campo em Ação: trilha percorrida



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

No que tange ao desenvolvimento das atividades planejadas, a pesquisadora, como mediadora do evento, disponibilizou um questionário com perguntas discursivas (Apêndice A) que propunha um debate sobre os macrotemas (Educação Profissional e Tecnológica, Direitos Políticos, Política, Gênero, Representatividade feminina, Movimentos Estudantis e Produto Educacional) com o intuito de obter os discursos das participantes. Após a apresentação (Apêndice C), abriu-se a oportunidade para as manifestações, para em seguida, o preenchimento dos questionários. O roteiro para o encontro dialógico (pesquisa de campo) foi adaptado a partir do Guia de Orientação para a Formação de Rodas de Conversa em Nascimento e Cavalari Júnior (2022).

Para um registro fidedigno e pormenorizado da compreensão das alunas sobre o tema da pesquisa, foi disponibilizado um questionário (Apêndice A), com perguntas dividido em três grandes tópicos: Política, Gênero e Ideologia; Política e Gênero; Movimentos Estudantis e EPT e; Produtos Educacionais (Tabela 1), para que se pudesse fazer uma análise global na qual os temas se encontrassem para uma conclusão mais pormenorizada possível, visto que uma pergunta, aborda relevantes locais e as dinâmicas em cada um deles (casa, estabelecimento de ensino e sociedade em geral).

As alunas selecionadas do Curso de Informática para Internet, no qual se encontravam matriculadas, puderam ficar mais à vontade para expor suas opiniões, pois o fato de se conhecerem permitiu criar uma atmosfera na qual estavam acostumadas, já que o objetivo era desconstruir eventuais bloqueios, resistências ou desconfianças dentro do respectivo grupo, uma vez que a interação entre elas precedia a pesquisa. No que concerne às falas, foram registradas de forma manual pela pesquisadora, formando com isso um conjunto de discursos e silêncios significativos que permitiram uma análise mais acurada, na qual a pesquisadora pode observar as dinâmicas engendradas pelas participantes (balançar a cabeça em sinal de aprovação ou desaprovação, sorrisos, concordâncias e etc.), em atenção às demarcações metodológicas da teoria de Pêcheux (2016).

2.3 CAMPO E PARTICIPANTES DA PESQUISA

Autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei n. 11.892, de 29 de novembro de 2008 (BRASIL, 2008), o Instituto Federal do Acre compõe a Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ofertando Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Em 2010, o IFAC, com uma estrutura denominada *Campi* (Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Xapuri), iniciou seus trabalhos ofertando cursos técnicos, Educação de Jovens e Adultos Integrada ao Ensino Médio - PROEJA e cursos superiores (licenciaturas e tecnológicos). De acordo com os dados disponibilizados em suas páginas eletrônicas (2021), o IFAC conta atualmente com 6 (seis) unidades presenciais e 15 (quinze) polos para cursos à distância.

A pesquisa foi realizada no *Campus* Rio Branco do IFAC, instituição na qual estudava o grupo selecionado para participar da pesquisa. A escolha de um único campo deveu-se a diversos fatores: deslocamento, acessibilidade, estrutura física, despesas financeiras despendidas para pesquisa sem auxílio público e colaboração institucional, visto que se trata do mesmo local onde as aulas do ProfEPT eram realizadas. O fato de o local de pesquisa ser o mesmo onde as alunas estudavam também foi considerado, pois visava-se um menor grau de quebra de percepção, resistência, estranheza, timidez, qualquer mudança capaz de intimidar os discursos, deslocando-os a um patamar inatingível.

Alternativas de utilizar auditórios em outros locais foram descartadas, posto que a intenção era captar as falas, os silenciamentos, as impressões, os gestos e as manifestações corporais dentro do ambiente com o qual as participantes estavam familiarizadas e onde se sentiam seguras para colaborar com a pesquisa. É salutar frisar que esse cuidado foi considerado e reforçado nesse particular, uma vez que "a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito" (Orlandi, 2005, p. 43). Dentro dessa perspectiva, objetivou-se extremo cuidado para que todas as condições materiais durante a pesquisa de campo fossem mantidas, evitando-se que mudanças de cenário, espaços desconhecidos ou timidez ao falar em público interferissem substancialmente.

A tentativa de mitigar eventuais problemas no desenrolar da pesquisa – como a rejeição de participar ou número insuficiente de participantes – representava um risco real de não alcançar os objetivos, motivo pelo qual optou-se pela observância de duas condições: a) que o encontro da pesquisadora com as alunas fosse restrito a pessoas que se identificassem como pertencentes ao gênero feminino; b) que as participantes do 3º ano já estivessem familiarizadas entre si. A primeira condição justificava-se pelo teor da pesquisa, e a segunda pelo fato de que, conhecendo-se durante a vida estudantil no IFAC,

aumentava-se a confiança para participação ativa na pesquisa, permitindo que externassem com segurança suas impressões sobre o tema, o que criaria um espaço para experimentação tanto das manifestações individuais quanto das expressões em coletividade.

As participantes da pesquisa foram, como mencionado em parágrafos anteriores, alunas do Ensino Médio Integrado do 3º ano do IFAC, *Campus* Rio Branco, do Curso de Informática para Internet, que tiveram a experiência de cursar outros anos do Ensino Médio e estavam habituadas com as atividades da instituição, sua cultura organizacional, códigos explícitos e implícitos de convivência, rotinas e ambiente familiar. Considerando o exposto nos parágrafos anteriores, serão apresentadas informações pormenorizadas sobre a divisão em grupos e outros fatores fundamentais para compreensão do liame teórico e material percorrido durante a pesquisa.

Para preservar a identidade e a privacidade das participantes, optou-se por omitir seus nomes nos enunciados e nas análises. Dessa forma, as alunas participantes foram identificadas apenas por meio de numeração sequencial, conforme a ordem de entrega dos questionários. Desse modo, contou-se com 15 participantes, sendo que 2 (duas) entregaram-nos totalmente em branco, resultando em 13 questionários para análise.

2.3.1 Grupos em que foram divididas as participantes da pesquisa

A divisão nodal deu-se em razão de gênero, compreendendo o tema da pesquisa e o fim a que se propôs. Como a pesquisa se destina às alunas do 3º ano do Ensino Médio Integrado do Curso de Informática para Internet do *Campus* Rio Branco do IFAC, excluiu-se, portanto, docentes e servidores do campo, bem como estudantes do gênero masculino, bem como as alunas dos demais cursos do Ensino Médio.

As alunas que participaram da apresentação e do momento dialógico encontravam-se dentro de um ambiente familiar e envoltas por laços de amizade construídos ao longo dos anos. Desse modo, objetivou alcançar o maior número de participações tendo em vista o número de alunas matriculadas no curso de Informática para Internet, desde que cursando o 3º ano do Ensino Médio integrado no *Campus* Rio Branco. Dentro dessa perspectiva, a investigação conduziu-se mais detidamente num aprofundamento dos dizeres e não-dizeres, que um volume tamanho que inviabilizasse uma análise mais detida, uma vez se que se tratava de uma pesquisa predominantemente qualitativa.

2.3.2 População e amostra

Diante da oferta de três cursos técnicos integrados no *Campus* Rio Branco (Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações, Técnico Integrado ao Ensino Médio em Redes de Computadores e Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática para Internet), optou-se pelas alunas do Curso de Informática para Internet, numa amostra de quinze alunas, ciente de que o número previsto no projeto de pesquisa se tratava de um número em abstrato. Essa opção entre os três cursos apontados no parágrafo anterior, representou também desafio, uma vez que se corria o risco de não se conseguir alcançar o mínimo de 5 (cinco) participantes.

Assim, a participação das alunas na pesquisa de campo obteve adesão de 15 (quinze) alunas do curso que se pretendia investigar. Com isso, foi possível realizar uma pesquisa de campo com um número satisfatório de participantes no que diz respeito à pesquisa de campo (aplicação de questionário e encontro dialógico em formato de rodas de conversa). No que diz respeito às respostas do questionário, a adesão contou com 13 (treze) participações, que também carregou importante material para análise com impressões pormenorizadas sobre as questões postas referentes ao tema de pesquisa. No que diz respeito ao momento dialógico, foram 8 (oito) manifestações espontâneas sobre o assunto abordado. A pesquisa alcançou alunas entre 16 (dezesesseis) e 19 (dezenove) anos de idade, algumas já experientes na participação de eleições e outras ainda sem alistamento eleitoral.

As participantes foram identificadas por número crescente, de forma a organizar os dados e permitir uma intersecção das respostas, tanto no momento dialógico quanto nas respostas dos questionários. De fato, revelou uma interessante linha de raciocínio muito próxima do que escrevem e afirmaram, apesar das frases entrecortadas, curtas e objetivas, por vezes, formam um soneto de um enredo comum a todas, uma miscelânea de acreditar/desacreditar num mesmo verso, o que se verá adiante.

O questionário aplicado continha 16 (dezesesseis) perguntas subjetivas (Apêndice A), que abordavam o tema da pesquisa, considerando diversos espectros, como direitos, política institucional, percepções que tinha sobre como o assunto era tratado pela instituição e pelo corpo docente. As questões formuladas buscaram ampliar a discussão sob o signo da liberdade de expressão, respeito e segurança. O conjunto de perguntas se conectavam aos objetivos pretendidos desde o limiar da pesquisa de maneira que, as respostas pudessem lançar luz à pergunta de pesquisa: a Educação Profissional e Tecnológica

ofertada pelo Instituto Federal do Acre vem cumprindo sua missão de formar cidadã que ambicionam uma vida política para além do voto?

Nesse rigorismo investigativo, é indispensável deixar entabulados os critérios de inclusão e exclusão para se chegar ao conjunto que se pretende investigar. A transparência de cada etapa, por vezes exaustivas, evidenciava um desejo e compromisso rigoroso ao tangenciamentos que provocassem o distanciamento dos objetivos pretendidos. Os critérios deveriam ser claros e resolutivos para avaliação acadêmica dos meandros da pesquisa.

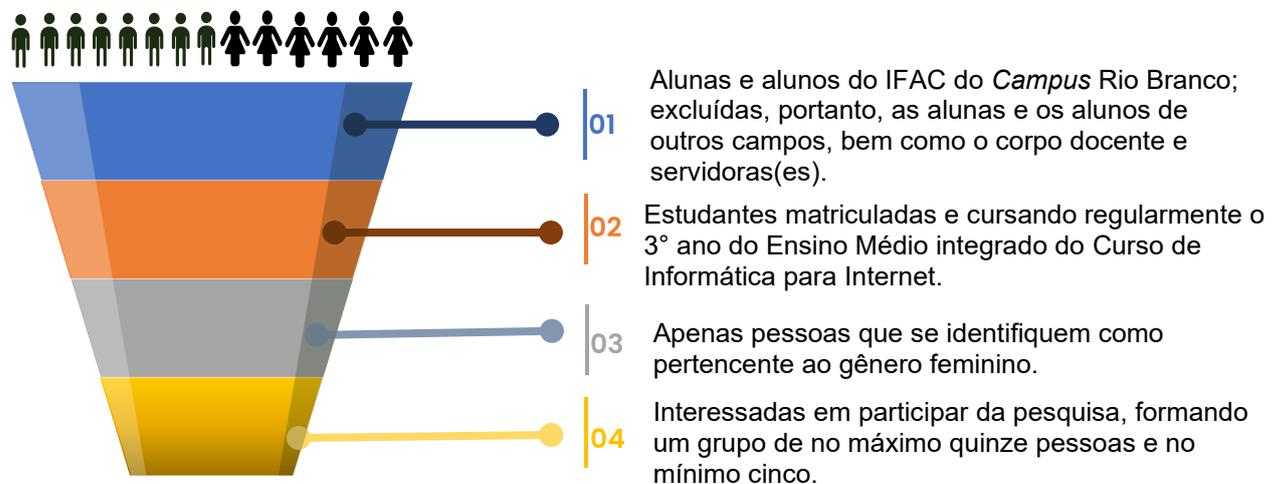
2.3.3 Critérios de inclusão e exclusão

O primeiro recorte de inclusão/exclusão foi o *Campus* Rio Branco como o instituto que receberá a pesquisa, excluindo-se as alunas dos demais campos. Dessa forma, alunas matriculadas no IFAC que não estejam matriculadas e cursando no aludido campo, estariam automaticamente excluídas. Em seguida, dentro desse universo do *Campus* Rio Branco, há uma variedade de cursos ofertados e novamente o corte de inclusão/exclusão levou em consideração estudantes do Ensino Médio, que estivessem cursando o 3º ano e que estivessem no curso de Informática para Internet.

Nesse aspecto, reduziu-se o universo pesquisado, para investigar as alunas que provavelmente teria alcançado a idade de mínima de alistamento eleitoral. Desse modo, seriam abordadas jovens que de alguma maneira poderiam ter uma compreensão mínima sobre o tema, apensar de não haver obrigatoriedade de voto antes dos 18 anos de idade no Brasil.

A participação de interessadas deveria contemplar pessoas que se identificam como mulheres, como mulheres trans, travestis e demais orientações sexuais. A Figura 3 permite, por meio de uma ideia de funil, demonstrar o universo pesquisado, pois essa definição das variáveis como idades semelhantes, mesmo curso, trajetória educacional e familiaridade umas com as outras, proximidade de uma formatura, incerteza sobre o futuro, e tantas outras questões que permitiu-se chegar numa massa de ideias consistente para uma análise discursiva.

Figura 3 – Ao encontro delas e para elas



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Os critérios apontados na Figura 3, que trata do universo pesquisável, coordenando critérios de inclusão e exclusão, visam garantir que a amostra fosse representativa e pertinente aos objetivos propostos no estudo sobre o tema da pesquisa. Assim, optou-se por restringir a participação às alunas que se identificam com o gênero feminino, matriculadas e frequentando o Ensino Médio do curso técnico integrado em Informática para Internet do IFAC. Com isso, buscou-se manter uma homogeneidade do contexto educacional e sociocultural das participantes, ou seja, idades similares e mesmo ambiente educacional, mesmo gênero, submetidas à mesma massa de conteúdos educacionais. Alunas de outros cursos, sejam subsequentes ou de nível superior, bem como docentes, foram excluídas para evitar variáveis que pudessem comprometer a análise comparativa e a validade interna da pesquisa. Essas delimitações metodológicas apresentadas pretendem situar o objeto de estudo dentro de um campo delimitado e visam proporcionar um aprofundamento específico das dinâmicas de gênero em um ambiente educacional técnico integrado, favorecendo uma análise criteriosa, focada e num sistema de coerência.

2.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Trata-se da linha dorsal de todo projeto de pesquisa identificar os locais onde se encontram os dados e sistematizá-los para estudo mais aprofundado, pois as fontes de informação fornecem a base para coleta e análise de dados sólida e consistente quando atendem aos padrões estabelecidos pela metodologia científica. Dessa maneira, as

pesquisas científicas desenvolvem-se por balizas éticas e confiáveis, conferindo robustez aos achados, sem se reduzirem a conclusões precipitadas ou limitadas ao senso comum. Assim, as técnicas e instrumentos de coleta de dados, bem como as técnicas e instrumentos de análise, serão descritos nos tópicos apropriados, demonstrando os caminhos percorridos durante a pesquisa de forma a possibilitar o conhecimento tanto dos dados quanto de como foram obtidos e tratados.

Desse modo, o que se pretende é apresentar de maneira clara os procedimentos adotados na pesquisa, visando garantir a submissão rigorosa às normas e o respeito à dignidade humana, uma vez que se trata de pesquisa com participantes humanos. Igualmente, busca-se apresentar os resultados de maneira fidedigna, evitando restringir-se à mera descrição empírica sem suporte teórico-conceitual, superficial e descontextualizada. Posto isso, almejou-se maior transparência e rigor ao articular os procedimentos de pesquisa, lançando mão, por diversas vezes, de representações visuais para permitir apreensão imediata do sentido estabelecido.

2.4.1 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

O trabalho compreendeu três frentes ativas de pesquisa: bibliográfica, documental e de campo. Para tanto, as providências foram efetuadas de acordo com as especificidades de cada método, considerando a interseccionalidade existente entre tema, objetivos e pergunta de pesquisa. Assim, a pesquisa bibliográfica consistiu no acesso e leitura de obras relevantes na literatura, bem como no levantamento do estado da arte, tomando como base dissertações, teses e artigos científicos nas plataformas de acervo digital e em bibliotecas físicas preferencialmente do IFAC e da Justiça Eleitoral. As produções acadêmicas (teses, dissertações, monografia e artigos publicados (entre 2020 e 2025), sem que se objetasse o uso dessas publicações fora do período estipulado, em razão da relevância para a formação do corpo teórico. Evidentemente, muitas obras clássicas foram incorporadas dada sua importância teórica e histórica para o campo de estudo. No que diz respeito especificamente ao acervo digital, a preferência recaiu sobre autores reconhecidos e de comprovada relevância para o desenvolvimento do conhecimento em variados âmbitos (local, nacional e internacional).

A busca também se deu em sites como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico, SciELO, Revista Direito GV e Revista Direito, Estado e Sociedade. Da mesma forma, realizou-se o levantamento documental em bancos de dados oficiais do Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal Superior Eleitoral, Câmara dos Deputados, Presidência da República, Senado Federal, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, entre outros.

Quanto à pesquisa de campo, para fins de gerar dados e registrar o discurso das participantes, organizou-se originariamente um encontro, contudo, como a quantidade de participações não atendia ao mínimo exigido para a pesquisa (mínimo de 5 participantes), foi necessário realizar um segundo encontro que se revelou interessante para fins de análise. Nos encontros foram considerando: disponibilidade de espaço físico, agendamento prévio adequado e estruturação com previsão de abertura, desenvolvimento e encerramento (Nascimento e Cavalari Júnior, 2022). A pesquisa de campo revelou-se o clímax da investigação (sem desmerecer as demais), pois oportunizou o encontro direto entre pesquisadora e participantes. Nesse particular, foi possível ouvi-las, colher falas e impressões, captar gestos, interesse no tema e linguagem corporal consonante com a fala – tudo durante a abordagem do tema da pesquisa, o que permitiu compreender suas intencionalidades e percepções de maneira que a proximidade favoreceu uma avaliação mais acurada.

Durante a apresentação e no espaço dialógico, aplicou-se um questionário (Apêndice A) que permitiu identificar nos discursos, ideologias e formações discursivas que entabulam figura feminina quando o assunto são os espaços de poder. O referido questionário foi submetido previamente ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)⁶ do IFAC, órgão responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, considerando especialmente a eventual participação de menores, que exigia autorização dos responsáveis legais.

Aprovada a pesquisa pelo referido comitê, os dados obtidos foram tabulados, gerando gráficos e imagens que permitiram, por meio de abordagem qualitativa, fazer inferências para compreender o grau de interesse das alunas quanto à sua projeção profissional na vida política – participação efetiva que considera movimentos estudantis como porta de entrada para uma atuação política ativa, tudo como fruto da contribuição formativa significativa da EPT ofertada pelo IFAC.

⁶ CAAE: 85141224.8.0000.0233 – Número do Parecer: 7.448.428 (Situação do Parecer: Aprovado).

2.4.2 Técnicas e instrumentos de análise de dados

Os dados obtidos na pesquisa permitiram avaliar se houve ganhos significativos para a construção de um perfil cidadão com propensão à participação política em razão da omnilateralidade e da politecnicidade na EPT. Envidaram-se esforços para identificar os fatores que permearam o cotidiano das alunas quanto ao tema da política: seus sonhos, projetos profissionais e como percebem tanto a política quanto a presença feminina nesse âmbito dentro de sua realidade circundante.

Com o uso do software Microsoft Excel, elaborou-se uma tabela que organizou as respostas mais frequentes e as menos recorrentes. Aglutinaram-se as 16 (dezesesseis) perguntas do questionário por proximidade de natureza do assunto tratado, ficando organizado da seguinte forma: a) política e ideologia; b) política, EPT e movimentos estudantis e, c) Produto Educacional.

Desse modo, ao reunir as perguntas, a análise empreendida teve o condão também de lançar as categorias da AD francesa também sobre o conjunto de discursos, considerando a ideologia e suas formações no assujeitamento desses corpos políticos num cenário que considera a família e a sociedade na formação desses sentidos. Desse modo, explicita-se na Tabela 1, a forma de aglutinação dessas perguntas, para, a partir dessa divisão, compreender os encontros discursivos que se constituía:

Tabela 1 – Categorização das perguntas

Tema	Perguntas
Política, Gênero e Ideologia	01, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 13 e 14
Política, Gênero, Movimentos Estudantis e EPT	02, 03, 04 e 15
Produto Educacional	16

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Desse modo, os discursos e as respectivas análises estarão inseridos no capítulo 4 que aborda temas como o Estado da arte e Campo de pesquisa; Participação feminina na política no Brasil; Movimentos Estudantis: as portas da política; Educação Profissional e Tecnológica: formando cidadãs de acordo com o dispositivo teórico. Não se tratando de operação matemática, as respostas perpassaram por diversos temas, contudo, a

setorização de algumas em determinada topografia resultou de um atendimento à aproximação dos discursos num determinado sentido e categoria.

Da mesma forma, os discursos ocorridos na sala de aula no momento dialógico, foram divididos dentro dessa mesma categorização (Política, Gênero e Ideologia, Política, Gênero, Movimentos Estudantis e EPT e Produto Educacional) de maneira que manifestações eram anotadas e submetidas ao mesmo tratamento metodológico, para uma análise global ao final do escrutínio específico, tudo sob o pálio da AD francesa.

Importante esclarecer que, gênero abordado nesse trabalho tem como ponto de partida o gênero feminino, portanto, uma “abordagem programática ou metodológica em que os significados de ‘homem’ e ‘mulher’ são tomados como fixos” (Scott, 2010, p. 10), para evidente demarcação de análise, uma vez que gênero “é um termo muito amplo e nem sempre se refere a uma pessoa em particular, a seu sentido profundo de si ou ao modo como manifesta certas características legíveis” no dizer de Butler (2024, p. 192). No presente trabalho, as participantes deveriam ser do sexo feminino (designado no nascimento) ou gênero feminino (identidade).

No que tange à análise textual, a pesquisa pautou-se na teoria francesa de Pêcheux (2016), filósofo e linguista fundador da Análise do Discurso (AD). A teoria habita o reino da Psicanálise, da Linguística e do Marxismo de maneira fluida e sem sobreposições conceituais, formando uma nova manifestação científica, um "novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto", pois ultrapassa fronteiras disciplinares, tornando-se algo novo ao sintetizar elementos de cada área (Orlandi, 2005, p. 20).

Orlandi aborda a AD sob o seguinte prisma:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento (Orlandi, 2005, p. 6).

Assim, a pesquisa investigou a produção discursiva em contexto específico (sujeito, ideologia e formações discursivas), utilizando a teoria de Pêcheux (2016) como alicerce metodológico. Tal abordagem, reconhecida no meio acadêmico (AD), oferece perspectiva relevante ao destacar o papel central do sujeito, da ideologia e das formações discursivas na construção dos discursos. Nesse sentido, a coleta de dados fundamentou-se na compreensão de que o sujeito (as participantes), enquanto instância discursiva, é moldado por estruturas ideológicas que permeiam o discurso. A análise sob esta perspectiva permitiu

compreensão mais aprofundada das relações entre linguagem, sujeito, ideologia e formações discursivas, possibilitando investigação mais consistente e contextualizada.

O sujeito, no contexto da AD, equivale ao emissor que enuncia, mas não é completamente autônomo, pois é influenciado por diferentes discursos circundantes que permeiam sua fala sem que perceba o fenômeno, acreditando na originalidade de sua enunciação. A ideologia, nesse sistema analítico, consiste em conjunto significativo de ideias que influencia o discurso do sujeito, refletindo valores e crenças dominantes (Orlandi, 2005).

As formações discursivas reúnem enunciados pertencentes a determinados campos sociais ou ideológicos, funcionando como estruturas que organizam o que pode ou não ser dito em dado contexto, criando atmosfera que captura discursos similares e intercambiáveis no mesmo campo. O dito e o não dito relacionam-se no campo da significação - o silêncio fala alto, o pensamento não verbalizado, mas valorado como interpretação de mundo.

Ao adotar a teoria de Pêcheux (2016) como referencial, buscou-se análise crítica que explore as complexidades inerentes à análise discursiva, proporcionando valiosos achados para a compreensão dos processos comunicativos no contexto investigado. Para a pesquisa, a teoria pècheutiana funcionou como baliza indispensável, pois propiciou interpretação discursiva que identificou, nos discursos das participantes, elementos primários que de alguma forma sinalizam a ausência de mulheres nos espaços de poder, especialmente em política, liderança, representação histórica feminina, movimentos sociais, candidaturas e eleições – temas que orbitam a pergunta de pesquisa. Assim, aspectos de assujeitamento, ideologia e formações discursivas permearam a Análise do Discurso (AD) aplicada às falas das alunas.

De acordo com Pêcheux, a análise do discurso converge três elementos: o materialismo histórico-dialético desenvolvido por Althusser em "Aparelhos Ideológicos do Estado"; as contribuições de Saussure ao desenvolvimento da linguística; e os aportes psicanalíticos de Lacan. Esse tripé fundamenta a análise pècheutiana (2016), conferindo rigor científico que permite apreender discursos subjacentes ao discurso manifesto.

Na análise empreendida, a AD francesa explorou conteúdos ideológicos e formações discursivas das alunas participantes, considerando que, em instituição de ensino, encontram-se enunciações que se entrelaçam constituindo percepções de realidade, numa construção linguística e simbólica que marcará esses seres sociais ao concluírem o Ensino Médio. Desse modo, o fenômeno da política e da representatividade deve ser analisado

pela lente da história e da identificação de padrões visíveis e invisíveis no mundo da mulher enquanto ser social excluído de mecanismos materiais de acesso ao poder.

Quando se fala de poder nessa argumentação, refere-se à concepção relacional da filosofia política (entre as teorias substancialista, subjetiva e relacional), sendo esta última a mais aceita atualmente entre juristas (Bobbio, 2024, p. 102), esboçada nas relações humanas, nas quais um comportamento influencia outros, induzindo ações de aceitação. O poder vislumbrado é aquele que a mulher exerce no espaço público entre iguais, representando cidadãs e cidadãos em pé de igualdade, numa relação de respeito mútuo, liberdade e acesso isonômico.

Assim, numa sociedade capitalista, em que o poder político e econômico se concentra nas mãos de uma burguesia majoritariamente masculina, branca e heteronormativa, historicamente fundada no patriarcado que posiciona a mulher em situação de subalternidade e alheamento às discussões políticas, o poder não se configura como horizonte de negociação com outros grupos sociais, principalmente aqueles que representam o oposto - no dizer de Beauvoir (2016a, p. 16), quando a mulher é o "Outro".

2.4.3 Desenho da Pesquisa

O caminho percorrido na pesquisa previu diversas etapas e requisitos científicos, uma vez que, por envolver pessoas, sua execução exigiu o cumprimento de normas legais específicas e tratamento criterioso e respeitoso, fundamentado no princípio da dignidade da pessoa humana conforme estabelece o art. 1º, inciso III, da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Autorizada a execução da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), procedeu-se ao levantamento bibliográfico, documental e à pesquisa de campo. Esta última consistiu na realização de uma apresentação e um momento dialógico com inspiração teórica em Freire (2022b), mediado pela pesquisadora, com 15 (quinze) alunas do 3º ano do Ensino Médio Integrado em Informática para Internet do *Campus* Rio Branco do Instituto Federal do Acre (IFAC).

Durante o encontro, aplicou-se questionário que permitiu investigar pontos relevantes para a pesquisa, envolvendo política, participação feminina, espaços de poder, democracia e temas correlatos a movimentos sociais, evitando-se ao máximo abordar assuntos sensíveis que pudessem causar sofrimento psíquico às participantes. Por tratar-se de pesquisa sobre questões de gênero, optou-se por reunir exclusivamente vozes femininas, compreendidas como todas as pessoas que se identificavam com o gênero

feminino. Ouvir atentamente os discursos emergentes dessas jovens vozes femininas pode indicar balizas importantes para a construção de um novo paradigma educacional. Aproximar-se dessas percepções em meninas em formação converge para uma ação institucional vinculada ao compromisso social de formar - e formar bem - para a cidadania.

Da tabulação das respostas, optou-se por aglutinar em categorias a saber: a) contribuição da EPT na formação cidadã; b) a política e seus desdobramentos; c) movimentos sociais como elemento formativo; d) produto educacional como suporte pedagógico. Tudo isso visando avaliar a EPT ofertada no IFAC e identificar fatores que estimulem ou desanimem a ponto de afastar as jovens do âmbito da coletividade política.

A pesquisa seguiu um percurso centrado na apreensão de conceitos e teorias indispensáveis ao desenvolvimento científico, mediante levantamento bibliográfico e documental que se articulou com a pesquisa de campo, de modo a identificar achados relevantes para a comunidade acadêmica e apontar obstáculos persistentes que dificultam a inserção de mulheres no espaço político.

Na Figura 4, apresentam-se as etapas percorridas no desenvolvimento da pesquisa, colocando a figura feminina no centro para destacar o compromisso deste trabalho com o corpo discente feminino do Instituto Federal do Acre.

Figura 4 – Caminhos da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

O desenho da pesquisa apresentado na Figura 4 foi estruturado de modo a atender aos critérios científicos metodológicos, com rigoroso cuidado temático, considerando tratar-se de questão enraizada numa estrutura social patriarcal e que pode representar avanço significativo para a instituição ao reposicionar o tema em sala de aula. O delineamento metodológico buscou proporcionar visão clara dos procedimentos necessários para obtenção de respostas ao problema de pesquisa, culminando nesta dissertação e no Produto Educacional correspondente.

Mediante a definição precisa dos métodos, técnicas e etapas, o desenho de pesquisa demonstra como foi conduzida a investigação e toda sistemática adotada de forma rigorosa, garantindo coerência interna e validade dos resultados obtidos. Estabelecido esse percurso investigativo, o próximo capítulo apresentará a fundamentação teórica que sustenta este trabalho - elemento essencial de uma dissertação, por oferecer o embasamento científico necessário para compreensão do fenômeno estudado e identificação de possíveis lacunas na literatura existente.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente dissertação explorou a relação entre o gênero, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ancorada na omnilateralidade e na politecnia, para uma formação plena que contemple a política como parte da construção da cidadania para as alunas do IFAC, que vislumbram seu ingresso ou sua permanência numa realidade permeada pela criticidade e conscientes de seu papel social para a transformação da sua realidade. Pretendeu-se investigar o cenário social e educacional no qual estão inseridas essas estudantes e suas percepções enquanto seres em construção, bem como o tema da política como parte desse acervo de saberes, a percepção sobre o assunto, o reflexo concebido pelas eventuais experiências educacionais e os possíveis entraves ou objeções em almejar postos de liderança política, permitindo analisar o alcance da EPT para a formação cidadã estabelecida no art. 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e demais normas infraconstitucionais.

Para enfrentar esse universo de significados, principalmente a importância da educação no desmantelamento dessa arquitetura social machista e o avanço em pautas de interesses femininos, norteando um trabalho educacional comprometido com sua finalidade social, utilizou-se como base autores como Frigotto (2001), Manacorda (2007), Marx (2013), Freire (2022) e Saviani (2007), entre outros, a fim de oferecer uma visão crítica sobre o papel da educação na emancipação e na inclusão dessas meninas num ambiente formatado pelas práticas políticas. Para abordar questões que afetam as mulheres, desde seu apagamento da estrutura social para além do ambiente doméstico, recorreu-se a nomes como Beauvoir (2016), Bourdieu (2024), Engels (2024), Friedan (2022), Lerner (2019), Lopes (2023), Pinto (2010), Priore (2004), Saffioti (1987), Tiburi (2018) e Wollstonecraft (2021), dentre outros e outras, que convidam a leitora ou o leitor a um permanente alerta sobre o panorama no qual ainda se encontram as mulheres no Século XXI.

Para uma investigação realizada intramuros no IFAC, adentrou-se nas questões que refletem também a importância dos movimentos sociais como porta de entrada ou permanência numa vida política mais substantiva, em práticas de militância e propositivas para uma transformação social, que urge por medidas concretas de formação de alunas que almejem avançar em uma participação política extramuros, culminando numa proposta de aplicação de um Produto Educacional (PE) que pretende enriquecer as experiências e

os conhecimentos acerca do assunto da mulher na vida política. Nesse campo teórico, emergem figuras como Poerner (2004) e Oliveira (2020), representantes significativos, sem desmerecer a contribuição de outros especialistas no tema.

Dessa maneira, dividiu-se o referencial teórico, para fins de abordar as questões da EPT, do Gênero e da Política entabulados nos seguintes tópicos: 3.1) Participação feminina na política no Brasil; 3.2) Movimentos Estudantis: as portas da política e; 3.3) Educação Profissional e Tecnológica: formando cidadãs. Assim, a pesquisa percorreu uma análise crítica macro para uma dedução micro, sem nunca se afastar do objetivo geral de investigar a contribuição da EPT para a formação cidadã das alunas na política. Tudo isso, a fim de buscar responder à pergunta inicial da pesquisa e, com isso, contribuir para o avanço da ciência nessa área, mesmo ciente de que alguns pontos foram deixados de fora, não pela falta de importância, mas pelo tempo e pela consciência de que há sempre o que fazer para o desenvolvimento do conhecimento humano. Ciente dessa condição, a proposta teórica delineada foi balizada conforme a figura a seguir (Figura 5), que deixa claro que as lacunas podem significar um convite para outras mãos construírem.

Figura 5 – Mulheres na Política: O papel da EPT



Do delineado na figura acima, os macrotemas foram esmiuçados em subtítulos que se desenvolveram na busca por respostas que precisam ser avaliadas. Trata-se de questões de mudança na forma como a política é tratada na experiência das alunas do IFAC durante todo o período em que permaneceram cursando o Ensino Médio integral do instituto. Buscou-se compreender, por meio da pesquisa, os discursos que por vezes escamoteiam a realidade e não permitem enxergar que há problemas sociais que podem sofrer interferência relevante quando a formação é voltada para uma construção intensa de cidadãs e cidadãos comprometidos com seu desenvolvimento pessoal, mas também conscientes de seu papel social e de sua história enquanto pessoas inseridas numa dada sociedade.

A pesquisa bibliográfica e documental foi fundamental para a formação de um suporte teórico que contribuiu sobremaneira para a compreensão do tema e do estado da arte, alavancando a busca por áreas que apresentavam pontos interessantes de aprofundamento, uma vez que gênero e EPT foram abordados em diversos trabalhos acadêmicos disponíveis para consulta, no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico, SciELO, Revista Direito GV e Revista Direito, Estado e Sociedade, sobretudo em obras consolidadas por autores da área de pesquisa.

3.1 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA NO BRASIL

O lapso temporal entre o Brasil Colônia e o Brasil de 2025 representa um recorte muito ambicioso para se falar sobre a participação feminina na política brasileira. Contudo, breves considerações se fazem necessárias para uma compreensão mais próxima do contexto sócio-histórico-material que articula os dois temas: participação feminina e política no Brasil. Dessa feita, utilizou-se como marcos temporais, para fins didáticos, os mesmos adotados pelos historiadores: Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República, pois essa periodização representará uma tentativa de assimilação de um tema denso, calcado na interdisciplinaridade das ciências humanas (Trevisan, 2012).

A questão de gênero como categoria de estudo na história emerge, de acordo com Trevisan (2012, p. 214), no final da década de 1960, em razão da influência do movimento feminista nos Estados Unidos e em outros países. Para a autora, o marxismo "considera, na maioria das vezes, as contradições de classe, relegando ao segundo plano as questões

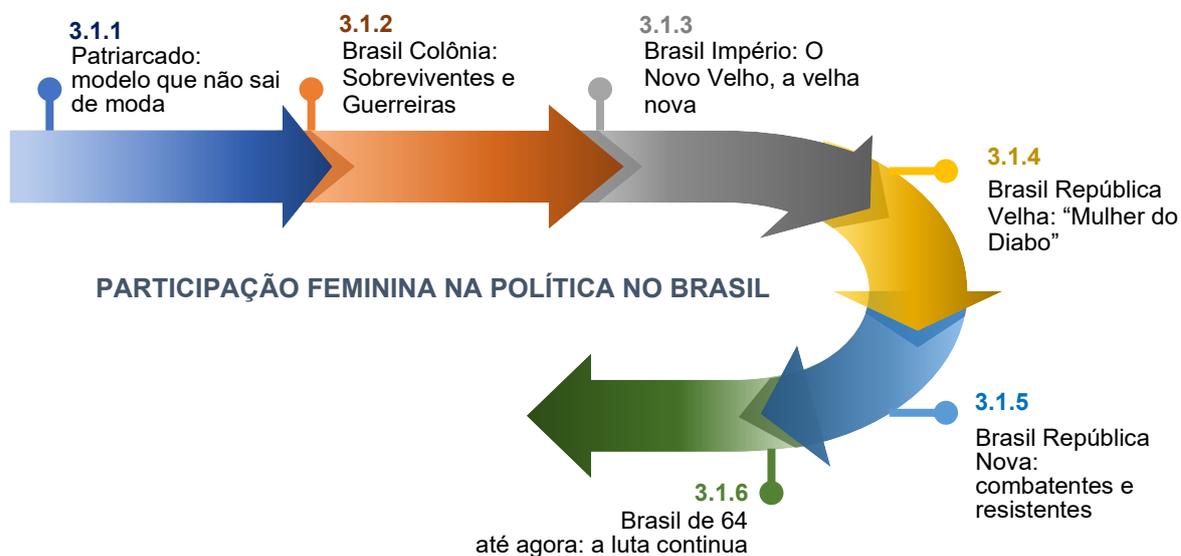
étnicas, bem como as que opunham homens e mulheres". Entretanto, com o passar do tempo, na década de 1960, ocorreram mudanças importantes para o estudo da história pela lente do gênero, como o "revisionismo marxista", a Escola de Frankfurt, os historiadores das mentalidades e do discurso, o que culminou "na integração da experiência social das mulheres na história" (Soiht e Pedro, 2007, p. 284-285, *apud* Trevisan, 2012, p. 214).

Marcos temporais são importantes porque, por meio deles, é possível analisar uma série de questões (regime de poder, contexto econômico, trabalho etc.) que devem ser consideradas como possíveis respostas a um modelo de sociedade existente em determinado período, bem como as mudanças ocorridas e o legado que marcaram as gerações seguintes. Um exemplo disso é a base da economia brasileira e as condições de vida das mulheres negras, indígenas e brancas no Brasil Colônia, cuja participação na política, segundo Teles (2012, p. 23), deveria levar em consideração "as diferenças econômicas e sociais". Tal questão perpassa a história da mulher no Brasil, mas não passa incólume: fatores sociais, econômicos e políticos interferem nessa trajetória, de modo que, nesse emaranhado de acontecimentos, faz-se necessário recorrer a uma periodização estabelecida pelos historiadores.

Consoante o exposto, iniciaremos pelo Brasil Colônia, abordando em um breve introito a questão do patriarcado e da condição feminina, em uma análise perfunctória, porém necessária para não se desviar do tema da dissertação. Para tanto, buscou-se o criterioso cuidado de consultar obras de renomadas autoras e renomados autores, a fim de realizar um levantamento que possa auxiliar na compreensão e na contextualização desses fatores para a realidade social atual.

Dentro da proposta do presente trabalho, o segundo macrotema – a participação feminina na política no Brasil – evidenciou a necessidade de mapear essa participação ao longo dos anos, conforme a divisão utilizada pelos livros de história e também por Teles (1993), de acordo com a Figura 6. Essa abordagem tem o intuito de preparar o terreno para inferir sobre a construção do imaginário social brasileiro no que diz respeito às mulheres e sua presença na política.

Figura 6 – Trilha argumentativa 1



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Dessa forma, a escolha desses subtópicos tem o objetivo de abarcar, da maneira mais ampla possível, como a mulher no Brasil teve sua presença marcada nos espaços públicos e o que representa a política como fator de exclusão. Está-se ciente de que as considerações apresentadas constituem singelas pinceladas, uma vez que o tema é extenso e não foi esgotado nas páginas seguintes, mas as discussões contribuíram sobremaneira para compreender o cenário atual e como ele se materializa para a mulher que almeja uma vida política. Desse modo, a análise histórica foi construída sob um modelo que persiste no tempo e no espaço, exigindo um trabalho profundo e laborioso de enfrentamento.

3.1.1 Patriarcado: modelo que não sai de moda

É preciso tecer algumas considerações iniciais sobre o efeito do patriarcado ao longo da história humana para fazer algumas incursões sobre seus efeitos na história do Brasil nos tópicos seguintes. Advém essa necessidade para aplainar o terreno tortuoso pelo qual passam os fenômenos sociais, e como se desenrolou esse modelo patriarcal em terras brasileiras. Assim, como ponto de partida, tratou-se de analisar os efeitos do patriarcado na construção da sociedade, visto que se trata de uma "criação histórica formada por homens

e mulheres em um processo que levou quase 2.500 anos até ser concluído", no dizer de Lerner (2019, p. 261).

Esse sistema de códigos e condutas sociais⁷ esculpiu os moldes nos quais o enquadramento de cada sexo deveria se encaixar e que tem seus primeiros traços registrados na história da humanidade em razão do "desenvolvimento da agricultura no Período Neolítico" pela prática de troca de mulheres, segundo a referida autora. Assim, defende ela que a opressão pela qual as mulheres passaram foi anterior à "formação de classes e à opressão de classes". O que se experimentava era um intenso comércio de corpos femininos, reificados em razão de sua sexualidade e capacidade reprodutiva (Lerner, 2019, p. 262).

Sob o corpo feminino pairava um "palco nebuloso e obscuro no qual Deus e o Diabo se digladiavam". A ausência de conhecimentos nas áreas da anatomia e da patologia abria espaço para toda sorte de interpretações, e as consequências eram sentidas pelas mulheres que se viam envoltas naquele mar de misticismo e obscurantismo na medicina praticada entre os Séculos XVI e XVIII (Priore, 2004, p. 66). Seus pecados eram terem nascido, portanto, sob elas pairava o conceito de inferioridade, uma natureza repulsiva que carecia da condução masculina para sua redenção.

Nesse modelo social, a ciência, por vezes, servia de carapaça para justificar um processo histórico-social de diferenciação entre as pessoas. Esse modelo sofisticado serviu-se de todas as artimanhas que lhe estavam dispostas, construindo uma atmosfera quase imperceptível de regras prontas e espontâneas, advindas de uma determinação divina, cujo corpo confirmava a situação. Seus corpos, desde a tenra infância, precisavam ser domesticados, adestrados ao padrão que lhes retirava espontaneidade: "ensinam-lhe a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa ao mesmo tempo que da toaleta, da arte de seduzir, do pudor; vestem-na com roupas incômodas e preciosas das quais precisa cuidar", como assevera Beauvoir (2016b, p. 26).

A mulher, nesse contexto, era tida como uma figura de grande desconfiança e que guardava em si os mistérios do prazer e da luxúria, portanto, condenada à dominação masculina, a quem competia domar esse espírito incompleto e perigoso. A ignorância sobre o sistema reprodutor feminino inclusive significava motivo de preocupação e cautela. A toda

⁷ "O primeiro papel da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transação de casamento", que compreende como representação das primeiras dinâmicas de acúmulo de propriedade privada (Lerner, 2016, p. 262-263).

sorte de maléficis lhes eram atribuídos, de serem bruxas, feiticeiras e tudo o que contaminasse a imagem. Desse modo, a mulher vem ao longo da história sofrendo os efeitos desse modelo de sociedade que sustenta um tratamento de exploração e cativeiro.

Em Lerner (2019, p. 264):

O registro histórico de todas as sociedades escravocratas oferece evidências dessa generalização. A exploração sexual de mulheres de classe baixa por homens de classe alta pode ser demonstrada na Antiguidade, sob o feudalismo, em lares burgueses dos séculos XIX e XX na Europa, nas complexas relações de sexo/raça entre mulheres dos países colonizados e seus colonizadores homens — é onipresente e disseminada. Para as mulheres, exploração sexual é a própria marca da exploração de classes.

O patriarcado, nesse esquadro, adere às relações humanas desde há muito e é objeto de estudos. A dominância sobre o corpo feminino é, sem dúvida, a sua marca, não conhecendo limites, espraiando-se de forma eficaz pelos períodos da história humana. Não se pode, com isso, dizer ou ignorar outras formas de sociedade organizada em torno das figuras femininas, mas a dominação masculina foi, sem dúvida, uma forma de controle humano eficaz, mesmo diante da complexidade das relações sociais. A dupla exploração era aplicada às mulheres: a econômica, por apropriação da força de trabalho, quanto ao fato de os homens se utilizarem da sexualidade feminina para comercializá-la (Lerner, 2019, p. 265).

Ao corpo feminina restava os atravessamentos de uma construção apenas histórica, era também transpassado pelos receituários da filosofia, da Medicina, da Pedagogia, da Psicologia e do Direito, a partir desse encontro teórico de condutas conformativas à figura feminina, o mundo dessas mulheres era moldado por qualquer instância social, dentro ou fora de casa (Colling, 2014, p. 16). Não havia espaço para um respirar de esperança, tudo estava confinando. Assim, as sociedades construíram suas relações, segundo a mesma autora, na prevalência do domínio masculino sobre as funções reprodutivas e a força de trabalho feminina. Com efeito, essa questão merece ainda um pouco mais de atenção, pois aponta para uma construção de opressão calcada numa construção social de diferenciação que aderiu ao modo de vida em sociedade desde as mais remotas eras.

Para Bourdieu (2024, p. 44), a dominação masculina, aproveitando-se da diferença dos corpos, atribuiu-lhes tarefas específicas como que inatas ao gênero, pois a natureza havia se encarregado de dotar a pessoa com tais características, quando, segundo o mesmo autor, se tratava de uma construção social. A questão é nodal para compreender

essa histórica prevalência da figura masculina sobre a feminina, é entender a trilha percorrida pela humanidade que nunca abriu passagem para um andar lado a lado entre homens e mulheres. Tais diferenças anatômicas, funções sexuais e outras diferenças "visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino" foram utilizadas como esquemas práticos da visão androcêntrica, o que leva a se discutir sua "significação e valores".

Para o autor, tratou-se de uma "construção arbitrária do biológico", o que fez com que, simbolicamente, a natureza servisse de pano de fundo que naturalizava as mais variadas discriminações e formas de opressão. Esse trabalho ideológico produziu profundos esquemas de relacionamento, ou seja, uma "construção simbólica" que não se sustentou superficialmente apenas em uma espécie de modelo fenotípico social; foi além, a diferenciação foi tão severa, a ponto de não ser percebido o sentido de exclusão de tudo aquilo que caracteriza o "outro gênero" (Bourdieu, 2024, p. 45).

Para as sociedades antigas, como as da Mesopotâmia e do Antigo Oriente Próximo, assevera Lerner (2019, p. 265-266), o controle sobre a mulher e sua função reprodutiva era mantido pela família patriarcal, e não importava o poder econômico: estariam em posição subalterna. O patriarcado, portanto, estava e está a serviço da manutenção de uma ordem social que não recua sem que as mulheres lutem por melhoria, reconhecimento e direitos. Esse sistema de opressão atingiu as famílias de um modo especial, bem como todas as relações sociais nas quais essas mulheres estivessem, pois, seus tentáculos não se revelavam apenas no espaço público, presentes profundamente no ambiente doméstico.

Para sociedades modernas, calcadas na industrialização, viu-se um ensaio tímido de tentativas igualitárias, quando considerando as relações de propriedade; contudo, o "poder econômico e sexual" não se alteraram na família modelada no patriarcalismo, uma vez que esta, por sua vez, reproduz a ordem do Estado (Lerner, 2019, p. 266). Assim, as colunas do patriarcado mantiveram-se erguidas e sustentando toda série de desculpas para obstar a inserção da mulher na vida pública.

Nos achados históricos e dos estudos deles decorrentes, constata-se que o patriarcado, na ordem dos acontecimentos, não surge na espontaneidade de um estado de natureza; fruto, portanto, de uma criação humana nascida nas relações que pressupõem a dominação de um ser sobre o outro, *in casu*, do homem sobre a mulher. Para Lerner (2019, p. 267), contou com a colaboração das mulheres para que tal se desse, sendo que, em Bourdieu (2024, p. 64), a violência simbólica presente historicamente nessas relações entre homens e mulheres, com suas condições estruturantes (instituições, família, igreja, escola

e Estado), os "dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais". As consequências advindas desse mecanismo opressor do patriarcado constroem um pensamento "autodepreciativo" de si mesma, que se reproduz dentro da sociedade e para além de seu tempo. Assim, a naturalização ocorre no bojo de uma relação de dominação que não mais permite pensar sobre, pois, no sistema relacional dominante-dominado, o conhecimento que ambos dispõem sobre a relação passa a ser incorporado ao ponto de não se perceber o que fora construído (Bourdieu, 2024, p. 64).

O patriarcado sustenta um códex social de relação ao longo da história da humanidade, uma vez que envolve questões caras à sociedade como a origem do Estado e da família, esta como modelo atomizado e reprodutivo daquele. Para Engels (2024, p. 65-67), a propriedade privada surgida nos agrupamentos mais rudimentares que experimentaram a exclusividade da posse de rebanhos e instrumentos de trabalho, frente à mudança de herança ser transmitida à filiação dos homens diante do direito materno, foi responsável por uma grande transformação para aqueles primitivos agrupamentos humanos que teve consequências para a humanidade. Assim, "o desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo" e, como efeito mais radical, foi a instrumentalização sexual da mulher, sob o poder de uma figura masculina responsável que reuniria sob si o poder de comandar uma família (Engels, 2024, p. 69).

Em Beauvoir (2016a), as perspectivas de Engels (2024) na obra *A origem da família*, da propriedade privada e do Estado fornecem um percurso histórico importante para a condição feminina que aponta para a divisão sexual do trabalho desde a Idade da Pedra. Assim, "nessa divisão primitiva do trabalho, os dois sexos já constituem, até certo ponto, duas classes; entre elas há igualdade. Enquanto o homem caça e pesca, a mulher permanece no lar", e continua a referida autora a discorrer sobre as etapas das relações humanas travadas entre mulheres e homens. Contudo, a autora assinala que:

E na exposição de Engels sobre a história da família os acontecimentos mais importantes parecem surgir inopinadamente segundo os caprichos de um misterioso acaso. Para descobrir a mulher não recusaremos certas contribuições da biologia, da psicanálise, do materialismo histórico, mas consideraremos que o corpo, a vida sexual, as técnicas só existem concretamente para o homem na medida em que os apreende dentro da perspectiva global de sua existência. O valor da força muscular, do falo, da ferramenta só se poderia definir num mundo de valores: é comandado pelo

projeto fundamental do existente transcendendo-se para o ser (Beauvoir, 2016a, p. 80).

Em Beauvoir (2016a), portanto, encontra-se um apontamento da necessidade de um aprofundamento que investigue a situação da mulher na história da humanidade, não aceitando as balizas traçadas de maneira categórica, presa tão-somente na instituição da propriedade privada, como indicava Engels (2024). Desse modo, devia-se investigar mais detidamente o tema, pois, segundo a referida autora, a divisão sexual do trabalho, por si só, não responderia por completo esse que é um campo conflituoso ou base suficiente para justificar o modelo de opressão, que encontra a resposta na afirmação: "Oprimida, submergida, ela se torna estranha a si mesma pelo fato de ser estranha ao restante do mundo" (Beauvoir, 2016b, p. 77).

Para enfrentar tais questões e o significado das opções ou determinações da sociedade, um pensamento intrusivo pode surgir nessa ocasião, qual seja: afinal de contas, o que significaria uma vida baseada num determinado papel sexual? Esse reducionismo existencial teria o condão de atravessar experiências humanas ao ponto de representar algo de relevo ou substancial na história e na vida das mulheres, perguntaria alguém interessado ou interessada no tema.

Para Friedan (2022, p. 329), o mesmo questionamento emerge com sua resposta acoplada, na qual faz esse exercício de perguntar e responder:

Mas o que acontece quando uma mulher baseia toda sua identidade em seu papel sexual; quando sexo é necessário para ela "se sentir viva"? Muito simples: ela faz exigências impossíveis sobre o próprio corpo, sua "feminilidade", bem como sobre o marido e sua "masculinidade".

Vê-se do excerto acima que reduzir uma existência enquanto ser ao papel sexual tem seus efeitos profundos nas relações humanas. Nele - o papel sexual - as significâncias adentram diversos campos sociais e fundamentam o tratamento de negação de igualdade que se propaga no tempo e molda engenhosamente as redes de relacionamento. Portanto, as mulheres dentro do laboratório de experimentos são colocadas de maneira que suas existências são imersas numa homogênea fórmula desenhada pelo patriarcado. Logo, por vezes, muitas sequer na imanência percebem as condições que formatam seu cotidiano, pois as coisas da vida estão postas como naturais e fundantes, nada havendo para além.

Em Engels (2024), é possível extrair a imagem da mulher reduzida a um bem pertencente ao homem, ou seja, a mulher inserida no inventário de bens com os caracteres

legais de disposição, uso e fruição, direitos daqueles que detêm a titularidade de uma propriedade privada e nela exercem seus direitos em contraposição aos demais da sociedade. Desse modo, a vida daquelas e daqueles que orbitavam seu universo particular, nesse pequeno círculo social doméstico, estaria sob as ordens do chefe daquela família. O homem, nesse papel, centralizaria o poder sobre todos os que estavam à mercê de sua autoridade e que não poderia ser contestada. Dessa soberania particular, a vontade do homem prevalecia sobre a vontade dos demais. Nessa toada, a figura feminina com seu poder materno foi sendo apagada de maneira que foi preciso profundas pesquisas para se encontrar em qual curva da história as mulheres foram reificadas e sua existência passou por graves mudanças.

Dito isso, vê-se que grandes dificuldades emergem nas pesquisas para traçar essa história da mulher, vez que sua história foi escrita por homens ou mesmo não escrita. Interessante observar que a família monogâmica serviu de padrão para o coroamento do homem consolidar seu poder, numa construção social que não lhe seria mais discutida a paternidade; por conseguinte, seus herdeiros seriam detentores dos bens do pai por herança (Engels, 2024, p. 74). Tal esquadramento é reforçado no modelo de sociedade grega que o mesmo autor aponta:

Em Eurípedes, a mulher é designada como *oikurema*, isto é, destinada a cuidar da casa (a palavra é neutra) e, além da procriação dos filhos, não passava de criada principal para o ateniense. O homem tinha seus exercícios físicos e as discussões públicas, atividades das quais a mulher estava excluída (Engels, 2024, p. 74).

Os traços de separação do lócus vão sendo desenhados no modo de vida da sociedade, conforme se depreende do trecho colado acima. A mulher assume um papel e habita um lugar com sua respectiva função, cabendo-lhe, nesse esquadro, a submissão. O corpo feminino passou por rigoroso controle e sob uma naturalizada vigilância, servindo o matrimônio como gaiola que lhe garantirá a sobrevivência por sua desigualdade econômica entre homens e mulheres. Agora contadas, comercializadas e subalternizadas, as mulheres se viram dentro de uma realidade que em muito diferia daquelas experimentadas nas formas de sociedades que tinham na mulher uma figura que detinha poder: o poder materno.

No mesmo liame argumentativo, compara o referido autor a situação da mulher à condição do proletariado na relação com o dono do capital, que, nesse modelo atomizado, seria representado pelo homem com quem celebrou o matrimônio. E vai além: aponta como

um mal a condição feminina, a instituição do casamento monogâmico, pois apenas instrumentalizou o poder patriarcal, já que a ele se deve o duplo efeito de representar um avanço social, mas que também serviu de justificativa para se sobrepôr às mulheres, impingindo-lhes uma realidade de opressão e sofrimento alheio (Engels, 2024, p. 79).

Dentro desse cenário, a inércia, a conformação, o apagamento serve apenas à manutenção do sistema opressor. Por vezes, as mulheres, absorvidas numa realidade em que não se percebem vítimas de uma estrutura social desigual, muitas das vezes reproduzem o modelo posto. Para uma vida de infelicidades, muitas se levantam todos os dias ocupadas pelos afazeres que lhes disseram serem as legítimas responsáveis, para os quais a natureza lhes concedeu por essência. É preciso não se acovardar diante da luta e buscar abrigo nos braços de seu algoz; muito pelo contrário, a história do patriarcado deixa um recado bem claro: a mudança vem do protagonismo de sua história. Assim, a mulher precisa repensar sua vida no individual e no coletivo, em busca de uma existência plena que alguns batizaram com o nome de felicidade, que "é quando as pessoas têm de lutar contra as adversidades da vida, pois evitam que se tornem presas de vícios enervantes, meramente pela ociosidade!" (Wollstonecraft, 2021, p. 76).

Nessa busca por transformações, as mulheres na história desafiaram os códigos, condutas e papéis. Não se conformaram com o que estava posto, elas questionavam e lutavam, e com isso lutaram a luta de todas. Os frutos desses embates podem ser colhidos no dia a dia, ao usar uma calça jeans, ao não precisar de autorização para exercer alguma profissão ou ocupar algum cargo de relevância, mesmo diante dos obstáculos materiais. A luta dessas mulheres representa um testemunho de que os avanços são frutos, mas o caminho é árduo, pois o desejo é uma sociedade igualitária. Assim, se para os homens as habilidades e as virtudes são perquiridas para os tornar notórios de uma classe média, do mesmo modo as mulheres, quando podem sair da obscuridade, reivindicam também o mesmo respeito (Wollstonecraft, 2021, p. 79). As mulheres, ao longo da história, buscam um reconhecimento de condição de igualdade, respeito e participação na vida para além das questões mezinhas da vida doméstica. Sua voz não é ouvida dentro do cenário patriarcal, e somente os movimentos de contraposição ao seu quadro opressivo podem representar uma mudança social.

A história das mulheres, ou melhor dizendo, a história sobre as mulheres contada por homens, registra desde a Grécia antiga um tratamento desigual quando se referia às mulheres. Afinal, para Platão, "uns homens procriam segundo o espírito, outros segundo o

corpo, como as mulheres. Por esta razão, o amor entre homens é mais valorizado", e tal se dava porque, segundo ele, após uma relação sexual entre homens, ambos se conduziram para as atividades de criar obras, "o que não acontece com as mulheres, que estão sempre colocadas ao lado da animalidade" (Colling, 2014, p. 50). Ocorre que a visão androcêntrica sobre a realidade e seus efeitos na arquitetura das relações sociais, culminando na instituição cristalizada de mecanismos de poder sobre a mulher, passaram ao longo dos anos, espalhando-se no tempo e nos diversos campos (família, espaços de ensino, igreja, sociedade e Estado), o que demonstra a dificuldade de se cortar as raízes desse mecanismo chamado patriarcado.

O patriarcado foi o mecanismo de controle social e histórico que representou e ainda representa a resposta para um cenário social experimentado pelas mulheres. Seus mecanismos podem ser sentidos mesmo nos dias atuais, em maior ou menor grau, não importando a função que essa mulher desempenha na sociedade. Esse pequeno introito tem apenas a intenção de preparar o espírito investigativo para uma incursão pela história do Brasil desde a sua condição de Colônia até os dias atuais. Evidentemente, não se pretende esgotar o tema, mesmo porque não seria esse o objetivo e nem haveria tempo e espaço suficiente, mas o importante é manter alerta para a questão de que a mulher precisa lutar por mudanças que vão além dos direitos. O mundo que se construiu tem um modelo, o modelo patriarcal, e nele não há espaço ou concessões na linha do horizonte; a outra alternativa é a luta.

3.1.2. Brasil Colônia: Sobreviventes e Guerreiras

O subtítulo é uma homenagem ao trabalho de Priore (2020) que, em obra intitulada *Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*, apresenta uma vasta reunião de micro-histórias de mulheres que não pertencem à historiografia tradicional brasileira, ou seja, foram esquecidas pela história oficial do Brasil, contudo, ambientam com profundidade o cotidiano daquela época e permite aferir a presença feminina como elemento formador marcante na construção da sociedade brasileira.

Para a referida autora, o estudo da presença feminina no Brasil Colônia tem como ponto de partida a palavra "igualdade", que remete necessariamente a uma breve digressão sobre o patriarcalismo e a sujeição da mulher entre os Séculos XII e XVIII, período no qual

a "desigualdade se baseava em outro argumento: A Igreja identificou nas mulheres uma das formas do mal na terra. A literatura a descrevia como 'diabo em forma de gente'" (Priore, 2020, p. 19). Quando se referia à expressão "outro argumento", a autora explicava que se tratava do pensamento de filósofos como Platão e Aristóteles, que viam a desigualdade feminina como "natural".

Neste ponto, faz-se necessário compreender a questão da mudança de paradigmas: se outrora bastaria para sustentar o sistema opressivo sobre a mulher em razão de uma inferioridade biológica, sofisticou-se essa justificativa de dominação, ou seja, do natural para o sobrenatural, pois conduziu a um viés impossível de questionamento.

Assim:

Os mistérios da fisiologia feminina, ligados aos ciclos da lua, ao mesmo tempo que seduziam, repugnavam os homens. Eles procuravam um responsável pelo desaparecimento do Paraíso terrestre e encontraram: não foi tudo culpa da Eva? Como não desconfiar de um ser cujo maior perigo consistia num sorriso? Mal magnífico, prazer honesto, venenosa e traiçoeira, a mulher era acusada pelo outro sexo de ter introduzido sobre a terra o pecado, a infelicidade e a morte. Pandora grega ou Eva judaica, a mulher cometera o pecado original ao abrir a caixa que continha todos os males ou ao comer um fruto proibido. A caverna sexual tornava-se, assim, uma 'fossa viscosa do inferno', explica o historiador francês Jean Delumeau (Priore, 2020, p. 18)

Assim, a visão eurocêntrica trazia para a colônia uma mulher inserida num contexto de desconfiança, cabendo-lhe a obediência ao homem. Um modelo de submissão que vai se deparar com situações diferentes de outros modelos (indígena e negro). Dessa experiência, haverá um interessante choque de culturas que será objeto de diversos estudos para uma melhor apreensão do tema para além de seu tempo. Assim, ao homem também caberia o papel de dominação, pois sob seus ombros estaria o dever de domar essa figura enigmática que representava a mulher na época.

Dessa forma, ficou na história o traço com o qual as mulheres foram desenhadas: ligadas ao impuro, ao oculto, fonte de medo, donde provinha o pecado, responsável pela saída do paraíso cristão. Essa figura não poderia ser extirpada da sociedade; a solução seria enquadrá-la num determinado local, que não poderia dispor de mecanismos para se libertar de seu opressor, pois com ele mantinha relações afetivas. Assim, em todas as figuras femininas estaria estampada a pecha do mal necessário, que, tolerado, deveria ser subjugado.

Essa engenharia social nada espontânea foi construída nas mais diversas áreas, o que fazia da mulher o alvo exordial e principalmente fácil de atacar, pois sobre ela recaía o mal; sua existência representaria o sinal da queda humana da condição de imortal, estando agora sujeita à morte. Nisso, a grande responsável pela confluência desse modelo opressor pode ser creditada a muitas organizações: Estado, escola, igreja. Esta última, por sua vez, elevou o grau de opressão ao etéreo, o que significava que não havia como contestar, pois, em sendo assim, desafiar a ordem dada seria desafiar a vontade divina.

A presença da igreja nesse espaço e tempo foi fundamental para a criação de um imaginário social que apontava para um modelo de figura social feminina que deveria ser acatada por todas, conforme explicita o trecho a seguir:

O fundamento escolhido para justificar a repressão da mulher era simples: o homem era superior, e, portanto, cabia a ele exercer autoridade. São Paulo, na epístola aos Efésios, não deixa dúvidas quanto a isso: “as mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher como Cristo é a cabeça da igreja... Como a igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas a seus maridos”. De modo que o macho (marido, pai, irmão etc.) representava Cristo no lar. A mulher estava condenada por definição, pagar eternamente pelo erro de Eva, a primeira fêmea, que levou Adão a pecar e tirou a humanidade futura a possibilidade de gozar da inocência paradisíaca. Já que a mulher partilhava da essência de Eva, tinha de ser permanentemente controlada (Priore, 2004, p. 37).

A Igreja Católica, portanto, representava uma importante fonte de um arcabouço dogmático que se fazia presente na sociedade da época, de maneira que suas regras adentravam os lares e regulavam a vida doméstica. Contudo, essa condição regulatória não se restringia à ortodoxia católica. Lutero, por exemplo, divergia quanto ao casamento; porém, "ele não divergiu da visão da Igreja Católica da mulher como ser inferior, útil apenas para a reprodução" (Priore, 2020, p. 19).

A figura feminina no Brasil Colônia, ao mesmo tempo que era fundamental para o desenvolvimento da sociedade, deveria sofrer o império da força para que fosse tida como ajustada ao seu papel de mulher; sua presença era motivo de vigilância e preocupação. As mudanças nas sociedades europeias, frente ao nascimento do capitalismo, não previam outro tipo de sociedade que não a exploração, e nessa estratificação social coube à mulher sofrer em maior grau a exploração (Teles, 1993, p. 18).

Assim, havia uma dupla dominância sobre a mulher no Brasil daquele tempo: a exploração de Portugal sobre a colônia, que significava a negação de qualquer acesso a

poder de decisão aos colonizados e colonizadas; e a outra, mais atomizada, situada nas relações particulares (vida doméstica), o jugo de uma sociedade organizada num modelo patriarcal, que depositava no homem o poder e o privilégio (Teles, 1993, p. 19). A mulher, portanto, era cortada em sua existência como ser humano por essa opressiva realidade que já vinha desenhada historicamente, como afirma Brazil (2020, p. 86), que esses mecanismos tirânicos vêm "desde a formação inicial da sociedade mundial", chegando até aqueles anos iniciais de formação do Brasil.

Contudo, nesse recorte cronológico (1500-1822), não se pode ignorar os influxos da presença de figuras femininas em questões econômicas e sociais no Brasil, desafiando a ordem posta. Essas mulheres, esquecidas pela história, não permaneciam na mansidão ou inexpressividade, conforme noticiam historiadores como Teles (1993, p. 25):

Durante a invasão dos holandeses ao Brasil, no século XVII, as mulheres tiveram de se defender sozinhas, na região do Tijuco-papo. Com o expediente de jogar água fervendo encosta abaixo, puseram os holandeses em fuga. Uma delas, Maria Ortiz, morava na Ladeira do Pelourinho. A índia Clara Camarão, nessa campanha contra os holandeses, empunhou armas justamente com o marido. (Em Salvador, na hora do almoço, enquanto os homens comiam, as mulheres baianas lutavam contra os holandeses. Os europeus diziam: 'O baiano ao meio-dia vira mulher'.

Do trecho colacionado, enevoadado por uma narrativa quase burlesca, o que deixa entrever é uma figura feminina combatente, ativa e presente na seara pública, que afasta a ideia do senso comum de uma mulher letárgica, confinada em seus afazeres domésticos, encontrando-se alheia aos acontecimentos. Muito pelo contrário, a mulher que vivia no Brasil Colônia não representava uma camada social homogênea; apesar do recorte de gênero, era composta por negras, indígenas e aquelas provenientes da metrópole. Portanto, não se pode desenhar uma realidade edílica na qual todas estavam submetidas ao confinamento do lar, afastadas da vida social. O fator econômico, a necessidade de buscar recursos financeiros para o próprio sustento e de sua família, carregava em si realidades díspares para essas mulheres que habitavam o Brasil.

A toda evidência, o que se vê é um apagamento dessas figuras potentes na vida da colônia, que, de acordo com sua realidade econômica e social, eram obrigadas a trabalhar fora de casa, prover a família, formando verdadeiros – como Priore (2020, p. 22) denominou – "matriarcados da pobreza", que representavam uma espécie de organização familiar que reunia em torno de si "agregados e filhos que podiam ter pais diversos". Neste modelo, a figura feminina desempenhava o papel de "autoridade maior" e sobrevivia pela força do

trabalho, pois, nesse ponto, não há que se falar em recato ou confinamento no lar. Nesse aspecto, viu-se o aproveitamento da mão de obra feminina para trabalhos de pouco reconhecimento social. Essas tarefas incluíam desde cozinhar, costurar e prostituir-se, tudo para prover o seu núcleo familiar, pois a elas o papel dócil e pudico não lhes competia.

Por vezes, esses modelos de família baseados nas figuras de mulheres passam ao largo do senso comum, que não reconhece nos primórdios da sociedade brasileira sua presença como bases de construção também, bem como sua importância enquanto organização constituída ou enquanto modelo de desafio ao esquadrinhado como padrão. Assim, o que se viu nesse período é um apagamento da figura da mulher que desafiou o modelo europeu de constituição social, que teve de conviver com presenças como "Ana Tereza, moradora de Guarulhos, São Paulo, acusada de matar dois netos recém-nascidos. A um de beber ervas venenosas; do outro torceu o pescoço. Por quê? A filha era 'idiota', não teria como ampará-los" (Priore, 2020, p. 23). A classe social à qual pertencia essa mulher seria fundamental para o tipo de tratamento que receberia na sociedade; contudo, um recorte era certo: todas estavam dentro de um contexto de gênero, e as condições materiais nas quais estavam inseridas seriam cruciais para se vestirem de guerreiras e sobreviventes.

As figuras femininas estavam lá desde o princípio, porém eram mulheres brancas, negras, indígenas, mas todas submetidas a um código de conduta que tinha como denominador comum o abismo entre elas e o poder político. Algumas figuras até despontavam em recortes pontuais. Essas guerreiras, de certo, não dispunham do apoio social; eram vistas como dissonantes do modelo de submissão que lhes cabia, que era a opressão advinda das relações familiares e do Estado. Essa força social que a mulher imprimia e o movimento contrário ao padrão da sociedade iria atravessar a sociedade brasileira, que ainda hoje trava um embate profundo dentro dessa relação.

Essa foi a tônica do início: a relação entre homem e mulher não fugiu à bula que dispunha Beauvoir (2016a, p. 17), na qual, apesar de intrincado esse encontro social operado entre os gêneros humanos e mesmo diante da necessidade biológica – "desejo sexual e desejo de posteridade - que coloca o macho sob a dependência da fêmea não libertou socialmente a mulher", que foi deslocada de uma existência plena em igualdade com o homem. Essas marcas são profundas para a formação do tecido social. Dito isso, a autora deixa claro que a relação entre o homem e a mulher, apesar da hierarquização, a divisão de classes e toda estrutura social constituída, sob a mulher a opressão masculina

foi implacável, quando não figurava como "escrava do homem, ao menos vassala". A esse desenho histórico tracejado por homens, a chegada posterior da mulher ao espaço público enfrenta considerável resistência masculina.

Esse ponto, Beauvoir (2016a, p. 16) traz a condensação de uma adesão feminina ao protocolo de desempenhar o papel de "Outro", uma vez que ele desempenha o papel de soberano por tempos imemoráveis, que difere de uma relação desigual entre negros, judeus, proletários e outros estratos sociais. A relação do homem e da mulher é tão complexa que o "laço que a une a seus opressores não é comparável a nenhum outro" e mesmo que a sociedade intente reconhecer-lhes direitos abstratamente, "um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta" (Beauvoir, 2016a, p. 16).

3.1.3 Brasil Império: O novo velho, a velha nova

Após uma breve incursão nos primeiros anos do Brasil como Colônia de Portugal, buscando captar o ambiente social no qual mulheres vindas da Europa, da África e as nativas da terra Pindorama se encontravam e sua condição na sociedade, é preciso caminhar. O interesse recai sobre um Brasil jovem, que passou por diversos acontecimentos, que compreende 1822 a 1889. Nele, a realidade dessas mulheres exige atenção, pois, ao tempo que se formavam na história dos acontecimentos e influências históricas, também se projetavam numa nova sociedade. Porém, o novo era velho, ou seja, não havia um rompimento profundo, ao ponto de significar um rasgo no tecido social que comprometeria o modelo eurocêntrico que conduzia a vida das brasileiras e dos brasileiros. Afinal de contas, a monarquia portuguesa havia aportado em terras brasileiras desde 22 de janeiro de 1808, fugindo das tropas comandadas por Napoleão Bonaparte. A Colônia passou a abrigar a Coroa e toda a corte que se transferira para o Brasil e que influenciaria de maneira intensa no Brasil.

A Inglaterra, que havia escoltado a Família Real Portuguesa até o Brasil, gozava de privilégios mercantis e acordos internacionais que lhe permitiam influenciar no tratamento tributário aos seus produtos, essa mesma Inglaterra que viu seu comércio expandir com o desenvolvimento de sua industrialização. O velho mundo, que havia fincado no Brasil o centro geográfico de onde emanava seu poder, sentia também a influência das novas transformações econômicas advindas do capitalismo embrionário.

Porém, o novo pelas terras *brasilis* não substituiria o velho modelo de governo; trataram de se organizar em acertos e acordos entre a alta burguesia e a Coroa Portuguesa, que culminaram numa proclamação de Independência, cujo responsável era o detentor da coroa: Dom Pedro I. Os novos ares do Império chegavam com cheiro do mofo monárquico, afinal, o Imperador permanecia no comando do país, confirmando a máxima atribuída a Marx que diz: a “casuística inata nos homens é a de mudar as coisas mudando-lhes o nome! E achar saídas para romper com a tradição sem sair dela, sempre que um interesse direto dá o impulso suficiente para isso” (Engels, 2024, p. 68). A velha nova de mudar o nome e, com isso, nada mudar efetivamente.

A história é fluida, e os marcos divisórios mais atendem às questões pedagógicas que à percepção humana. Porém, a mudança de monarquia para Império traçou um importante baliza para a história da sociedade brasileira. O Brasil, bem como todas as colônias americanas naquele tempo, se encontrava na mira do emergente sistema capitalista, que buscava matéria-prima e mercado consumidor (Teles, 1993, p. 26). Portanto, o país finalmente deixaria a condição de Colônia; contudo, o velho sistema monárquico apenas performou para se manter no poder, como um velho que passou a ser novo.

Se, de um lado, o novo representava um sistema transfigurado de Monarquia para Império, sob o comando dos velhos conhecidos, a nova também era a crescente incursão das mulheres em abandonar as agulhas e a vida doméstica e almejar estudar, votar, tratamento isonômico — solicitação que também era velha. A reivindicação e os anseios eram antigos; cada vez mais mulheres se insurgiam contra o sistema de tratamento, mais e mais mulheres buscavam se desvencilhar da tríade: dona-de-casa, esposa e mãe. O período em tela é também marcado, nos moldes do anterior, por uma insatisfação com a opressão à figura feminina, mas que já percebia o efeito da influência da industrialização e suas transformações sociais advindas do iniciante capitalismo, passando a exigir o acesso a direitos de cidadania (Teles, 1993, p. 26).

A baixa escolaridade e a participação das mulheres em movimentos abolicionistas foram sentidas no final do Império, e os crescentes questionamentos sobre o papel de submissão da mulher daquela época, bem como a influência de acontecimentos em outros países, resultaram numa série de transformações sociais. Na insurgência quanto à condição do negro, surgiram organizações por elas lideradas: Sociedade de Libertação (1870), Sociedade Redentora (1870), *Ave Libertas* (1884), que, de alguma forma,

chamavam a atenção da imprensa para fins de ganhar notoriedade e influência, relata Teles (1993, p. 29). As forças hegemônicas de silenciamento feminino com base no patriarcado não foram capazes de obstaculizar figuras como Leonor Porto (presidente de uma sociedade abolicionista, que distribuía panfletos e publicava artigos para feministas), Nísia Floresta Brasileira Augusta (defensora da abolição da escravidão e do regime republicano, preocupava-se com a educação e a emancipação das mulheres) e Luíza Mahim, que entrou para a história como mãe de Luís Gama, mas que foi ícone na luta pela liberdade dos negros escravizados na insurreição que entraria para a história como a Revolta dos Malês, na capital baiana de 1835 (Teles, 1993, p. 30).

Foi, portanto, um momento importante para o Brasil, porque, na medida em que eclodiam movimentos abolicionistas com forte presença feminina, *pari passu*, a sociedade brasileira viu brotar um importante espaço para publicação de jornais voltados para mulheres, inclusive com direito de voto. Na Tabela 2, apresentam-se os nomes de alguns periódicos voltados para discutir temas feministas, de acordo com Teles (1993, p. 33–35):

Tabela 2 - Jornais feministas

Jornais	Ano
O Jornal das Senhoras	1852
Belo Sexo	1862
Sexo feminino	1873
O Domingo	1870
O Eco das Damas	1879
Primavera	1880
A Voz da verdade	1885
O Diário das Damas	1882
A Família	1888

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Teles (1993, p. 33-35).

O que se depreende desse período é um forte movimento de mulheres que buscavam a emancipação com o reconhecimento de diversos direitos, mormente o de votar, e fica evidente que a presença feminina nos movimentos abolicionistas aponta para uma formação combativa e contestadora da mulher frente à sua própria condição. Esse é um desenho social que, por vezes, destoa do imaginário social de um corpo pacato, inerte e desorganizado. As mulheres, até aquele momento, continuaram combatendo o jogo

opressivo ao qual estavam submetidas. Dentro desse cenário, a vida seguia seu curso, e as mulheres buscavam avançar.

Assim, se velha era a luta, as novas protagonistas lançavam toda sorte de artifícios: publicação de biografias de mulheres célebres, proposta de criação de creches, direito à educação, igualdade, direito ao repúdio marital, entre tantos assuntos aventados (Teles, 1993, p. 36). Porém, ficava evidente que não se podia cogitar a necessidade de acesso ao voto às mulheres para o exercício de sua cidadania. Denota-se, dos apontamentos feitos até esta quadra da história, que as mulheres foram influenciadas sobremaneira pelos movimentos europeus e norte-americanos, que se espalharam de maneira significativa, para que outras mulheres ao sul do continente americano também levantassem suas vozes por seus direitos. O tempo não concebe paragens; o Império não permaneceria de pé por muito tempo — foram sessenta e oito anos. Nas ruas, sorviam-se as notas da modernidade, que não combinavam com o bolor de um passado monárquico ou imperial. Com isso, o Brasil se preparava para embarcar numa nova realidade: a República.

3.1.4 Brasil República Velha: “Mulher do Diabo”

O período que compreendeu a República Velha representou uma intensa movimentação de mulheres que buscavam ver implantados no Brasil direitos que foram conquistados pelas mulheres em outras regiões do planeta. Despontava por aqui figuras como Leolinda Daltro, que vivia no Rio de Janeiro, mãe de cinco filhos, separada do marido, percorreu o país “promovendo educação, sem catequese” (Priore, 2004, p. 152). Sua vida foi marcada pela luta em defesa de pautas feministas, sobretudo ao direito de voto à mulher, ficando conhecida por “mulher do Diabo”, numa época em que se entendia que a figura feminina era frágil, devendo permanecer no lar, por não dispor de inteligência para o desempenho de atividades públicas (Priore, 2004, p. 152-153). Essa pecha dá ao presente tópico em razão da força violenta contra a mulher que ousava contrariar o modelo que deveria observar sem contestar.

Leolinda Daltro, com Gilka Machado, foram importantes figuras por suas atuações na defesa do direito ao voto feminino, promovendo passeatas, resistindo fortemente ao patriarcalismo reinante à época. A presença feminina era marcada pela reprovação social existente, que lhes atribuía toda sorte de defeitos, pensamentos e ideologias que enchiam as páginas de jornais. A imprensa se ocupava em reforçar cotidianamente a ideia de que

mulheres possuíam condições biológicas semelhantes às dos animais, desprovidas de pensamento sofisticado frente aos homens (Priore, 2004, p. 153). O momento era de efervescência social, as mulheres se uniam para reivindicar direitos de maneira tal que abrangiam questões de toda ordem, para que a todas afligiam. A luta era constante, pois os desafios estavam presentes na seara pública e na privada.

Vê-se, nessa época, as mulheres sofrendo a influência de um contexto mundial de luta feminina, mas que, aqui, apesar de tardia, tinha figuras que assumiam o compromisso de enfrentamento por uma mudança social significativa voltada para mulheres e o rompimento com a identidade histórica elaborada para o cumprimento das mulheres. Nesse processo, elas se uniam sob agrupamentos, como, por exemplo, a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, criada por Bertha Lutz, que entraria para a história como um ícone para o feminismo⁸ brasileiro (Priore, 2004, p. 153). Assim, esse momento foi crucial para a trajetória de movimentos feministas que caminhavam para a conquista de espaços vedados às mulheres.

Se, por um lado, eclodiam movimentos em defesa das mulheres, a resistência se fazia presente do lado oposto. É importante compreender que essas mulheres enfrentavam a vida com muita coragem; desafiar as normas sociais custava-lhes um preço muito alto. Promover a participação feminina na política é medida indispensável para uma democracia efetiva. Significa dizer que se trata de medida que tenta restabelecer uma união dissolvida ao longo da história, em razão das dinâmicas sociais e culturais construídas. Assim, a busca por mecanismos que interrompam a continuidade desse modelo patriarcal corresponde a uma reparação histórica. Isto é, quando as mulheres foram oprimidas ao longo da história, exploradas, cujos reflexos são sentidos nos dias atuais, fica mais evidenciada a necessidade de se partir para o enfrentamento, pois os avanços, como outrora asseverado, são frutos das lutas.

3.1.5 Brasil República Nova: combatentes e resistentes

Época de grande efervescência social no mundo, o Brasil também era influenciado pelas forças internacionais que buscavam se expandir, marcada pela criação de organismos políticos ancorados no movimento comunista, como, por exemplo, a União

⁸ O feminismo, por definição, é um movimento social, político e filosófico que tem como objetivo libertar e emancipar todas as mulheres (Brum, 2020, p. 12).

Feminina, que nasceu em 1934. As mulheres que participavam desses movimentos foram perseguidas e algumas mortas, que, mesmo na clandestinidade, lutavam contra o nazismo que se espalhava na Europa (Teles, 1993).

Olga Benário Prestes, que era uma alemã radicada no Brasil, participava desses movimentos de luta e foi brutalmente assassinada pela Gestapo, em 1942, na Alemanha, por ter sido deportada pelo Governo Vargas, mesmo casada com um brasileiro e grávida (Teles, 1993). O que a história reservou às mulheres que ousaram lutar sempre foi uma contraposição violenta e desumana. Contudo, com a decretação do golpe de Estado por Getúlio Vargas, as mulheres adentraram aos movimentos para resistir à ditadura e à democracia.

As mulheres atravessaram esse período da história brasileira marcando presença, a exemplo do Comitê de Mulheres pela Democracia (1945), criação do Jornal Momento Feminino e da Federação das Mulheres do Brasil (1947), 1ª Assembleia Nacional de Mulheres (1952), Conferência Nacional de Trabalhadoras (1956), Liga Feminina do Estado da Guanabara (1960), Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora (1963), representando o golpe de 1964 uma forte repressão a todos esses movimentos femininos que, em sua tônica, buscavam melhorar a vida das trabalhadoras, os direitos das mulheres por igualdade, dentre outras pautas (Teles, 1993).

Caso a impressão social de larga escala seja a ausência da mulher na vida política do país, pode também significar o quão profundo é o problema de visibilidade da mulher nas páginas da história. A busca aprofundada de dados sobre a mulher precisa de mudanças na historiografia brasileira. Em 2024, livro didático de ampla utilização nas escolas brasileiras para a disciplina de História para alunas e alunos do 7º ano do ensino fundamental II, a menção à presença de mulheres no Quilombo de Palmares aponta na única menção sintetizada que “Seus líderes eram mulheres e homens, e o mais famoso deles foi Zumbi” (SM EDUCAÇÃO, 2019, p. 205). A menção à liderança feminina no Quilombo de Palmares constata-se um silenciamento sobre a liderança dessas mulheres que comandavam o local, a exemplo da figura de Dandara de Palmares, que liderou guerreiros do quilombo contra as forças portuguesas.

Essa invisibilidade é supostamente corrigida com fotografias ilustrativas com mulheres em destaque, trajando roupas típicas, danças, festivais, algo sempre ligado a rituais na natureza, fazendo pinturas, carregando crianças ou um tacho na cabeça, sempre servindo a uma figura masculina. Se as pinturas retratam a sociedade da época com fortes

traços masculinizados, a sociedade atual precisa de alargar esses traçados, pois pesquisas vêm revelando que a presença feminina não se restringia ao olhar androcêntrico do pintor. Significa repensar a atuação das mulheres nesses conteúdos, o quanto a presença delas foi determinante para os acontecimentos históricos, como abordado neste trabalho.

Desse modo, a Figura 7 ilustra o livro didático apontado no parágrafo derradeiro (SM EDUCAÇÃO, 2019, p. 207), revelando a percepção imagética que salta aos olhos da forma como o apagamento feminino passa despercebido, mas com a potência de construir o acervo acadêmico das crianças que o utilizam:

Figura 7 - Uma Tarde na Praça do Palácio, Jean-Baptiste Debret, 1826.



Fonte: Acervo do Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro (2024).

A imagem retrata o cotidiano da época, na qual se veem mulheres negras, vestidas com vestimentas coloridas, ladeadas de babados e fitas, sobre a cabeça lenços coloridos, numa profusão de cores; contudo, com os pés descalços, segurando tábuas de doces que são oferecidos a uma figura masculina, que se assenta em local de elevação, com roupas em tons sóbrios (duas cores), calçando sapatos e, sobre a cabeça, um chapéu que indica ser uma pessoa com autoridade reconhecida por todas as mulheres que se lançam no trabalho de o servir.

A cena retratada (Figura 7), num primeiro plano, descreve uma sociedade escravocrata, na qual o homem branco, em seu local de proeminência social, aproveita-se do serviço que lhe é prestado. Há o antagonismo (sistema de oposições homólogas), em Bourdieu (2024, p. 21), entre “alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo, seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado) etc.”, pois o chão no qual os pés das personagens trabalhadoras tocam, desprotegidos, tem como antagonista alguém que dispõe de dupla proteção (calçados e elevação arquitetônica). Nessa composição antagônica de papéis sociais, as

imagens vão contribuindo de maneira sutil e quase imperceptível para o discurso que, naquele cenário, se desenha.

A Figura 7 foi utilizada como exemplo; contudo, há inúmeras outras que podem corroborar o quanto a figura feminina está atrelada aos estereótipos desenhados ao longo da história da humanidade. Evidentemente, é preciso atualizar esses conteúdos com as novas descobertas da história da mulher, para desconstruir essa ideia de que todas eram iguais e forjadas no padrão androcêntrico. Não se veem ilustrações assertivas, que, mesmo não havendo fotografias das personagens estudadas, possam ser descritas com alguns poucos adjetivos em um programa de Inteligência Artificial que retrate características de liderança, força e resistência dessas mulheres.

A toda evidência, repise-se, não se cogita, em hipótese alguma, a retirada dessas ilustrações históricas, sob o risco de incorrer em anacronismo. Porém, é importante repensar essas estratégias de apresentação, apontando o modelo registrado na época como ultrapassado, ou quem sabe, recheiar algumas linhas com imagens de mulheres que se enveredaram na luta por sua gente, como foi Dandara⁹ e tantas outras. É preciso conversar com o passado com cuidado, para dele extrair a essência que auxilia na construção de um novo pensar e não simplesmente lançar-se à superficialidade de imagens coloridas, apenas para despertar a atenção descontextualizada do ponto de vista de quem as pintou.

O apagamento das mulheres na história grita por medidas. Engendrar esforços para inserir conteúdos que tratem de mulheres na vida política, apresentando exemplos de figuras que adentraram a vida pública com demasiado esforço, ameaças e morte. Os acontecimentos precisam de registros para que as futuras gerações compreendam que mãos femininas também bordaram as bandeiras da igualdade. Foi o esforço e a luta de muitas que, ao lado dos homens, desbravaram terrenos inóspitos e lá fincaram raízes.

3.1.6 Brasil de 64 até agora: a luta continua

Com toda evidência, não se pretende exaurir um tema tão complexo e vasto que entabula esse subcapítulo, pelo momento e pela espécie de produção acadêmica que hora

⁹ De acordo com os registros oficiais, foi esposa de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, que foi o maior quilombo das Américas. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/personalidades-negras-2013-dandara>. Acesso em: 24 maio 2025.

se apresenta – uma dissertação –, mas algumas linhas são necessárias para fechar um ciclo histórico e ligar pontos argumentativos que serão fundamentais para a compreensão do momento atual e seu resultado em razão de sua historicidade.

Contudo, como linhas preliminares, é preciso pontuar que a mulher no Brasil ainda permanece nesse cenário de luta, pois a outra alternativa é seu aniquilamento social. As conquistas não podem ser ignoradas ou desvalorizadas, pois elas formam um importante alicerce para o avanço de novas pautas que precisam ser enfrentadas pela sociedade e quando se fala sociedade, não se está aqui a falar que o tema da mulher diz respeito apenas a elas. É preciso derrubar muros que separam a mulher da experiência de uma vida pujante e plena, com acesso a uma educação emancipadora e capaz de conduzi-la a uma vida inteira, marcada por sua autonomia e desígnios próprios.

Como marcado no subtítulo, o golpe de 1964 representou um duro choque para os movimentos feministas, as lutas precisaram se reinventar sem perder sua essência que era melhores condições de vida para as mulheres independente da área projetada. Foi muito importante a presença das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte¹⁰ na redemocratização do Brasil em 1985, nas Diretas Já e atualmente nos movimentos estudantis, Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, Partidos Políticos e eleições.

Não é possível falar nessa quadra da história sem contextualizar o cenário mundial com a guerra fria entre os EUA e a URSS por poder, domínio e sobretudo a prevalência de seus sistemas econômicos, o que fez prosperar na América Latina e Caribe uma série de deflagração de golpes militares para conter o avanço soviético nessa porção do globo. Assim, o recrudescimento das formas de governo, a censura, desaparecimentos, torturas e mortes emergiam como mecanismo estatal de opressão social. Não tardou as mulheres sentirem no corpo e na alma a dor do sistema militar contra si e contra aqueles com os quais conviviam.

Porém, a resistência feminina manteve-se presente aqui e nos demais países que assim como Brasil foram golpeados em suas democracias. Um exemplo interessante foi o movimento de mulheres no Chile que por meio de bordados enfrentaram o regime autoritário do golpista Augusto Pinochet com o apoio estadunidense, em 1973. Essas bordadeiras ficaram conhecidas pelo nome da técnica que empregavam, por nome de

¹⁰ “Em 1986, dos 559 deputados federais eleitos, 26 eram mulheres” (Teles, 1993, p.143).

arpilleras. Por meio desse modelo de bordado, usando retalhos, tecidos de roupas de familiares desaparecidos, essas mulheres registravam para a história o cotidiano das atrocidades sob as quais estavam submetidas. Utilizaram a arte e a dor como expressão de resistência e força contra os golpistas antidemocráticos.

As mulheres ao se unirem ajudaram-se a suportar a dor que era comum a todas, e com isso, estavam lá, na busca por maior espaço. Contudo, a violência com a qual foram recebidas demonstra bem como o sistema hegemônico construído sob o patriarcado atravessa agressivamente sobre os movimentos que tencionam o acesso ao poder político, não obstante ser maioria em número populacional e também eleitoral, alcança uma insuficiente representação em espaços de poder. Nesse aspecto, é bom frisar que, as mulheres têm sua presença muito diminuta nos órgãos de cúpula do Poder Judiciário¹¹, Poder Executivo e organismos privados não só no Brasil como em muitos países.

A luta por espaço precisa ter contornos mais definidos e deve ser pensado sob vários aspectos: jurídicos, políticos, educacionais, sociais e culturais. Não se pode reduzir o problema das mulheres ao puro voluntarismo no qual elas por si só vão decidir se tem ou não interesse em participar ativamente da sociedade na condição de cidadã em pleno exercício de direitos e acesso a dispositivos de poder se não for pensado em mecanismos e caminhos que pavimentem essa inserção, que descolonize as mentes femininas sobre a importância de mulheres na política.

Revela-se importante nessa quadra de análise histórica da figura feminina, trazer a importância da 1ª Conferência Mundial sobre a Mulher, na Cidade do México, no ano de 1979, que tratou da questão de gênero e que culminou na Convenção sobre Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), uma vez que representou um marco mundial na busca por uma solução para a condição da mulher na sociedade. Essa convenção ratificada pelo Brasil em 1984, faz parte do ordenamento jurídico brasileiro e com força de norma, deve ser observada. Para uma interpretação de normas, o Brasil se comprometeu em afastar em seu domínio territorial o comando contido no art. 1º¹² que

¹¹ Em 2024, o Supremo Tribunal Federal conta com apenas uma mulher como ministra (Carmen Lúcia).

¹² Art. 1 - Para os fins da presente Convenção, a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independente [sic] de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Nova York, Nações Unidas, Unesco, 1979). Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1979%20Conven%20sobre%20a%20Elimina%20de%20T>

determina o reconhecimento de igualdade entre homens e mulheres e gozo pleno das liberdades fundamentais.

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) editou a Agenda 2030 de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹³, na qual ficou estabelecida 17 objetivos globais e dentre eles, previu um que dedicado à igualdade de gênero, cujas metas prevê a erradicação da violência contra mulheres e meninas e o incentivo à participação das mulheres na tomada de decisões. Essas medidas revelam que atualmente, o problema ainda não foi superado, outras iniciativas legislativas foram aprovadas para promover a presença de mulheres como o caso de cotas de gênero previsto na Lei das Eleições¹⁴.

Dentro dessa perspectiva, é interessante ter em mente a transição da modernidade clássica aos dias atuais correspondem a um conjunto de contradições, pois se ao mesmo tempo que a norma constitucional assenta como norma irradiadora a igualdade entre homens e mulheres, a realidade expõe “uma fratura histórica de discriminação e exclusão” (Banhos, 2020, p. 13). Nesse sentido, o “centro desse mundo masculino oxigenou-se no patriarcado e na aparente apoteose à vida desprovida do espaço público: ao invés da praça, apenas o jardim” Banhos (2020, p. 13) retoma o pensamento em Saldanha (2011, p. 06), que tracejou as diferenças entre o público e o privado com as seguintes alegorias:

Em princípio o jardim se diz fechado, a praça aberta. No caso, o jardim seria convexo; a praça côncava. Corresponderia a praça, como “ar aberto”, ao advento da ordem institucional (e, portanto, não mais pessoal) das coisas. Seria talvez introvertido o jardim, extrovertida a praça: dois momentos do humano e de sua projeção espacial sobre as coisas. [...] O homem como *politikon zoon* (ao pé da letra animal político, animal da polis), implicitamente social, segundo a idéia grega, clássica, significou também este outro aspecto: a mulher não. A mulher grega ficava em casa, governando a casa, do mesmo modo que a matrona romana. O homem retido no jardim, retido em casa se achava rebaixado: os últimos tempos do chamado paganismo trazem a noção da filosofia como consolação: ela “faz companhia” ao que se isola do mundo, ao que sai da praça, ao que se recolhe e se diminui.

Nessa circunscrição existencial sitiada na vida doméstica, a mulher foi construindo caminhos e derrubando barreiras para que pudesse alcançar uma participação social mais

odas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%20E7%E3o%20contra%20as%20Mulheres.pdf. Acesso em 20 nov.2024.

¹³ “Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 05 maio 2025.

¹⁴ Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece normas para as eleições. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

efetiva, mesmo diante do modelo social criteriosamente excludente para as mulheres. Diante dessa dissimilitude, as mulheres foram buscando mecanismos que lhes permitisse adentrar a “praça” pois o jardim não lhe bastava. Pelo trajeto até aqui percorrido, dispensa-se o aprofundamento em cada tópico para perceber *prima facie* que o mundo pertence aos homens que deles se apossaram para nele viverem, porém, ao olhar para o lado não enxergaram semelhantes, hierarquizaram relações para delas usufruir os benefícios.

Sem desmerecer ou precificar medida que possa figurar como mais ou como menos eficiente, o certo de que dada a complexidade do tema, exige-se um conjunto de respostas, ou seja, um leque de medidas que abarque diversas áreas (saúde, economia, educação, família). A educação é uma daquelas veredas que não podem ser menosprezada como um caminho de aderência social grande e impactante. Conhecer a fundo a realidade material e histórica da questão de acesso a espaços de poder e principalmente o gozo de direitos plenos exige uma sociedade e um Estado comprometido em cumprir substancialmente um comando constitucional e também um desejo real de mudanças e a educação tem em sua essência essa possibilidade.

Dentro desse percurso histórico colacionado nos tópicos anteriores, a intenção seguinte é conversar tudo o que foi construído ao longo da formação do Brasil e os discursos que permeiam as falas das alunas do IFAC em 2025 e o quanto a EPT tem por desafio para enfrentar, uma vez que tem a missão de formar cidadãs que além de votar, em razão de uma obrigatoriedade constitucional, também optam por participar ativamente por se compreender protagonista de sua história e comprometida coletivamente com a sociedade da qual pertence.

3.2 MOVIMENTOS ESTUDANTIS: AS PORTAS PARA A POLÍTICA

A política permeia nossa vida em sociedade. Entretanto, sua presença é vívida no cotidiano mais comezinho. Como recurso retórico, é comum lembrar ao que passam ao largo da política (compreendida na sua manifestação individual e coletiva no âmbito dos exercícios dos direitos de cidadania) que ela está presente no dia a dia, apesar da ausência de percepção próxima. Assim, ao comprar um cafezinho, no preço da passagem de ônibus, no valor do salário, na cartela de remédio no posto de saúde, a política se faz presente.

O deslocamento da política como espaços restritos aos políticos ou como manifestação emerge a cada dois anos, com a falsa sensação de que dela é possível se

desvencilhar. O ser humano é político e em suas trocas no cotidiano faz política sem se dar conta, latente. Assim, no âmbito educacional, a política permeia a realidade estudantil em todos os sentidos: energia elétrica, segurança, material didático, merenda escolar e etc.

Política¹⁵ é ação, luta e transformação. Desse modo, nos espaços de ensino, a política é pintada em tons opacos quando não inseridas num compromisso institucional e que apoie os movimentos estudantis, nos quais as alunas e alunos por vezes tomam contato pela primeira vez com a política como senhor ou senhora de um direito que somente via sendo exercidos por outras pessoas. Propiciar espaço e tempo para práticas políticas e conhecimento sobre os direitos de cidadania é muito enriquecedor para o cotidiano estudantil. Ter o compromisso institucional em apresentar conceitos sobre direitos políticos, a política, poder, organização de poderes são muito importantes. Contudo, incentivar ao agir coletivo, ao diálogo, na realização de propostas, percebendo-se cidadã e cidadão que investe tempo em prol de um bem comum pois são donos de seus próprios destinos ainda é mais marcante.

É preciso pontuar que esse fenômeno social (movimentos estudantis) exsurge numa sociedade que a depender de suas características tem maior ou menor grau de assertividade para a participação popular. Para adentrar mais detidamente ao tema, a sociedade particionada pelo gênero que ora se analisa, está imersa naquilo que na interpretação marxiana chama-se de “sociedade civil”. Utilizou-se, porém, no presente trabalho, o modelo reduzido do conceito, frente ao pensamento hegeliano. Significa dizer, portanto, que se trata de ver a sociedade civil como expressão do lugar das relações econômicas, assim estão fora do conceito o antes do Estado (Bobbio, 2024).

Desse modo, não obstante, compreende-se que esses movimentos emergem num espaço educacional em sua maioria patrocinado pelo erário, e o Estado não desnatura sua essência de uma agenda orgânica salutar para própria instituição de ensino. O que se verá, a seguir, é a importância ou não da administração pública educacional incentivar a formação desses movimentos no interior dos espaços educacionais. Aqui, tomou-se o cuidado para entender seu alcance e introjeção no universo educacional que considere no momento embrionário as questões de fundo, “reservado à formação das demandas (*input*) que se dirigem ao sistema político e às quais o sistema político tem o dever de responder

¹⁵ “O sujeito” é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política (Butler, 2003, p.19)

(*output*)” (Bobbio, 2024). Desse modo, é preciso compreender que à medida na qual se incentiva, deve-se criar canais para a interlocução entre as alunas e os alunos e a instituição, pois, sem isso, corre-se o risco de efeito rebote: a experiência conduzir à conclusão de que a luta coletiva não alcança nenhum resultado prático para a realidade educacional.

O incentivo à formação de grupos de estudantes, líderes de turma dão condições para uma ambientação e familiaridade para que a política seja vista positivamente, franqueando uma percepção organizada de mecanismos legítimos de reivindicação. Tem-se, nessas oportunidades, as condições para a troca de experiências, o desenvolvimento de uma escuta ativa, respeito e comprometimento com causas que lhes são afetas no plano individual e no coletivo. Por isso, analisar o tema e investigar o quanto isso é representativo às alunas do IFAC permitirá enxergar quais medidas podem ser tomadas para o fortalecimento desses movimentos no interior da instituição.

Desse modo, discutir em sala de aula a importância da participação política das mulheres, a construção social na qual se oponha a sua presença nesses espaços, os estereótipos de liderança, a capacidade de ambos os gêneros, o cuidado com a autoimagem positiva, poder de influência, é fundamental para que as estudantes do IFAC compreendam o valor de se envolver em movimentos estudantis e lideranças de turma como parte de sua experiência acadêmica construtiva. Portanto, inserir essa temática no conteúdo programático de disciplinas, como Sociologia, História ou Ética, contribui para que se desenvolvam uma percepção crítica sobre os mecanismos legítimos de reivindicação na sociedade e, principalmente, o papel da organização coletiva na defesa de seus interesses e da coletividade. Ao abordar o tema de forma estruturada, os educadores podem servir de peça fundamental a fomentar o desenvolvimento de habilidades dessas alunas. Atividades com a previsão de uma escuta ativa, respeito às diferentes opiniões e o comprometimento com causas relevantes que sejam interessantes à coletividade preparam as meninas para uma formação cidadã atuante para além da sala de aula. Além disso, essa abordagem fortalece a ideia de que a política pode ser positiva e transformadora, “um novo sujeito” no dizer de Pinto (1992, p. 133-136), incentivando a participação consciente, crítica, comprometida e responsável. Esse processo não só amplia o entendimento das estudantes, mas também as prepara para o exercício da cidadania como personagens engajadas na sociedade.

Desse modo, a exemplo do macro tema anterior, apresenta-se na Figura 8 a trilha argumentativa 2, que pretende apreender os movimentos estudantis pela ótica representativa da entrada para a vida política intramuros, formando cidadãs e cidadãos preparados para o exercício da cidadania plena extramuros.

Figura 8 – Trilha argumentativa 2



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Do exposto, o caminho que será percorrido tem o intuito de enlaçar questões teóricas que dizem respeito aos movimentos que impulsionam o ingresso e/ou a manutenção das alunas e as falas obtidas durante a pesquisa de campo para um confronto entre o real e o ideal, da percepção que as alunas têm acerca dos movimentos que correlacionam com sua participação e/ou exclusão, significando um modelo atomizado do cenário social além da vida no IFAC. Evidentemente, que a abordagem nos subtópicos revisitou alguns temas que já foram abordados, porém, sua reanálise se mostrou importante frente ao tema de movimentos sociais e sua construção finalística.

Assim, a cidadania, não obstante, ter sido analisada em linhas pretéritas, foi revisitada pela perspectiva de gozo no tecido social quando o agente de direito é uma mulher, recorte social por si só interessante, sobretudo, quando é uma mulher que se

imagina e age no sentido de alçar postos políticos de relevo na organização e estrutura política. Revela-se importante também esclarecer que a cidadania, ao longo dos tempos, tem sido objeto de análise sob diversas perspectivas. Contudo, a sua ressignificação a partir do enfoque sob a perspectiva das mulheres revela novos contornos. Essa abordagem se torna ainda mais significativa ao considerar o papel das mulheres que não apenas se imaginam, mas efetivamente atuam para alcançar posições de destaque na organização e na estrutura política.

É interessante, sob este prisma, convergir para uma reunião teórica que eleve o conceito de cidadania matizada por aspectos específicos (quando presente a figura feminina), para que transcenda, com isso, um exercício político limitado, ou seja, no aguardo de avanços em direitos em razão de um suposto movimento do acaso, da espontaneidade da vida, na leitura que as mudanças advêm de acaso. Dessa forma, o mero reconhecimento formal de direitos, não se revela suficiente, implicando numa prática ativa e desafiadora das estruturas tradicionais de poder, resultante de um agir consciente e crítico da condição da mulher na sociedade. Nesse cenário, a mulher busca por um protagonismo político, que representa uma ruptura com os discursos hegemônicos postos que historicamente limitaram ou lhes excluíram das possibilidades de ascensão. A intenção, nesse sentido, é uma cidadania calcada na direção de uma igualdade substantiva, respeitosa e verdadeiramente democrática.

3.2.1 Cidadania sob a perspectiva das mulheres

Para se compreender o conceito de cidadania sob a perspectiva gênero, há que se trazer à baila três obstáculos iniciais que não se deve ignorar, sendo o primeiro deles a consciência do não esgotamento da abordagem de tão amplo tema; até porque cidadania, seu conceito e história, natureza jurídica e outras questões poderiam conduzir a um avançar as balizas traçadas para o presente trabalho.

Na esteira expositiva dos obstáculos, o segundo deles é que precisa ser apresentado qual o conceito de cidadania que se pretende discutir, qual seja, o que se deve compreender por cidadania, pois a literatura corrente não vocaliza um único entendimento, trazendo um conceito fluido ao ponto de causar um certo estranhamento quando ao percorrer as mudanças semânticas do vocábulo, houve verdadeiras fraturas do que hoje se compreende. Atualmente, a utilização do vocábulo de maneira comum na sociedade, dá-

se como um pacto nacional em que todos têm o conhecimento de quem é essa figura chamada cidadão e quais direitos possui, dentre aqueles que o ordenamento jurídico normatiza, que por sua vez difere do entabulado pelas ciências sociais.

Compreende-se como nacional aquele que nascido em determinado território, adquire condições de usufruir de certos direitos, significando, portanto, que esses direitos não podem ser gozados pelos não nascidos naquela localidade. Há também em outras legislações, o atributo de nacional em razão da consanguinidade, que contrai a condição de nacional pela nacionalidade dos seus genitores. Entretanto, há também as hipóteses de a condição de cidadão ser adquirida em virtude de tempo, lugar, povo e finalidade de uma pessoa em dada condição material como os emigrantes. Dessa forma, depende de requisitos legais e circunstâncias históricas e econômicas como por exemplo a vinda de italianos para o Brasil para substituir a mão de obra de pessoas que foram escravizadas.

Esse breve introito do tema cidadania se deve ao fato de os temas estarem interconectados para os regamentos jurídicos de cada país. Desse modo, o nacional no Brasil vota, mas o estrangeiro não. A interpretação do texto constitucional abre discussão para que o eleitor como aquele que pode exercer a cidadania.

O último dos obstáculos para se falar de cidadania para além direito de voto, é não fincar os marcos divisórios que se trabalhará, sob o risco de incorrer no mesmo erro com o sinal trocado, ou seja, enlanguescer o conceito ao ponto de compreender que tudo é exercício de cidadania, não havendo regras mínimas que preserve a ordem social. Pela lente restritiva, parte da doutrina brasileira, entende cidadão como o detentor da condição que lhe permite votar, ou seja, portador de um título de eleitor. A partir dessa perspectiva, estar-se-ia fazendo um recorte jurídico demasiadamente excludente de todos os que, mesmo não possuindo um título de eleitor, seriam contados à margem de um povo. Passar-se-ia para margem oposta que não exige um mínimo de marcos regulatórios.

Desse modo, cidadania nesse trabalho será aquela aventada em Marshall (1967, p. 76) que compreende como cidadania social¹⁶, explicitada em elementos (civil, político e social), conforme aponta Rosa (2023, p. 27) ao estudar o referido autor:

¹⁶ A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. (Marshall, 1967, p. 76).

Marshall decompõe a cidadania em três elementos, aos quais denomina de civil, político e social, levando em consideração os distintos momentos históricos e suas incorporações na noção, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Tal divisão é, em alguma medida, semelhante à Teoria das Gerações dos Direitos Humanos, proposta pelo jurista tcheco-francês Karel Vasak, em 1979. O sociólogo assevera que com a formação dos Estados Nacionais e a decorrente separação funcional do Estado (tripartição de poderes), os componentes da cidadania foram separados.

Isso significa dizer que, a cidadania social sob o viés social aventada pelo sociólogo inglês, compreende “um amplo empenho de compatibilização entre a isonomia material e o sistema capitalista, calcada essencialmente na efetiva realização das prerrogativas sociais” (Rosa, 2023, p. 28). Tal viés vai ao encontro do que se pretende trabalhar no presente trabalho acadêmico, uma vez que a cidadania como manifestação de pertencimento social concreto para as mulheres, exige muito mais que artigos estampados em lei sem efetividade social.

O caminho aberto pela cidadania encontra óbices que devem ser superados, um deles será as proposições trazidas pelo movimento do feminismo para enfrentar o patriarcado, tema objeto no tópico seguinte, por ser o movimento feminista um aliado importante na luta pela isonomia. O tema cidadania, entretanto, será abordado novamente no tópico 3.3.5, que analisará a cidadania sob o acesso e exercício de poder político, frente as questões de comandos jurídicos constitucionais e sua evidência no cotidiano de ensino que converse com o universo feminino.

Dito isso, o feminismo emerge como embate poderoso para a emancipação feminina, considerando sua formação histórica. Nesse viés, o feminismo vem desenhado em poucas linhas com o objetivo de analisar o patriarcado na formação hegemônica das relações humanas e o efeito do feminismo como contraponto ao modelo talhado dominante.

3.2.2 O Feminismo: enfrentando o patriarcado

O feminismo emerge na história humana como um movimento que pretende libertar a mulher não só para o “trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres” (Pinto, 2010, p. 16), ou seja, o feminismo busca uma transformação social tamanha que objetiva o desmantelamento de uma sociedade que se construiu historicamente sobre a paliçada do patriarcado.

Como um elixir que pretende sanar um mau num corpo doente, o feminismo não se esgota em sanar questões superficiais, uma vez que o modelo de sociedade que se desenvolveu na história humana criou profundos papéis sociais de rígida marcação. Ao ousar não se investir na sua inteireza em todos os seus meandros, a mulher sofre imediatamente toda sorte de consequências. Entretanto, por vezes, a estrutura social na qual se alicerça a realidade traz consigo certas sutilidades que passam despercebidas.

Quando se naturaliza a violência, a subjugação e a exclusão, a sociedade não percebe quão áspero se torna o terreno para que a mulher possa avançar em seu desenvolvimento enquanto ser omnilateral. Criadas para reinar no lar, a mulher por vezes, aderiram ao projeto do opressor, reproduzindo-o horizontalmente entre outras mulheres e por vezes verticalmente na família, nas relações profissionais e em outros campos.

Entretanto, se por um lado, o patriarcado foi construído ao longo da história com robusta e aguçada alteridade, o feminismo¹⁷ dirigiu-se no sentido de dismantelar o patriarcado e obstaculizar os efeitos deletérios ao longo do tempo. Sob o critério histórico, o feminismo foi dividido em ondas e seu projeto é uma experiência social na qual as mulheres pretendiam e pretendem, uma vez que se esvaziou sua luta, serem reconhecidas com os mesmos direitos e deveres que os homens, dentro de uma igualdade substantiva e rica em possibilidades. Na primeira onda, as *suffragettes*¹⁸ e a luta pelos direitos ao voto representaram um pondo nodal para que o movimento tomasse corpo e tivesse a adesão de muitas. Na segunda onda, porém, emerge uma figura proeminente para a teoria do feminismo que foi Simone de Beauvoir (1908-1986), professora de filosofia, com incomparável aprofundamento sobre o tema da condição da mulher na sociedade frente ao neutro masculino. Contudo, a segunda onda foi além, enfrentou temas que objetivavam romper tabus e permitir à mulher o direito sobre o próprio corpo, entre outros temas.

Para a terceira onda, na qual se experimenta atualmente o feminismo, há uma preocupação com a manutenção das conquistas, mas buscando seu alargamento, com a proteção de institutos jurídicos e políticas públicas para a salvaguarda dos direitos das mulheres. No Brasil, a Lei n. 9.504/97 que assegurou a reserva de vagas para apresentação

¹⁷ Em Sorj (1992, p. 20) ao tratar do feminismo e a pós-modernidade registra: Se o mundo público, sua cultura e instituições se organizam por intermédio de uma moral racional, haveria pouca chance de se ver aí incluída a perspectiva das mulheres. Consequentemente, ou as mulheres abandonam sua identidade particular e se insere no “mundo universal”, o bem estariam excluídos do mundo público.

¹⁸ Nome em inglês dado as sufragistas (militantes que no Reino Unido e EUA) que, na segunda metade do Século XIX, lutaram pelo voto feminino. Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br/institucional/memoria-eleitoral/90-anos-da-justica-eleitoral/o-movimento-sufragista-feminino-no-brasil>. Acesso em: 05 maio 2025.

de registro de candidatura para o gênero na proporção de 70% e 30% representaram um importante avanço, mas que ainda não surtiu os efeitos esperados.

O feminismo brasileiro, contudo, precisa ser analisado pela ótica do cenário político na década de 1960, segundo Pinto (2010, p. 16):

No Brasil, a década de 1960 teve uma dinâmica diversa em relação ao resto do mundo. O país, nos primeiros anos da década, teve grande efervescência: a música revolucionava-se com a Bossa Nova, Jânio Quadros, após uma vitória avassaladora, renunciava, Jango chegava ao poder, aceitando o parlamentarismo, a fim de evitar um golpe de estado. O ano de 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada. Em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador.

Assim, o dinamismo que avançava na Europa e no Estados Unidos não ressoou nas terras brasileiras de modo a propiciar as mulheres do Brasil um avanço significativo de igual ordem (Pinto, 2010), o que fez aumentar ainda mais a necessidade de envidar esforços para corrigir esse descompasso na luta das mulheres. Por outro lado, se havia resistência no seio do movimento feminista brasileiro na referida década, que lutava contra a ditadura militar, era vista também “pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês” (Pinto, 2003, p. 45).

A história revela a importância da luta por espaços de poder, pois na arena da sociedade brasileira, apesar do texto legal apontar para a direção da isonomia, para a formação de cidadãos e para a preservação da democracia como campo de uma organização social mais saudável quando contempla vários espectros da sociedade, a realidade moldada no patriarcalismo impede avanços. Manter a memória viva dessas lutas que buscaram avanços para a mulher, revela-se medida crucial, pois o feminismo tem o condão de trazer a sociedade para o campo da reflexão, confrontar o modelo opressor que sustenta a manutenção de uma estrutura social de afastamento ou exclusão de mulheres do campo da política. Mesmo que opte por não assumir nenhum cargo político, a vida ambientada na política pode representar uma participação efetiva e crítica das condições femininas na sociedade hierarquizada e patrocinada pelo sistema capitalista. Para pensar feminismo e política, é preciso entender que a participação se faz em meio a um

compromisso social internalizado de propagação de um bem comum e nos encontros coletivos.

3.2.3 Participação Política e Democracia

A democracia ancorada na ideia de soberania popular, oxigenada pelas diversidades, gestada do interesse do bem comum, pressupõe uma cidadã ou um cidadão atuante, que se envolva efetivamente em atividades movimentos, não somente as partidárias. Esse agir consubstanciado em pautas determinadas é o que se chama de participação política no dizer de Avelar e Cintra (2015). Assevera a autora que, “as formas e os canais de participação política variam conforme o contexto histórico, as tradições da cultura política de um país ou região, e também conforme a situação social dos que participam” (Avelar; Cintra, 2015, p. 223). Assim, a participação política se vincula a um agir qualificado pela forma e finalidade perseguida, não restringido a uma ação despreziosa.

Dentro dessa perspectiva, a participação cidadã provem de uma pessoa que tem em si um agir qualificado, articulado por uma finalidade, e os motivos que despertam esse interesse tem sido objeto de estudo de grande interesse, ou seja, “os motivos que os levam a participar ou as razões da apatia da grande maioria diante dos assuntos políticos” (Avelar; Cintra, 2015, p. 223), que se inter-relaciona com o tema da pesquisa, pois a construção de um ser cidadão e pleno, feito em sua integralidade, compreende a realidade que o cerca e nela suas ações são provisionadas no interesse, seja ele particular ou público.

De acordo com Avelar e Cintra (2015), a participação política intenta influenciar o processo político que passam por uma das seguintes vias, que segundo ela, revelam-se de três maneira: a eleitoral, a corporativa e a organizacional. Cada uma delas metaboliza os interesses sociais que a sustentam e se inter-relacionam, pois, cada uma influencia e é também influenciada pelos demais, umas em maior grau que outras. A sistematização desses canais pode ser melhor compreendida por meio da Figura 9, que busca explicitar a dinâmica na qual se dá os veículos sociais que se transvestem na sociedade:

Figura 9 – Os canais de participação popular



Fonte: Elaborada pela autora, com base em Avelar e Cintra (2015, 226-227).

Da sistematização empreendida por Avelar e Cintra (2015) os três canais que a participação popular utilizará para se fazer presente na sociedade formam uma manifestação que emergiu nos Séculos XVIII e XIX, no contexto da revolução burguesa, que se deu de forma lenta, num momento após a derrocada da aristocracia da época e a ascensão da burguesia, isto é, da aproximação da burguesia com as massas trabalhadores com a finalidade de ter sua base ampliada por mais apoio e legitimidade (Avelar; Cintra, 2015, p. 224).

O incentivo à participação dos trabalhadores nesse contexto inicial de surgimento desses movimentos sociais reflete uma tentativa burguesa de apropriação de poder político e a sua manutenção, mesmo que para isso tivesse que tolerar a presença de cidadãos oriundos das massas de trabalhadores. E a ideia dessas alianças feitas entre burguesia e trabalhadores apontavam segundo os autores para a ideia de extensão de uma existência cidadã. Entender as circunstâncias nas quais se deram essas manifestações populares a partir da divisão de classe, o fim do feudalismo e o início do capitalismo, agrega muito atributos à forma como esses movimentos surgiram e principiaram como eles se mantêm ao longo da história para se compreender seu atual estágio e de que maneira permeiam a sociedade contemporânea, em especial no âmbito de ensino, foco desse estudo.

O ambiente institucional de ensino como espaço de conhecimento e formação não está adstrito a um agir mecânico de conformação social da classe de estudantes ao que está posto, não se concebe uma educação que se pretenda calcada em princípios como a omnilateralidade e a politecnicidade, incutida num ambiente escolar que reproduza uma educação que não conduza a uma reflexão profunda do homem em si e em sua relação com os outros, pois “não é sobre este homem abstração nem sobre este mundo sem

homens, mas sobre homens em suas relações com o mundo” (Freire, 2022b, p. 98). Nesse ser relacional que se encontram e compartilham experiências, transformam e são transformados, o encontro promovido pelos canais de participação popular, há o enlace de ideias, objetivos e sonhos coletivos.

Essa formação em Freire (2023b, p. 34) atinge a experiência escolar que contempla as educadoras e os educadores e os grupos populares, na sua direção de fazer uma reflexão crítica sobre seu papel na militância, ao ponto de criar um movimento social na busca de objetivos comuns. A consciência despertada nesse processo educacional faz da mulher e dos homens encontros que lhes permitam pela experiência “saber mais crítico, menos ingênuo”. Assim, na escola, a aluna e o aluno, sejam crianças, jovens ou adultos têm a linha de partida para suas potencialidades, nos grupos sociais, esses encontros enfeixam dores, angústias, desejos, sonhos e na coletividade ganham força social em direção à sua concretude.

Os movimentos sociais a que nos interessa nesse diapasão, funcionando dentro do ambiente escolar por meio de grêmios, líderes de classe e outras formas que anunciem à coletividade uma manifestação coletiva de “identidade” e “diferenciação” (Pinto, 1992, p. 130). Nesse contexto, a escola se revela palco interessante ao nascimento de futuros líderes políticos, que se robustecem de experiências e conteúdo que lhes permitam uma existência plenificada em potencialidades que por vezes pode desconhecer.

O canal organizacional de participação popular abrange o espaço não institucionalizado da política na qual está inserido o movimento social, que será o expoente desse trabalho como espaço de iniciação, espaço de contato entre as estudantes e os estudantes e a dinâmica da vida política pela ótica de uma expressão organizada e objetivada. Nela, as participantes ou os participantes se envolvem e cooperam, compartilham valores e crenças e lutam por algo.

Essa participação política dentro do canal organizacional ganhou folego no Brasil em meados do Século XX, aliada ao contexto da ditadura militar de 1964, a censura recrudescida da década de 1970 que atingia a experiência política. Aqui, nesse esquadro, a realidade sombria dos tempos se fez presente de forma intensa e a sociedade contida numa série de acontecimentos que convidavam parte do corpo a agir. Vemos, por exemplo disso em Avelar e Cintra (2015, p. 224):

Eclodiram os movimentos sociais ligados à igreja católica, as associações de bairros, as associações de donas de casa, os movimentos dos sem-terra,

os movimentos ecológicos, os movimentos de mulheres, os movimentos de negros, os sindicais, os de profissionais liberais, os movimentos de moradias, os fóruns para favelização e educação, uma rede de organizações não governamentais.

Dos acontecimentos da época, os movimentos sociais canalizam esses anseios por liberdade e democracia e fez-se presente no cotidiano de uma sociedade amedrontada. Viu-se, pois, uma reação popular consciente que a inação auxiliaria na perpetuação daquela realidade. A participação popular por meio do canal de organização carrega, evidentemente, o espírito democrático de participação, bastando, nesses moldes o desejo de adesão, ato volitivo que naqueles tempos exigia também muita coragem. A visibilidade do movimento é a vitrine que atrairá outras ou outros participantes, para que haja uma identificação entre o ser e o movimento, e tal visibilidade terá o condão de angariar mais e mais participantes. Desse modo, não é crível a espera por momentos catastróficos ou grande sofrimento social para que esses movimentos ganhem força no projeto de transformação social.

No mesmo viés, é preciso entender que essa participação política é fundamental num regime democrático, devendo ser vista como “fenômenos intimamente ligados, e cuja relação é complexa e delicada” (Avelar; Cintra, 2015, p. 233), ou seja, a participação política trata-se de uma dimensão importante para a construção de uma sociedade que se pretende democrática. Logo, a participação popular pressupõe a fruição de direitos inerentes à condição de cidadã ou cidadão.

O direito de participação política encontra-se albergado em vários dispositivos constitucionais e infraconstitucionais a exemplo do direito de inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, ninguém poderá ser privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, também é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. No que tange propriamente o direito de reunião a Constituição Federal prevê o direito de reunião para fins pacíficos, assim, fica assegurado também o direito de se associar como também não ser tolhido a manter-se associado, alçando esses direitos a categoria de *clausula pétrea* não sujeita a mudanças legislativas posteriores.

Democracia pressupõe uma participação popular livre, dentre outros requisitos. A democracia é um modelo político que remonta sua origem à Grécia antiga. Contudo, apesar da sua história a tempos pretéritos, revela-se um caminho na direção de acesso ao poder e por consequência a viabilidade de transformação social à disposição da sociedade

organizada. Para Silva (1999, p. 129-130) a “Democracia é conceito histórico. Não sendo por si um valor-fim, mas meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem”, uma vez que não se trata de uma artificialidade criada, pois democracia “é processo de afirmação do povo”, no qual ele se encontra em realização de direitos.

A construção de uma sociedade democrática passa pelo interesse popular voltado para a realização do bem comum, portanto, não se coaduna com o conceito de “elitismo democrático”, uma vez que segundo Silva (1999, p. 131), o elitismo baseia-se essencialmente na ideia de um governo de minoria, e essa não se coaduna com a ideia de democracia como “governo do povo, pelo povo e para o povo”, que exige tolerância entre os divergentes, respeito aos direitos das cidadãs e dos cidadãos.

Desse modo, uma democracia que prescinde a participação de considerável parcela da população, apenas representa uma artificialidade esculpida num texto legal que não se materializa na vida da sociedade. As mulheres brasileiras representam a maior parte da população e mesmo assim sua presença nos cargos de liderança em números escassos, sobretudo na política, é um fenômeno que demonstra que há muito o que se fazer sobre o tema. As mulheres precisam de modelos adequados a sua realidade que permitam seu acesso e/ou permanência em movimentos sociais para que possam exigir cumprimentos de direitos e lutar pelo reconhecimento de tantos outros.

3.2.4 Mulheres nos movimentos sociais

Entender a importância dos movimentos estudantis sob a ótica da presença feminina é parte da equação que ajuda a explicar o fenômeno da representatividade feminina no lócus, seja público ou privado, mas também serve de direção para medidas concretas que permeiem a vida escolar dessa mulher.

Na macroestrutura conceitual nessa banda de ideias, o poder é perpassado pela força social dos movimentos sociais ao ponto de reunir ou dispersar pessoas, direcionar profundas mudanças na sociedade. Esse poder interferidor dos movimentos sociais devem ser considerados, como aduz Pinto (1992, p. 130):

Os movimentos sociais constituem-se no interior da sociedade civil, reorganizam a sociedade, rearticulam as relações de poder e podem transformar-se ou não, apesar de sua natureza reivindicatória na maioria das vezes, em elementos fortes enquanto *lobby* frente ao Estado. Dessa sua

dupla característica deriva-se, por um lado, sua não redutibilidade a partir de políticos e, por outro lado, não constituição de um quadro de duplicidade “anômala” de representação.

A autora, ao tempo, consigna sua posição afirmativa de poder político de pressão frente ao Estado, traz uma das principais características dos movimentos sociais, seu caráter reivindicatório. Esse fator é uma espécie de vitrine à adesão daquele que se identifica com o que lhe é apresentado, ou seja, uma “identificação/diferenciação” entre os sujeitos do mesmo grupo” (Pinto, 1992, p. 130). Assevera ela que o ponto nodal são as “condições concretas de existência” que impelem a uma participação organizada em que se pretende combater a “exclusão”. Contudo, dessa inserção no movimento social *a priori* viabilizada pela identidade e exclusão podem surgir três possibilidades que se pretende esclarecer na Figura 10. Vejamos:

Figura 10 – Rito de passagem: do mundo privado ao público



Fonte: Elaborada pela autora, baseado em Pinto (1992, p.131).

Do esquema conceitual desenhado na Figura n. 10, deduz-se uma capacidade transformadora dos movimentos sociais, chamado de “local de emergência”, para o nascimento de um “novo sujeito”, que advém de uma compreensão de rompimento de um mundo privado para um mundo público e que dentro do movimento também se percebe enquanto mulher e o significado de sua presença às figuras de liderança masculina, assim como passa a questionar sua própria condição de mulher (Pinto, 1992, p. 133-136). Esse “novo sujeito” é colocada numa posição que vai de encontro às relações de poder e que se diferencia dos demais ao seu redor, “consequentemente, de tensão no interior da família,

do local de trabalho, nas relações de afeta e vizinhança” de tal maneira que esse “novo sujeito”, precisará de uma rede de apoio largo por meio de leis, grupos, assistência médica, corresponsabilidade de tarefas domésticas e sobretudo, consciência de que seu papel na sociedade interfere e pode servir de modelo para outras mulheres.

De certo, que a mulher e a sua presença em movimentos sociais representam um universo de possibilidades para si e para outras e outros em seu entorno, sobretudo, quando essa mulher faz o “rito de passagem”, quando essa mulher representa a parcela que Pinto (1992, p. 131) chamou de “novo sujeito”. Dessa forma, pensar em movimentos sociais estudantis pode representar uma oportunidade para mudança significativa do relacionamento das mulheres com o poder político. Mesmo que possa parecer repetitivo o tema, o patriarcado¹⁹ e a exclusão social das mulheres dos espaços de poder atendem a lógica do sistema no qual estamos inseridos, ou seja, a necessidade de criar diferenciações, logo, é preciso buscar estratégias que busquem dismantelar esses mecanismos de opressão postos.

E o tema adentra novamente esse tópico por razões óbvias, a mulher nos movimentos sociais ingressa com sua condição marcada pelo imaginário social, fruto de um tempo e a delimitação de um espaço. No caso de movimentos feministas e acesso aos espaços de poder, a situação em menor ou maior grau terá impacto. A presença da mulher nos partidos políticos, por exemplo, é um desafio à democracia, nas palavras de Brazil (2020, p. 126):

No que tange a divisão do poder dentro dos partidos, ou seja, a democracia interna, ressaltar que hoje se debate bastante essa questão, que envolve desde os processos de recrutamento e a pouca transparência até a escolha de candidaturas e a destinação dos recursos da campanha.

Os partidos políticos vistos como espécie de movimento social é o único canalizador previsto na legislação brasileira com o condão de catapultar o ser social do grupo de cidadãos para dentro do jogo político-partidário e a partir dessa condição, reunir atributos jurídicos e políticos de movimentar a “Casa dos Homens”²⁰, e nele travar o embate de seus interesses. Os partidos políticos no Brasil são uma trincheira a ser vencida, uma vez que represam a tentativa de participação substancial nos órgãos de direção e, com isso, ao poder político.

¹⁹ Termo milenar cunhado de textos religiosos, no âmbito de movimentos feministas é cunhado como “poder de homem”, “sociedade dos homens” e, por conseguinte, “dominação masculina” (Brazil, 2020, p. 56)

²⁰ Termo cunhado na obra de Brazil para se referir à Câmara Federal (2020, p. 22).

No Brasil, em 2024, às vésperas das eleições municipais, dos vinte e nove órgãos de direção partidária nacional registrados no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)²¹, apenas seis são dirigidos por mulheres de vinte e nove partidos, o equivalente a 20,96% das agremiações partidárias. É preciso se criar um novo “*habitus*”, conforme assevera Brazil (2020, p. 127), pois há premente necessidade de se democratizar internamente os representantes de órgãos partidários (Diretórios ou Comissões Provisórias ou Executivas) para que as mulheres concorram com paridade de condições ao disputarem os pleitos eleitorais, impedindo que a presença feminina seja meramente decorativa ou formalmente presente para o fim de cumprir uma regra eleitoral de cota de gênero.

Evidentemente, essas pinceladas mais agudas à figura dos partidos político, é como já asseverado em linhas preteridas, dá-se pela razão de serem eles os detentores do monopólio, “não apenas de recrutar e selecionar as pessoas que serão apresentadas ao eleitorado como candidatas às funções públicas, como também de formalizar o registro dessas candidaturas junto à Justiça Eleitoral”, e, com isso, os partidos políticos representam a única via de acesso aos cargos de representação (Araujo, 2022, p. 169).

Diante disso, não se pode argumentar que atingir os partidos políticos com políticas afirmativas de proteção à mulher, busca-se nesta parte do presente trabalho, trazer os movimentos sociais como parte de uma equação que possa indicar caminhos de acesso de pressão política para o atendimento de reivindicações, mas sobretudo, servirem de geração de seres conscientes de seu papel político. O espaço da escola dever servir de berçário para jovens que diante de sua realidade histórico-social adentram ao caudaloso mundo da política com o fomento de práticas de movimentos estudantis.

Isso porque quando a sociedade civil se organiza em movimentos sociais os impactos são sentidos de maneira significativa, veja-se o caso das Organização Não-Governamentais (ONGs) no cenário político, nas palavras de Pinto (2006, p. 657):

As ONGS foram centrais em campanhas públicas, em enfrentamentos diretos com o Estado e até em ações de desobediência civil na defesa de velhos e novos direitos. Decorre dessa postura incorporação, na agenda governamental, de temas que haviam ficado até então completamente ausente da discussão pública e que, na maioria das vezes, não eram sequer reconhecidos como legítimos. Houve uma espécie de divisão do trabalho, cabendo aos partidos os temas tradicionais da política e as ONGs e as

²¹ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/registrados-no-tse>. Acesso em: 15 ago. 2024.

outras organizações da sociedade civil pública a ação das novas questões, daí que é por meio da ocupação de espaço nas organizações da sociedade civil que os novos temas e atores puderam, muitas vezes, chegar ao espaço público.

As ONGs, nesse panorama trazido pela autora em tela, revelam-se não como ponto de partida de ingresso de mulheres em movimentos sociais voltadas para as questões femininas, mas ponto de chegada, ou seja, que após sua participação em movimentos nas décadas de 1970 e 1980, “tornaram-se profissionais nas muitas áreas (advogadas, médicas, assistentes sociais, psicólogas, sociólogas, educadoras) e fundaram ONGs, onde passaram a exercer suas profissões a partir de um trabalho comprometido com suas causas feministas” (Pinto, 2003, p. 96).

Assim, o caminho que se infere das colocações da referida autora, é que há um movimento embrionário social que antecede o ingresso em ONGs e Partidos Políticos, que o movimento estudantil é uma figura emblemática e histórica no Brasil, marcou sua presença desde o Brasil Colônia, apesar de reconhecermos o movimento após 1937 como a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), conforme esclarece Poerner (2004, p. 54):

A primeira manifestação estudantil registrada pela história brasileira ocorre ainda no período colonial, em setembro de 1710, quando da invasão que mais de mil soldados franceses, sob o comando de Jean François Duclerc, empreendem no Rio de Janeiro. Depois de conseguir penetrar na cidade, aparentemente desguarnecida e deserta, a expedição estrangeira sofreu sua primeira decepção quando, à altura da Rua Direita, “uma alta grita de cólera e incitamento ao combate atroz aos ares”.

[...]

Os que guardavam a Rua Direita eram todos moços. Quantos? Quatrocentos ou quinhentos, se tanto. Desiguais, nas armas, como no vestuário, tinham-se reunido à pressa, ao acaso. Cada um apanhava a primeira arma que encontrava à mão. Eram quase todos estudantes...

Esses movimentos, segundo o Poerner (2004) são noticiados desde o Brasil Colônia, passando pelo Brasil Império, Primeira e Segunda República chegando aos dias atuais. Constam registros de momentos de grande participação desse movimento em momentos decisivos para a história brasileira. Do trecho colacionado, percebe-se que a participação estudantil na defesa de seus ideais não conhece barreiras, basta um pensamento coletivo que reúna as condições de tempo e lugar sobre uma determinada causa.

A força desse movimento atravessa gerações e canaliza a insatisfação de maneira intensa. A pressão exercida pelos estudantes e pelas estudantes atingem a sociedade

como um todo, uma vez que essa parcela está para a sociedade como projeção de um futuro, “Por parte da família há uma expectativa de realização profissional, de consolidação de uma posição já adquirida e perspectivas de mobilidade que se voltam para o estudante, visto como o agente humano capaz de realizar o projeto familiar” (Silva, 2018, p. 47).

O movimento estudantil tem, com isso, o condão de atrair a atenção que ingressa aos lares, pois aquela jovem ou aquele jovem ao mesmo tempo que se encontra inserido num ambiente escolar e em algum movimento coletivo, também é a mesma ou o mesmo que compõe uma família para a qual retorna ao final da sua jornada diária. Essa dinâmica familiar dá uma visibilidade ao movimento que fará parte da pauta em volta de muitas mesas e atrairá a atenção de outros membros da família para a questão. Essa condição não deve ser ignorada quando se pretender estudar um fenômeno e suas interações sociais.

Há que se ter um olhar mais acurado para importância de movimentos sociais para o alcance de certos direitos, com seu cunho de pressão junto às organizações governamentais. Movimentos sociais devem ser fomentados para auxiliar na construção de um cidadão consciente de seus direitos e deveres. As alunas e os alunos estão inseridos num modelo educacional que precisa voltar seu olhar para um horizonte repleto de projetos e sonhos, cientes que toda mudança social exige uma postura ativa do ser social e que a inação ou simpatia permite a manutenção do sistema social posto.

Repensar no espaço da escola para viabilidade exercício juvenil de mecanismos de atividades dentro de um contexto de movimento social, convidando, incentivando a participação de todas e de todos, passando atividades de estudar temas que envolvam a importância de participação política, podem servir de uma importante colaboração para o incremento de medidas voltadas à construção da cidadania da aluna e do aluno. Criar condições reais, tempo, local, ferramentas tecnológicas, material de expediente, podem configurar medidas importantes nesse sentido.

O movimento social que agrega a defesa de direitos voltados para a proteção das mulheres, devem levar em consideração um ponto importante levantado por Freire (2023b, p. 37-38) sobre a causa e o efeito advindos das diferenças interculturais (classe, gênero, raça, etc.) que geram ideologias, que se subdividem em: discriminatórias e de resistência. Ponto nodal aqui é o fato de que o fenômeno da dialeticidade das subespécies apontadas, é que elas não se apresentam em “estado puro”, ou seja, pode uma pessoa está inserida num espectro social de opressão e mesmo assim, identificar-se e defender o antagonista que lhe oprime.

Nesse aspecto, a defesa da participação das mulheres em movimentos sociais por si só não se satisfaz, é preciso compreender uma participação consciente e crítica de sua condição social. A educação precisa fornecer mecanismos que propiciem uma leitura do mundo no qual está inserido, pois não basta incentivar uma presença feminina em casas parlamentares, cargos do executivo sob perspectiva de cumprimento formal de cotas legais impositivas. A representatividade feminina precisa ir além, é necessária a construção de figuras que sejam comprometidas com suas necessidades, vivências e pautas. A título de registro, como exemplo de descolamento de sua própria realidade enquanto minoria social, sorvidas pela cultura hegemônica, em 2023, dez deputadas federais votaram contra a igualdade salarial entre mulheres e homens no Projeto de Lei n. 1.085/23²². Os argumentos apresentados e colhidos por alguns veículos de comunicação corroboram o que Freire (2023b, p. 38), já alertava em 1992, “as ideologias, não importa se discriminatórias ou de resistência, se encarnam em formas especiais de conduta social ou individual que variam de tempo espaço a tempo espaço”.

Daí se deduz que, não se faz uma participação feminina efetiva com a simples presença de figuras femininas que preencham cotas, que estejam lá para apenas no papel de cambiadora de alguma figura masculina que as tutelem ou legitimem aquele mandato performadas por um “titeriteiro”²³. A representatividade de mulheres em movimentos sociais, partidos políticos, associações ou qualquer outra manifestação coletiva, pressupõe uma participação crítica e consciente, seres históricos e sociais que se encontram nas suas semelhanças, pautas, desejos e sonhos. Juntas, elas lutam por si e por todas, compreendem seu papel na sociedade e defendem pautas que não entram na agenda do sistema hegemônico vigente, pois assumem uma posição afirmativa de direitos.

Abra-se nesse ponto uma questão que não se pode ignorar como a racialidade a qual as mulheres são divididas em seu próprio espectro de gênero. O avanço de pautas na qual mulheres brancas em gozo de direitos conquistados pelas mulheres da classe operária e das minorias étnicas devem ser consideradas como ponto nodal de entrave em uma representatividade sólida e em bloco. Davis (2017, p. 36) denuncia a inação de transformações sociais quando mulheres brancas, burguesas, alcançam o “mais alto da pirâmide” e obtêm vitórias, a consequência disso um resultado atomizado em si mesma.

²² Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/as-alegacoes-das-deputadas-que-votaram-contraparidade-salarial-de-homens-e-mulheres/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

²³ Apesar da importância de termos mulheres em cargos poderosos, não podemos votar em uma mulher simplesmente pelo seu gênero, devemos buscar uma representante dos nossos direitos (Brum, 2020, p. 76).

Contudo, assevera a mesma autora que o “avanço das mulheres de minorias étnicas quase sempre dá início a mudanças progressistas para todas as mulheres”.

Essa é uma questão que precisa ser analisada com cautela para que não se incorra numa representação feminina nos espaços de poder sob um olhar formalista, creditando uma superação a ser comemorada pelo fato de uma mulher ter alcançado uma determinada posição numa determinada estrutura social. Por outro lado, a educação ainda se revela um espaço de formação por excelência para aproximar essas mulheres que mesmo pertencentes ao campo de gênero, formam cisão em objetivos dispares. Dessa forma, as mudanças devem ser pensadas sob o enfoque de que a todas devem ser beneficiadas, sob o risco da ilusão de achar que não há nada mais a ser feito.

Tal postura, exige renúncias pessoais de toda ordem, enfrentamento e acima de tudo muita coragem, pois a sociedade reproduz em todos os espaços, seja em dimensões micro ou macro a violência que busca impedir que mulheres avancem em usufruir de seus direitos, o que na seara política não seria diferente. Portanto, é importante compreender os motivos que ainda justificam esse afastamento de mulheres pela sua perspectiva, não menosprezando a estrutura social posta para sustentar essa repulsa da mulher na entrada da política. Não se trata de dois elementos heterogêneos, pois se as mulheres apresentam razões que lhes justificam a não participação em movimentos coletivos voltados para a participação política, a sociedade fundou suas estruturas para que elas se mantenham, se não alheias, temerosas ou sem as condições política, socioeconômicas, ideológicos e psicológicos (Shvedova, 2005). Na Figura 11, sistematizam-se os obstáculos à presença feminina no parlamento, permitindo daí se extrair algumas considerações que apontam para que rumo deve caminhar medidas educativas que mitigam os efeitos deletérios desse sistema.

Figura 11 – Obstáculos à participação política da mulher no parlamento



Fonte: Elaborada pela autora, baseada em Shvedova (2005).

Não categorizando por importância ou pretendendo esgotar o tema que resultaria um afastamento preocupante para o trabalho ora desenvolvido, em Shvedova (2005) encontram-se questões que são sensíveis nessa quadra para compreensão do obstáculo que representa pela ótica feminina as razões que justifiquem o não ingresso para algum cargo de ordem político-parlamentar: ausência de cooperação com organização femininas, educação e treinamento e a percepção da política como “suja” (*dirty game*).

Evidentemente, não há que se negar que as organizações femininas fundamentam um ingresso de mulheres na política, uma vez que a percepção encontrada no coletivo difere daquela sentida numa trajetória individual, solitária e desconectada de outras experiências. As mulheres encontram nos movimentos, o apoio e a confiança para dirigir seus caminhos, o que resultou na última década num aumento de representação parlamentar feminina, que se deu em razão dessas “organizações femininas dentro e fora dos partidos políticos” (Shvedova, 2005, p. 38). Assim, as organizações servem de espaço para que as mulheres construam confiança e compartilhem experiência. Tais efeitos devem ser considerados como um fator a ser considerado para o incentivo de criação ou promoção de apoio às atividades dentro de um ambiente em que se pretende formar seres humanos que compreendem sua existência coletiva dentro de um projeto de responsabilidade social e mudança de sistema que reduz a experiência humana a uma vida alienada e distante de suas potencialidades.

A política é a arena da fala, argumentação, convencimento, alinhamento e embate, e para tanto, a pessoa que pretende adentrar nesse ambiente precisa compreender que lhe serão exigidas competências que por vezes não lhe foram fornecidas ao longo da vida, muito menos no ambiente escolar. “Portanto, é necessária uma expansão do grupo de mulheres qualificadas para recrutamento para carreiras políticas”, e tal se dá por meio de medidas pedagógicas concretas que visem ambientar e normalizar a presença de mulheres em cargos de liderança, que compreendam as bases sobre as quais foi criada a sociedade, e que a sua participação representa um movimento de luta contra o sistema posto. Ao entrar nesse cenário, devem elas, dessa forma, compreender questões que envolvem uma “conscientização política de gênero, habilidades de lobby e networking” dentre outros assuntos na assunção de um papel político (Shvedova, 2005, p. 44).

Por fim, mas não menos importante, a percepção das mulheres como lugar de sujeira, ambiente tomado por corruptos, uma visão da política ligada a desonestidade, culminam numa percepção de não pertencimento nesse ambiente e isso é tão importante que se comparando países com um índice de percepção de baixo de corrupção atrelado à política, isso representa uma participação significativa de 30% a 45,4% a mais que em países onde a corrupção tem pontuação mais alta (Shvedova, 2005, p. 44). Assim, a corrupção se revele deletéria para a percepção das mulheres em não desejar ver sua imagem ligada a um campo que lhes associem a uma imagem negativa. Essa condição deve ser pensada de forma profunda, pois a não participação da política, ou seja, a ojeriza a vida política, vai abrir espaço para os que compreendem que é por dela que a vida social vai se desenhando, local onde as escolhas e projetos são materializados e os destinos são traçados.

Retornando a questão da representatividade, o assunto exige um aprofundamento em razão das discussões que envolvem a qualidade de perfil da mulher que se deseja a frente de cargos públicos com poder político. A formação na Educação Profissional e Tecnológica deve ser pensada para incentivar o ingresso de mulheres na vida política “independente de classe, posição política, comprometimento com as questões de reconhecimento das minorias sem poder?” questiona Pinto (2010, p. 18) em suas reflexões, ou avança a autora em cotejar um pensamento contrário, que o que se espera é uma figura feminina eleita talhada no feminismo e a partir daí, exercer uma postura militante. Seria dessa forma, a simples vitória de número expressivo de mulheres capaz de garantir

equidade de participação ou haveria necessariamente ter-se uma presença qualificada por uma candidata com determinado perfil.

Assim, de um lado tem-se os que defendem a contraposição de “políticas de ideias” e a “política de presença” (Pinto, 2010, p. 18). Esta representa a presença de parcela social historicamente excluída do processo político, enquanto aquela constitui-se de pessoas que se identificam como defensores de pautas de grupos que não necessariamente fazem parte, ou seja, um homem defender direitos essencialmente do interesse das mulheres. Nessa área cinzenta na qual os embates se desenrolam, a autora adere ao lado de quem comunga da ideia de que a inclusão política, certamente, caminha na direção de uma “política de presença”.

Esse tipo de representatividade se faz importante e necessária para uma compreensão de sua presença no mundo, seu papel, seu poder de transformação no amparo de outras mulheres, tendo em vista suas experiências e conhecimento e com seu testemunho consiga despertar o desejo de outras mulheres, pelo exemplo. Essa é uma questão que merece atenção, pois a representatividade feminina deve viabilizar o ingresso de outras mulheres e com isso atingir números dignos de presença em espaços de poder.

Enfretamento é uma palavra que vai permear a existência feminina desde o momento em ingressa na vida política, seja em movimentos estudantis, partidos políticos e ONGs. A mulher na política, independente do seu lugar, classe social, vai experimentar umas em maior outras em menor grau o sabor amargo da desigualdade. Os arranjos sociais estruturados dentro do sistema capitalista delimitam o espaço que pode ser usado pelas figuras feministas, mas não de forma ampla e segura, para as feministas serão autorizadas dizer menos que mulheres não feministas, “quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher, quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista” (Pinto, 2010, p. 20). Dentro dessa perspectiva, é crucial atentar para não se perder dentro de um conjunto valorativos de escolhas e optar pela superficialidade de um contentar-se com uma “política de presença”, sob o risco de repetir episódios dantescos, nos quais, mulheres no parlamento federal votam contra projeto de lei que equipara salário entre homens e mulheres no desempenho de funções semelhantes.

Contudo, ao se pensar numa presença feminina efetiva e o desenvolvimento de políticas que incentivem a entrada de mais e mais mulheres numa experiência política, não se deve se descuidar da formação escolar que lhes é oferecida, a construção de um espírito crítico, feita não de retalhos, que sejam mulheres por inteiro, aliando-se a outras, sendo

cooptadas a uma experiência coletiva de lutas em comum. Ao aderir aos movimentos, elas fazem e refazem-se dentro de um contexto que lhes é comum, tecem juntas seus sonhos e desejos, encontram-se em outras e nesses encontros projetam-se para um futuro capaz, que repudia o conformismo que insiste em atrapalhar a caminhada.

O ingresso de mulheres na política, notadamente, revela-se importante para dar visibilidade a outras mulheres, o aumento no número de figuras femininas pode servir de inspiração para que outras se vejam representadas. Contudo, não se pode depositar na conta das mulheres a sua baixa participação por falta de interesse. O caminho não é pavimentado, os órgãos de direção de grêmios, sindicatos, partidos políticos, associações, ONGs precisam compreender quão importante é propiciar a mulher nos postos de comando e poder.

Senão, vejamos, o Brasil, em 2024, nas eleições municipais registrou 15.683 (quinze mil e seiscentos e oitenta e três) candidatos ao cargo de prefeito, 15% (quinze por cento) apenas corresponde a candidatas, frente a expressiva presença masculina de 13.131 (treze mil, cento e trinta e um) concorrendo ao mesmo cargo. Quando se analisa o recorte de gênero para as candidaturas ao cargo de vereador, a situação é pouco melhor, uma vez que a aprovação de um bloco de candidatos apresentados por um partido ou federação preveem a obrigatoriedade de compor 30% (trinta por cento) de candidaturas femininas. Desse modo, com o dispositivo protetivo, as mulheres no Brasil correspondem o total de 151.519 (cento e cinquenta e um mil e quinhentos e dezenove) candidatas frente a 278.345 (duzentos e setenta e oito mil e trezentos e quarenta e cinco) candidatos, dados²⁴ obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados alinhavados acima revelam a importância de se promover ações que convidem as alunas do IFAC entender o grau de sub-representatividade na política por mulheres e o quanto isso é significativa para a democracia brasileira. Não se pode coadunar com tal prática no Século XXI, que reproduz a ambiência de opressão feminina e entraves ao acesso aos postos de poder.

²⁴ Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#!/home>. Acesso em: 25 maio 2025.

3.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: FORMANDO CIDADÃS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil completou pouco mais de cem anos, pois sua origem remonta às disposições contidas no Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909). Ano que fechava uma década importante para humanidade como por exemplo, o registro do voo do brasileiro Alberto Santos Dumont, no 14-Bis, no Campo de Bagatelle, em 1906 na cidade de Paris (Ferreira, 2021). Época na qual também os movimentos culturais do pós-romantismo ganhavam relevo, gestando aquele que nos anos seguintes entraria para a história do país como movimento modernista, associado ao “nacionalismo emergente do pós-Primeira Guerra Mundial e à industrialização” com mais evidência no Estado de São Paulo (Ajzenberg, 2012, p. 26). Nesse cenário, projetos culturais, artistas e intelectuais da época davam à tônica de uma experiência de intensa participação na vida social do país.

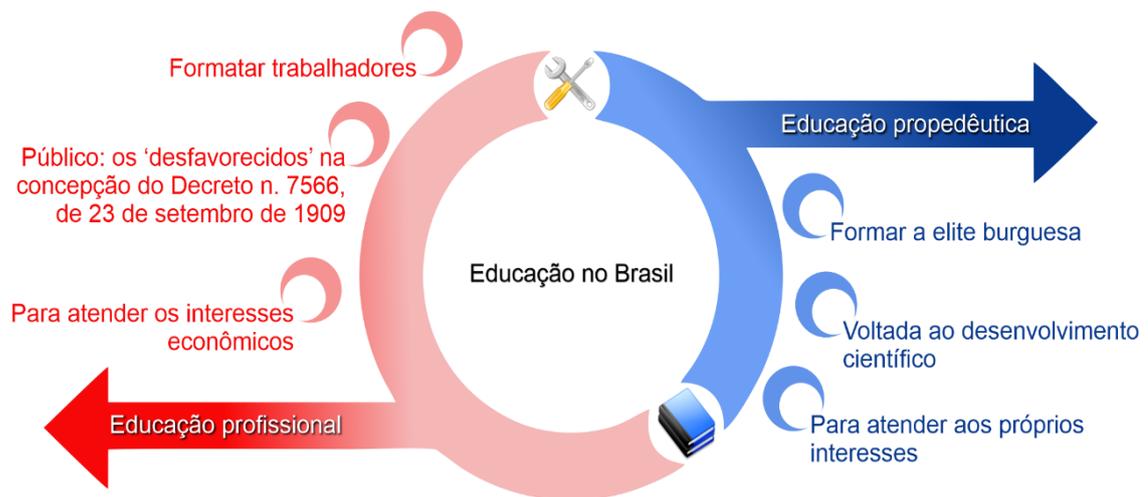
Nessa efervescência tecnológica e cultural, a sociedade brasileira passa a conviver com 19 escolas de Aprendizes Artífices. Foi no governo do carioca Nilo Peçanha (1867-1924) que se pretendeu formar mão de obra sob o argumento de propiciar um trabalho “profícuo”. As aspas ao vocábulo profícuo se dão em razão do evidente direcionamento da regulamentação, que sob a aparente preocupação de assistir a uma parcela da população, qual seja, “os filhos dos desfavorecidos” que deveriam ser afastados da ociosidade, do vício e do crime (BRASIL, 1909), como se tal condição social implicasse necessariamente no destino da vadiagem ou do crime. Assim, a Educação Profissional e Tecnológica emerge para a sociedade brasileira sob o signo correção de rotas existenciais, pois estaria comprometida na formação dos desafortunados, e o trabalho a partir de então não deveria ser considerado como uma atividade indigna como era na visão do antigo regime (Oliveira, et al. 2020).

Nesse ponto, a EPT possui alguns caracteres importantes para a compreensão de sua essência para o mundo do trabalho. As questões que circundam esse tipo de educação, é importante para que se possa entender como era concebida naquele Brasil do início do Século XIX. O nascimento da educação para o trabalho tinha por destinatário aqueles pertencentes a uma classe da sociedade desassistida de uma segurança financeira. Trata-se de questão evidenciada na legislação e carrega em si um traço que acompanhará ao longo dos anos, pois estaria ela a serviço de formação de mão de obra de apenas parte da população brasileira (Oliveira, et al. 2020). Assim, atingiria um público específico, criando com isso, um marcador social de oposição aos filhos da classe burguesa que não

necessitariam de tal tipo de formação, dicotomizando o campo de atuação entre os sujeitos sociais.

Para uma melhor compreensão de como se dava a educação profissional no Brasil, fundado em Oliveira, et al. (2020), da forma descrita nos parágrafos anteriores, na Figura 12 apresenta-se um paralelo acerca da educação profissional e da propedêutica, que em Saviani (2007) constrói esses traços marcantes de separação e ao público para o qual se destinava e como um congraçamento de informações os dois autores dialogam para se inferir muito do que se pode entender sobre a EPT.

Figura 12 – Educação Profissional e Educação Propedêutica



Fonte: Elaborada pela autora com base em Saviani (2007) e Oliveira e al. (2020).

Dessa dicotomia educacional, um marco profundo foi traçado ficaria, nessa quadra, o filho de trabalhador reservado à educação profissional e, de outro lado, “passamos a ter a educação de tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual” (Saviani, 2007). A situação fez parte da história brasileira e isso permeou a sociedade e como ela conceberia a educação profissional e o tratamento que a ela seria conferida.

Com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da Lei n. 11.892/2008, é inaugurado no Brasil “um modelo institucional educativo realmente inovador em termos de proposta político-pedagógica, sem similar em nenhum outro país, de acordo com Pacheco (2011)”, inovador também no sentido da verticalização do ensino, “em que os docentes atuam nos diferentes níveis e os discentes compartilham

espaços pedagógicos os mais diversificados, desde a educação básica no ensino técnico integrado até o doutorado” (Oliveira, et al., 2020, p. 35).

A Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), cuja finalidade é preparar o aluno para o exercício de profissões e conseqüentemente contribuir para uma atuação no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Assim, a educação e trabalho tornam-se uma realidade imanente, que se desenvolve para a formação humana plena, conforme o preconizado no art. 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), quando aduz se tratar de absoluta prioridade a educação e a profissionalização.

A perspectiva de trabalho, portanto, assume uma dimensão dual e articulada no dizer de Frigotto (2001, p. 74) quando analisa a polissemia dessa categoria e o que se dá na sociedade dividida em classe, tendo o pensamento de Marx como fundamento:

Nesse sentido, para Marx, o trabalho assume duas dimensões distintas e sempre articuladas: trabalho como mundo da necessidade e trabalho como mundo da liberdade. O primeiro está subordinado à resposta das necessidades imperativas do ser humano enquanto um ser histórico-natural. É a partir da resposta a essas necessidades imperativas que o ser humano pode fruir do trabalho propriamente humano – criativo e livre.

Essa visão dicotômica esquadrihada em Max e desenvolvida por Frigotto (2001), nessa quadra argumentativa, ressalta a importância do tema trabalho para o homem em si e o homem em coletividade, cada uma dessas facetas trazem em seu conteúdo uma compreensão teórica profunda que resvala no tipo de educação profissional que se pretende nos institutos federais. Esse trabalho, portanto, “criativo e livre” não concebe práticas de exploração, alienação e ser humano reificado pelo regime econômico atual (Frigotto, 2001, p. 74).

Ainda na concepção de Frigotto (2001, p. 74), o homem aprende desde a sua tenra infância, que necessita imprimir transformações na natureza pelo trabalho, visando ao atendimento de suas necessidades sejam elas: “vitais, biológicas, sociais, culturais, etc.” e, com isso, ele aprende para o trabalho. Ao tempo que trabalha se faz humano que objeta os efeitos deletérios do papel reificante e a força alienante empregada pelas relações sociais postas. Para o autor,

Os processos educativos, escolares ou não, constituem-se em práticas sociais mediadoras constituintes da sociedade que subordina o trabalho, os bens da natureza, a ciência e tecnologia como propriedade privada, valores de troca e a conseqüente alienação e exclusão de milhões de seres

humanos da vida digna ou de sua radical transformação (Frigotto, 2001, p. 79).

O trabalho humano na concepção das bases da Educação Profissional e Tecnológica vai no encalço dessa realidade de transformação social, que permite uma experiência de aprendizado e crescimento. Nesse sentido, não se admite uma ambiência deletéria à condição humana no qual se naturaliza a exploração humana sob o argumento que a vida é assim e sempre será. Desse modo a educação permitirá uma mudança significativa no sentido na busca por outras alternativas possíveis.

Evidentemente, as forças sociais percebem essa potência transformadora da educação e a articulação em torno dela é crucial. Um exemplo disso é a Confederação Nacional da Indústria (CNI), quando entende que a educação em todos os níveis não se presta à disponibilidade apenas ao setor público, “não podem estar restritas aos governos (municipal, estadual e federal), mas deve ser objeto de todos os seguimentos sociais” (Rodrigues, 1997, p. 198). Para essa classe social, a educação deve ser objeto de preocupação, mas sobretudo de interferência direta, objetivando imprimir seus próprios objetivos. Fugaz e acentuada essa participação da CNI na educação brasileira que sua história e pujança ecoam nas escolhas políticas no dizer do próprio autor (Rodrigues, 1997).

Diametralmente oposta ao pensamento do capital, encontra-se a educação profissional e tecnológica desenhada na rede federal. Nesse particular, compreende-se que a educação profissional deva se aproximar da omnilateralidade, pois, do contrário, ela será aquela que interessa apenas ao grande capital, que sustenta uma pedagogia alinhada ao mercado, consumo, acrítica e desumanizadora. Portanto, “democracia – do binômio democracia & competitividade – torna-se, no discurso pedagógico industrial, apenas e tão somente a garantia política da manutenção do regime despótico capitalista, democracia mercantil que intenciona invadir ideológica e administrativamente as instituições escolares” (Rodrigues, 1997, p. 196).

Os Institutos Federais são criados sob outro viés, com objetivo de formar o ser humano de forma plena, ancorado na ideia de integração e não no conceito de dualidade que acompanhou a educação no Brasil. “Assim, procura atender a uma formação holística e flexível, voltada mais para o mundo do trabalho e menos para a formação de ofícios” que deve ser compreendida numa formação humana que congrega a profissionalização e o conhecimento acadêmico, “com base na perspectiva de que essa integração e essa articulação favorecem o pleno exercício da cidadania” (Oliveira, et al., 2020, p. 35).

O trabalho, por sua vez, é o ponto nodal no qual irradiará relações sociais que permearão a vida humana e a educação é realidade indissociável, pois ao tempo que trabalha o homem aprende e vice-versa (Saviani, 2007, p. 160). Assim, somente aos homens compete a realidade trabalho, pois os animais quando materializam suas atividades, não dispõem de preconceção no seu agir, ao contrário do homem que no “final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (Marx, 2023, p. 327). A análise empreendida nesse trabalho, vai ao encontro do trabalho/educação que tomado pelo gênero tenha capacidade de formar para uma vida política de participação robusta, por assim dizer, não atrelada ao papel de mera expectadora ou presença numérica insossa, apenas de corpo presente, mas sem alma.

Tal proposta educacional advém dos preceitos legais insculpidos na Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, popularmente conhecida pela sigla LDB, que prevê uma educação, com claros objetivos de formar uma classe trabalhadora consciente em múltiplas dimensões. Objeta-se com isso, uma educação confinadora de ideias, insossa, desconhecadora do mundo que a cerca. A educação nesses moldes não visa à construção cidadã, reduz o ser humano a mera peça de uma engrenagem de um sistema econômico que drena as potencialidades humanas com o fim de manter vivo o grande capital.

A presente pesquisa, nesse compasso, investiga a potência da educação omnilateral e politécnica para a formação de cidadãs capazes de se contrapor ao sistema posto, buscando uma transformação efetiva do cenário político partidário no interior das casas legislativas a fim de fazer-se presente com parlamentar. Para que tal ocorra, a aluna de posse de conceitos básicos que regem sua vida política, ou seja, a partir de uma formação omnilateral e politécnica obtida na sua vida escolar, perceber-se-ia autora de seu espaço e tempo, consciente de seus direitos políticos e da melhor forma de usufruí-los.

Assim, a cidadã omnilateral, em face de seus direitos políticos, amparados em princípios e valores humanos, comprometidos com os processos democráticos de participação popular, congrega em si um agir consciente, ético e comprometido com o coletivo, que se dispõe ao enfrentamento do posto, por estar disposto a envidar esforços para uma mudança social profunda e direcionado ao bem comum.

Compreender essa formação omnilateral e politécnica prometida e vislumbrada não pode ser, como asseverado em linhas preteridas, palavras vazias e reduzidas a carta de

boas intenções, no campo do incorpóreo. É fundamental, nessa pesquisa, avaliar a omnilateralidade e politecnia como mecanismo impulsionador a uma nova realidade educacional com reflexos em outros espaços sociais, uma vez que se presta a uma formação humana plena. Então resta investigar o interesse das alunas em exercer seu direito de cidadania de forma plena, não se restringindo ao ato de votar, mas o de ser votada, com vista a ocupar cargos eletivos.

Quando se fala de Educação Profissional e Tecnológica e o seu projeto-pedagógico como condição para proporcionar as condições necessárias ao desenvolvimento de jovens para o conhecimento, compreende o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, com o intuito de fazer da aprendizagem uma atividade permanente, que desperte um espírito crítico, e que ao longo da vida da aluna e do aluno nasça uma agir comprometido individual e coletivamente, havendo possibilidade de uma existência para além do trabalho, por uma experiência coletiva, com rede de solidariedade, na qual possa ter acesso às mudanças sociais. A EPT congrega um projeto de ser veículo que busque a construção de novos horizontes, para a vida e para sociedade e dentro desse novo horizonte há a busca por soluções inovadoras e aliada à “utilização metodologicamente adequadamente de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos (Kuenzer, 2000, p. 40).

A autora compreende o EPT como caminho viável a transformação profunda na vida da aluna e do aluno de uma maneira dual: uma mudança pessoal que reflete em sua experiência pessoal e outra uma criação de laços de comunidade, aprofundando uma experiência coletiva amarrada pelos compromissos que se sente envolvida ou envolvido. Assim, a vida escolar forma alunas e alunos comprometidos com seu entorno, aspecto que se revela importantíssimo para a construção dessa pessoa cidadã, que sabendo de seus direitos, também se vê como agente de transformação social que participa da vida em coletiva de maneira responsável e consciente de sua ação como ser pertencente do todo.

Alcançar esse estágio de desenvolvimento humano exige um trabalho educacional que tenha desenhado esse horizonte. Essa busca representa também uma experiência escolar que avance na comunidade. Espécie de “pré-cidadania” seria a escola como laboratório que articula ciência e política com o fim de transformação social baseado nos laços da ética e solidariedade (Kuenzer, 2000, p. 90). A escola proporciona uma experiência tão profunda que a aluna e o aluno percebem o mundo e suas regras como parte de sua responsabilidade para se reconhecer como agente de ação e transformação.

O ser humano que se descobre nessa trilha, é voltado para a formação humana que busque um desenvolvimento pessoal e coletivo pleno com franco respeito às necessidades das alunas e dos alunos e formação para o mundo do trabalho, mundo esse tão bem esquadrihado em Freire (2022b), aquele que segundo o autor não é, mas está sendo, em transformação, que permite da experiência advinda da sua história, direcione-se ao mundo de possibilidades, não aceitando o determinismo, que segundo ele:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtos desta realidade e se está, na “inversão da *práxis*”, se volta sobre ele e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (Freire, 2022b. p. 51).

Destarte, em Freire (2022b) o projeto educacional em formar agentes de transformação está presente como linha dorsal de uma formação humana comprometida com a realidade que se apresenta. Entender que não basta existir, é preciso agir vigorosamente, mas a doçura necessária por respeito ao outro ou a outra, é imperativo. Não é concebível uma existência absorta de compromissos coletivos que enxerga que a mudança pressupõe uma participação efetiva, qualificada também pelo compromisso com os interesses daquelas e daqueles mais vulneráveis. Mulheres e homens que concebem um mundo que não excluem, que trabalham e constroem uma existência digna pois alicerçadas reciprocamente em valores humanos.

Em Freire, compreende-se o mundo como espaço de transformação, que rejeita o espírito catatônico, alijado de suas potencialidades. Ao apropriar-se do conhecimento, a pessoa se vê protagonista de uma história entrelaçada de possibilidades e ampla nas suas relações. O ato de aprender, segundo ele, condição humana que nos difere dos outros animais, não se coaduna com pensamento derrotista, apatia ou cegueira social, pois sua formação o levou para um lugar de inquietude que não se conforma com o que está posto. O ser humano se vê como oprimido e como tal anseia por transformações, mesmo diante do medo da liberdade, “quando descobrem em si o anseio por libertar-se, percebem que este anseio somente se faz concretude na concretude de outros anseios” (Freire, 2022b, p. 47). Esse agir transformador se faz numa realidade de contraditórios, a educação emancipadora vai de encontro aos interesses hegemônicos do sistema posto. Nessa perspectiva, é preciso estudar a capacidade transformadora da Educação Profissional e Tecnológica ventilada pela rede pública na tarefa de pavimentar caminhos viáveis na construção desse ser histórico, ético e comprometido socialmente.

Traçadas algumas considerações acerca da história da EPT no Brasil, determinados temas emergiram como importantes para analisar o tema da EPT e sua intersecção com o gênero. Assim, na Figura n. 13 é possível compreender sob que aspectos a EPT foi tratada nesse trabalho.

Figura 13 – Trilha argumentativa 3



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Partindo desses tópicos, apresentados na Figura 13, reuniu-se dentro do possível, conceitos, teorias e os achados na pesquisa de campo. O diálogo entre as teorias e os achados durante o encontro entre a pesquisadora e as alunas do IFAC, rendeu-lhe um material muito robusto que encontra no levantamento bibliográfico e documental um panorama histórico-social sobre a situação da mulher na sociedade e quando ela avança em espaços historicamente demarcados para os homens.

Essas e outras questões serão melhor aprofundadas quando da apresentação dos resultados, porém, essa citação vestibular é uma tentativa de revelar que o quanto a abordar pedagogicamente temas dessa natureza em sala de aula pode despertar ou fortalecer a permanência das alunas em movimentos de cunho político, ingressar em partidos políticos e quem sabe vislumbrar uma candidatura para cargos de liderança.

3.3.1 EPT e Mulheres

É imperioso pensar a Educação Profissional e Tecnológica sob o enfoque feminino, uma vez serão elas as que estarão dentro de um contexto específico de modelo de sociedade que lhes imprime um papel limitador em suas potencialidades. A limitação evidentemente é construída no seio da família, na escola e outras ambiências nas quais a mulher se relaciona. Uma educação voltada ao desenvolvimento de um ser em todas as suas potencialidades encontra barreiras construídas nas dinâmicas sociais que ao tempo que aprisiona a mulher a um modo de vida, também espera dela a sua passiva adequação ao modelo imposto sem rasuras ou questionamentos.

Elas – as mulheres, estão no mundo e estando nele, dele participam e nele como sujeitos, são atravessadas pelos códigos sociais historicamente desenhados. A partir disso, é preciso pensar numa educação emancipadora capaz de permitir uma significativa mudança de suas existências vulnerabilizadas, que permita uma entrada no mundo do trabalho com adequada formação e remuneração digna ao seu sustento e de sua família (Monteiro, 2018, p. 02). Isso significa, pensar uma condição educacional que respeite a nuances de uma vida humana em corpo feminino dentro do cenário brasileiro construído sob as fortes cores do patriarcado e a subjugação feminina.

A sociedade brasileira, construída ao longo dos anos, buscou justificativa de toda ordem para manter a mulher numa posição inferiorizada e como explicam Jobim e Silva (2019, p. 105):

Ao analisarmos algumas falas ditas para e sobre as meninas que ousaram 'invadir' espaços secularmente considerados masculinos, percebemos que velhos discursos foram acionados, a fim de justificar a exclusão das alunas de determinadas atividades ou também para responsabilizá-las por estas.

As autoras em tela, argumentam que não obstante às resistências demarcadas, o avanço foi sentido da busca da desconstrução de estereótipos, mesmo que confrontadas internamente com “momentos de aceitação com suas ‘fragilidades’ e cuidados recebidos por parte dos meninos” (Jobim e Silva, 2019, p. 108). Apesar das falas femininas reproduzirem em certa medida o modelo do patriarcado que adere ao discurso de forma astuciosa que sequer a mulher também se apropria do discurso da inferioridade feminina como uma determinação biologicamente determinante, reforçam ainda mais ainda a estrutura social de manutenção da mulher numa posição desfavorável.

Desse modo, é imperioso pensar uma educação que pense essa mulher dentro desse contexto social de códigos e regras, sutis e silenciosas, ora escancaradas e luminosas opressões que não encarem verdadeiramente a condição feminina e todos os obstáculos que elas precisam enfrentar para acessar uma educação verdadeiramente plena e cidadã, que lhe forneça as condições seguras de uma emancipação social, econômica e política.

Ao se cotejar mulheres na educação profissional, as referidas professoras apontam como longo o processo histórico de “inferiorização, opressão e segregação das mulheres” e tal modelo remonta a formação do pensamento grego, seguido de um discurso religioso, médicos, psiquiátricos e psicanalíticos. O problema densificou-se mais ainda, uma vez que o conhecimento oriundo da ciência se travestiu de qualidades que lhe conferia a ideia de neutralidade, “status de verdade”; que respondiam de forma abrangente e universal as perguntas que assolavam a humanidade, foi a mesma que excluiu as mulheres de todo o processo (Jobim e Silva, 2019, p. 98-99).

Como figuras sociais inseridas num modelo de capitalismo, a mão de obra feminina foi incluída inicialmente como “circunstancial e passageira, de modo a atender as necessidades imediatas do mercado, como no caso do período entre guerra”, pois segundo Pereira e Anjos (2020, p. 9), nesse referido período a força de trabalho do sexo masculino era direcionada para guerra. Assim, as mulheres eram requisitadas ao trabalho, revelando-se mais o caráter econômico de manutenção da máquina capitalista em funcionamento que a autonomia ou emancipação da mulher em direitos de igualdade na sociedade.

De um modo geral, as autoras em tela também enfatizam que mesmo diante da necessidade da força de trabalho feminina, aliada à obrigação de tarefas estabelecidas historicamente como sendo para mulheres desempenharem como as domésticas, atribuiu-se a elas, com fundamento em estereótipos de “sensibilidade e fragilidade” e a jornada de cuidadora de lar e de crianças, uma justificativa para destinar às mulheres a atividades de somenos importância social (Pereira; Anjos, 2020, p. 9).

Nesse ponto, faz-se necessário analisar o trabalho como condição humana de realização, considerando a situação mulher e a sociedade de classe, pois, a emancipação a que se pretende com uma educação profissional, fundada na omnilateralidade e na politecnicidade, necessita de uma análise acurada quando a mulher está no polo dessa relação. A situação da mulher de acordo com alguns estudiosos (Colling, 2014, Lerner, 2019, Saffioti, 1987) é resultado da somatória de vários fatores. Um deles diz respeito a questões

biológicas como gestão, parto, socialização dos filhos e relações conjugais e, o segundo que se buscam justificativas para manutenção de mulheres em posição de subalternidade em razão do primeiro fator (licença remunerada, matrimônio, afastamentos e etc.). Outro foi o uso dos corpos femininos como mercadoria, os discursos religiosos, filosóficos, jurídicos e etc., que formam conjuntos que “justificam” a subjugação da mulher em um sistema nominado de patriarcado-racismo-capitalismo (Saffioti, 1976, p. 31).

Disso, emerge a necessidade de formar uma produção legislativa protetiva, pois não havendo regulação, a mulher fica desassistida e em condições desiguais ao trabalho do homem. O Brasil tem enfrentado essas questões, porém, os avanços não estão refletindo no mundo da política, uma vez que o número de mulheres em espaços de poder ainda desafia uma sociedade que se pretende democrática. Compreender democracia nesse aspecto, passa pelas palavras de Saffioti (1976, p. 109) que se “a democracia consiste no governo do povo, na soberania popular, seguramente não pode ser chamada de democrática uma sociedade, como a brasileira”, e a autora explica em seguida a razão de sua afirmação, pelo fato de a sociedade brasileira colocar pobres, negros e mulheres sob dominação e exploração.

Tais questões estão presentes na sociedade brasileira de maneira tão profunda que se faz necessária a intervenção legislativa para enfrentar essas realidades (exemplo disso é a equiparação salarial), por meio da Lei n. 14.611, de 3 de julho de 2023 (BRASIL, 2023). Não obstante, a Constituição Federal vedar qualquer tipo de discriminação em razão de gênero, o tecido social alicerçada nas dinâmicas machistas insiste nas práticas discriminatórias, mesmo depois de trinta e cinco anos de promulgação da Lei Maior. Interessante observar que, referida norma infralegal foi sancionada com a mácula que registrou dez parlamentares mulheres que votaram contra sua aprovação. Há, portanto, uma necessidade de se debater a representatividade feminina que estão ingressando nas instituições públicas, demonstrando que as instituições de ensino podem representar esse lugar de formação crítica.

A mulher enquanto ser político, dentro do sistema de produção capitalista, precisa entender toda a dinâmica que perpassa sua existência enquanto um ser da coletividade. Quando se fala em trabalho, a formação na EPT consagra uma série de questões, por exemplo: a formação voltada para o trabalho na indústria e o gênero de acordo com Rodrigues M. (1992), é possível avaliar a imagem da mulher e o seu lugar na indústria, considerando uma pesquisa qualitativa realizada em 1982 em cinco fábricas na cidade de

São Paulo. Suas considerações importantes para trazer à baila a imagem da educação feminina e sua capacidade laboral, quando afirma que “Tudo o que podemos captar no estudo empírico das cinco empresas estudadas nos leva a concordar com a existência de uma qualificação feminina, produto de um longo treino ao longo de toda a vida, que é invisibilidade no contexto do trabalho remunerado” (Rodrigues M., 1992, p. 274). Assim, a autora aponta para um tratamento diferenciado destinado à mulher e que corresponde, em sentido micro na pesquisa em uma amostra de cinco empresas, à forma como a mulher é tratada nos postos de trabalho, mesmo que isso não reflita uma consequência por uma baixa qualificação educacional.

O acesso de mulheres à educação profissionalizante ainda é mais problemático, considerando que o androcentrismo hegemônico atrasou quando não negou a educação formal às mulheres, caminhou para uma espécie de educação que mais representava a extensão do lar, portanto, inferiorizada e atrelada às finalidades assemelhadas aos afazeres domésticos: “secretárias, professoras, enfermeiras, decoradoras, cabelereiras, costureiras, etc” (Jobim e Silva, 2019, p. 103). O que se viu foi a divisão sexual do trabalho dicotomizada segundo Kergoat (2009), que prevê uma separação entre o que seria desempenhado pelos sexos e a hierarquização valorativa, na qual o homem se sobrepunha à mulher, que o antagonismo existente entre os grupos sociais de homens e mulheres tem uma dimensão material que precisa ser enfrentada, para que as mudanças ocorram e, por se tratar de uma relação hierarquizada entre os sexos, o pano de fundo é o poder que está em disputa.

Nesse diapasão, uma questão que emerge da discussão ora tratada é, portanto, esse trabalho mesmo que produto de uma capacidade intelectual igual ao do homem, produz efeitos danosos para a mulher, tema que desembarca no tópico seguinte, pois a mulher ainda tem que enfrentar esse obstáculo, precisa enfrentar uma jornada extenuante pois assume tarefas que historicamente foram atribuídas pelo arquétipo criado de uma essência natural da sua condição feminina. Nesse compasso, também haverá consequências para a mulher desenvolver outras habilidades e alcançar determinados postos de trabalho, uma vez que sua vida cotidiana se encontra tomada por uma dupla e até mesmo tripla jornada.

3.3.2 O trabalho feminino e as barreiras sociais: a jornada que não tem fim

As relações humanas na sociedade desenvolvem-se em meio a uma série de encontros, percepções, condutas, códigos, regras e cultura, ao longo da história, que acabam por também permear as relações de trabalho de maneira significativa. O trabalho humano emerge nesse contexto de contradições de interesses que se formam umbilicalmente, e muito do que é posto, é percebido não como construção humana baseada em escolhas, mas como única possibilidade de existência. Portanto, pensar outros modelos exige uma ruptura profunda que, por vezes não é cogitada. A crueza das concepções clássicas de desigualdade de classe toma notas mais intensas quando um dos polos dessa relação é aquela que tem sua força de trabalhada reduzida ao mínimo de uma existência digna. O trabalho feminino está contido numa transversalidade de distinção opressiva, havendo assimetria dentro da assimetria, ou seja, sofre opressão de classe e por ser mulher; numa relação de trabalho sofre novamente.

Nesse aspecto, é importante trazer à baila as formulações de Flores ([s.d.], p. 5) para uma compreensão da discriminação não sob o enfoque qualitativo, isto é, por se tratar de mulher, basta ser mulher, estará compreendida no mesmo grau de intensidade de discriminação e opressão. Assim, a mulher inserida numa arquitetura opressiva, sofre duas vezes, a opressão de classe e pelo simples fato de ser quem é. Significa, portanto, “dimensões superpostas de opressão” ou *overlapping oppressions* que pode ser bem compreendido no exemplo trazido por Oliveira (2010, p. 98):

Inviável dizer que o grau de discriminação e subordinação incidente sobre uma mulher branca, com situação financeira estável, europeia e graduada em uma universidade, incide do mesmo modo que sobre uma mulher negra latina, pobre, imigrante e sem formação educacional. Esta tem que superar uma barreira dupla, na qual, além da questão de gênero, jungem-se aspectos relacionados às suas próprias condições sociais, culturais e econômicas.

Nesse sentido, as relações de trabalho são atingidas por uma sofisticada estrutura, que para a mulher são delineadas por uma intrincada rede de opressão ainda mais complexa na qual as mulheres sofrerão em graus diferentes e que exigem um olhar acurado da sociedade e do legislador no sentido de reformular esse sistema vigente com raízes historicamente sedimentadas na exclusão. O trabalho feminino precisa ter uma atenção especial quando considerada todas as nuances das particularidades de sua existência humana nas relações públicas, mas também nas particulares. A dupla jornada ou mesmo

tripla, as exigências profissionais cada vez mais intensas, com exigência de cumprimento de metas, representa um esgotamento físico e mental. Afinal de contas, o mundo construído sob o qual estão atualmente nossas relações (*Estado liberal*) é aquele que aproxima o trabalhador de conceito de cidadão e, passa a exigir uma série de direitos frete à elite burguesa. Entretanto, essa luta se fundamenta num tripé: “trabalhador-varão-pai de família” (Oliveira, 2010, p. 100).

Assim, o modelo econômico-social restrito a uma luta de classes que reproduz essa visão cisgeneropatriarcal e que ignora as questões de gênero se esvazia na essência da busca por uma igualdade e respeito às condições que conduzem a uma dignidade humana. A jornada que não tem fim²⁵ representa a realidade de uma parcela considerável da população, melhor dizer, da maioria numérica da população brasileira que vive imersa nas tarefas dentro e fora de casa. Às mulheres é dado o papel de cuidadora de crianças, idosos e um lar, que ocupa boa parte de seu tempo. Além de ser um trabalho extenuante e sequer é remunerado. Aponta Shvedova (2005, p. 42) que um terço da produção econômica mundial deriva do trabalho não remunerado que é desempenhado por mulheres e em números, isso significa o montante de 13 (treze) trilhões de dólares. São alarmantes os números contabilizados pela Organização das Nações Unidas e conforme assevera a referida autora, revela a dimensão da invisibilidade da figura da mulher e do trabalho desempenhado por elas que é invisibilizado.

Nesse cenário, o trabalho da mulher e sua pertinência para a economia são importantes defendem os liberais, desde que até certo ponto, mas seu reconhecimento como figura social que pertence a uma comunidade e deve ser reconhecida com suas potencialidades, projetos, importância e sonhos aí é querer demais. Que a força feminina de trabalho é importante para o sistema capitalista não há dúvida, porém, é preciso garantir a assimetria das relações para que a exploração do trabalho feminino continue dominado por um modelo em larga escala (capitalismo), com desdobramento em outro modelo, mais atomizado de relações humanas, o homem sobre a mulher. A dinâmica social vai se desenrolando na forma sistematizada por Bourdieu (2024, p. 111):

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência

²⁵ De maneira universal, mulheres de todas as classes tinham menos tempo livre do que os homens e, em razão da criação de filhos e da servidão familiar, o tempo livre que tinham em geral não lhes pertencia (Lerner, 2019, p. 274).

simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas.

Assim, a força de trabalho mesmo que importante para a economia e usufruída pela população direta ou indiretamente, deve estar contida em pequenos modelos existenciais que condicionam a mulher ao ponto de fazê-la buscar atender a essas expectativas por “se tornar constitutiva de seu ser” (Bourdieu, 2024, p. 111). Essa modelagem existência de busca (heteronomia) cobra-lhes um preço da busca incessante da aprovação e o gosto amargo e constante da inadequação. E dentro dessa encruzilhada, a latência entre a esperança e desesperança se encontram numa disputa virulenta na qual o pensamento hegemônico da supremacia masculina se impõe em certo grau deixa suas marcas.

É preciso tornar essa mulher visível com todas as suas necessidades e suas capacidades, uma vez que essa segregação social se espalhou no tempo e no espaço, alcançando muitas das dimensões humanas. Com a política não foi diferente, “é preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizam a esfera do privado, o mundo doméstico, como o ‘verdadeiro’ universo da mulher” vem sofrendo transformações ao longo dos anos, mas com peculiar características de não superação, mas de uma redefinição, pois aceitou-se o ingresso da figura em “atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras”. Entretanto, essas trabalhadoras passaram a desempenhar diversas tarefas, vendedoras, enfermeiras, professoras e tantas outras, mas na condição na sua maioria “rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, ‘de apoio’, de assessoria ou auxílio, mais vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação” (Louro, 1997, p. 17).

Falar em mudanças concretas passa pelo enfrentamento às condições do mundo do trabalho e às questões transversais que perpassam esse grupo social, uma vez que de acordo com as estatísticas de gênero (indicadores sociais das mulheres no Brasil) do IBGE²⁶, em 2022, quando considerado o número de médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, as mulheres atingiam o percentual de 17,8% (dezessete virgula oito) por cento frente a 11,0% (onze) por cento de homens. Essas

²⁶Disponível em:

https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fftp.ibge.gov.br%2FEstatisticas_de_Genero%2FIndicadores_sociais_das_mulheres_no_Brasil_3a_edicao%2Fxls%2FTabela_Resumo_Indicadores.xls&wdOrigin=BROWSELINK. Acesso em: 31 mar 2025.

mulheres trabalham em casa e fora dela, produzem e reproduzem, mas são invisibilizadas sua importância e participação como ser social em igualdade ao homem em condições materiais.

Os recortes de gênero quando empregados em organizações de âmbito privado e/ou público, fica evidente que as atividades consideradas de base são ocupadas por mulheres. Os números levantados por MacGrath (2022), nos Estados Unidos da América (EUA) cargos como CEO²⁷ e CFO²⁸ das 500 maiores empresas daquele país eram ocupadas por três mulheres. Considerando os cargos isoladamente, menos de 10% de mulheres ocupam exclusivamente o cargo de CEO e 16% para o cargo CFO's de companhias estadunidenses.

Em 2024, a Revista Forbes publicou na sua página eletrônica que diversos estudos vêm apontando “os benefícios da diversidade (e não só de gênero) para as companhias”, de acordo com a reportagem um estudo da consultoria de *Diversity Matters Even More* em 2023, as empresas que tencionaram para criar um ambiente diverso mostrou uma “tendência financeira 25% melhor do que seus pares” Almeida (2024).

Para a criação de um novo horizonte, a esperança por mudanças deve ser aquela gestada em Freire (2023a, p. 15), que compreende – esperança, com todas as suas limitações, pois “pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança”. Desse modo, o desassossego do cotidiano opressor não muda por um simples desejar humano sem criticidade e reconhecimento dos processos históricos e estruturas sociais reinantes no mundo do capitalismo. No entanto, não se pode cair na armadilha do conformismo e optar pelo conforto da inércia que representa o derrotismo preguiçoso sem luta.

Em Freire (2023a, p. 138), o não agir culminará na desesperança, para tanto a esperança na educação na medida certa conduz a uma luta racional, pois se trata de uma esperança crítica. O caminho a ser enfrentado na Educação Profissional e Tecnológica deve ser pensado dentro de um agir que compreende mulheres e homens em suas histórias com suas imperfeições, como seres inconclusos e limitados, que se constroem enquanto pessoas. As mulheres no mundo do trabalho, reconhecidas historicamente como alvo de

²⁷ CEO sigla em inglês para “Chief Executive Officer”, representa o principal executivo de uma dada organização, ficando responsável estrategicamente pelas operações mais importantes para que a determinada organização alcance seus objetivos (.

²⁸ CFO sigla em inglês para “Chief Financial Officer”, de maneira geral responsável pelas atividades financeiras de uma organização, sendo considerado uma função importante para a administração de uma organização.

opressão, podem encontrar na EPT uma vida política que não se coaduna com “as concepções mecanicistas e determinista da história”, pois compreende que esse modelo pode conduzir ao perigoso fim da “desumanização dos homens e das mulheres” (Freire, 2023a, p. 38), ou seja, numa clivagem que introjeta no tecido social uma falsa sensação de que sempre foi assim e assim será.

Trata-se, portanto, entre a árdua tarefa de construção de EPT que carregue esperança, como apontou Freire nas linhas anteriores, mas com criterioso cuidado para não se correr o risco do otimista cego ou “ingênuo” que não percebe ou simplesmente ignore os mecanismos sociais e históricos que representam as estruturas sob as quais a sociedade fundou sua existência. Uma esperança inteligente, diria ele, com critério para não descambar para o imobilismo muito menos para a desesperança, uma vez que essa esperança é fundada na realidade que não é imutável. Aderindo integralmente ao pensamento de Freire (2023a, p. 16), não se deve esperar pelo simples ato de esperar que algo acontece, como fruto do acaso, na vã esperança do inesperado descontextualizado e espontâneo. A educação, que se pretende fonte de esperança, apresenta possibilidades, a mudança que é viável, independente dos obstáculos.

A educação emerge não como uma solução mágica, muito menos única, mas como possível e que precisa ser considerada pela sociedade como o projeto pela qual a sociedade se constrói e prepara um futuro para si. Nesse sentido, no tópico a seguir, é interessante adentrar ao conceito de omnilateralidade e politecnia dentro de uma educação que entende a formação humana, olhando para a mulher e para o homem como pessoas em busca de uma vivência plena e substancial, comprometida com a coletividade e bem-estar social, bem como sua construção pessoal baseada na ética e valores humanos inegociáveis.

3.3.3 Politecnia e Omnilateralidade: caminho e horizonte

A politecnia e a omnilateralidade balizam uma jornada metodológica rumo à emancipação humana, uma vez que representam uma educação voltada à formação humana plena e “em substituição à unilateralidade objetivada pelo taylorismo-fordismo”. A politecnia e omnilateralidade mantêm o curso da vida em constante movimento, pavimentam um caminho de plenitude existencial, almeja uma vida radicalizada no desenvolvimento das potencialidades do ser humano. A pessoa, nesse contexto, percebe-se em mudança, em

construção ativa e avança, percorre e sonha e como ciclo virtuoso, entende-se “inacabado”²⁹ e retorna ao seu caminho em busca do seu horizonte. Para isso, a escola deverá assumir o papel diametralmente oposto das concepções reinantes na sociedade capitalista, para fins de superar a divisão entre “atividades intelectuais e manuais”, posto que, o trabalho não se coaduna com a faceta da opressão e menoscabo da vida humana, muito menos da exploração e desumanização. O papel do ser humano é considerando preponderante, articulando trabalho e educação numa realidade imanente; nela suas relações são fincadas na dignidade da pessoa humana (Kuenzer, 2000, p. 58-59).

Assim, uma educação provocativa e revolucionária não pode prescindir de uma condição essencial: na politecnicidade e na omnilateralidade, sob o risco de representar uma educação insossa, insípida, desinteressante e acima de tudo, repulsiva e atrelada com interesses estranhos aos ideais de emancipação e plenitude. Por uma educação transformadora, é preciso trazer à baila questões que envolvem uma realidade não dicotomizada entre trabalho e educação como realidades estanques, como existências autônomas. Essa visão atende a interesses que não se coadunam com um projeto educacional voltado ao desenvolvimento humano em todas as suas potencialidades.

A EPT vislumbra um desenho metodológico que faz esse movimento inverso, qual seja, a união imbricada de politecnicidade e de omnilateralidade como valores fundantes de uma proposta educacional necessária ao desenvolvimento humano significativo às transformações sociais. A comunidade ganha com isso, um corpo formado de cidadãos que se entendem como pessoas potentes, ou seja, ser que se constroem e constroem em prol de um bem comum.

Para entender a importância da politecnicidade e da omnilateralidade como caminho e horizonte, o percurso pelo qual o trabalho humano na história precisa ser compreendido, uma vez que, é nele, no trabalho que homem transformou a natureza e nela produziu sua existência, conforme discorre Saviani (2007, p. 154-155) que narra essa expressão humana nascida no trabalho tendo como ponto de partida o “comunismo primitivo”, no qual a sociedade sob o regime tribal, tinham na educação uma expressão de vida. Continua o referido autor, afirmando que as mudanças foram se sobrepondo àquela realidade, na qual as sociedades se modificavam e a propriedade privada se intensificava. Dessa maneira, a

²⁹ O do inacabamento do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se torna consciente (Freire, 2022, p. 50).

propriedade privada penetrava nos agrupamentos humanos de uma maneira tão intensa, que o trabalho foi em dado momento histórico reservado aos escravos.

De acordo com Saviani (2007), o trabalho humano sofreu profundas transformações com a Revolução Industrial, ocasião na qual surge a figura do proletário. Esse sujeito social ficará adstrito a uma educação performativa ao trabalho por representar uma “classe não-proprietária”, logo, desprovida dos meios de produção. Diametralmente oposto a ela, a classe burguesa, ou seja, a classe proprietária, estará ligada a uma educação centrada “nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar” (Saviani, 2007, p. 155). Assim, para Saviani (2007, p. 161), no Ensino Médio, as alunas e os alunos encontrarão um conjunto de processos que lhes proporcione uma apreensão diversificada de técnicas para o desenvolvimento de um trabalho que não treina um agir apartado, mero repetidor de tarefas, condicionado e alienado.

Nesse esquadro social, a divisão do trabalho funciona como instrumento de enfraquecimento da capacidade da pessoa em sua dimensão individual, ocasionando a debilidade e empobrecimento (Marx, 1950a, p. 225-237, *apud* Manacorda, 2007, p. 41), que representa um modelo cujo efeitos são nocivos à trabalhadora e ao trabalhador. Dessa forma, essa condição culmina numa dissociação no processo laboral, uma presença trabalhadora fragmentada, que participa precariamente da produção, formando uma massa alienada ao ponto da percepção de uma estranheza na atividade (Manacorda, 2007, p. 42). Destarte, a massa trabalhadora vê-se imersa num processo laboral fracionado e desprovido de uma percepção do todo, desconectado de um liame, descontextualizado, removido de suas forças produtivas em sua totalidade, o ser reduzido à coisa.

Para enfrentar esse modelo formativo, o sentido gramsciano de escola única coaduna-se com uma construção libertadora dos grilhões reificantes padrão hegemônico capitalista que aponta na seguinte direção:

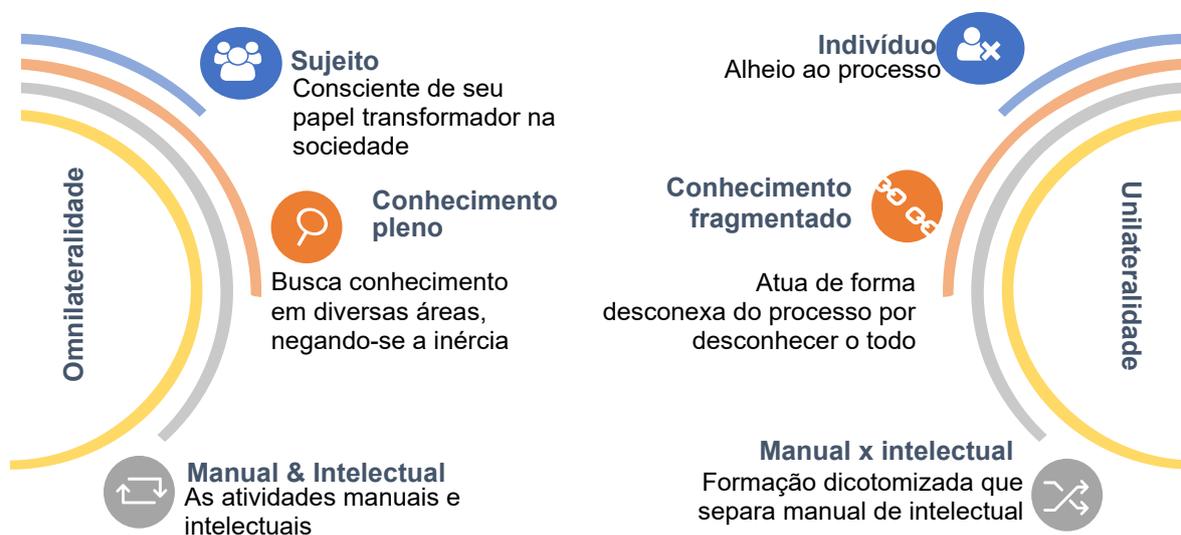
A tendência atual é a de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou de conservar apenas um seu reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em preparar-se para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: a escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de

escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (Gramsci, 1982, p. 118).

Assim, a dicotomia trabalho e conhecimento não fundamenta ou aprofunda as desigualdades sociais, uma vez que o trabalho e o conhecimento estão a serviço do desenvolvimento humano, atendendo ao ser humano com toda a sua potência. Dessa maneira, fica evidente o projeto, segundo o autor, de se abandonar esse modelo acessível apenas a uma classe privilegiada, fazendo com que os processos de orientação profissional fossem recebidos a partir de uma formação de base única a todos.

Disso, conclui-se nesse particular que, a homogeneidade da realidade do trabalho e da educação realizam a existência humana, pois fundamenta a emancipação e as possibilidades de realizações. Assim, o trabalho pressupõe educação que, por sua vez não se realiza sem aquele (trabalho). O Ensino Médio proporcionará “o domínio dos fundamentos das técnicas diversificada das utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos” (Saviani, 2007, p. 161). Desta maneira, o aspecto de uma formação humana ampla, que carrega uma série de atributos às alunas e aos alunos, representa as condições necessárias para uma existência digna e com as condições necessárias ao exercício de seus direitos. Na Figura 14, é possível verificar uma análise sintética de pontos-chave da dicotomia entre uma educação que se pretende omnilateral em oposição a uma comprometida com a manutenção de uma educação alinhada ao mercado e o interesse do grande capital.

Figura 14 – Omnilateralidade x Unilateralidade



Fonte: Elaborada pela autora, com fundamento em Saviani (2007) e Gramsci (1982).

Da representativa conceitual exposta na figura em tela (Figura 14), a opção por uma educação que concorra para um desenvolvimento humano pleno significa um plano objetivamente precioso para a toda a sociedade. Isso porque, a fragmentação das capacidades humanas não pode representar um projeto de sociedade que se prontifica por meio da educação a formar cidadãos e cidadãs e para tanto, essas figuras sociais se estabelecem pelo aperfeiçoamento enquanto ser humano.

Vê-se, nessa realidade, a entrada da pessoa na vida adulta em sociedade em sua completude, produtiva, mas capaz e consciente, pois nela a percepção de mundo se aproxima de uma arena de possibilidades, um caminhar lúcido tanto de seu papel individual quanto coletivo. Não se trata de um anátema à classe a qual pertence, condenada ou condenado irremediavelmente ao trabalho que represente um mecanismo de opressão. Assim, fundamenta-se a necessidade de se pensar a educação e o trabalho inseridos numa realidade fluida ao ponto de não mais haver diferenciação.

Em Manacorda (2007, p. 57):

O trabalho ocupa um lugar central na proposta pedagógica marxiana e, como – no que se refere especificamente à pedagogia – é possível, talvez, com ou sem razão, iludir-se de que se sabe o que é ou possa ser ensino, é, no entanto, mais difícil ter ou acreditar ter uma ideia precisa sobre o que seja o trabalho, apesar da secular experiência que dele se tem; e, como, acima de tudo, não parece que o conceito preciso de Marx sobre o trabalho tenha sido compreendido por muitos, eis que compreender o que propriamente seja esse trabalho torna-se pressuposto para toda justa interpretação e colocação histórica da sua proposta.

Assim, é preciso compreender a dimensão do trabalho em Marx e seus aspectos para a formação humana, segundo Manacorda (2007), podendo servir de fundamento para relações alienantes e opressoras, assim como pode assumir a função de liberdade e autonomia na qual participa efetivamente, produzindo e participando na criação de uma sociedade transformada. Na memória social é preciso fincar os marcos de dignidade humana, que deve compreender todos os aspectos da vida humana, inclusive nas relações de trabalho.

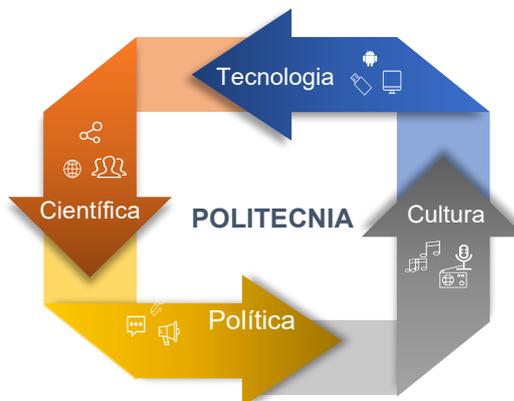
Assume o papel preponderante o trabalho como princípio educativo que se materializa numa construção de novo pensar a sociedade. A junção entre “ensino e trabalho” representam em última instância “um processo de recuperação (*Zuruecknahme*) da integralidade do homem, comprometida pela divisão do trabalho e da sociedade)”

(Manacorda, 2007, p. 76). Para isso, é preciso aprofundar um pouco mais nesse fenômeno e ir além, e para isso, apropriar-se de uma educação fundada no princípio da omnilateralidade e da politecnia significa a escolha criteriosa e segura no rumo a uma participação política para além de um lugar de inércia social e conformismo.

Na politecnia, a formação pressupõe um conjunto de valores pessoais, nos quais o trabalhador, ao executar uma atividade, não é reduzido à mesma condição de uma máquina, desprovido de história, desconexo com sua realidade, descontextualizado no processo produtivo. Em tal condição apenas faz, não pensa, não resolve, reduz-se, minimiza-se, atomiza-se, tem sua existência apagada de seu contexto social que lhe trouxe até aquele momento e espaço. Por isso, a politecnia compreende um ser humano com domínio sobre seu intelecto de maneira que sua vivência lhe permita o exercício de tarefas de forma criativa, que supera obstáculos e sobressai da formação reduzida apenas à formação técnica. Portanto, a politecnia é dinâmica, o aprendizado não se esgota na superação de conclusão dos anos escolares, nela, a vida profissional faz e refaz pela necessidade de continuidade de aquisição de novos conhecimentos (Kuenzer, 2000, p. 86-87).

A politecnia em Saviani (1989, p. 7) vai na “direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” que representa um forte embate na caótica sociedade capitalista que pressupõe a propriedade privada e conhecimento é concebido como fatores de diferenciação de classe, evidentemente que a classe dominante atravessa o caminho do conhecimento para dele se apossar de uma experiência universalizante ao passo que fragmentado para a classe trabalhadora, que não dispõe das duas condições (propriedade privada e conhecimento universalizado) para em condição de igualdade negociar as relações de trabalho e os desdobramentos econômicos advindos. A politecnia é um forte componente de pavimentação de uma trilha educacional de mudança social que pressupõe a presença de fatores importantes ao desenvolvimento humano, conforme apontado na Figura 15.

Figura 15 – Politecnia



Fonte: Elaborada pela autora, com fundamento em Saviani (1989).

O trabalho que educa, bem como a educação que ensina para o trabalho, portanto, encontra-se albergado no pensamento crítico e construtivo voltado para uma nova sociedade. Para isso, é preciso pensar uma organização que reúna as condições materiais para a efetividade de uma oferta politécnica. Essa medida encontra albergue no ordenamento jurídico, uma vez que emergem da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) comandos que devem ser observados pelos administradores públicos quando da administração da coisa pública e o ensino oferecido no IFAC se enquadra nessa categoria jurídica.

Com esse tratamento legal, a educação entabulada no artigo 205 da Constituição Federal é um direito extensível a todas e a todos, assim, as pessoas são beneficiárias das políticas e programas voltados para que se promova a educação de qualidade, formativa de cidadãos e de cidadãs e com capacidade plena ao trabalho. Alia-se a isso, a disposição que prevê a obrigatoriedade de promoção e incentivo de observância pelo Estado, pela família e com a colaboração e toda a sociedade. Assim, a educação ao tempo que é um direito representa um dever legal que irradia para que as normas infraconstitucionais atendam suas diretrizes (BRASIL, 1988).

A educação a ser oferecida em território nacional visa ao pleno desenvolvimento, no qual se dessume que nela – na educação. Diante disso, encontram-se os mecanismos que viabilizem o desenvolvimento qualificado da sociedade e em sua plenitude. Conclui-se nesse particular que, a ideia de educação como espaço para o crescimento de cada pessoa, pressupõe o respeito às individualidades, no entanto, não pode se reduzir a um modelo hermético, meritocrático, individualizante e sem compromisso social com a

coletividade. Dessa forma, a educação deve formar cidadãos e cidadãs para o mundo do trabalho e todos os encontros sociais da vida humana.

Ao tratar da educação em nível constitucional (art. 205, BRASIL, 1988), o constituinte de 88 esquadrinhou claramente que tipo de educação deveria ser engendrada no país, ela deveria preparar para exercer da cidadania, bem como qualificar para o emprego. Esses dois aspectos sobre a educação (cidadania e trabalho) estão previstos como objetivos cogentes aos responsáveis pela oferta de ensino. Desse modo, a educação prepara o ser humano para exercer seus direitos dentro de uma perspectiva legal de participação da vida política e econômica. Sob o aspecto político, compreende uma experiência consciente e comprometida com a coletividade enquanto “animal político”³⁰. Dessa forma, não se pode falar de exercício de cidadania sem conceber o conhecimento da cidadã e do cidadão de sua realidade e seus direitos, de modo a poder se contrapor aos que não os observam.

A educação é vista sob a visão dicotômica alinhavada alhures. Nela encontram-se as condições que preparam a pessoa para o trabalho. A Constituição Federal prevê que, por meio da educação recebida, a cidadã e o cidadão terão as condições de desenvolvimento emancipador ao ponto de render-lhes a capacidade para o exercício pleno do trabalho. Dessa feita, a educação é o caminho que conduz à cidadania e à qualificação para o trabalho, propiciar isso à sociedade é, portanto, um dever compartilhado entre o Estado e a família. Esta, evidentemente, é mais limitada, por não dispor, em sua maioria, dos recursos e conhecimentos técnicos e metodológicos para ofertar aos seus familiares o acesso à educação. Entretanto, não se pode cair no enredo que, nela não se educa, muito pelo contrário, na família encontra-se o motor propulsor significativo de parceria casa-escola e um acompanhamento afetuoso sobre a importância da educação para o corpo discente que são entregues nos ambientes escolares.

Fica, porém, para o Estado a maior fatia do bolo, pois dispõe da máquina administrativa, quadro de servidores, orçamento e leis que organizam os trabalhos voltados à promoção da educação. No Estado, encontra-se o tratamento pedagógico organizado em método, baseado no desenvolvimento da ciência e na necessidade de formar esses que serão as futuras cidadãs e os futuros cidadãos que comandarão o país. Na mudança de

³⁰ Mas a espécie humana [vive] também de arte e de raciocínios. (4) É da memória que deriva aos homens a experiência: pois as recordações repetidas da mesma coisa produzem o efeito duma única experiência, e a experiência quase se parece com a ciência e a arte (Aristóteles, 1984, p. 11).

gerações, a substituição de massa de trabalhadoras e de trabalhadores ocupa-se o Estado de promover uma melhoria nas condições de vida de sua população.

Para proporcionar uma educação que promova o pleno desenvolvimento, a omnilateralidade e a politecnicidade apresentam-se como soluções capazes de promover uma educação de qualidade, valorativa de respeito ao desenvolvimento humano, sobretudo para o construir de um novo tipo de estudante. A supressão da dicotomia entre educação e trabalho não subsiste, a cidadania é gestada na escola, mas se espraia por toda a vida do corpo discente. Assim, volta-se para a metáfora contida no subtítulo que fala que a politecnicidade e a omnilateralidade representam o caminho e o horizonte para essa receita chamada educação + trabalho + cidadania.

Dessa forma, a EPT não se exaure numa oferta maçante, conteúdos estanques e descontextualizados da realidade que circunda a classe estudantil. Pode-se a partir dessa premissa de uma educação ancorada na politecnicidade e na omnilateralidade desenvolver um cidadão e uma cidadã que se educa e trabalha, mas que está inserido numa sociedade como ser político que se compromete com agente de transformação social e luta por melhores condições de vida para si e para os demais. Desse modo, no tópico a seguir, a política entrará na relação de desenvolvimento humano como fator indispensável para mudança social.

3.3.4 EPT: política no radar

A política, como realidade humana, emerge nessa pesquisa como o cuidado que se deve consagrar a um tema tão presente no cotidiano, mas, por vezes, negligenciada em variados espaços (escola, igreja, casa, trabalho) como ciência e efeitos materiais que dela advém. O senso comum valida repetidamente o adágio que “futebol e política” não se discutem, conferindo aos dois temas um apagamento do diálogo e das trocas, do aprendizado e da mudança. Não havendo espaço para se falar de política, os efeitos dela não são percebidos como a causa, logo, eventuais discussões pairam a superfície dos dilemas humanos, quando não divinizam o posto como vontade superior “que cria e governa todos os seres de acordo com os desígnios ocultos de Sua vontade a qual opera segundo fins inalcançáveis por nosso entendimento” (Chauí, 2002, p. 3).

A origem da palavra política, termo grego *politiké*, advém da junção de duas outras palavras gregas: polis e tikós, esta significa o bem comum pertencente a todos os cidadãos, aquela por sua vez a cidade. Evidentemente, a etimologia da palavra deixa pistas importantes de como reconhecer a política e sua presença no respirável social.

Em Chauí (2002, p. 17), “somente na vida política o homem vive uma vida propriamente humana” e essa afirmação convida a uma reflexão muito importante para um modelo de educação integral, profissional e tecnológica, que se ampara na politecnicidade e na omnilateralidade para a formação de cidadãs que percebam a política no campo do possível e não do etéreo. Para conceber a política como espaço para a mulher é preciso um esforço multifacetário, pois a história humana registra os obstáculos para seu acesso.

Para uma investigação cautelosa que de antemão compreende que não abarcará todos as nuances do tema política e mulheres, retroage-se nesse ponto, aos acontecimentos e considerações que remontam a constituição francesa e a revolução daquele mesmo país para se traçar um panorama na qual a presença feminina era mitigada. A escolha desse ponto da história não é fruto nem de uma escala de valores ou que poderia levar a crer como ponto de origem; sua escolha deu-se em razão da profundidade da produção intelectual de mulheres da época que inseridas naquele contexto revolucionário, viram-se impedidas de usufruir em condições iguais de direitos que os revolucionários pretendiam.

A Constituição francesa de 1791 representou uma mudança significativa para a sociedade francesa, foi resultado da Revolução de 1789 que impôs limite ao poder real, implementando uma monarquia constitucional. Nesse novo cenário legislativo, suplantou-se a o feudalismo e com ele todo os seus privilégios, reorganizando a sociedade de maneira tão profunda, ocasião que propiciou a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) que depois viria ser incorporada à constituição.

De acordo com Cogliola (2013, p. 18):

A população foi dividida em cidadãos ativos e passivos, segundo pagassem ou não impostos. Somente os primeiros, que pagavam impostos e possuíam dinheiro ou propriedades, participavam da vida política: era o voto censitário. Os passivos não eram votantes: mulheres, trabalhadores pobres ou desempregados.

O tempo era de grande convulsão social, o feudalismo como sistema social, vigente entre os Séculos V ao XV, com seus códigos e títulos nobiliárquico representavam o passado, a sociedade exigia direitos e o princípio da igualdade entre os cidadãos era um

desses pleitos. Porém, apesar da luta das mulheres ao lado dos homens, foram elas esquecidas quando da colheita dos frutos das lutas da época. Em movimento contrário surgiram vozes que reivindicavam o reconhecimento dos direitos das mulheres, com discursos contundentes para que se voltassem à razão, pois não havia justificativa que amparasse aquele discriminem (Wollstonecraft, 2021).

A defesa da igualdade como princípio irradiador para a nova sociedade que se pretendia construir, não poderia reproduzir os velhos mecanismos de diferenciações e distinções. Contudo, o que se deu foi que as mulheres ficaram sob o regime antigo de opressão e os homens passaram a respirar os novos ares que sopravam com o novo regime. Às mulheres restava permanecer na condição de seres que “vagando ao redor de sua jaula dourada, apenas busca adornar sua prisão” indignava-se Wollstonecraft (2021, p. 60).

Há crítica ao modelo servil que muitos homens se mantinham inertes por “preguiça” e “luxúria” que os impediam de lutar contra escravidão de monarcas e ministros, de acordo com Wollstonecraft (2021, p. 61) que realçava com fortes cores o comportamento dos homens da época com referidos adjetivos. Para a referida teórica, as mulheres ainda permaneciam presas ao processo dominação masculina e que precisavam entender o processo sob a qual se encontravam. Do mesmo modo, entendia Wollstonecraft (2021), que era preciso chamar os homens à razão para que abandonasse essas práticas opressivas. Vejamos o trecho que comunga tais ideias:

Que os homens, então, orgulhosos de poder, não usem os mesmos argumentos que reis tirânicos e ministros venais têm usado, e afirmem falaciosamente que a mulher deve ser submetida porque sempre foi assim. Mas, quando o homem, governado por leis razoáveis, goza de sua liberdade natural, que despreze a mulher, se ela não a compartilha com ele; e, até que chegue aquele período glorioso, em descartar a loucura do sexo, que ele não negligencia a sua própria (Wollstonecraft, 2021, p. 61).

Essas considerações propostas na citação, trata-se de preparar o espírito do leitor para sentir quão profunda e historicamente foi construída nas mais diversas sociedades a exclusão das mulheres do mundo da política, e porque não dizer do acesso ao poder. A Educação Profissional e Tecnológica pretendida é um modelo de concepção de mundo no qual o trabalho é visto não como mecanismo de alienação, muito pelo contrário, no trabalho a mulher e o homem transformam o mundo, mas também se transformam em seres plenos em potencialidades, múltiplos em conhecimentos, a dinâmica do trabalho que proporciona

a satisfação de uma experiência digna. Para isso, é necessário compreender que uma sociedade que tem como horizonte esse modo de existir, proporciona o acesso de todas e todos, metaforicamente, à *Ágora*³¹ social moderna.

Para Wollstonecraft (2021, p. 77), as mulheres também precisavam se contrapor a esse modelo opressor de existência que condicionava as mulheres ao papel que quase beira a irracionalidade, uma vez que “confinadas em gaiolas como uma raça emplumada, elas não têm nada a fazer a não ser enfeitar-se e exhibir-se com falsa majestade de poleiro em poleiro”. A acidez com a qual a Wollstonecraft (2021) dirige suas críticas aos homens de igual modo não poupa as mulheres, contudo, tece de modo claro sua discordância, salpicada em uma certa dose de antipatia a filósofos como Rousseau (1712-1778) que se aventurava na fala sobre o “outro sexo”. Assim, Wollstonecraft (2021, p. 86) trava um embate vigoroso por considerar a filosofia por eles defendida, mais uma forma de justificar uma manutenção de um sistema opressivo que deveria ser veemente rechaçada, pois desprovida de razão, desse embate filosófico emerge a resposta da autora às considerações publicadas pelo filósofo suíço no excerto:

“Eduque as mulheres como os homens” diz Rousseau, “e quanto mais se assemelham ao nosso sexo, menos poder terão sobre nós”. Esse é exatamente o ponto que pretendo. Não desejo que elas tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas (Wollstonecraft, 2021, p. 86).

Assim, a educação de mulheres nos tempos da autora eram os fundamentos para que mudança ocorresse pois não vislumbrava no horizonte a realização desse sonho de igualdade. Para tanto, a autora defendia a educação, entretanto, defendia o estudo da política, da história que lhes permitisse uma assunção de conhecimentos capazes de elevar sua condição em igualdade com o ser masculino. A educação deveria compreender os “elementos da religião, de história, de história do homem e de política também podem ser ensinados por conversas, na forma socrática” Wollstonecraft (2021, p. 234).

Jean-Jaques Rousseau (1779) foi alvo das duras críticas de Wollstonecraft (2021) em razão de sua importância para época em razão de sua influência entre as mulheres do Século XVIII. A obra *Emílio ou da Educação* publicada em 1762 entabulava o lugar social da mulher, suas características e conselhos que apontavam na direção de talhar uma existência digna e valorosa. Segundo o referido filósofo:

³¹ Designa o local utilizado pelos cidadãos da Grécia antiga para diversas atividades, sendo que uma delas seria para tratar de política. Importante esclarecer que o uso do vocábulo cidadão exclusivamente no gênero masculino se deu em razão que as mulheres serem alijadas dessas atividades.

Consultai o gosto das mulheres nas coisas físicas e que se prendem ao julgamento dos sentidos; o dos homens nas coisas morais e que dependem mais do entendimento. Quando as mulheres forem o que devem ser, elas se limitarão às coisas de sua competência e julgarão sempre bem; mas desde que se tornaram os árbitros da literatura, desde que se puseram a julgar os livros e a fazer livros à força, não conhecem mais nada (Rousseau, 1979, p. 292).

O filósofo é agudo em suas prescrições quando seu alvo são as mulheres, exige-se dela uma solidez moral enquadrada nos moldes por ele compreendidos. Dessa forma, como uma figura proeminente de seu tempo, a leitura de suas obras ecoava como mantras na sociedade o que incomodava profundamente Wollstonecraft (2016). Rousseau (1979) destinava às mulheres recomendações como um boticário de renome que participava à sociedade da época, com quais perfumes o corpo feminino deveria se apresentar em troca de uma aceitação social e respeito.

Contudo, ambos os escritores passaram com suas obras para a eternidade, alguns envelhecem mal, mofam no descolamento dos caminhos da humanidade e suas predições. As palavras de Wollstonecraft (2021) são atuais e vibrantes, elas ecoam de uma história que envolve mulheres dos matizes, suas diferenças são aplainadas, quando vistas que como categoria mulher permanecem no andar de baixo da sociedade.

Wollstonecraft (2021) se faz presente nos dias de hoje, contra cada agressão dirigida a um corpo feminino, em cada esquina sombria e vielas sem luz, nas moitas e encruzilhadas, no número de alunas fora da escola para ajudar no sustento do lar, nas mãos que seguram a vassoura e mexem a panela, alijadas de sua emancipação. Na desigualdade de tratamento e no desrespeito desrespeitoso, nas investidas do patrão sob as ameaças de demissão, a autora vive na permanência dessa denúncia e que o sistema resiste em pôr fim. Ela – Wollstonecraft –, está por aí, como Beauvoir (2016), Lopes (2020), exigindo mudanças no mundo, pois o patriarcado está também por toda parte, no fio da navalha que cerra um corpo e no cano de uma arma que aniquila centenas de mulheres todos os anos no Brasil, pois se trata de “um sistema de crenças em que se aceita a superioridade dos homens devido à sua masculinidade” (Tiburi, 2018, p. 63).

O problema da baixa participação das mulheres na política, fruto desse modelo excludente, permanece uma questão central na sociedade contemporânea. A obra em questão, evidencia o caráter histórico, mas também o projeto de controle sobre o corpo feminino, demonstrando como essa estrutura de dominação se perpetuou ao longo dos

séculos. Embora mudanças estejam em curso e avanços tenham sido conquistados, a concretização da igualdade material de gênero ainda não se vislumbra como uma realidade iminente.

Entre homens e mulheres a desigualdade se tornou uma pauta de relevância global, refletida em iniciativas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O Objetivo 5, por exemplo, estabelece o compromisso de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. No entanto, o que causa preocupação é o ritmo dessas transformações, e cada avanço demanda um esforço prolongado e dispendioso, sem contar com os retrocessos que pululam os noticiários atuais.

Nesse sentido, as reflexões de Wollstonecraft (2021) mantêm-se alarmantemente atuais em 2024, evidenciando a persistência das barreiras que limitam a participação feminina na esfera pública e política. Esse cenário não apenas reforça a necessidade de ações mais efetivas, mas também ressalta a urgência de uma mudança estrutural para que a igualdade deixe de ser um ideal distante e se torne uma realidade concreta. Nesse ponto, a pesquisa encontrou respaldo nos objetivos que têm seus desdobramentos e balizas diretivas, quando atenta para a inserção da mulher na vida política, econômica e pública. Se o silêncio lhe foi imprimido por gerações e gerações, as mulheres precisaram criar seus espaços, travar suas lutas e a educação se revelou um caminho viável ao conserto dessa injustiça, não o único, mas importante. Sabe-se que a política é um campo minado para quem por ele se aventura, porém, para a mulher as raízes da sua exclusão são históricas, esculpidas até mesmo em recomendações filosóficas, conforme se vê na citação de Tucídides (2001, p. 114):

“Se tenho de falar também das virtudes femininas, dirigindo-me às mulheres agora viúvas, resumirei tudo num breve conselho: será grande a vossa glória se vos mantiverdes fiéis à vossa própria natureza, e grande também será a glória daquelas de quem menos se falar, seja pelas virtudes, seja pelos defeitos”.

O trecho foi extraído da obra clássica de Tucídides (2001), intitulada História da guerra do Peloponeso. Vê-se que o autor, quando se refere às mulheres, apresenta o conselho de manter-se contida naquilo que entendem ser de uma vida sob o signo do feminino, pois só assim estariam adstritas a sua própria natureza, não explicando que natureza é essa, mas que certamente seriam ao papel que lhe impunha de subalterna ao homem. Porém, o silêncio da mulher, aponta o autor, como reconhecimento benéfico,

representaria um triunfo da mulher ante seus defeitos e virtudes. O que se esperaria da mulher não seria mais que uma adesão ao seu papel, discricção, auxílio e resignação.

Com isso, não se admira que a mulher tenha sido afastada da política historicamente. Como em uma história trágica, não se conhece a certidão de nascimento desse mecanismo opressor que viu na mulher a primeira pessoa a ser dominada pelo homem. Apartada de uma rica experiência de vida pública, moldada aos rígidos códigos de condutas, as mulheres viram sua presença sendo manietada em todas as áreas de sua vida. “Santo Agostinho denunciava as mulheres solteiras que tentavam ser ‘mais bonitas’. ‘Pintar-se com tintas para ter uma tez mais rosada ou mais pálida é uma falsificação mentirosa’” predição austera às mulheres, que atualmente apontam para sentido diametralmente oposto, como alguns locais de trabalho que incentivam o uso da maquiagem (Cooke, 2023, p. 243-246).

As mulheres são submetidas a toda sorte de conselhos, sugestões ou ordens que crescem com elas. Adverte-se nas revistas, *outdoor*, rádio, TV as mais variadas admoestações, veladas ou de forma clara: “seja magra”, “ser mais magra é sempre melhor”, em contraposição “ser magra não é feminino o suficiente”, esse tipo de condição social imposta às mulheres permeia toda sua vida, e nisso a vida e a saúde das mulheres, física ou mental, são controladas, e a autoestima e a autoconfiança são palavras que são expurgadas dos seus vocabulários e nesse cenário que se vai construindo a autoimagem de inadequação das mulheres, conforme explica Cooke (2023, p. 282).

A referida autora alerta:

Em algum momento de 2019, as mulheres que procuravam *hashtags* que encorajavam distúrbios alimentares viram um *pop-up* que perguntava: “Podemos ajudar?”. O Instagram estava respondendo a duras críticas que diziam que as mensagens que incentivavam as meninas a machucarem a si mesmas, à ortorexia e a fazer jejuns estavam prejudicando-as, levando-as distúrbios alimentares e encorajando-as a não receber tratamento. Essa é a beleza e o horror das mídias sociais — você pode encontrar qualquer conselho que quiser e filtrar o resto (Cooke, 2023, p. 282).

Independente do veículo de informação, as regras dirigidas às mulheres apresentam-se recheadas de exigências rígidas e por vezes contraditórias. Nesse universo de condutas, as mulheres devem sobreviver, absortas em como realizá-las. A busca pela inserção de mulheres na política vem sendo travada vigorosamente, mas a hegemonia das estruturas sociais e econômicas em um período tão extenso na história, revela que ainda há muito o que ser construído.

Caminhar na direção contrária ao patriarcado exige uma quebra de um paradigma muito bem estruturado e consistente que perpassa o ser humano com sofisticado requinte de justificativas: religiosas, biológicas, intelectuais, econômicas, jurídicas, morais e tantas outras. Incluir as diferenças jurídicas parece contraproducente no Brasil do Século XXI, sobretudo, sob a égide da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que inaugurou uma nova ordem jurídica num país que experimentou uma ditadura militar (1964-1985) que macerou toda uma geração e registrou desaparecimentos, torturas e morte, um período em que o Estado representava a opressão com seus aparelhos de moer gente.

Um exemplo muito claro dessas construções na sociedade, é o Código Civil brasileiro de 1916, influenciado pelas Ordenações Filipinas, o código desde sua entrada em vigor, cristalizou os valores patriarcais da época, reduzindo a mulher à condição de “relativamente incapaz” junto ao rol de menores, louco e indígenas. Apesar de suas alterações ao longo dos anos (vigência de 1916 a 2002), a espinha dorsal da referida norma resistiu em muitos aspectos. Exemplo disso foi a aprovação da lei do Divórcio apenas em 1977 que se deu em razão de pressões dos movimentos feministas (Colling, 2020, p. 181).

Se por um lado, o texto irradiador de todo ordenamento jurídico determina igualdade de gênero, por outro, precisa desencravar as normas vigentes que davam sustentação ao antigo regime constitucional. A mulher construída na história brasileira tinha um conjunto de regras que obstaculizavam a sua vida em sociedade, a exemplo do Código Civil de 1916, revogado *in totum* apenas em 2002, pela Lei n. 10.406, que na época de sua promulgação, precisamente no art. 6º, incluía as mulheres casadas, na constância do casamento, no rol de incapazes civilmente para determinados atos (BRASIL, 1916).

Normas dessa natureza permitem compreender um pouco do modelo de sociedade quando da promulgação do texto legal em tela e como a sociedade daquela época projetou sua organização para aquela ocasião e para o futuro, pois as normas legais são produzidas, na sua maioria, para regular relações jurídica no futuro. A política como aspecto da vida humana precisar ser compreendida enquanto as alunas e os alunos estejam se formando para uma vida para além da vida escolar. Ao formar cidadãos e cidadãs para o mundo do trabalho, a EPT tem o espaço no cotidiano para propiciar o debate, a troca de experiências, a interação social congruente com as manifestações políticos fora do ambiente de ensino.

A reprodução de dizeres do senso comum que “políticos são todos iguais”, “política e religião não se discute”, “na política só tem corrupto” abalam a confiança da população e afugenta eventuais interessados que compreendem a política como parte da vida social e

que por meio dela as decisões mais importantes de uma sociedade são tomadas. A percepção de que a política significa lugar de corrosão social, conchavos, alianças espúrias precisam de consertos urgentes, pois é pela política que passam as decisões. Atitudes como silêncio ou exclusão de uma vida política, além de não ser possível, ainda permite que aqueles que descompromissados com a coisa pública, sintam-se à vontade para perpetuação de um modelo de defesa de interesses próprios.

Nesse contexto, é preciso pensar numa educação que busque fomentar o encontro das alunas com alguma experiência política positiva. Trata-se, evidentemente, de um trabalho colaborativo entre a instituição e corpo docente, a instituição de ensino e outras instituições, tudo voltado à formação humana crítica e emancipadora.

Por isso, é preciso pensar um tratamento pedagógico atento para assuntos que envolvem a política e uma preocupação de provocar uma experiência significativa e crítica das alunas e dos alunos. A EPT pode seguir o caminho preconizado por Kuenzer (2000, p. 40):

Partindo dessa concepção, é possível afirmar que as finalidades e objetivos do Ensino Médio se resumem no compromisso de educar o jovem para participar da política e produtivamente do mundo das relações sociais concretas com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e da autonomia moral.

Em Kuenzer (2000), um projeto de educação voltada para a construção de um ser político, que se compreenda como cidadã e cidadão consciente da realidade na qual está inserido é fundamental. Nele, a política é mecanismo viável de pressão, luta por melhores condições de vida, transformação social pelo bem da coletividade. Nele, a aluna e o aluno encontram-se comprometidos a princípios éticos e políticos e não simplesmente atrelados a uma vida social precária de valores humanos de busca de sobrevivência numa inércia.

A política, nesse cenário, é produto humano que rechaça o conformismo e não compactua com a manutenção de uma sociedade massacrante e opressiva, que objetifica a mulher, submetendo-a a condições de dominação e toda sorte de arbitrariedades. E quanto se repisa essa preocupação a justificativa encontra guarida na forma violenta como as mulheres são recebidas nos espaços de poder, mesmo que já ocupantes de cargos públicos. Basta para tanto uma rápida pesquisa em alguma plataforma de busca na rede mundial de computadores que logo brotam páginas e páginas de notícias sobre a violência política de gênero.

Entender que pela esfera política passam questões de pequena e grande monta para a sociedade, por si só já revela o cuidado com que o assunto deve ser abordado nos espaços escolares, sem excluir os demais. As escolhas feitas, interferem nas mais variadas partes da vida humana, conforme assevera Moreira (2021):

Vivemos em uma Casa Comum, onde tudo está interconectado com tudo. Sendo assim, não há espaço para neutralidade e omissão, pois toda “postura neutra e de omissão” se torna, na prática, cumplicidade. Todo analfabeto político, que elege os piores políticos, não é apenas omissor diante das injustiças que os poderes políticos causam ao não governar para o bem comum, mas para privilegiar aliados da classe dominante.

No excerto extraído do artigo de Moreira (2021), pululam os exemplos do uso do poder público contra parcela da população mais pobre e que necessita de políticas sociais, e o alerta posto no artigo, evidencia a importância da política na resolução de tais problemas, quando diz que “Há, sim, uma minoria de políticos que são éticos e tentam governar para o bem comum. Todos nós fazemos política o tempo todo. Política é como respiração. Sem respiração, morremos” (Moreira, 2021).

O espaço de ensino deve ser visto como lugar para a construção de saberes, trocas, encontros e projetos. É no interior desses estabelecimentos que se gestam sonhos para um futuro pessoal, sem desmerecer a potência de espaços não formais. Em Freire (2022b, p. 164), a ênfase dessa transformação ocorre em níveis muito profundos para a compreensão da realidade, utilizando-se recursos didáticos de leitura de diversas origens, (revistas, jornais, capítulos de livros), é possível “desenvolver seu espírito crítico para que, ao ler jornais ou ouvir noticiários das emissoras de rádio, o faça não como mero paciente, como objeto de “comunicados” que prescrevem, mas como uma consciência que precisa libertar-se”

Para o autor, o mundo é criado nesses encontros que a vida em coletividade propicia, de maneira que a experiência desse encontro constrói novos horizontes. Assim, a exortação à participação política da sociedade é marcada pela necessidade de que as mudanças somente serão possíveis por meio da luta organizada, da participação popular efetiva, de movimentos coletivos, fóruns, debates, sindicatos, associações, partidos políticos ou outra forma de manifestação coletiva em prol de uma causa, ou seja, nos encontros, nos diálogos, pois só assim se faz cidadãos. A cidadania é essa condição de vida em sociedade que permite a experimentação de um reconhecimento dos membros da coletividade que planifica a condição humana como ser dotado de direitos e deveres uns com os outros.

A educação emerge nesses sentidos de formação para transformação, sendo que o papel do ambiente escolar é rejeitar o modelo de educação tradicional “bancária” (Freire, 2023b), para uma que questiona a realidade, que se pretende livre não na exclusividade de sua individualidade, mas uma liberdade que visa uma educação crítica na equação que equaciona o “homem com a natureza e com os outros homens” Libâneo (1992, p. 12).

O direito à participação política está inserido nas democracias mais avançadas, que segundo Bobbio (2024, p. 204-205) a política está “incluída numa esfera mais ampla, a esfera da sociedade em seu conjunto”, que compreende os acontecimentos na sociedade civil como determinantes à participação política. A dicotomia, segundo o referido autor, compreende a dicotômica compreensão de democracia da política: democratização da direção política e democratização da sociedade (Bobbio, 2024, p. 204-205). Além disso, o autor alerta para a não redução de compreender participação democrática a simples existência de mecanismos em abstrato de participação.

Desse modo, não obstante, as mulheres na Constituição Federal brasileira de 1988 terem seus direitos reconhecidos como iguais aos dos homens, na prática, a presença dessas mulheres e suas demandas gestadas no âmbito da sociedade civil são ignorados, nisso reside a denúncia de Bobbio (2024). Logo, a participação popular dessa parcela considerável da sociedade necessita de ações concretas que pavimentem o ingresso das mulheres na vida política e a Educação Profissional e Tecnológica apresenta-se como uma desses caminhos. Saffioti advertia que as “diferenciações sociais e culturais atuam sobre o ser humano desde o seu nascimento” (Saffioti, 1987, p. 68), e que não basta um texto de lei para acreditar que absolutamente tudo será diferente, pois a mesma autora afirma que quando falava que “estruturas de dominação não se transformam meramente através da legislação” (Saffioti, 1987, p. 15).

Repensar o papel da instituição de ensino dentro dessa estrutura reprodutora das relações de produção capitalista, tem um enorme peso social sob os ombros do IFAC. Às vezes, é preciso “ferir na própria carne”, para que as mudanças venham de encontro ao modelo posto. É crucial corrigir rotas, realinhar dinâmicas que por vezes passam despercebidas para a instituição, mas correspondem à adesão da reprodução e manutenção das relações sociais que maceram o corpo feminino.

Em Athusser (2023, p. 84):

Afirmamos que o aparelho ideológico de estado que assumiu a posição dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de

classe política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico de estado dominante, foi o aparelho ideológico escolar.

Assim, a Escola e a Família são os organismos preponderantes para a formação da pessoa, de acordo com o filósofo francês, é nela, na escola que se faz o sujeito assujeitado desde crianças, que espécie de ser humano se espera, quais conhecimentos deve possuir, visto que, segundo o pensamento althusseriano, cada grupo social adotará uma postura elaborada por sua ideologia (Athusser, 2023, p. 87). Afirma o autor em tela, que a Escola abarca um trabalho que começa muito cedo, reduzindo as crianças a ouvintes obrigatórias numa formação social capitalista e “é pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista”, estando a pessoa na mais tenra idade preparada para conceber o mundo pelas lentes do modelo econômico vigente (Athusser, 2023, p. 88).

Dito isso, não se pretende de forma alguma, cair na armadilha do conformismo, na inércia, do raso do adágio popular de que “sempre foi assim e nada vai mudar”. Afinal, no dizer de Freire, “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível” e fazer disso um sacerdócio no coração de toda instituição de ensino deveria ser sua missão, pois o “mundo não é. O mundo está sendo” (Freire, 2022a, p. 74), desse modo, é preciso acreditar que as coisas não são o que são por obra do acaso, o mundo são as escolhas humanas. Destarte, se o mundo que concebemos não nos serve, que façamos outro.

O patrono da educação brasileira também do tratou do tema do machismo como ideologia que objetificava a mulher, rebaixando-a. O aludido professor confrontava a ideia de que o cuidado com os discursos machista não demandava importância, por não configurar a mulher como classe social. Justificava que uma postura antimachista, que passava pela “recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem fazia parte de um sonho possível em favor da mudança do mundo” (Freire, 2023a, p. 94).

Falar sobre política e reconhecer-se como sujeito de segunda ordem não é suficiente para despertar o desejo de mudança, seja no plano individual ou coletivo. Avançar nessa compreensão exige um esforço considerável, pois implica desconstruir uma estrutura histórica alicerçada em preceitos sociais que orientam o comportamento humano - alguns explícitos, outros velados, mas todos muito bem organizados para manter a exclusão feminina na política. Conforme Bourdieu (2024) demonstra, essa divisão arbitrária se

estabelece como fundamento naturalizado da organização social. Assim, o gênero acaba por definir o lugar social da mulher, afastando-a sistematicamente dessas discussões. Nessa dinâmica de dominação, que se perpetua (dominadores e dominados), o princípio simbólico se consolida como norma reconhecida, manifestando-se concretamente na linguagem, nas práticas cotidianas e nos movimentos do corpo (afastamento).

Ao se investigar a formação cidadã de um conjunto de estudantes, deve-se considerar o significado de um corpo feminino e as dinâmicas sociais que lhe atravessa, numa existência paradoxal esquadrihada em uma eterna inadequação. Não importa o gesto: falar ou calar, olhar, comer, pensar, agir. Até seu próprio corpo lhe escapa. Essa condição está submetida a um código histórico-social de simbologias que, mesmo reconhecido, gera inércia. Como bem apontou Bourdieu (2024), trata-se da socialização do biológico transformada em biologização do social – um círculo vicioso que se autorreproduz.

3.3.5 Cidadania: exercício de poder

A dimensão cidadania que emerge da EPT e que se pretendeu avaliar pesquisa referiu-se àquela que corresponde à condição dos direitos “políticos e sociais, ratificando o envolvimento na vida política”, excluindo-se por consequência o conceito que se restringe à pessoa integrante por si só de um Estado (Rosa, 2023, p. 16). Apresentar de antemão o conceito que balizará o presente trabalho será primordial para entender sob qual perspectiva a cidadania buscada no desenho pedagógico da Educação Profissional e Tecnológica que mais se aproxime de um ideal de desenvolvimento humano pleno.

O termo cidadania exige uma análise mais acurada, uma vez que possui uma extensão elástica no tempo que se modela à medida que a sociedade se desenvolve. Assim, para os gregos antigos e romanos o conceito de cidadania era um, no feudalismo era outro, no Idade Moderna era outro e assim por diante. Uma breve digressão se revela importante, pois se a Constituição Federal de 1988 diz que a educação prepara para o exercício da cidadania, afinal de contas, o que se deve compreender por cidadania.

A cidadania ao tempo que subordina o Estado à vontade popular, seu conceito vincula-se ao conceito de soberania popular (art. 12, Parágrafo único), com os direitos políticos (art. 14) e com o conceito de dignidade da pessoa humana (art. 12, 111), com os objetivos da educação (art. 205), como base e meta essenciais do regime democrático (Silva, 1999).

Nesse percurso investigatório, a cidadania é uma condição *sine qua non* para o exercício de alguns direitos, uma vez que está interligada a outros que viabilizará outros e outros. Contudo, para essa quadra argumentativa, a cidadania expressada nesse tópico e que mereceu destaque é aquela que se liga aos direitos políticos que por sua vez interessam aos cidadãos de um dado local o poder de fazer-se presente, exigir ações estatais, bem como que eventuais afrontas a sua dignidade sejam cessadas.

Criar cidadão não é tarefa fácil no Brasil e pelo relatado por Mounk (2019) nos EUA também. Segundo o autor, o ingressar no Doutorado em Ciência Política em Harvard, acreditando que finalmente estaria no momento de absorver teorias e questões complexas do mundo, foi desestimulado juntamente com seus colegas que deveriam enveredar pelos caminhos das questões concretas do dia a dia. A visão utilitarista a propósito da educação pública passou por um “estreitamento perigoso”, pois o reduzido número gasto com questões de educação cívica, teve um reduzido gasto de horas. Desse modo, o “resultado: gerações de americanos perigosamente desinformados sobre política”, o que não admira o desinteresse de alguns por política, funcionamento do Estado, direitos fundamentais, e aversão às instituições políticas (Mounk, 2019, p. 290).

No Brasil, a cidadania plena para ser exercida pressupõe a inexistência de condenação que prevê sua suspensão, o exercício do voto, idade mínima, ser nacional, pois não é permitido ao estrangeiro o exercício do sufrágio em terras brasileiras. Há, no entanto, uma questão que merece ainda mais destaque pois diz respeito ao tema desse trabalho: a cidadania que se exerce na participação política.

De acordo com o art. 14, da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II - facultativos para:
 - a) os analfabetos;
 - b) os maiores de setenta anos;
 - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;

- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
 - V - a filiação partidária;
 - VI - a idade mínima de:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador.
- § 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Do disposto transcrito, depreende-se que o legislador constituinte previu uma série de condições constitucionais, deixando espaço para a legislação infraconstitucional, para os cidadãos brasileiro e as cidadãs brasileiras exercerem o direito de voto, bem como apresentar-se como candidatos e candidatas. A guarda dessa condição é também objeto de normatização no art. 15, do mesmo diploma legal, de maneira a não permitir a cassação, a perda e a suspensão dos direitos políticos sem o devido processo legal, bem como sem a ocorrência das hipóteses legais, afastando qualquer arbitrariedade na retirada dos direitos políticos de uma pessoa em solo nacional.

O exercício desse direito político de participar como cidadã ou como cidadão exige um reconhecimento legal, mas também um *status* de parte de um todo, ser da coletividade, apresentar demandas, propor mudanças, que podem ocorrer em larga escala como o caso dos ocupantes e das ocupantes de cargo político no Congresso Nacional, mas que também seja reconhecida na sociedade a importância daquelas pessoas que se voluntariam para ajudar a construir um mundo menos desigual, como associações, sindicatos, grêmios, partidos políticos e etc.

Pretendeu-se entender a contribuição da formação na Educação Profissional e Tecnológica com base na omnilateralidade e na politecnicidade na construção dessa cidadã que está disposta a participar de uma vida política mais profunda, comprometida com causas que vão além do seu próprio interesse. A formação politécnica e omnilateral, que emancipa a aluna a experimentar a política no campo do possível, do coletivo, da transformação social. É preciso pensar numa EPT que forme para a participação política real e concreta, como Kuenzer (2000) assevera, ser líder e ser comprometido.

A essa formação voltada ao desenvolvimento humano, que permite uma emancipação da pessoa, Ciavatta aduz:

Como formação humana, o que se busca é garantia ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para leitura do mundo e para atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2012, p. 85).

Desse modo, há evidente conexão entre a busca de uma formação completa para que a cidadania seja um reflexo de uma vida em sociedade também completa. Uma pessoa formada com vista a um exercício cidadão, carrega em si todas capacidades e concepções de sua potência na transformação das condições sociais de opressão e exploração. Quando uma jovem não se vê como um *polikon zoon*, a educação recebida não propiciou uma experiência a ponto de conectar sua realidade e o mundo que a cerca com sua transcendência para além do posto.

A jovem estudante absorva em atividades rotineiras de cumprimento educacional, avança nas séries seguintes até ultimar os últimos anos do Ensino Médio, descontextualizada da sua existência política, no sentido inverso, qual seja, “no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (Gramsci, 1981, *apud* Ciavatta, 2012, p. 84).

Na formação desses intelectuais, Gramsci (1982, p. 3-4) descreve a existência de dois grupos sociais: a) intelectuais criados conscientemente pelo grupo social para se sustentar a manutenção do sistema; b) aqueles intelectuais que encontram representantes na “continuidade histórica”, como expressão do “desenvolvimento desta estrutura econômica anterior. Essa última, desconhece seu desmantelamento total, uma vez que não há interrupção, mesmo diante de um cenário radical de mudanças nas relações sociais e políticas. Tal expressão é aplicada à condição feminina, pois o tempo transcorrido e os dias atuais, o acesso a uma educação significativa para as mulheres, indicam uma ligação profunda com o passado, no qual muitas jovens não se sentem atraídas a uma expressão política de maneira integralizada ao seu universo.

Essas jovens mulheres preparam-se para o mundo do trabalho na EPT, uma dessas condições necessariamente passa pela preparação para a vida política que se exerce no coletivo, nos diálogos, nas trocas e para isso é preciso adentrar mais detidamente naquilo que se entende por direitos políticos e o seu conhecimento e percepção para um exercício sem limitações por parte dessas alunas. Por isso, no último subtópico, investigam-se as implicações que os direitos políticos alinhavados na Constituição Federal (BRASIL, 1988)

têm como uma Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que permitirá entender muito das falas das alunas que participaram da pesquisa.

3.3.6 EPT e Direitos Políticos

A Educação Profissional e Tecnológica com a missão de formar um corpo discente imbuído para o exercício da cidadania, deve cuidar de propiciar o acesso a temas que orbitam uma formação sobre o tema. Assim, destinar tempo e recurso metodológicos para envolver as alunas e os alunos sobre seus direitos constitucionais basilares, sobretudo os referentes aos direitos políticos, revelam-se salutares para uma apropriação mais valorosa.

Explicita Silva (1999, p. 345-346) que a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), consagrou um conceito restrito de direitos políticos “como conjunto de regras que regula os problemas eleitorais, quase como sinônima de direito eleitoral. Em acepção um pouco mais ampla, contudo, deveria incluir também as normas sobre partidos políticos”. Para o direito positivo, portanto, o alistamento eleitoral na forma da lei, representa o acesso à maior expressão de cidadania, assim, vigora a máxima na hermenêutica jurídica que o “eleitor é cidadão, é titular da cidadania, embora nem sempre possa exercer todos os direitos políticos” (Silva, 1999, p. 348).

Então, a assertiva acima deve ser considerada em conjunto, pois há um verdadeiro escalonamento de aquisição de direitos políticos, pois se o voto é facultativo dos 16 a 18 anos e acima de 70 anos, por outro lado, para concorrer a algum cargo político a idade mínima deve ser observada nos moldes do art. 14, § 3º, inciso VI e alíneas, da CF/88 (BRASIL, 1988). Para o direito brasileiro, a cidadania tem sua manifestação interligada aos direitos políticos e seu exercício.

Entretanto, o conceito de cidadania como apontada alhures, pertence ao campo das palavras cuja significância se modificou ao longo do tempo e passou por profundas transformações ao ponto de não se ter um conceito hermético e também interessa a outros ramos da ciência, como a sociologia, ciência política, filosofia, dentre outros. Sobre o tema, Rosa (2023, p. 24) traça um percurso sobre o conceito de cidadania que diz:

Pelo retrospecto histórico, constata-se que a noção de cidadania, até a Idade Moderna, era limitada à dimensão política, à aptidão para a participação no corpo político da sociedade. O iluminismo, por sua vez, acarretou grandes transformações econômicas, políticas e sociais, favorecendo a manifestação da liberdade como um ideal. Logo, a cidadania

assumiu um status de igualdade perante a legislação e, nessa perspectiva, afasta-se da efetiva integração política, concentrando-se apenas nas garantias e nos deveres dos membros da sociedade. Além do mais, cada sistema jurídico nacional apresenta um rol diferente de direitos subjetivos reconhecidos aos seus cidadãos.

Do transcrito, fica evidente que a cidadania conectada aos direitos políticos, permite ao cidadão e à cidadã a participação social na comunidade, fazendo-se presente e contabilizado como parte integrante com direitos e deveres. A Educação Profissional e Tecnológica amparada na politecnicidade e na omnilateralidade tem o condão de formar para uma cidadania efetivamente participativa, uma perspectiva democrática. Assumir um papel de membro da comunidade restrito ao ato de votar, não coaduna com o projeto de formação cidadã para uma vida política plena.

O ambiente de ensino como laboratório prévio à vida profissional em sociedade, pressupondo que essas jovens ainda não estão inseridas no mundo do trabalho produtivo. Quando consideradas aqui as alunas do Ensino Médio do 3º ano do IFAC, do Curso de Informática para Internet, deve-se prever uma cultura democrática e participativa. De acordo com Paro (2000, p. 1), a educação pelo viés social que concorre “à formação do cidadão tendo em vista sua contribuição para a sociedade, de modo que sua situação concorra para a construção de uma ordem social mais adequada à realização do ‘bem viver’ de todos” e, portanto, o objetivo a ser perseguido é a “educação para democracia”.

Daí a importância de fazer do IFAC um espaço vigoroso de compreensão de conceitos constitucionais para o exercício da cidadania, bem como a promoção de atividades que fortaleçam a percepção das alunas e dos alunos quanto à importância de participação em movimentos sociais, grêmios, associações, sindicatos, partidos políticos e que se compreendam como atores sociais de transformação. Afinal, a igualdade, no mundo ocidental está prevista em lei, contudo, na seara da materialidade, homens e mulheres não experimentam a mesma realidade democrática (Álvarez, 2007, p. 739).

De igual modo, a Educação Profissional e Tecnológica deve, diante desse cenário concreto de relações sociais opressivas para mulheres, dirigir-se para uma formação que contemple o gênero como recorte importante para a compreensão da realidade, propor atividades, leituras, pesquisas, oficinas etc. A compreensão dessa nova forma de olhar para a EPT como suas variantes humanas (éticas, sociais e ambientais) permitem um ingresso no mundo do trabalho capaz de compreendê-lo e nele pugnar por mudanças em coletivos de pessoas.

Encerrando o dispositivo teórico que permitiram uma análise consubstanciada em grandes nomes de suas áreas e o trabalho de análise dos dados coletados também na pesquisa de campo, faz-se relevante apresentar uma espécie de quadro sinótico, aqui nominado de mosaico teórico (Figura 16) que se propõe resumir em imagem as trilhas percorridas na dissertação em tela. Afinal, a elaboração de um trabalho que objetiva analisar um problema social e perscrutar a formação humana oferecida pelo IFAC no enfrentamento desse problema exige o amparo dos estudiosos que mais se destacaram durante a produção textual.

A questão é tão densa, que registrada no passado, persiste nos dias atuais e que se projeta para o futuro com a certeza que vai avançar sem entraves – o patriarcado. Exige-se, com isso, um considerável e vasto suporte teórico de expoentes da literatura em suas áreas, bem como de alguns que despontaram mais recentemente identificados no Estado da Arte. O mosaico teórico (Figura 16), não teve o fito de trazer todos os nomes que colaboraram para a construção da presente dissertação, mas permite uma visão sucinta por onde percorreu o pensamento para a chegada da conclusão que se aproxima.

Os recursos visuais atrelados ao trabalho, carregam o desejo de aproximar de uma contribuição acadêmica que seja fluida (Figura 16), mas criteriosa. Alguns desavisados poderiam dizer que o pensamento de grandes teóricos não poderia ser reduzido num mosaico tão reduzido, sob o risco de se reduzir obras magistrais. Contudo, a intenção não é essa, trata-se de convidar a leitora ou o leitor a buscar se aprofundar, analisar sob outra perspectiva, buscar outras evidências e principalmente entender que a partir de muitos se avança um pouco na ciência, mas que a caminhada não pode parar. O mosaico teórico, colacionado a seguir pretende reunir algumas/alguns nomes importantíssimos para o desenvolvimento do conhecimento.

Em razão do tempo, do espaço e dos objetivos, fez-se esse compêndio de nomes (Figura 16) associados a algumas considerações que saltaram aos olhos da pesquisadora. No entanto, há outros nomes de tanto relevo que não podem deixar de ser lembrados, como Araújo (2022), Brazil (2020), Brum (2020), Ciavatta (2012), Davis (2017), Kuenzer (2000), Priore (2020), Tiburi (2018), Ramos (2012), Saffioti (1976) e tantas outras e tantos outros. Consciente do mundo como matéria em transformação, a continuidade de processos estruturais vigentes nas relações sociais (classismo, machismo e racismo) com a finalidade de manter viva o modelo capitalista que pressupõe desigualdades, a luta, entretanto, não

pode se limitar a atacar apenas um pilar dessa arquitetura, pois as mulheres se encontram sob o domínio de dominados também. Vejamos:

Figura 16 – Mosaico Teórico



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

A Figura 16 sintetiza de maneira visual as principais contribuições mais significativas das autoras e dos autores que fundamentaram esta pesquisa. Com isso, pretende-se permitir à leitora e ao leitor identificar, de forma imediata e organizada, as bases conceituais que sustentaram o dispositivo teórico e a análise desenvolvida ao longo do trabalho. Mais do que uma simples ilustração, o mosaico cumpre a função didática de apresentar as conexões entre diferentes correntes de pensamento, destacando também uma pequena síntese do pensamento da autora e do autor, contribuindo para a tessitura do dispositivo analítico empregado na pesquisa. Dessa forma, a imagem não apenas facilita a compreensão do percurso teórico adotado, como também reforça o rigor metodológico da pesquisa ao evidenciar, resumidamente, a pluralidade de perspectivas que dialogam em seu interior.

Dito isso, encerra-se a exposição do referencial que fundamenta esta pesquisa. A partir deste momento, adentra-se à fase de discussão dos resultados, na qual os dados coletados serão examinados à luz das perspectivas teóricas estabelecidas. O próximo capítulo, portanto, dedicar-se-á à análise da pesquisa de campo (momento dialógico e resposta dos questionários), organizada em subtópicos, cumprindo, com isso, o objetivo de articular reflexão crítica e evidências empíricas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os resultados obtidos a partir da pesquisa, organizando-os em eixos temáticos interligados diretamente aos subtópicos do referencial teórico: (1) Participação feminina na política no Brasil, (2) Movimentos Estudantis: as portas da política, (3) Educação Profissional e Tecnológica: formando cidadãs e (4) Produto Educacional. Desse modo, busca-se oferecer uma reflexão crítica sobre os dados coletados, tanto no momento dialógico, quanto ao que foi respondido no questionário, articulando-os com o referencial teórico alinhavado nesse trabalho.

A pesquisa bibliográfica como passo exordial revelou-se necessária à compreensão primária de conceitos, formação de um acervo teórico-metodológico alicerçado nas produções acadêmicas modernas e clássicas, visto que se buscava remontar o passado e seus desdobramentos, permitindo compreender a conexão entre o discurso atual como reflexo de uma construção histórica e material. Do mesmo modo, a pesquisa documental constituiu uma importante etapa para a formação do arcabouço teórico, no qual era possível reunir dados publicados em plataformas digitais que interessavam à pesquisa, sobretudo dados que auxiliavam para uma concatenação do cenário social. Simultâneo a essa etapa metodológica, elaborou-se um levantamento crítico que permitisse compreender em que momento do desenvolvimento da ciência se encontrava o material a ser abordado nesse trabalho (Estado da Arte). Buscou-se, nesse trabalho, identificação das principais abordagens e possíveis lacunas na literatura. Como critério cronológico, realizou-se um recorte abrangendo publicações dos últimos cinco anos (2020 – 2025), com o objetivo de compreender os avanços mais recentes no campo investigado. Entretanto, a fundamentação teórica também se apoiou em obras clássicas de autoras e autores precursores em suas épocas, em razão das suas contribuições que permaneceram inquestionáveis para o desenvolvimento da ciência.

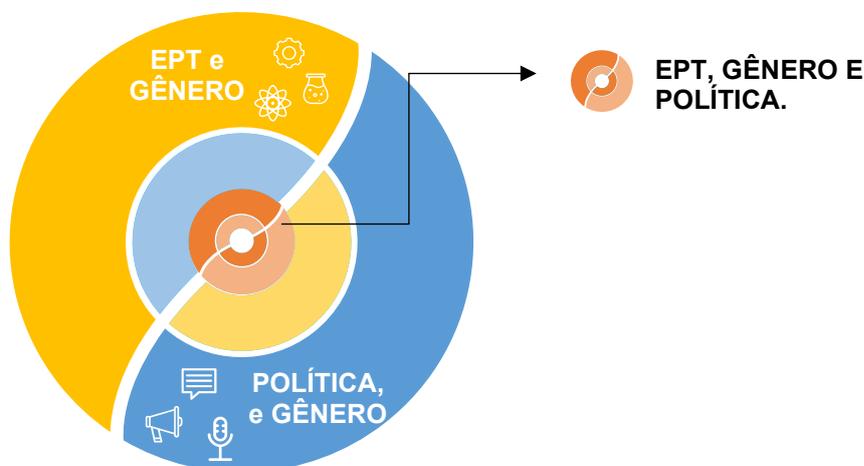
A realização do estado da arte circunscreveu o campo que se pretendia avançar, o qual orbitava a Educação Profissional e Tecnológica integral com sua formação ancorada na politecnicidade e na omnilateralidade; a participação das mulheres na política, os movimentos estudantis, para ao final, elaborar um Produto Educacional (PE) que auxiliasse em atividades que fomentassem a participação feminina nos espaços de poder. Assim, o caldeirão estava borbulhando com os ingredientes: EPT, Gênero e Política, mas o sabor seria conferido pelo tempero da cidadania que conferiria uma emancipação plena,

considerando a política presente na vida das estudantes do Ensino Médio do IFAC que vislumbraria seu ingresso ou permanência nesse estado político-social.

A pesquisa de campo, por sua vez, permitiu compreender os caminhos delineados para que todas as etapas fossem transparentes e cientificamente válidas. Há um registro minucioso dos passos percorridos, desde a concepção prévia das perguntas que compuseram o questionário (elaboradas em estreita relação com o tema para permitir a colheita de discursos, silêncios e impressões que surgissem durante a pesquisa) até o encontro com as alunas em um ambiente acolhedor e reservado, propício para o fluir dos discursos (vide Apêndices A, B e C). A busca por captar a consciência humana, "a análise dos signos é o único método adequado para investigar a consciência humana" (Rivière, 1987, p. 93). Partindo de tais premissas, a "interação social" constitui-se como atividade primordial, pois representará o meio pelo qual a pessoa pode "captar significados e certificar-se de que os significados que capta são aqueles compartilhados socialmente para os signos em questão" (Moreira, 2023, p. 90).

Dentro desse levantamento, os artigos científicos, as dissertações e as teses encontradas formavam pares regulares interseccionados da seguinte forma: Gênero e Política e Gênero e EPT. Não foram localizados trabalhos que considerasse as três variáveis juntas: EPT, Gênero e Política, até a data pesquisada (20 de outubro de 2023), o que evidenciou ainda mais o interesse em promover a este trabalho crítico. Em razão de o estudo situar-se no panorama acadêmico contemporâneo como insólito, assegurou-se o diálogo com pesquisas atuais desses campos e os referenciais teóricos historicamente reconhecidos. Conforme apresentado na Figura 17, o estado da arte em relação ao campo de pesquisa deste trabalho compreende a necessidade de pensar uma formação cidadã conectada com as alunas, para que experimentem uma vida política atuante e transformadora que compreenda: EPT, Gênero e Política.

Figura 17 – Estado da Arte e Campo de Pesquisa



Fonte: Elaborada pela Autora, 2025.

Desse modo, essa abordagem tendo em vista os resultados e as discussões (diálogo entre as recentes produções acadêmicas e os clássicos da área que formaram o corpo teórico). A análise do estado da arte inaugurará as primeiras linhas, com a intenção de evidenciar em que estágio debates dessa natureza alcançaram na produção científica. Como ponto de partida, temos o gênero e a política, que contam atualmente com trabalhos de grande relevância para a discussão sobre como os partidos políticos inviabilizam a participação feminina, seja como membros de cargos importantes em órgãos de direção partidária, seja no cumprimento formal de cotas femininas para as candidaturas, quando não transformam as mulheres em verdadeiras marionetes para receber a participação no fundo partidário, sem oferecer apoio efetivo a essas candidaturas (Araújo, 2022, Brazil, 2020, Lopes, 2020). Por fim, e não menos importante, destaca-se a violência política de gênero, que coloca a mulher diante da escolha entre sua vida ou sua morte (Fagundes, 2023; Santos, 2023; Costa, 2021).

No tópico a seguir, serão apresentados os achados da pesquisa de campo revelado os discursos das participantes no que diz respeito a participação feminina da mulher na política, iniciando com o registro das manifestações das alunas durante o momento dialógico para em seguida, adentrar no universo das respostas do questionário aplicado. Com isso, é possível extrair muitas questões interessantes para entender as formações ideológicas dessas meninas e como elas concebem a mulher dentro da política a partir de sua posição de estudante do Ensino Médio.

Entre a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, o presente macrotema (Participação feminina na política no Brasil) foi o que mais rendeu frutos para a investigação quanto ao aspecto participativo das alunas. Conforme a apresentação contida nos slides (Apêndice C), que percorre uma abordagem geográfica sobre o tema das mulheres (Mundo, Brasil e Acre), os primeiros discursos apresentados seguiram o mesmo sentido e ordem das três primeiras manifestações. Trouxeram durante o momento dialógico um exemplo de opressão com uma figura internacional, depois nacional e local.

No momento dialógico, a Participante 1 solicitou a palavra e trouxe para a discussão o episódio envolvendo Diana, Princesa de Gales, morta em agosto de 1997 em um acidente automobilístico em Paris. O caso envolvia a fuga de Lady Di, como era conhecida, juntamente com seu namorado, Dodi Al-Fayed, um milionário egípcio. Na época, a imprensa noticiou que a morte ocorreu porque o motorista que conduzia o casal estava sob efeito de álcool e trafegava a mais de 100 km/h, na tentativa de despistar fotógrafos (*paparazzi*) que viviam registrando a vida de celebridades para vender as imagens a revistas.

Entretanto, a referida Participante interpretou a morte da princesa como um ato intencional, orquestrado pela realeza inglesa, que se opunha à figura de Diana devido ao seu destaque na filantropia e ao seu carisma, que lhe renderam o título de "princesa do povo". A Participante 1 afirmou na ocasião: "Isso lembra o que aconteceu com aquela princesa que mataram, que era boa e todo mundo gostava dela, mais que os outros. Por isso mataram ela, tinham inveja." Em seu discurso, a Participante afirmou que entendeu que a morte da princesa foi promovida com o intuito de apagar a relevância de uma mulher que se destacava no seio da coroa inglesa e que esse destaque deveria ser combatido por aqueles que não concordavam com a situação que se desenhava na época.

A Participante 1 compreende que no ambiente há violência contra mulheres que de alguma forma se destaque, remete a uma memória discursiva, na qual o apagamento da mulher é constate, e isso pode ser um exemplo para confirmar suas convicções. Desse modo, a posição que ocupa enquanto sujeito é a daquele que se percebe em um contexto no qual, caso se destaque, também poderá ser alvo de violência.

Ainda com relação o discurso da Participante 1, proferido sobre a princesa Diana, quando afirma que "todo mundo gostava dela, mais que os outros", o discurso paira sobre o antagonismo "dela" – a princesa de Gales -, e o pronome masculino "outros", ou seja, a

mulher singularizada no pronome (dela) identificada como vítima de violência, no caso, violência advindo dos “outros”, nas condições de conjuntos de pessoas pertencentes à família real britânica. Aprofundando-se na análise sobre o trecho, infere-se uma formação discursiva feminista que denuncia a violência como reflexo do sistema patriarcal. Assim, o dito “outros”, não poderiam admitir que a figura feminina tivesse popularidade superior. Ao explicitar que a razão da morte foi fruto de “inveja”, os “outros” reagiram violentamente contra a mulher. Vê-se também o singular versus o plural, a mulher está sozinha contra uma miríade de pessoas contidas no pronome masculino. Ao não nomear que são esses “outros”, conclui que aqueles que o compõem, venceram, pois a princesa é morta, consequência natural, era de se esperar, afinal de contas, era uma mulher que se destacava.

No excerto, fica marcado, portanto, que a mulher, independente da sua posição social, que no caso, tratava-se de um membro da família real britânica, sofreu as consequências por despertar inveja de seus algozes, portanto, dentro de uma construção de causa e efeito simplista, era de se esperar algum tipo de violência. Essa percepção vai ao encontro também do que afirma Bourdieu (2024, p. 44) sobre a dominação do corpo feminino e como a sociedade se estruturou de modo a atribuir à mulher papéis herméticos, que devem ser cumpridos rigidamente. O sistema patriarcal se impõe, mesmo que para isso seja necessário recorrer a práticas violentas. A Participante 1 traz, portanto, sua interpretação da morte como uma resposta da Coroa Inglesa para silenciar Diana, que estaria desafiando o papel esperado de uma princesa.

Nesse ponto, é possível identificar no discurso da Participante 1 a figura feminina que, mesmo pertencendo a uma família real e desfrutando de condição social, política e econômica privilegiada, não teve esses fatores como obstáculos para que fosse “assassinada”. Em sua fala e expressões, está contida a noção de que a violência não encontraria barreiras para eliminar aquela mulher ou qualquer outra que desafiasse o comportamento esperado da conduta feminina.

Em seguida, a Participante 3 apresentou como justificativa a dificuldade da mulher em participar da política por falta de apoio, sem especificar sua origem, argumentando que: “a gente pode até querer participar, mas é muito difícil, eles matam a gente, olha o que fizeram com a Marielle Franco”. Nessa fala, a Participante mencionada trouxe o exemplo de uma mulher brasileira morta devido à sua atuação política que desafiava interesses de outras figuras do poder, tornando-se alvo a ser eliminada. Marielle Franco, vereadora do

Rio de Janeiro, foi assassinada em março de 2018. Era importante voz na Câmara Municipal em defesa de minorias sociais, ativista feminista que denunciava casos de violência policial contra moradores de favelas cariocas.

O caso ganhou repercussão nacional e internacional, trazendo à tona discussões sobre política e o tratamento dado a uma mulher negra, assumidamente lésbica e mãe, que dedicava esforços à defesa dos direitos humanos. Da repercussão, emergiram diversas questões, e as investigações se estenderam até 2024, quando a Polícia Federal indiciou os supostos mandantes, que aguardam presos o julgamento do processo.

A visibilidade de Marielle e suas pautas políticas emergem na fala da Participante 3 como reflexo das dificuldades de ingresso da mulher na política e da violência com que são tratadas as mulheres nessa esfera – que, além de não terem apoio adequado, também são assassinadas. Das duas falas registradas até aqui, a violência ganha contornos evidentes como obstáculo ao interesse de participação política. Ambas convergem para apontar a violência como principal entrave à participação feminina na política, sendo que a primeira fala acrescentou o desconforto causado quando a mulher se destaca, enquanto a Participante 3 trouxe também a questão da falta de apoio.

Mais uma vez a mesma formação discursiva emerge no sentido que apareceu na Participante 1, a morte como recompensa pelo destaque que a figura feminina ganhou por algum motivo. Naturaliza-se o efeito morte para as mulheres que de alguma forma ganham relevo social, isto é, para a causa (destaque) há uma consequência violenta. Vê-se que a afirmação contém uma construção que admite a existência de possível desejo de participar “a gente pode até querer participar”, com em seguida vem a oposição que freia o desejo, “mas é muito difícil”. Essa objeção possui uma justificativa que busca encerrar qualquer tentativa de diálogo que se contraponha a dificuldade. Logo, a Participante em comentário diz “eles matam a gente”, a figura masculina reaparece como uma massa amorfa que está pronta para reagir contra uma mulher que se destaque. Novamente a fala se acopla a fala da Participante 1 como uma personificação de uma contenda na qual os homens acabam por vencer pelo uso da força e da violência contra as mulheres e uma memória discursiva fundada num fato da história que justifica o desinteresse de mulheres na política.

A Participante 2 pediu a palavra em seguida para exemplificar a invisibilidade da mulher na política, citando o caso da vice-governadora do Acre, Mailza Gomes de Assis, que, segundo a aluna, estava próxima de assumir o cargo de governadora devido ao possível afastamento do atual governador para concorrer ao Senado. Afirmou a referida

Participante: "Ninguém nem ouve falar nela, tem gente que nem conhece. Ela não aparece. Com certeza vai assumir o lugar dele pra ele sair de novo como candidato e ninguém sabe, ela não aparece".

Ante o exposto, a invisibilidade da mulher exemplificada pela Participante 2 revela uma intencionalidade - o ocultamento programado da figura feminina -, embora não tenha indicado os responsáveis por essa situação. Quando afirma que "com certeza vai assumir o lugar dele", permite-se inferir que o cargo de governador pertence a ele tão-somente, a fala de que o lugar é "dele", potencializa um discurso marcado pelo patriarcalismo que divide os lugares e os gêneros respectivo, visto não que reconhece a legitimidade da investidura pela vice-governadora no cargo de governador, que foi eleita na mesma chapa que o candidato a governador. Em Saffioti (1987, p. 47), quando se trata de o fenômeno poder político, "quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida de um povo". Contudo, a autora alerta que, essa dominação masculina não ocorre somente no campo da política, ela é marcadamente econômica, por isso, opta por apresentar o patriarcado sob duas dimensões a saber: 'a dominação e a exploração" (Saffioti, 1987, p. 51).

Nesse contexto, a Participante 2 orbita seu discurso dentro do sistema dicotômico aparece/não aparece, conhecida(o)/desconhecida(o), que não permite conceber a figura da vice-governadora como a mulher que vai assumir o cargo mais relevante do Estado, mesmo tendo sido eleita, juntamente com o governador, mesmo que tenha se submetido a toda as regras materiais e processuais para sagrar-se como vencedora em uma chapa.

Ao prever o preenchimento do cargo de governador pela(os) respetiva(o) vice, apenas cumpre-se a ordem legal vigente. Entretanto, as escolhas lexicais da Participante 2 dialogam com a interpretação de que a presença de uma vice-governadora até então desconhecida, está a serviço de uma substituição deslegitimada da autoridade que pretende sair para concorrer a outro cargo. Sua memória discursiva orbita, desse modo, a remissão a padrões que historicamente excluíram a mulher da política, pois a visibilidade/invisibilidade categorizam o espaço da mulher na política.

De fato, a Participante 2 concebe um assujeitamento da mulher a condições que são questionados quando o fato de haver uma substituição por uma figura masculina, reconhecendo a assimetria de visibilidade entre os gêneros, naturalizada também uma vez que cristaliza ao dado de que "ninguém sabe", retira-lhe as condições de assumir referido cargo. Nesse ponto, a Participante em tela confere ao seu discurso, outros discursos, numa

perspectiva pêcheutiana sobre os interdiscursos que atravessam as falas das três primeiras participantes a se manifestar, de modo que densificam a naturalização dos mecanismos de apropriação da ideologia patriarcal, emergindo o esquecimento n. 2, que em Pêcheux (2014) conceitua o fenômeno de o enunciador reproduzir um discurso que acredita ser a fonte de emissão genuína e que em verdade carrega em si as constituições ideológicas advindas nas condições de formação na qual está inserida a enunciativa.

Cotejando as três primeiras manifestações que irromperam o silêncio no local, como uma sinfonia bem afinada, na qual músico congrega as notas em um único enredo, depreende-se que a posição de assujeitamento está construída numa formação discursiva identificada pelo patriarcalismo, que moldou e molda a sociedade brasileira. Desse encontro, é possível reconhecer uma espécie de “caixinha do medo” que guarda toda e qualquer pretensão que a mulher vislumbre para se destacar, sobretudo, na política.

O diálogo iniciado pela primeira Participante, que afirmou haver intenção de apagar a imagem da princesa devido ao destaque que alcançara na mídia internacional projeta-se as falas das demais. As Participantes 2 e 3 entenderam que a projeção alcançada pelas mulheres em ambos os casos representa um fator de enfrentamento contra aqueles que se opõem à visibilidade feminina. O diálogo foi muito enriquecedor até mesmo para o momento de aplicação do questionário, pois refletia nas respostas parte dos discursos projetados durante a partilha de entendimento sobre a mulher na política.

As três primeiras manifestações emergiram no primeiro encontro entre a pesquisadora e as participantes, com a presença de meninos na sala e com a professora, fator esse registrado na metodologia em linhas pretéritas. É preciso fazer uma pequena digressão nessa oportunidade, pois as condições de produção de um encontro e o do segundo diferiram ao ponto de não passar despercebido. Durante a realização do primeiro encontro no IFAC, as alunas estavam na sala de aula juntamente com os demais colegas e a professora. Na ocasião, as participantes mantinham uma postura de cautela e atenção, os movimentos eram mais contidos, os olhares eram por vezes desviados para os lados, sorrisos dissimulados, baixa interação entre as pessoas na sala, num contexto muito diferente do segundo encontro. Esse dado, precisa ser pontuado sob a perspectiva de que alguns discursos se relacionam com essa condição que será aprofundado um pouco mais.

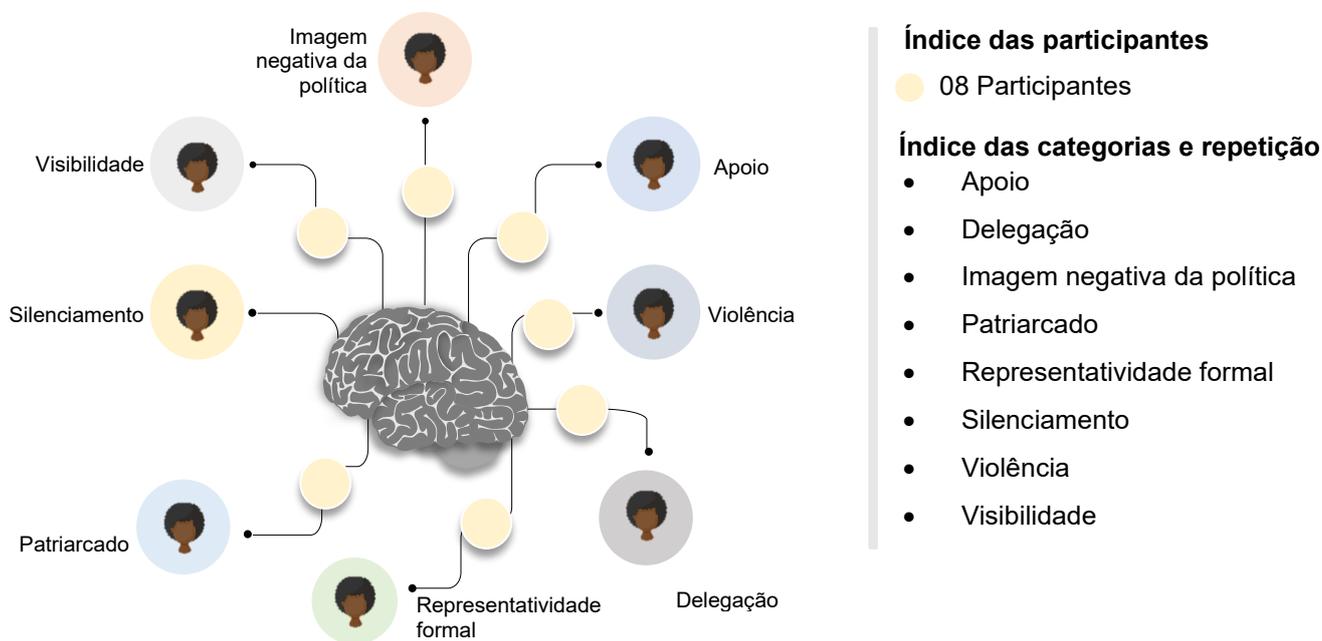
Pontua-se que de um modo geral os discursos se integravam no sentido de ser a visibilidade feminina reverberava na sociedade como circunstância de incômodo, violência e falta de apoio como se deduz nos parágrafos seguintes. As participantes deixaram

claro que notavam a forma como a sociedade reagia à presença de mulheres em espaços de poder, o que dialoga com toda a construção teórica apresentada, que registra exatamente esse tratamento diferenciado em relação à mulher e ao acesso ao poder, resultando em uma violenta rejeição. Tema de estudo de diversas teóricas femininas que aqui se destaca Colling (2020, p. 172) que salienta que de “norte a sul, do barraco ao castelo, o aumento da violência contra a mulher tem assombrado a todos, parecendo fazer parte da paisagem natural”.

A AD permite adentrar nos meandros dessas falas para delas inferir o que Pêcheux (2016) apontava para a naturalização dos mecanismos de exclusão feminina dos espaços de poder, como resultado lógico de causa-efeito, portanto, nada de diferente do que se espera da forma como sociedade se formou. Mesmo assim, as três primeiras participantes, assim, como as demais como se verá a seguir, reconhecem a situação crítica de emergência de mudanças na arquitetura social concebida para os homens, no entanto, persistem na condição de assujeitamento à ordem dominante, uma vez que dele a tarefa de mudanças política para terceiros.

Na Figura 18 é possível conceber os vocábulos que mais se repetiram em seus discursos no momento dialógico. Nessa referida ocasião, as participantes, apresentaram uma série de questões, que segundo elas, são obstáculos que de alguma forma desestimulam a entrada e/ou permanência da mulher na política. Evidentemente que, não houve uma gradação de qual motivo seria mais ou menos significativo, entretanto, da forma como se deu o encontro, a violência, silenciamento e cultura machista representam os discursos mais proeminentes.

Figura 18 – Alunas em Foco: Momento dialógico e Reflexões



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Os enunciados orbitavam nesse ambiente discursivo de encontros, apresentando-se em uma intersecção dialógica que se aproximavam em muitos momentos, havendo apenas diferenças entre palavras, que guardavam o mesmo sentido, entre as quais habitava uma concordância mútua. Os corpos se movimentavam em sentido de que o discurso fazia todo sentido. Importante observar que outras questões emergiram no segundo encontro, bem como a quantidade de participações espontâneas, conforme se deduz na Figura 9, que permeou outras questões que não foram observadas no primeiro encontro.

As meninas no segundo encontro, estavam numa sala reservada, sem a presença de professora/professor, sem os demais alunos. Tal fator, refletiu um ambiente no qual era possível perceber cabeças balançando, indicando concordância com o discurso da vez. Sussurros, sorrisos e olhares de cumplicidade, a atmosfera era de encontros entre realidades que se identificavam. Tudo era voltado para uma conclusão de que o enunciado dito fazia sentido, era possível o resgate de uma memória discursiva que agregava sentido ao enunciado posto. Destarte, ficou nítido que as condições de produção diferentes representaram fator determinante à participação expressiva das alunas. Entretanto,

analisando detidamente essa questão, o local da pesquisa, as alunas, as perguntas e o material eram os mesmos, a diferença residia, tão-somente, na presença dos meninos e da professora no ambiente. De alguma forma, esses fatores foram suficientes para que as meninas apresentassem uma postura muito diferente no exercício da articulação das suas percepções sobre o tema.

Em Pêcheux (2014), as condições de produção do discurso naquela quadra da pesquisa, representaram um silenciamento concebido na primeira oportunidade quando a presença dos meninos era contabilizada, esse silenciamento converge para um auto apagamento das manifestações, o que ecoa nas concepções de Bourdieu (2024, p. 12), que afirmava na naturalização e aceitação das condições que se perpetuavam facilmente, a que chamava de “violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas”. Dos encontros assinalados para colheita de material de pesquisa, infere-se a incorporação da dominância feminina estudada por Bourdieu (2024, p. 59), pois elas são “Simbolicamente dedicadas à resignação e à descrição”, logo, não lhes restam outras alternativas senão, continua ele, “exercer algum poder voltando contra o forte sua própria força, ou aceitando se apagar, ou, pelo menos, negar um poder que elas só podem exercer por procuração (como eminências pardas)”.

A ausência de figuras masculinas proporcionou uma mudança consistente na dinâmica percebida, no segundo encontro, com a presença apenas de pessoas do gênero feminino, não havia uma figura que se destacava, a maioria permitiu-se a projeção de suas opiniões de maneira mais fluida. Logo, é interessante pensar na construção de atividades que fortaleçam esses encontros que mitigue a presença masculina para estimular a fala feminina.

Adentrando um pouco mais nas enunciações ocorridas no momento dialógico, é importante, esclarecer que, não se configurou uma massa coesa em todos os sentidos, ora havia distanciamento, mas eram poucos. Os discursos no segundo encontro foram, como já asseverado anteriormente, mais incisivos e interconectados, ou seja, não se limitavam em apenas concordar por concordar, havia sempre uma construção que revisitava uma memória discursiva que conectava o enunciado com o sentimento de reconhecimento de sentidos que se incorporava aos demais discursos. As palavras escolhidas revelavam os processos de interpelação ideológica comum, reconhecidas em suas posições-sujeito, como vítimas de um processo no qual se encaixava na enunciação posta por outra, uma vez que se tratava de uma percepção familiar a todas.

Retomando a discussão e enfatizando os discursos das participantes, destaca-se a afirmação da Participante 8, que alegou inicialmente que a cultura de ódio entre mulheres é fruto do machismo estrutural, afirmando que: "minha família foi criada por homens (...) meu tio era a favor de certo partido, minha tia ia na onda dele, ela nem entende o que é política". Assim, o ambiente familiar na qual a aludida Participante se constrói enquanto sujeito, perpassa uma arquitetura patriarcal, na qual os homens conferem "a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*" (Bourdieu, 2024, p. 61).

Dito isto, é possível inferir que as condições de produção constituídas no interior da família da referida Participante significam um quadrante importante para as formações discursivas dela, aliada às condições sociais nas quais está assujeitada. Essa constituição do sujeito, não é nem datado e nem histórico, no dizer de Athusser (2023, p. 48), trata-se de um "somos-já sujeitos", interpelados pela ideologia, que na enunciação concebida pela Participante em tela, confirma os desconhecimentos apontados pelo autor. A participante 8, ao asseverar ainda que escolhas políticas do homem se estende a toda a família, uma vez que a mulher (a tia, no exemplo dado) supostamente não compreenderia o assunto.

Pêcheux (2014) fala sobre o que ele chama de "esquecimento n. 2" – aquela situação em que pessoa acredita ser a detentora do discurso, mas no final das contas, ao afirmar que a tia desconhece a política, reproduzindo o discurso patriarcal, no qual a mulher é subjugada, apenas reforça o estereótipo de que a mulher não entende nada de política. Ao Ou seja, mesmo parecendo refletir sobre o contexto, o discurso acaba escorregando nas mesmas estruturas patriarcais.

É relevante ainda, analisar o enunciado "a família foi criada por homens" que traz lume, as dinâmicas intrafamiliares dentro das quais anuncia ao mesmo tempo que silencia, numa construção paradoxal, que ser "criada por homens", silencia o processo histórico de formação familiar que define à mulher o papel de criar, cuidar, cozinhar, organizar o lar, dentro do lar, em oposição a figura masculina, o ser de fora de casa, do campo do público, da transcendência (Beuavoir, 2016, Bourdieu, 2024). Ao silenciar o trabalho da mulher no papel que tradicionalmente a ela é conferido, a Participante em comento crava um apagamento que sobrepõe o papel do homem ao ponto de açambarcar todas as tarefas simbolicamente embaixo de seu campo de poder.

A partir desse efeito de sentido sob a perspectiva presença/ausência, infere-se que a Participante 8 assegura que a família foi criada por homens para explicitar que os comandos da família são tarefas dos homens, hierarquizando sua posição de topo da

cadeia de decisões, que apaga a mulher da função de “criar” a família. Adere ao discurso marcado pelo patriarcalismo ao ponto de sobrepor de maneira clara que no final e ao cabo, são os homens que tem o papel preponderante, a função da mulher é apagada.

Desse modo, evidencia-se na percepção da aluna, no que tange as formações ideológicas, que ela reduz a condição feminina à necessidade de tutela masculina, o que vai entrecortando suas falas de maneira centrada nos marcos linguísticos de assunção ao discurso patriarcal. A imagem da mulher como frágil e inábil exige que ela receba orientação sobre em quem depositar seu voto, impossibilitando o exercício desse direito conforme suas próprias convicções. Há nesse processo de assujeitamento um paradoxo discursivo, no qual reconhece a condição da parenta como sujeito oprimido na condição de cidadã, mas acaba por aderir ao discurso “ela nem entende o que é política”.

Das oito meninas participantes e seus discursos, a maioria destacou a preocupação com o tipo de representatividade feminina existente (material ou formal). Os poucos exemplos citados durante o momento dialógico não correspondiam aos valores que lhes eram caros: como direitos voltados para mulheres e conquistas sociais significativas. Apontavam uma quebra de confiança nas eleitas que não as representava, figurando como mera extensão dos interesses de alguma figura que as tutelavam. Ao contrário, apontavam que a sociedade descredibiliza a figura das mulheres, quando a Participante 5, fez a seguinte afirmação:

Fora que, as mulheres na política muitas vezes, muitas delas que chegarem, elas apoiam a ideia dos partidos, então, são ideias mais patriarcais, mais tradicionais. Damares! A Damares [rs], aquela coisa, aquelas mulheres que entram no planalto e falam um monte de bobagem sobre aborto, sobre nem sei que, acaba que as que tem as ideias mais conservadoras, não defende alguém (inaudível), a gente não vê de fora, entrar alguém que tem a opinião mais diversa, não vê muito, na verdade, é... Apenas reproduz.

É preciso estabelecer a ligação entre este discurso e seu antecessor imediato, durante a pesquisa de campo, a Participante 10, afirmava ter convicção que se fizesse uma pesquisa de campo, nos lares acreanos, com o intuito de saber em que os moradores votaram e o porquê, as respostas seriam no sentido de não saber, demonstrando que sua percepção sobre o grau de dissociação da população do Estado com a política.

Decompondo o enunciado, a Participante 5 inicia dizendo que “Fora que”, como formação linguística que pretende se ligar ao discurso anterior, que diz que os eventuais pesquisados apontados pela Participante 10, ou seja, o fato das eleitoras e dos eleitores

não serem politizados, agrega-se um outro problema, qual seja, o alinhamento entre os partidos políticos e a figura da mulher eleita. Nesse quadrante, atribui efeito no encontro entre as mulheres e os partidos políticos, no qual este se sobrepõe àquelas, fazendo-as alinhadas aos interesses partidários, reconhecendo, dessa forma, o assujeitamento da mulher aos processos opressores.

Do exposto, infere-se um processo de interpelação ideológica na qual, além do assujeitamento das mulheres conforme asseverado em linhas anteriores, também é possível apontar o reconhecimento da adesão feminina ao modelo estabelecido (patriarcado), bem como a naturalização dessa adesão como motivo de compreender as mulheres como uma massa coesa de manipulação partidária. Apesar de afirmar que “muitas delas”, valorando que não se trata de unanimidade, paradoxalmente, ela constrói o discurso partindo da premissa que todas, ao chegarem aos cargos de poder, reproduzem o modelo nos trechos “as mulheres na política muitas vezes”, “elas apoiam a ideia dos partidos”, “aquelas mulheres que entram no planalto”, “acaba que as que tem as ideias mais conservadoras” e “apenas reproduz”. Vê-se que as construções lexicais direcionam para formação global das mulheres que são eleitas, dentro de um conjunto formal de presença na política, porém, materialmente sem significado de mudanças.

Do discurso, preponderam os interesses partidários, que se manifestam das condições de repositório de políticas “patriarcais” e “conservadoras”, logo, é de se concluir que esse espaço deve sofrer mudanças internas rumo a uma democratização. Os órgãos partidários de direção (Comissão Executiva, Comissão Provisória e Diretório) sustentados historicamente no patriarcado, precisam “ser abolidas ou desconstruídas na prática social, por não mais corresponderem aos ideais democráticos e aos direitos humanos, em termos de direito de voz e representação equitativa dos sexos nos partidos (Brazil, 2020, p. 127)

No que diz respeito à qualidade das mulheres eleitas, à medida que avança nas suas considerações, a Participante 5, projeta-se entre uma formação discursiva feminista crítica denunciativa e uma patriarcal implícita que pressupõe a mulher como figura incapaz de escapar desse modelo social posto. O enunciado ainda silencia sobre o trabalho das mulheres que atuam na política. Com isso, a Participante em tela (Participante 5), circunscreve a participação feminina em sua totalidade ao modelo político de uma senadora (Damares Alves – REPUBLICANOS do DF) que segundo elas, não as representava.

Interessante registrar que, após nominá-la, a atmosfera no ambiente foi tomada pela concordância das demais participantes com relação à postura da parlamentar, ocasião

na qual todas demonstravam ao balançar a cabeça que concordavam com o discurso da colega (Participante 5), havia sorrisos e movimentos de desaprovação unânime. O incômodo com a postura da senadora era de tamanha evidência por parte das alunas, que a referida senadora e suas pautas alheias aos interesses femininos, apenas reforçava a ideia de que as mulheres que participam da política estão sempre a serviço de interesses outros que não os das mulheres. Nesse aspecto, o papel da mulher na política alinhada à manutenção de um discurso hegemônico demonstra como opera os mecanismos de dominação simbólica na dinâmica entre dominador e dominado, que não é consciente, “mas opera a partir da percepção e avaliação do *habitus* que permeiam as decisões e as vontades, daí que a primazia do homem sobre a mulher” (Brazi, 2020, p. 79). Nisso, a senadora projeta para o corpo de alunas pesquisada, uma espécie de mulher que mesmo alcançando postos de poder, mantém-se na postura de dominada ideologicamente, colocando-se a serviço dos interesses alheios aos das mulheres.

Evidentemente, essa percepção não passa pelo imaginário social incólume. Ao perceber uma mulher se projetando em pautas contrárias aos interesses das mulheres, essa figura também projeta na percepção das participantes uma desesperança em mudanças estruturais. Daí conclui-se que, a figura que eleita for, seja ela homem ou mulher, não se interessa pelos obstáculos de uma vida confinada num corpo feminino. Diante disso, o gênero não está contido numa questão importante na hora de escolher uma representante ou um representante.

Ao não se verem representadas, deslocam-se, rejeitam, desinteressam-se e abstém-se das dinâmicas sociais, suas heroínas não existem no campo da política, elas não se reconhecem, há uma tentativa de um descolamento do mundo político, viver à margem, refugiar-se na imanência de uma vida que acredita não ser política. As meninas não admiram e o horizonte não se constrói em vazios.

Partindo para a análise dos discursos no questionário, observou-se uma aquiescência de formações ideológicas que se encontrou nas formações discursivas das participantes, tendo em vista que, ao responderem às perguntas 01, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13 e 14, desenham conexões de sentido entre os interdiscursos e intradiscursos na AD francesa pècheutiana. Desse modo, constata-se a ligação entre o discurso da Participante 9, analisado nos parágrafos anteriores e o caminho percorrido pela mesma aluna quando perguntada sobre a escolha de candidato considerar o gênero e o porquê.

A Participante 5 foi sucinta ao anunciar que “Não leva em consideração o gênero e sim as suas propostas”, que converge para enfatizar a ideia de um discurso ofuscado por pretensa neutralidade objetiva na escolha de propostas, não vislumbrando um campo político permeado de interesses antagônicos e historicamente construído no patriarcado, cujos aparelhos ideológicos, aos quais todas e todos estão submetidos, permitirá um posicionamento sem interpelações ideológicas. Assim, novamente emerge o esquecimento n. 02 que, segundo Pêcheux (2014), densifica o discurso num jogo de sentidos antagônicos (aparente/oculto), que acredita possuir objetividade na escolha de um nome para seu voto em razão de propostas (aparente). Contudo, adere as formações ideológicas gestadas que influenciam seu *habitat* e que na condição de sujeito acaba por incorporar outros discursos (oculto).

Analisando de maneira global as respostas à mesma pergunta, foi unânime a formulação de discursos sobre a preocupação com “as propostas” das candidatas e dos candidatos para a escolha de voto. Apenas as Participantes 10 e 13, afirmaram equacionar em primeiro lugar o gênero e depois as propostas, pois, para eles, o gênero exercia influência maior. Diante disso, restou às demais (onze participantes) dizer que não consideravam o gênero, e tão-somente as propostas. Interessante trazer o discurso da Participante 7, que confessa que:

Para ser bem sincera não, não gosto muito de política, então, vou no que a minha família vai, mas acredito que sim, eles levam e, não é nem por mal, mas, infelizmente, eles ainda têm aqueles pensamentos de que mulheres não têm essa capacidade.

A família como aparelho ideológico exerce forte influência sobre a formação ideológica da Participante 7, quando afirma que “vou no que a minha família vai”, ela se reconhece inserida num processo de assujeitamento profundo, com uma construção paradoxal alinhavada entre “mas acredito que sim, eles levam” e “eles ainda têm aqueles pensamentos de que mulheres não têm essa capacidade”. Isso evidencia que, o reconhecimento do ambiente patriarcal evidente é percebido por ela enquanto membro e enquanto mulher no interior desse grupo familiar. O discurso é interpelado pela ideologia de submissão a um discurso intrafamiliar que se espraia pela sua existência social, ou seja, uma interpelação ideológica no sentido althusseriano, no qual o sujeito, como assujeitado, está consciente de sua condição. A família opera como aparelho ideológico determinante que manipula no sentido de reproduzir valores tradicionais.

Ao mesmo tempo em que encerra um discurso que reconhece o preconceito da família à figura feminina na política, utilizando “infelizmente”, aglutina também a construção “não é nem por mal”, a Participante em tela, justifica a formação ideológica na família como natural, resquício de um tempo passado que reverbera nos discursos atuais. Não se identifica, por parte da Participante, um comportamento de contraposição a essas construções internas e históricas da família, um silenciamento que adere ao discurso sexista, posicionando-se na condição de reprodução do discurso que sustenta a exclusão das mulheres na política.

Os dados apresentados na Figura 19 revelam que, para as participantes da pesquisa, há um desequilíbrio significativo entre os dois fatores e os pesos que recebem: as propostas políticas e a questão de gênero. Esse resultado, evidencia como a condição da mulher candidata permanece negligenciada e posta em segundo plano, mesmo diante do cenário de sub-representação feminina que coloca o Brasil em posição desfavorável nos *rankings* internacionais de participação política das mulheres.

Figura 19 - Distribuição das Respostas (questão 5)



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Da Figura 19, é possível inferir a potência das condições de produção materializadas nas estruturas sociais (aparelhos ideológicos) que comprometem a consciência que se esvai naquilo que Pêcheux (2014) chama de esquecimento n. 02. Acreditando ser essa a

alternativa, sua escolha reside unicamente em processo lógico de escolha, não compreendendo o poder dos atravessamentos das formações ideológicas sob as quais estão submetidas. Agregue-se a isso, o fato delas demonstram também acreditar que ao validar sua escolha como a melhor entre as alternativas (propostas *versus* gênero), acreditam estarem sopesando duas categorias para a sua escolha e, nesse processo de julgamento, a solução que se revela mais objetiva (carregada de neutralidade), culmina pela opção da preponderância das propostas das(os) candidatas(os), reproduzindo um discurso incrustado de atravessamentos de um modelo patriarcal que exclui as mulheres na política.

Há, nesse aspecto, a formação de um ciclo de perpetuação, que poderia chamar de labirinto sem solução, uma vez que as mulheres afirmam optar em votar em razão de propostas em sua maioria, o gênero é apagado da equação. Por sua vez, as mulheres em menor número e projeção dentro e fora dos Partidos Políticos, das mesas diretoras, da presidência de comissões, dos cargos de maior relevância política são postas num plano inferior. As mulheres não são vistas como capazes, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)³², por sua vez, fornecem todo o arcabouço ideológico, as mulheres que são atravessadas por essas construções ideológicas emanadas em todos os ambientes.

Avançando um pouco mais nesse tema, as participantes foram questionadas se poderiam indicar mulheres na política capazes de representar uma figura que as inspirasse (Pergunta 6 do questionário – Apêndice A). As respostas no questionário se destacam sob o ponto de vista da proximidade/afastamento, uma vez que não foi resgatada, em memória, nenhuma figura do mundo político acreano. Ao não se verem como partes do problema da sub-representatividade feminina, as mulheres que emergem nos discursos são sempre de projeção nacional e até internacional, ou seja, a política assim como as mulheres na política está distante do seu cotidiano. Isso é o que se depreende do efeito de sentido que a política e as mulheres formam para a compreensão das participantes sobre esse fenômeno.

O discurso da Participante 13 apresenta seu desinteresse pelo assunto (política) quando afirma que “Eu não sou voltada a nenhuma política”, inscrevendo o fenômeno da política para mais de uma realidade quando acrescenta o vocábulo “nenhuma”, presumindo haver mais de uma. Continua ela, “mas ambas contêm mulheres”, há uma dicotomia no que compreende por política, na construção em tela, são duas, porém, não indica quais são, silenciando-se sobre o tema. Finaliza a resposta com a seguinte assertiva: talvez não haja

³² Aparelhos Ideológicos de Estado na teoria athusseriana são: religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de comunicação e cultural (Athusser, 2023, p. 74-75)

na frente, mas nos bastidores deve ter alguma. Observa-se que, não registra alguma mulher que desempenha essa função de auxiliadora e mantém-se distante da política como sujeito de fora dessa realidade. Afirma a eventual existência de bons exemplos por trás da figura masculina, que servem de suporte, auxílio, fazendo algum trabalho relevante, sem aparecer, todavia, por estar localizada nos “bastidores”.

Além de um posicionamento de distanciamento enquanto sujeito, reconhece a presença feminina, dentro de um contexto de incerteza quando menciona “nos bastidores deve ter alguma” e “talvez”, o que demonstra um discurso eivado pela associação de mulheres ao desempenho de papéis secundários e dúvida sobre essa possibilidade. Desse modo, ao não articular nenhum nome que possa ser reconhecida mesmo que dentro desse cenário ocultado “nos bastidores”, denota a Participante 13 que as mulheres são boas auxiliadoras, mas não são atreladas à condição de lideranças, agudizando uma tensão no discurso que reconhece a existência, entretanto, não as nomeia, por desconhecer ou por ter dúvidas se realmente elas – as mulheres, estão inseridas nesse cenário político.

No entanto, analisadas de forma global as repostas a Pergunta 6, a tabela abaixo permite traçar um perfil das participantes da pesquisa, permitindo inferir importantes discussões para jogar luz sobre pontos que podem passar despercebidos para a compreensão do posicionamento-sujeito das participantes, vejamos:

Tabela 3 - Conhecimento e Indicação de Nomes

Categoria	Quantidade	Porcentagem (válida)	Porcentagem (total)
Conhece e indicou o nome	8	61,5%	53,3%
Conhece, mas não indicou o nome	1	7,7%	6,7%
Não conhece	4	30,8%	26,7%
Não respondeu	2	-	13,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

Para compreender a Tabela 3, considerou-se como porcentagem válida, treze respostas (excluindo as não respondidas) em razão dos questionários terem sido entregues sem nenhuma resposta, revelando a intenção de não participar da pesquisa na fase da aplicação do questionário. A Tabela 3, por sua vez, permite identificar a quantidade de alunas que conhece e indicou o nome e as que conhece, mas não indicou o nome,

chegando a um total de 9 (nove) meninas dentre as 15 (quinze) participantes. Desse modo, um pouco mais da metade conhece figuras femininas na política, assim, de algum modo essas mulheres tiveram visibilidade para as alunas, chamando a atenção não somente para o tema debatido pela pessoa, mas seu gênero. Ao afirmar que conhece essas mulheres, as participantes também indicaram alguns nomes que precisam ser analisados com maior profundidade. Pois se a política é presente, como se costuma anunciar, veremos o grau de proximidade das figuras apontadas (âmbito regional, nacional e internacional) com o cotidiano político das participantes.

Amparado nos dados da Tabela 3 que categorizou o binômio: conhece (discurso próximo do fenômeno – alinhado a identificação da política com gênero feminino); desconhece (discurso distante – desinteresse pelo tema). Passa-se a análise dessa figura feminina que emerge como fator de inspiração e onde elas estão posicionadas no mundo da política, considerando, portanto, local de atuação e proximidade com o ambiente da participante. Assim, De acordo com a Tabela 4, foi possível, avançar um pouco mais, coletando os nomes das mulheres que emergiam nos discursos e quantidade de vezes que isso acontecia, da qual se extrai a seguinte situação:

Tabela 4 – Detalhamento das indicações

Categoria	Quantidade	Porcentagem (citações)	Porcentagem (total de 15 participantes)
Érika Hilton	4	50%	26,7%
Tábata Amaral	1	12,5%	6,7%
Marina Silva	1	12,5%	6,7%
Marille Franco	1	12,5%	6,7%
Kamala Harris	1	12,5%	6,7%

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Analisando os dados entabulados (Tabela 3 e Tabela 4), depreende-se que a figura que mais obteve menções foi Érika Hilton (PSol – São Paulo), primeira Deputada Federal negra e trans, com grande incursão nas redes sociais e pautas progressistas, com aproximadamente 3,5 milhões de seguidores, forte ativista dos direitos de minorias, sobretudo da comunidade LGBTQIAPN+. Seguida por menções de Tabata Amaral (PSB – São Paulo), Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA), Marielle

Franco (vereadora carioca, morta em 14 de março de 2018) e Kamala Harris (Vice-Presidente dos EUA durante o governo de Joe Biden).

Do exposto, infere-se a presença de mulheres na política para um espaço para além do seu *habitus*, as participantes não vislumbram uma conexão nem com mulheres no Estado e nem com as do Município de Rio Branco. Gize-se, novamente, que se está tratando de uma análise das respostas no questionário, pois no momento dialógico, o nome da vice-governadora apareceu uma única vez. Assim, voltando ao questionário e as respostas a Pergunta 6, as participantes desconhecem ou silenciaram acerca de algum nome próximo no âmbito estadual ou municipal, projetando a política para fora do espectro de sua existência no cotidiano. Esse silenciamento de uma figura feminina na política que represente uma política mais conectada aos desafios sociais mais locais, tendem a colocar a política para o espaço que a participante não se veja incluída.

Com isso, vê-se um reforço para uma incorporação dos discursos que personificam a mulher sob o rótulo da incapacidade, a política como um ambiente hostil às mulheres, um sistema opressor que desestimula à participação feminina, culmina por preservar as estruturas sociais fundadas no patriarcado, marcadas pela incômoda sensação de falta de pertencimento social como um ser político.

Para se compreender como um ser político, é preciso investigar a compreensão das alunas sobre o que entende por política e qual sua importância para uma formação cidadã, pergunta que inaugurou o questionário. Nesse sentido, o questionário obteve apenas doze respostas que se entrelaçavam num ambiente de intersecção de alguns dizeres, a partir de elementos fulcrais que irradiavam para outras afirmações. Há um reconhecimento da política como efeito material presente na vida cotidiana, como necessária, mas que hora habita no campo de uma institucionalidade ora no campo particular de um direito em abstrato e em menor densidade como participação.

Entre os enunciados de que política é poder, é participação, é direito e é efeito material na vida em sociedade, os discursos que emergiram foram: poder político e direito, no qual as falas deslocam a política para um sujeito além do seu corpo, algo que reside no sentido da prestação, do serviço de outrem. Ao tempo que insistem em dizer que a política está presente na sociedade, “para ajudar na melhoria do país, estado ou município” ou “é o meio de garantir que a sociedade viva bem, garantindo coisas com saúde, educação etc.”, a maioria das alunas não se veem como protagonistas dessas melhorias, que demonstra os efeitos de sustentação do discurso que não assinala para uma participação efetiva.

Do corpo pesquisado (15 participantes), apenas uma participante conseguia se ver como uma representante parlamentar, as demais condensavam a ideia de delegar³³ à outra mulher essa tarefa, pois considerava o ambiente político “difícil” de forma unânime. Mesmo a única voz dissonante que vislumbraria essa possibilidade, retorna para a rejeição do projeto por considerar um ambiente hostil, que não se interessa pelos interesses e necessidades das mulheres. De acordo com a AD de matriz francesa, a ideologia do patriarcado que rompe com a possibilidade da mulher se ver como partícipe de um processo de mudança em igualdade com os homens, as construções frasais deixam evidente que as participantes não se vislumbram nessa posição.

O deslocamento da posição-sujeito é formatado nos moldes que o discurso hegemônico, advindo de um discurso liberal burguês, atravessando-as de maneira que acreditem que o problema da sub-representatividade feminina aos poucos está sendo desconstruído, como um fenômeno orgânico, natural, consequencial, à medida que o tempo passa, as relações vão avançando e melhorando.

O discurso das participantes revela uma operação ideológica típica do que Pêcheux (2014) denomina *esquecimento das condições de produção*, ao atribuírem as conquistas femininas a um processo “natural” ou ao mero acaso, consequência do transcurso do tempo. Com isso, elas apagam o fato de que tais mudanças são resultados de lutas históricas e disputas políticas concretas nas quais dezenas de mulheres sofreram na busca de alcançar um tratamento isonômico. Essa invisibilização não é neutra — ela reflete a internalização de uma formação discursiva que naturaliza a ordem social (patriarcado), fazendo com que as transformações pareçam inevitáveis, e não fruto de embates. Ao ignorar o papel dos movimentos feministas, o discurso reproduz a ilusão de autonomia (liberdade no sentido burguês no sentido althusseriano), na qual as relações sociais são percebidas como independentes de conflitos e determinações ideológicas.

Além disso, esse mesmo discurso opera um segundo esquecimento, nos moldes alinhavados em Pêcheux (2014): o apagamento do apagamento. Ao tomarem as conquistas das mulheres como meramente decorrentes do “tempo”, que transcorre necessariamente, as participantes não apenas ignoram as condições históricas que as produziram (esquecimento n. 1), mas também silenciam a própria exclusão dessas lutas de

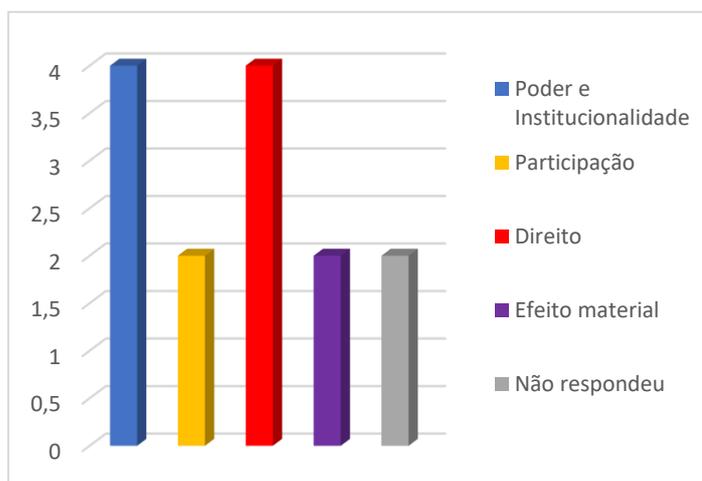
³³ Nesse cenário, remete-se as constatações de Lerner (2019, p. 275) que: “Historicamente, mulheres pensadoras tiveram de escolher entre vivenciar uma vida de mulher, com suas alegrias, seu cotidiano e imediatismo, e uma vida de homem, para que pudessem pensar.

sua narrativa. Dessa forma, a ideologia hegemônica atua duplamente — primeiro, ocultando a materialidade das disputas, e depois, apagando o fato de que essa ocultação ocorreu. O resultado disso é uma percepção distorcida da realidade, na qual a desigualdade de gênero parece dissolver-se por si só, sem a necessidade de mobilização política, reforçando, assim, a manutenção de estruturas de poder já existentes.

Retornando à análise dos discursos exarados sobre o conceito do que vem a ser política, torna-se emblemática a forma como a Participante 6 descreveu o que entendia pelo conceito de política, onde afirmava que “era tudo aquilo que envolve a procura de direitos, igualdade e justiça”. Demonstrou, com isso, que a política se mantém distante, precisa ser buscada, não está presente, envolve movimento, direção, algo que existe no mundo das ideias, em abstrato, ela – a política, não está presente no seu dia a dia. A Participante 6, não se reconhece como um ser político, como a política exige uma busca, seu corpo caminha na direção oposta. Acrescente-se que também, outras participantes conceituavam política dentro do binômio (direito-instituição). A política, sob o aspecto de um direito, reduz-se a um acervo de direitos que podem ser acessados quando a necessidade imperar sobre a realidade, mas tão somente. Como um casaco guardado, esperando um sopro mais gelado que possa causar desconforto, assim, está a política como direito condicionado em alguma transcendência. Quando a política compreende instituição, mas distante fica posicionada dessa realidade, como vetor de acesso a direitos em abstrato. Isso fica impresso claramente quando a Participante 6 retoma o conceito de política como “dela são as melhorias em qualidade de vida, segurança. Não se permitindo pronunciar os sentidos dessas melhorias, como participaria dessa dinâmica de melhoria, ou seja, apenas encerra discurso emergidos em interdiscursos apagados.

Por meio da Figura 20, é possível observar que as respostas que aproximam o corpo feminino do conceito de política, concebida como participação ativa, representam apenas 14,3% do universo pesquisado (porcentagem total), mas quando a política sai do abstrato para o concreto, aproximando-se das participantes, isto é, um fenômeno que perpassa seu cotidiano, quiçá que vislumbre uma carreira política, o interesse se anula, objetado por diversas justificativas. Vejamos:

Figura 20 – Conceito de política: a recorrência das categorias



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Do gráfico em tela (Figura 20), é preciso frisar que não se trata de pontos estanques; ora se entrelaçam num concerto uníssono que, quando não afasta a política de sua realidade, atribui a outra pessoa ou entidade - ou a um direito acionável - a possibilidade de participação, que como medida efetiva apresentou-se tímida nas falas e questionários. A ideologia de que a política é assunto para "o outro" conecta-se a um afastamento proposital, na segurança de resguardo num espaço percebido como hostil à mulher. Nesse sentido, a ideologia é constituída em matéria, em dinâmicas práticas no interior das sociedades, encontra-se materializada de acordo com Athusser (2023, p. 103), no qual o sujeito ao atuar no sistema, pratica atos materiais regulados por "um rito material" em consonância com a ideologia existente em um aparelho ideológico, ao assim fazer, age conscientemente segundo essa ideologia.

Nesse particular, as alunas que se manifestaram sobre participação política unem-se ao movimento de distanciamento por considerarem o ambiente político inapropriado para mulheres, justificando pela história humana que sempre o configurou como espaço masculino. As formações discursivas convergem para apontar a política como domínio historicamente masculino, onde homens preservam direitos e privilégios, culminando na identificação do patriarcado como mecanismo responsável por manter as mulheres em segundo plano. Paradoxalmente, ao reconhecerem o opressor, atribuem às mulheres valores de resistência: empoderamento, força, coragem, inteligência e combatividade.

Para as participantes, a disputa política consagra um campo beligerante, onde as que desejam participar devem possuir qualidades excepcionais, condensar em si, atributos sobre-humanos, uma espécie de “super mulher”. Uma vez que, para adentrar um ambiente majoritariamente masculino como é o caso da política, o embate, nesses termos, será natural e para aguentar as agressões, a mulher deverá possuir capacidades diferenciadas das demais mulheres. Uma pessoa comum, por esse viés, não teria os predicados necessários para assumir um cargo político que pressupõe a disputa, conflitos de toda natureza.

Vê-se, pois que, o patriarcado resiste ao tempo, as normas jurídicas, ao progresso. O patriarcado sustenta e é sustentado, pois se encontra imbricado com o racismo e o capitalismo de uma maneira tão simbiótica (Saffioti, 1987) que não se sabe onde começa um e termina o outro sistema. Sustentam-se mutuamente e fundamentam as bases do tecido social, mantendo essa divisão de classes, de gênero e de raça como anteparo à manutenção das dinâmicas postas.

Nesta etapa, é preciso analisar de forma abrangente os discursos que emergem entre as perguntas 7 e 10, a fim de aprofundar a análise proposta neste trabalho. As questões são, respectivamente: “Que adjetivos você associa à figura da mulher que ocupa cargo político? Escreva pelo menos cinco”; e “Como você imagina que a sociedade, a família e a escola enxergam a mulher na política? Essa forma de ver a mulher pode favorecer a cidadania? Como?”. Percebe-se que as respostas estão inseridas numa mesma formação discursiva, ou seja, na percepção de uma visão em que as mulheres na política, além de distantes da vida comum, devem ainda possuir características que lhes conferem “superpoderes”. Esse estereótipo, consolidado pelo neoliberalismo burguês, atribui à mulher uma dupla e, por vezes, tripla jornada. Ao destacarem qualidades sobre-humanas, as participantes apontam a escassez de figuras com tais traços, que contrastam com a imagem feminina construída pelo patriarcado, o qual impõe “os papéis principais das mulheres como mães e donas de casa, restringindo-as a essas funções” (Shvedova, 2005, p. 44).

Retornando à Figura 15 com as respostas, evidencia-se que as participantes não se sentem despertadas para atuar como vozes representativas, desconfiando do ambiente político, das mulheres eleitas e, sobretudo, dos homens. Acreditam que mudanças devem vir pelo exercício de direitos e instituições, mas não se veem como agentes políticos capazes. Configura-se assim um assujeitamento ao sistema dominante, num paradoxo

entre reconhecimento da necessidade de mudança e autoexclusão do processo. A Participante 12 afirmou que o “maior incentivo nas escolas, com programação fixa dentro do currículo escolar e um acolhimento das famílias dentro desses locais, visando uma conscientização da importância da mulher na política” consagra o espaço de ensino por excelência para promover mudanças estruturais na sociedade pois compreende que ela também conseguiria adentrar no espaço familiar para alterar as suas dinâmicas. A Participante 1 por sua vez registra no seu discurso “Que haja campanhas de conscientização para inserir as mulheres na política”, bem como a Participante 11 aponta para “Inserir mais atividades e lugares de fala desde pequena para se entender onde posso chegar e ajudar minha cidadania”. Dos discursos transcritos, elas entendem que deve haver apoio de diversas modalidades, mas as campanhas de conscientização da sociedade são os que mais foram pronunciados.

As alunas reiteram um discurso neoliberal, uma vez que, dentro das condições de produção, formam regras (formação discursiva) que alinham o conceito de política como direito e instituições, exemplo disso é o que disse a Participante 1 que afirma ser política “poder, governo”, bem como a Participante 14 que política “é um direito” e, a Participante 6 assegura que política “é tudo aquilo que envolve a procura de direitos”. Disso, infere-se a institucionalização da política para além do cotidiano participativo, na qual elas projetam o ambiente da política para os quadros institucionais.

Há, assim, um deslocamento da posição-sujeito para um papel de passividade social, em que se aguardam as mudanças que o tempo trará — e que serão conduzidas por aqueles que ocupam cargos de destaque e poder, como evidenciam os discursos das Participantes 8 e 14: “política ele controla os nossos” e “política é um direito, é importante para a manutenção”, respectivamente. A partir dessa construção lexical, ao utilizarem termos como “controla” e “manutenção”, as participantes convergem seus discursos para uma mesma perspectiva, demonstrando a incorporação de uma ideia de política como estrutura social que não as inclui. O que silencia e o que mantém estão do outro lado; elas são margeadas no lado oposto, nesse cenário, são as figuras que sofrem os efeitos do controle e da manutenção.

Quando avançamos um pouco mais na análise do contexto familiar e social, que questiona sobre apoio, visão da mulher na política e a forma como a política se faz presente nas interações com as participantes (Perguntas 10, 11 e 12 que se encontram no Apêndice A). Essas perguntas objetivam extrair dos discursos, as condições de produção (a posição

do sujeito, as formações discursivas, o interdiscurso). Tais dados representam uma possibilidade de análise teórica dos discursos das participantes sob diversas matizes em razão das relações sociais travadas nesses ambientes (casa, estabelecimento de ensino, sociedade em geral) (Pêcheux, 2014). As respostas a pergunta 10 (Como você imagina que a sociedade, a família e a escola enxergam a mulher na política? Essa forma de ver a mulher pode favorecer a cidadania? Como?); pergunta 11 (Dentro de um ambiente social, familiar e escolar, você acredita que teria apoio para participar de eleições e qual desses ambientes é mais significativo para incentivar a participação política e por quê?) e pergunta 12 (Nos ambientes dos quais participa, as pessoas com as quais convive, falam de política de forma positiva ou negativa? Cite algumas afirmações que já presenciou sobre política e diga se você se sente influenciada por essas afirmações.) tencionam obter um quadro que apresenta o cotidiano da participante e o grau representativo desses espaços sociais para a concepção sobre política.

Viu-se nesse sentido que, os discursos também não destoam de uma percepção comum: havendo apoio familiar na maioria, mas a política como lugar inapropriado, composto de pessoas desonestas, voltadas aos interesses pessoais. Ao passo que a maioria das famílias apoiam, registram uma ideia negativa da política como lugar de pessoas desonestas e comprometidas com seus próprios interesses. Especificamente quando analisado os discursos que trata de apoio, a partir da Tabela 5 é possível se inferir como se estruturou esses discursos. Assim, quando perguntado sobre o ambiente mais significativo (social, familiar e escolar) em termos de apoio e por quê? (Pergunta 11), o apoio mais significativo viria da família, depois do IFAC e por fim, a sociedade como espaço de não apoio.

Tabela 5 – Apoio familiar, escolar e social

Tipo de apoio	Resposta Sim	Resposta Não	Não respondeu	Total de Participante (15)
Familiar	6 (40%)	6 (40%)	3 (20%)	100%
Escolar	4 (26,7%)	5 (33,3%)	6 (40%)	100%
Social	0 (0%)	8 (53,3%)	7 (46,7%)	100%

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Conforme os dados apresentados na Tabela 5, o apoio familiar mostrou-se o mais relevante, ainda que dividido. Já o apoio do IFAC, mencionado por 26,7% (vinte e seis vírgula sete por cento) das participantes – em contraste com aquelas que afirmaram não o receber –, revela um achado importante para o IFAC enquanto instituição de ensino, uma vez que se trata de espaço de formação. Por outro lado, a sociedade foi identificada como o ambiente menos favorável à presença feminina na política no que diz respeito ao apoio esperado: nenhuma participante declarou acreditar que receberia tal suporte, sendo que 53,3% (cinquenta e três vírgula três por cento) afirmaram não contar com esse respaldo e 46,7% optaram por não se manifestar sobre o tema.

Dito isto, é possível extrair um alto índice de ausência de manifestações que podem ser lidas como silenciamento estruturante dos discursos nos moldes pêcheutianos a que opera no campo da inibição, no qual o não dito consubstancia uma relevância similar ao que é dito. Dentro das formações discursivas, as ausências de respostas dialogam com todos os meandros dos interdiscursos e intradiscursos que perpassaram as manifestações das alunas (Pêcheux, 2014).

Faz-se necessário também analisar como as participantes enxergam o apoio da instituição como espaço político de formação. Enfatizando sempre que a pesquisa de campo alcançou apenas o número de 15 participantes, os dados revelados devem ser analisados sob a perspectiva desse contingente citado. Destarte, 26,7% (vinte e seis vírgula sete por cento) das participantes entenderem que o ambiente de ensino é propício para fomentar essa formação cidadã. Evidentemente, o percentual é um bom indicativo para que se pense em promover mais atividades nesse sentido, para fim de promover uma educação cidadã crítica e emancipadora. Ao observar esses percentuais quando voltados para o estabelecimento de ensino, reforça a percepção de se buscar alternativas pedagógicas, parcerias com outras instituições, no sentido de incentivar essas meninas a ocupar espaços de poder como representantes de mudanças sociais.

As Participantes 5, 8 e 12, respectivamente, registram uma visão positiva do ambiente estudantil enquanto instância de apoio para funções políticas, “O ambiente escolar é muito significativo, é por meio dele que a sociedade é moldada”, “Acredito que apoio familiar é essencial, mas a escola instiga o desejo para participar, promovendo debates, júris simulados, a leitura” e “Acho que o local mais significativo é escola, é onde passamos maior parte da nossa vida é onde temos a formação de pensamento crítico”.

Ao construir seu discurso, a Participante 5 entende que o IFAC é espaço para formação cidadã, ou seja, “é moldada”, logo, a instituição tem capacidade de forjar pessoas sob determinadas perspectivas. Como sujeito assujeitado no processo, a Participante mencionada concebe naturalmente esse poder ao IFAC. Na posição hierárquica inferior, na condição de aluna, compreende que vai sofrer esses atravessamentos ideológicos conseqüentemente. Para a Participante 8, a família tem preponderância sob os demais campos (escola e sociedade), contudo, ela quebra a expectativa de como se daria esse apoio “essencial”, da família, afirmando que é no IFAC que a ela é instigada por diversas mecanismos pedagógicos (debates, júris simulados, a leitura), desse construção discursiva, a participante (Participante 8) deixa evidente que o apoio advindo da família prepondera sobre os demais, porém, sua vida estudantil auxilia nas condições de preparar para uma formação cidadã que não ocorre na família.

A Participante 12 por sua vez, percebe o IFAC sob duas variantes: tempo e tipo de formação. Ao se referir o tempo, “é onde passamos maior parte da nossa vida”, a Participante em tela, elenca a quantidade de horas que envolvem sua formação, são capazes de modelar sua visão de mundo, ou seja, assujeitada nas interpelações ideológicas do IFAC como AIE, constituída na posição-sujeito no mesmo sentido da Participante 5. Outro fator importante dessa equação, é o discurso da Participante 12 dizer que o IFAC representa o local de “formação de pensamento crítico”. Compreende que essa tarefa somente é desenvolvida no IFAC, estando aos demais ambientes (família e sociedade) conformados nos modelos hegemônicos.

Desse modo, dessume-se dos três discursos que enxergam o IFAC como lugar de apoio à atividade política necessita de mudanças estruturais de modo a permitir que essas meninas possam conceber o espaço de ensino como aliado na sua dimensão política. Mesmo que, consciente do profundo impacto que a família³⁴ e a sociedade exercem na formação cidadã dessas meninas, a percepção da política forjada nesses ambientes é negativa.

³⁴ A família como instituição primária deve ser observada com bastante atenção, pois é nela que são aplicados os primeiros códigos estruturais da sociedade. Exemplo disso é o papel de gênero, cabendo a mulher a tarefa de gestar, cuidar, organizar do ambiente doméstico, dentro dessa perspectiva o dever de maternidade emerge, e não é qualquer tipo de maternidade desejada ou não-desejada, é uma tarefa compulsória, que no dizer de Brum (2020, p. 100) trata-se de “Maternidade compulsória, nada mais é do que essa ideia colocá-la na cabeça das meninas de que um dia elas serão mães e irão cuidar de suas casas e filhos, pois essa é a ordem natural da vida”.

No que tange à percepção (positiva ou negativa) da política, a pergunta 12 questionou às participantes sobre a política junto às pessoas mais próximas e a forma como os diálogos influenciavam ou não sua visão sobre o tema. As participantes ecoaram numa maioria acachapante que percebia a política com o sentido negativo, conforme se pode extrair da Tabela 6:

Tabela 6 – Política: concepção sobre seu conceito

Percepção sobre política	Participantes
Negativa	11
Divagou	2
Não respondeu	2

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Nesse contexto, a Tabela 6 proporciona uma análise quantitativa, porém, ao se adentrar mais detidamente nas repostas apresentadas, evidencia categoricamente a predominância de termos que desqualificam a política e os políticos tais como: "todos corruptos", "só querem nosso voto", "mentirosos", "pois só veem o lado deles", "só tem bandidos" dentre outras construções enunciativas. Desse modo, as formações discursivas engendram um ambiente que, caso a mulher pretenda adentrar, contaminada também estará, uma vez será associada à atividade política que representa: corrupção e autopromoção.

Pelos depoimentos das Participantes 13 e 14, observa-se como o discurso hegemônico sobre a política – no qual elas se reconhecem como sujeitos atravessadas pelas ideologias familiares – opera na constituição subjetiva dessas mulheres. Quando afirmam "creio que eu seja influenciada" e "Na maioria das vezes, me sinto influenciada", revelam o efeito de assujeitamento próprio das formações discursivas - internalizam uma visão negativa que as coloca em posição de dúvida sobre sua própria autonomia política. A referência ao apoio familiar, caracterizado como "formal" e "não efetivo", expõe a contradição inerente aos aparelhos ideológicos: a família aparece como instância de suporte discursivo fundamental, mas falha em oferecer um suporte material concreto para a inserção das participantes na sua dimensão política.

Destarte, esses elementos dialogam com o conceito pêcheutiano de condições de produção, em que o sujeito inserido num contexto sócio-histórico é atravessado pelas ideologias dominantes. Desse modo, as participantes não elaboram suas falas a partir do zero, mas reproduzem e ressignificam discursos sociais já existentes sobre gênero e política. O apoio familiar "formal" funciona como um significante vazio, sem sentido, um lugar de fala que precisa ser ocupado, mas que, na prática, não se materializa em ações efetivas. Há uma manifestação de apoio que não precisará ser resgatado, uma vez que a construção desse ser político não emergirá no ambiente familiar que opera eficazmente no desestímulo de participação política feminina.

Em casos extremos, a oposição familiar é explícita e violenta. Como afirmou a Participante 7: "Não teria apoio. Minha família não aceita mulheres na política", justificado pelo discurso machista: "Dizem que não levam a sério, como se não tivéssemos capacidade", nisso reside o que Colling (2014) assevera na formação de um discurso de gênero ao longo da história sob o modelo interpretativo como androcêntrico e tradicional, dada que essas construções perpassaram os discursos religiosos, médicos, psiquiátricos, psicanalíticos e filosóficos. Nisso resulta uma ideologia que não concebe a participação da mulher na política como agente capaz. A violência, contra a mulher, herança do patriarcado, foi naturalizada (Silveira e Pereira, 2025) graças à simbiose do "patriarcado-racismo-capitalismo"³⁵ (Saffioti, 1987, 60). Ainda hoje, em incontáveis lares, persiste uma estrutura social que desvaloriza a mulher. Os avanços feministas, embora inegáveis, não romperam completamente essas barreiras, conforme se deduz dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública³⁶ de 2024 que registra 1,4 mulheres mortas por grupo de 100.000 mulheres, foram vítimas de feminicídio no Brasil, cujo perfil é de 66,9% de mulheres negras, com idade entre 18 e 44 anos (69,1%). Ainda no que tange os números alarmantes, essas vítimas são mortes ocorrem em 41,4% em casa, o que representa, nesse aspecto, o lugar mais inseguro para a mulher (2024, p. 137-143).

Há nesse ponto, a cristalização no discurso da Participante 7, a contradição entre a mulher vista como incapaz no lar, vítima de uma violência simbólica de desvalorização e a construção profissional vinda dos conhecimentos acadêmicos. Desse modo, a Participante 7, enquanto mulher inserida num contexto ideológico patriarcal, tem sua família funcionando

³⁵ Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbólico, em um único sistema de dominação-exploração (Saffioti, 1987, p. 60).

³⁶ Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 24 maio 2025.

como aparelho ideológico althusseriano (AIE) que tenciona o afastamento da figura feminina de espaços de poder, convivendo com o discurso machista familiar e o feminista acadêmico. Encontra-se assim simultaneamente assujeitada pelo primeiro e deslocada pelo segundo. Nesse contexto, a aluna (Participante 7) confessa de maneira explícita que o seu ambiente familiar adota o modelo patriarcal e silencia sobre mecanismos de desmantelamento dessa dinâmica familiar, tão pouco, narra algum episódio (recorrendo à memória discursiva) de contraposição ou de resistência que ela ou alguma mulher daquele núcleo familiar tenha protagonizado.

Pelo exposto até o momento, é possível inferir diversas conclusões que permitem uma compreensão sistemática de como enfrentar a construção de uma educação cidadã que forme pessoas, sobretudo, meninas que se permitam ao exercício da sua capacidade passiva. No entanto, as participantes aderem ao discurso hegemônico construído sob o patriarcado, que atravessa a história da humanidade e faz da mulher um ser apolítico. Não reconhecem apoio efetivo na família, no ambiente escolar e nem na sociedade que as motivem. Concebem os atravessamentos das ideologias como parte dessas instituições como formadora de sua visão de mundo, carregam dentro si a paradoxo do discurso patriarcal e o discurso feminista, mas se projetam para longe da política, concluindo pelo seu distanciamento. Portanto, a clivagem entre discursos acadêmicos e familiares/sociais atravessa essas jovens, que buscam se equilibrar entre a afirmação de suas capacidades e a negação social de suas potencialidades, o que reflete na objeção de participar da política. Não reconhecer essas condições, é aderir ao projeto de manutenção das condições econômicas, sociais e históricas de opressão sobre o corpo feminino.

Nos moldes em que foi desenhada a pesquisa, o macro tema Movimentos Estudantis emergiu semelhante a uma operação matemática, visto que não se poderia adentrar uma investigação que envolva política e questão de gênero sem confrontar a importância do ambiente formativo na educação e os movimentos coletivos. O arcabouço teórico que fundamentou a pesquisa trouxe diversos aspectos importantes à compreensão do assunto entabulado, contido na pesquisa bibliográfica e também na documental. Nesse particular, ambas trouxeram considerações nítidas de uma construção social de relevo à vida política das estudantes que consagrava a importância da previsão de um espaço (*locus e tempus*) adequado a experiências dessa natureza.

Conforme colacionado nesse trabalho em linhas adiante, Pinto (1992, p. 133 - 136) identifica esse espaço como “local de emergência” que tem o condão criativo de “criar novo

sujeito”, bem como explicitar o valor transformativo de toda a sociedade quando há manifestação dessas expressões coletivas, sendo impactada pelo trabalho desses aglomerados humanos organizados para um determinado fim. Isso confere aos movimentos estudantis um aspecto valioso para a vida do corpo discente e que não pode ser ignorado pela administração do espaço educacional e seu corpo docente.

De acordo com o levantado na pesquisa de campo (momento dialógico e as respostas contida no questionário, sobretudo, as questões 3, 4, 5 e 15). alguns achados revelaram a percepção das participantes que caminhou no sentido de que os movimentos estudantis se restringem a figura de uma/um líder de sala. Para entender como se deu a dinâmica dos discursos num contexto que envolve política, gênero, movimentos estudantis, a Pergunta 3 (Nas práticas dos seus professores e das suas professoras você observa ações, conteúdos e discursos que incentivam você ou outras estudantes a participarem ativamente da política no Estado, a exercer os seus direitos políticos e a ocupar um dos cargos do Poder Executivo e/o Poder Legislativo?), a Pergunta 4 (Por parte dos gestores escolares, você percebe algum incentivo para a participação das estudantes na política, como incentivo a participar de eventos, debates, discussões ou mesmo a promoção desses espaços? Que ações nesse sentido foram feitas?), a Pergunta 5 (Quando escolhe seus candidatos durante as eleições, você leva em consideração o gênero, se candidata ou candidato? Por quê?) e 15 (Na instituição de ensino há um Grêmio Estudantil ou outra entidade que possibilite às estudantes discussões sobre política? Você já participou de algum ou foi convidada para tal? Caso participe, você assumiria a liderança no movimento e por quê? Você gostaria de ser líder de turma e por quê?) foram consideradas como aspectos imbricados que permitiam uma análise mais sistêmica, sem o reducionismo no qual um discurso, uma pergunta, uma análise fossem suficientes para responder a complexidade da vida.

Fato interessante que merece uma análise com maior vagar. A questão da liderança enquanto representação coletiva de poder, posto que, acredita-se que a pessoa que lidera congrega em si o poder de representar uma coletividade política, pelo menos é o que deveria ser. Assim, líderes e liderados estariam ligados jurídico e politicamente nessa dimensão social. Ao se criar uma figura numa sala de aula, escolhido pela maioria das alunas e dos alunos daquele ambiente, concluir-se-ia que estava aquela pessoa imbuída dos poderes para falar em nome daquele recorte discente

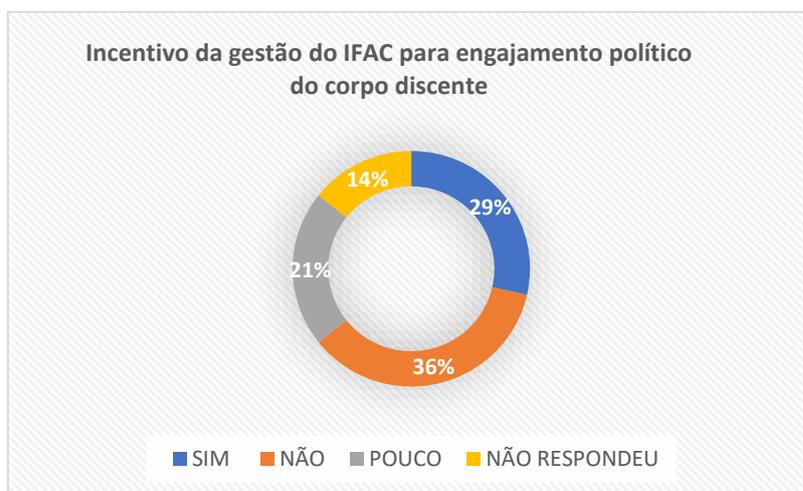
Neste ponto, a experiência de liderança não pode ser subestimada, pois se trata de pequenas interpretações de papéis que podem suportar as representações em âmbito macrossocial, ou seja, ao desempenhar o papel de líder de uma turma, as alunas começam a experimentar o funcionamento do mundo da política, visto que a oportunidade de liderar exigirá da pessoa uma série de condutas (ouvir, argumentar, organizar, ponderar, buscar alternativas e mudanças e etc.), que lhe preparará para um ambiente de contrários, da fala, dos tensionamentos, do embate, enfim, da política.

Nesse contexto, é necessário compreender o Grêmio Estudantil enquanto instância reivindicativa mais complexa. Dentro dele, há pessoas de outras turmas, culturas e idades diferentes, necessidades que convergem e outras que divergem. Nesse cenário, o Grêmio Estudantil representará um cenário intrincado de concordâncias/discordâncias, que exigirá um esforço maior e desafiador às componentes e aos componentes. Os agremiados por seus órgãos de direção, canalizaram uma gama maior e variada de demandas que obrigará necessariamente um “jogo de cintura” como diz o adágio popular, que nada mais é que saber negociar mesmo diante dos contrários.

As participantes em sua maioria afirmam que não conhecem grêmio e/ou afirmam que não há no IFAC, quando respondia à questão 15. Há apenas uma participante que afirmou que existe, mas que nunca participou. Dentro dessa perspectiva, a Participante 1 (“Não há estudantes interessadas a participar do Grêmio Estudantil, por isso não há debates”) e a Participante 11 (“não há um grêmio específico para isso infelizmente porque poucos se interessam”) apontam o desinteresse dos alunos e das alunas. Há, portanto, um silenciamento, nos moldes da AD francesa utilizada nessa pesquisa como lente teórica para o tratamento dos dados coletados, a respeito de um incentivo institucional para que seja formado um grêmio, reforçando a importância desse tipo de movimento para reivindicação de direitos como experiência de cidadania.

De outra banda, quando questionadas se havia apoio dos gestores sobre eventual incentivo para as estudantes na política e quais ações nesse sentido (questão 04), as respostas diferiram conforme veremos na Figura 21:

Figura 21 – Incentivo dos dirigentes



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Ao analisar especificamente o ambiente da sala de aula, considerando professores e professoras como agentes na abordagem do tema "mulheres e política", identificou-se que apenas quatro das quinze participantes mencionaram essa influência - três citaram uma professora e uma referiu-se a um professor. A Participante 3, embora afirme ter presenciado incentivos, ressalva que "não é algo pertinente", sem detalhar o significado dessa pertinência. Essa declaração, somada às demais, contrasta com os princípios de uma Educação Profissional e Tecnológica (EPT) omnilateral e politécnica, revelando que a estudante não estabelece conexão entre política e sua formação acadêmica.

Na construção de seu posicionamento, percebe-se uma contradição significativa: há reconhecimento seguido de ressalva. Ao empregar o termo "pertinente" - em vez de "comum", "frequente" ou "rotineiro" - a participante sugere que, embora perceba iniciativas de incentivo em sala, isso as minimiza a ponto de permitir inferir uma crítica indireta. Essa nuance discursiva aponta para uma percepção da falta de engajamento político efetivo por parte da instituição. A Participante 8 afirmou que além de ser "pouquíssimo", ou seja, aquilo que ela compreende como necessária no ambiente do IFAC. Aponta que "quando tem, geralmente os mais que participam são meninos interessados". Assim, constata uma apropriação pela figura masculina com um sentido negativo, pois se os meninos participam mais, a exclusão das meninas é inferida do enunciado (numa evidente formação discursiva de exclusão simbólica). Desse modo, a participação feminina em tais eventos sofre um apagamento, não havendo a indicação de contraponto no exposto. A percepção dessa

aluna, converge para uma formação discursiva que repete as dinâmicas de afastamento das meninas na seara da política, uma vez que a presença dos meninos abarca a totalidade de efetiva participação.

Há nesse aspecto uma naturalização das dinâmicas sociais conhecidas, uma vez que não configura mudança de postura pelo formato que as tomam os eventos promovidos, promovendo um assujeitamento ideológico de lugar de política para homens e as mulheres silenciadas. Ao encontro dessa afirmação, a Participante 12, arremata que “a promoção de eventos, como palestras e debates ocorre, no entanto, o foco não é 100% para mulheres”. O enunciado indica para um tratamento de assuntos que envolvem política para o corpo estudantil por inteiro e algo só para mulheres não é do conhecimento da estudante.

Cotejando os dois enunciados, registram-se dois discursos que convergem para a reafirmação de mecanismos de apagamento feminino, nos quais os meninos estão, presentificam suas vozes, ecoando no domínio da palavra, enquanto as meninas ficam nas sombras, formando aquilo que a Beauvoir (2016a) denominou como o *Outro*. Não havendo nada dedicado a elas, seu apagamento permanece incrustado nas dinâmicas estudantis e suas presenças esquecidas. É bom frisar, entretanto, que durante a apresentação da pesquisa e no momento dialógico, nada foi observado ou que se revelasse capaz de instigar a fala das meninas sobre o presente tema, porém, houve respostas substanciais no questionário que apontamos acima.

Entretanto, a abordagem foi mais ampla, avançou-se sobre temas que estavam no ambiente estudantil. Uma delas foi a percepção que as participantes tinham sobre os posicionamentos políticos no interior do IFAC e com se sentiam em relação a isso. Nesse aspecto, algumas tencionaram a realçar a reprodução do modelo de sociedade dentro da instituição, as participantes revelam um desconforto nos enunciados quanto a baixa representatividade feminina, a Participante 12 é enfática em dizer que:

As mulheres dentro do IFAC é o retrato da sociedade, algumas poucas mulheres lutam por cargos e participar de decisões, a desigualdade, observada principalmente nos cargos técnicos, onde a ausência dessas mulheres reflete como a sociedade ainda é patriarcal com homens em maioria encargos “melhores” ou mais requisitados.

A Participante 12 utiliza como cálculo de prestígio dentro da instituição a ocupação de cargos de chefia/direção, afirmando que na instituição, o IFAC apenas reproduz o que se pratica fora dele. Ao utilizar a hierarquia de cargos, a participante tenta demonstrar que espaços de poder, cargos de relevância, isto é, identificação de espaço de poder

institucional são reservados aos homens de maneira não direta, às claras, mas que não inova do que se vê em outros espaços sociais. Nisso reside, o que teoriza Athusser³⁷ (2023) da ideologia que leva à prática material, mesmo que a forma represente uma esmaecida forma de delimitar os espaços de poder, mesmo não percebendo a reprodução de uma ideologia.

As mulheres permanecem em condição de “desigualdade”, o que deixa inferir que a forma como o ambiente estudantil é fundado, vai de encontro com o que é propalado. Desse modo, confronta-se a percepção de lugar de avanço, apoio político, em outras respostas, e a mesma instituição como extensão da sociedade quando trata de mulheres e poder. Do trecho exposto, infere-se um discurso feminista que critica a instituição enquanto reprodutora de desigualdade social.

Ao indicar que “As mulheres dentro do IFAC é o retrato da sociedade”, a Participante 12 compreende a construção do instituto dentro de um espectro amplo de desigualdade de gênero que acomete toda a sociedade, ou seja, há uma construção de um discurso amplo sobre o tratamento desigual dispensado à mulher. O discurso densifica, portanto, como efeito de sentido em última instância que o IFAC reproduz desigualdade social, portanto, não é neutra, pois se encontra inserida numa formação que reflete o patriarcado. O interdiscurso emerge desses encontros entre o modelo que a sociedade pressupõe como natural à dinâmica social e a instituição como espaço de reprodução do modelo posto.

Ao afirmar que “algumas poucas mulheres lutam por cargos e participar de decisões”, a participante em tela percebe o jogo da disputa por poder no interior da instituição que classifica um antagonismo firmado entre gêneros. Conclui que o gênero vencedor se identifica com o mesmo que a sociedade estabiliza como normal, ou seja, o gênero masculino assume sempre papéis de liderança. Esse mecanismo social de subjugação feminina, segundo a leitura da aluna em comentário, materializa-se também no IFAC. Desse modo, a instituição é percebida como espaço reprodutor de uma construção patriarcal, ou seja, há uma construção institucional para a manutenção do sistema, naturalizado e que impera em todos os ambientes (casa, escola, igreja, instituições e etc.).

O trecho também explicita a contenção feminina em locais afastadas do poder. Com isso, essas mulheres lutam para reverter a situação, entretanto, “são poucas”. Desse modo, na memória discursiva fica evidenciada na construção opositiva entre maioria *versus*

³⁷ Esse mecanismo ideológico básico – a sujeição – não está presente somente nas ideias, mas existe num conjunto de práticas, de rituais situados em um conjunto de instituições concretas. (Athusser, 2023, p. 9)

minoria. No trecho, as mulheres representam a minoria no IFAC para alcançar postos de destaque. Esse contraste entre o que está posto e eventuais modificações, ficam especificados também na necessidade de uma ação que signifique mudança, portanto, é interessante observar a escolha de palavras como: “lutar”, “minoria” e “poder”, pois está denota o sentido de revelar o embate e a constatação da desigualdade na instituição.

Interessante observar que, de forma global, as alunas contabilizam uma percepção de que a instituição promove divisão quando uma diz que “percebo que de certa forma é bem dividido”, “não vejo muito um posicionamento político feminino”, “não são compreensivos até com as necessidades básicas”, “existe posicionamento político, mas poderia ser melhor, onde nós mulheres poderíamos ter uma representatividade melhor”. Vê-se, pois, que a cada excerto extraído de participantes diferentes, a visão da instituição apenas corrobora o sentido de divisão de gêneros que nos demais campos sociais são identificados. Nesse ponto, expressam um pesar, um sentimento de abandono, de não reconhecimento da instituição para com a situação da condição da mulher, causando estranheza pelo tratamento que advém da instituição que no imaginário serviria de anteparo para os mecanismos sociais de opressão feminina.

Quando se desloca para uma análise mais setORIZADA na questão 03 (Nas práticas dos seus professores e das suas professoras você observa ações, conteúdos e discursos que incentivam você ou outras estudantes a participarem ativamente da política no Estado, a exercer os seus direitos políticos e a ocupar um dos cargos do Poder Executivo e/o Poder Legislativo?), qual seja, a sala de aula, com a presença das professoras e dos professores como vetores de abordagens do tema da política e mulheres, emerge uma professora em três respostas e um resposta com um professor, totalizando quatro achados das 15 (quinze) participantes. A Participante 1, afirma que a posição do corpo docente dos conteúdos, ações e discursos no IFAC é “Neutro, dificilmente os professores falam sobre política”. Dessa construção discursiva constata-se que a aluna crava logo no início da resposta que as professoras e os professores têm posicionamentos “neutros”. Isso é muito revelador sobre a percepção de como opera a ideologia, visto que, Athusser (2023, p. 100) ao tratar da ideologia como “existência material”, uma vez que os sujeitos vivem “numa representação do mundo determinada (religiosa, moral etc.) cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com as condições de existência”. A Participante 1 acredita na possibilidade de uma existência sem ideologia, num expurgo objetivo da ideologia por parte de uma professora e/ou um professor quando da realização do seu

trabalho de docência. Tal crença, nada mais é que uma visão opaca da realidade, visto que, em Orlandi (2005, p. 48) não se concebe uma ideologia fora do sujeito, “o efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito”. Assim, a ideologia deverá ser compreendida “como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade”.

Cumprir registrar que, diante da Pergunta 3 (Nas práticas dos seus professores e das suas professoras você observa ações, conteúdos e discursos que incentivam você ou outras estudantes a participarem ativamente da política no Estado, a exercer os seus direitos políticos e a ocupar um dos cargos do Poder Executivo e/o Poder Legislativo?), houve 7 (sete) manifestações que afirmavam não ter práticas, salvo nas aulas de sociologia, contudo, um discurso que também se destacou foi o da Participante 10 quando disse que: Não é comumente observado essas práticas, pois pode gerar certa revolta, mas ainda assim poucos professores incentivam. Constata-se no discurso em tela que, eventuais ações, conteúdos ou práticas em sala de aula quando se trata de política no dizer da Participante 7, podem desembocar em “revolta”. Entretanto, a aluna não desenvolve sobre o que despertaria “revolta” e de onde partiriam essas manifestações. Ainda se observa que, a resposta se inicia uma afirmação “Não é comumente observado essas práticas, pois pode gerar certa revolta” conclui que em razão da “revolta” as ações não são comuns no interior da instituição.

Nesse particular, a instituição projeta na Participante 7 uma postura de evitar o embate, não fomentar “revolta” e, com isso, realiza poucas atividades nesse sentido. Entretanto, a Participante 7 enxerga a tentativa docente em incentivar a discussão do tema, porém, segundo ela são “poucos professores”. Ao utilizar o pronome adjetivo indefinido, a Enunciante 7 entende que a quantidade de professoras e professores que abordam o tema é insuficiente. Tal afirmação pode servir de alerta para que a instituição se aparelhe de uma cautela performativa em evitar conflitos ao ponto de silenciar o debate.

Tal colocação deve ser compreendida dentro do conjunto de respostas como uma das poucas respostas que reconhecem até a existência de contato com o tema, mas de maneira superficial, nada significativa e isolada na disciplina de sociologia, refletindo um tema isolado, abordado pontualmente em algum momento, mas que não signifique um reconhecimento da importância do tema, que acaba por se alinhar ao contexto geral da instituição. Nesses termos, é preciso aliar-se ao proposto por Kuenzer (2000, p. 44):

A nova escola média, portanto, poderá trabalhar com conteúdos diferentes para alunos cuja relação com o trabalho, com a ciência e com a cultura

ocorre diferentemente, desde que sua finalidade, articulada a do sistema educacional como um todo, seja fazer emergir, em todos os alunos, o intelectual trabalhador, ou, no dizer de Gramsci, o verdadeiro dirigente, portanto nem só especialista nem só político, mas expressão de um novo equilíbrio entre o desenvolvimento das capacidades de atuar praticamente e de trabalhar intelectualmente.

Ao reconhecer o espaço da escola como lugar de saberes por excelência, a mesma autora registra a necessidade de formar para além de especialistas que trabalham, mas uma pessoa da *pólis*, um novo intelectual potencialmente preparado para ser governante, que segundo ela aglutina ciência, trabalho e cultura. Tudo isso mediado pelo Ensino Médio, que se propõe a formar com o compromisso com a igualdade de direitos, com reflexos concretos na vida dessa estudante. A mesma autora entende que ao formar cidadãos, a sociedade tende a sofrer positivamente uma ruptura do modelo atual, com o abano do fornecimento apenas de atender imediatos do mercado (Kuenzer, 2000).

As experiências colhidas durante o Ensino Médio precisam alinhar seus objetivos com as estruturas de um modelo comprometido com princípios fundamentais como o da dignidade humana, para tanto, é preciso lançar mão de meios que convirjam para tal resultado. A formação cidadã passa por essas práticas pedagógicas que auxiliam nesse sentido, para isso, permitir a apropriação de uma estudante como uma protagonista política é, sem dúvida, um avanço para projetar no espaço da política, milhares de jovens interessadas na participação efetiva para além do exercício do voto.

Revela-se interessante, portanto, repensar as práticas exercidas no interior do IFAC como um todo, pois ao que deixou evidenciado nos achados, que as participantes percebem baixo engajamento da instituição para tratar dos assuntos que envolvem a política, bem como um ambiente apenas reprodutor de um modelo hegemonicamente construído por homens e para homens. Os discursos das participantes são atravessados pela contrariedade entre os incentivos isolados de uma aula de sociologia frente a uma arquitetura de opressão e apagamento de mulheres e suas capacidades, reforçando a ideologia patriarcal de dominação dos espaços de poder.

A seguir, passaremos a aprofundar a discussão sobre a EPT sob a perspectiva de meio concreto de formação cidadã, percorrendo com maior vagar o tema e ao mesmo tempo se deter no confronto entre o posto e o que poderia ser. Para tanto, a EPT discutida no tópico seguinte vai conversar com o gênero, o fenômeno do trabalho, da educação como mecanismo formativo, a política como instância de poder que deve estar presente no

cotidiano, a cidadania e suas dimensões e os direitos como material de apropriação concreta.

Em consonância com o modelo previsto pela instituição, apresentam-se a seguir os resultados e discussões referentes ao tema Educação Profissional e Tecnológica: formando cidadãs, que centraliza o aprofundamento da análise sobre o caráter da formação ofertada pelo IFAC sob a perspectiva cidadã a partir do corpo de formandas e de formandos. Para isso, consideram-se os discursos das participantes e sua aproximação ou distanciamento das teorias abordadas que envolvem o modelo de sociedade e como se desenrola a vida estudantil no interior do IFAC. Apresentaremos inicialmente os resultados e as discussões dos discursos ocorridos no momento dialógico, para fins de contextualizar em que cenário a pesquisa se desenvolveu nesse tópico específico, bem como o *corpus* analisado (o dito e o não dito por seu enunciador), o que permitiu uma ambientação do desenrolar dos trabalhos empreendidos e como se deu esse encontro na pesquisa de campo.

Atendidas as condições pré-estabelecidas, a pesquisa de campo foi crucial para o encontro entre as demais pesquisas (bibliográfica e documental). Nela as participantes formaram um conjunto significativo para que se pudesse ir ao encontro de possíveis discussões sobre a formação cidadã das alunas do IFAC que estão em vias de se formar, algumas entrando no mundo do trabalho e outras além de uma vida profissional manter uma continuidade nos estudos. As participantes da pesquisa são jovens entre 16 e 19 anos que estão se preparando para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, em sua maioria, não vislumbram a carreira política apesar de considerar uma atividade importante voltada ao bem da coletividade. As meninas demonstraram reconhecer na política uma forma legítima de reivindicar conquistar direitos, mesmo reconhecendo que são tratadas de maneira diferente na sociedade em relação ao sexo masculino. Não se vê, nesse aspecto, o desconhecimento da condição feminina de opressão e desnivelamento das relações sociais. Contudo, isso por si só significa o impulsionamento de ações no sentido de se contrapor a essa situação. Assim, a potência do conhecimento não lhes conduziu ao exercício de uma cidadania mais libertária, colaborativa, participativa e comprometida socialmente.

A investigação precisa adentrar questões mais profundas, para não se incorrer na crença do senso comum que problemas complexos sejam resolvidos com soluções simples. O IFAC, enquanto instituição de ensino, tem o dever de promover medidas que aproximem as alunas de uma existência cidadã, coesa com princípios da dignidade da pessoa humana,

comprometida com as transformações sociais. Destarte, o IFAC representa o Estado educando, dentro de um conjunto de órgãos administrativos públicos que funciona para um determinado fim. É preciso analisar até que ponto a instituição se insere na vida das participantes como espaço de formação ou apenas reprodutor do sistema de reprodução de produção econômica, nos moldes althusserianos (2023) de Aparelho Ideológico de Estado.

Para analisar neste tópico a EPT ofertada pelo IFAC, é preciso esclarecer que, no momento dialógico as participantes não teceram nenhuma consideração sobre o estabelecimento de ensino e seu corpo docente. Desse modo, todas as análises feitas a partir desse parágrafo emergem das respostas ao questionário. Por simetria ao que vem sendo desenvolvido nesse trabalho acadêmico, vamos aglutinar as questões que mais se interconectam pela proximidade dos temas abordados e a possibilidade de formação de um quadro que se possa extrair os discursos de uma maneira global, e só depois particularizada.

Explicado isso, as análises aqui partiram das respostas no questionário da Pergunta 2 (Como você observa os posicionamentos políticos dentro da instituição e como você se sente em relação a isso?), da Pergunta 3 (Nas práticas dos seus professores e das suas professoras você observa ações, conteúdos e discursos que incentivam você ou outras estudantes a participarem ativamente da política no Estado, a exercer os seus direitos políticos e a ocupar um dos cargos do Poder Executivo e/o Poder Legislativo?), da Pergunta 4 (Por parte dos gestores escolares, você percebe algum incentivo para a participação das estudantes na política, como incentivo a participar de eventos, debates, discussões ou mesmo a promoção desses espaços? Que ações nesse sentido foram feitas?) e, da Pergunta 14 (Que mudanças seriam necessárias, na sua concepção, para que mais mulheres se sintam inseridas na política e queiram se candidatar aos cargos políticos no Estado, seja como vereadoras, deputadas, prefeitas ou governadoras?).

De maneira global, as participantes convergiram suas respostas para explicitar como enxergaram a eleição ocorrida no IFAC para a composição dos novos dirigentes. Destarte, as participantes de maneira geral foram coesas quando respondiam se observavam os posicionamentos políticos dentro da instituição como se sentia em relação a isso (pergunta 2). O resultado foi interessante sob o ponto de vista de como associaram isso às eleições ocorridas no *campus* (recorrendo a uma memória discursiva) e não se demonstrou uma experiência positiva.

As participantes reconhecem de maneira geral um cunho político nas ações do IFAC, entretanto, geram desconforto que verbalizaram em “insegurança”, “decisões unilaterais”, “revolta” e falta de interesse estudantil pelo tema. Das quinze participantes, uma disse não ter compreendido, duas não responderam, duas entendiam que posicionamento era parcial, uma participante afirmou que não havia posicionamento e 9 disseram que percebiam no IFAC algum posicionamento político, conforme a Pergunta 2 do questionário. Um exemplo que representa bem a totalidade das respostas veio da Participante 14 que afirmou que “Existe posicionamento político, mas poderia ser melhor”.

Do fragmento acima, fica nítida a percepção da aludida Participante em enxergar que posicionamento político permeia as relações no interior da instituição, contudo, poderia ser, segundo ela “melhor”. Vê-se que ela critica a existência de uma posição política, o que ela denuncia é a qualidade dessa posição. Em seguida, ela referencia o que entende por “melhor”, “onde nós mulheres poderia ter uma representatividade melhor [sic]”. A Participante avalia o estabelecimento de ensino como espaço de reprodução das dinâmicas sociais patriarcais. Em Athusser (2023), o espaço escolar faz parte das instituições distintas e especializadas que compõem os aparelhos ideológicos de Estado, assim, ao reproduzir as dinâmicas sociais, o estabelecimento de ensino reforça a posição da mulher nas hierarquias institucionais.

Entendem elas em sua maioria que, a forma como a instituição conduz suas decisões políticas revelam um caráter não democrático e não havendo nada a se fazer a respeito, acaba por gerar desinteresse coletivo por parte do corpo estudantil, quando a Participante 9 encerra dizendo que “os votos dos alunos não serviu para quase nada”. Desse modo, essas construções de palavras convergem para uma percepção não democrática da instituição na visão das participantes, na qual reconhecem, segundo a AD de matriz francesa, uma marginalização do corpo discente na participação das decisões, revelando com isso, um processo de exclusão no qual as alunas e os alunos não se veem pertencentes como agentes políticos com voz na instituição.

Desse modo, a hierarquia desenhada no ambiente institucional, compreendido como pouco democrática, converge para uma percepção que conduz a uma compreensão pelo agente social o seu lugar nele como voz silenciada. Essa sujeição culmina em dois efeitos: há um reconhecimento de sujeito, bem como a existência de um Sujeito absoluto, que formata um conjunto de condutas de maneira que deve ser rigorosamente observado (Althusser, 2023, p. 08). Nesse pesar, ainda que a formação voltada para a cidadania

pressupõe participação, coparticipação, formação de líderes, espaços de fala, manifestações, escuta ativa, a instituição é vista pelas alunas como autoritária e desvinculada das aspirações estudantis conforme o fragmento alinhavado no parágrafo seguinte, de uma das participantes (Participante 2).

De acordo com a Participante 2, sua relação com a instituição é fruto de uma submissão consciente, uma vez que reconhece uma relação assimétrica de poder que lhe causa desconforto, pois reconhece, no exercício da autoridade, um comportamento arbitrário e unilateral. Assim, quando questionada sobre o IFAC aduz:

Bem unilaterais, a instituição sempre desconsidera a vontade dos alunos por conta da idade, na maioria das vezes tomam decisões sozinhos como detentores de poder. Com relação as essas decisões arbitrárias eu me sinto bastante revoltada, não tem muito o que se possa fazer.

Emerge do discurso da Participante 2 um comportamento institucional que reforça a ideia de jovens como incapazes de influenciar decisões importantes, visão que se reflete ideologicamente na sociedade e as relações de poder nela presentes. Assim, considerando a formação discursiva presente no excerto, a aluna (Participante 2) no seu lugar de enunciativa do discurso e crítica da situação, deixa registrado o descontentamento e insatisfação quando utiliza termos como “arbitrárias”, “detentores de poder” e “revoltada”, e demonstra a percepção de exclusão simbólica das instâncias de poder da instituição. Desse modo, o discurso orbita entre tensão ideológica de invisibilidade e pertencimento na instituição, bem como sua incapacidade de mudança diante das estruturas firmadas no IFAC (Pêcheux, 2014).

Diante da emblemática manifestação discursiva presente na formação discursiva da participante no parágrafo anterior, essa visão se prolonga na fala das demais quando se referem à instituição, que pela visão do universo pesquisado não dispõe de canal de participação que seja efetivo. A ausência de democracia para as alunas apenas vem a reforçar a ideia do cenário social para além do estabelecimento de ensino, que corrobora a ideia de que a participação política nas decisões não lhes pertence, seus projetos, sonhos estão fora do campo de interesse de quem detém o poder.

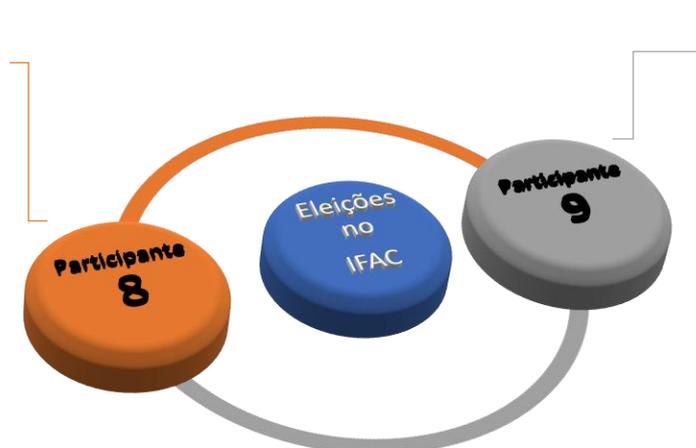
Assim, as participantes identificam a política como “poder”, “decisão”, “oportunidade de quem os indivíduos têm de exigir direitos e reivindicar por mudanças” e os gestores do IFAC são vistos como lugar de não exercício dessas práticas. O que revela a importância de se avaliar as práticas e criar canais que compreendam a participação estudantil sob um

viés democrático para a construção de cidadãos que se reconheçam com poder de transformação social.

Retornando ao tema das eleições ocorridas no IFAC, que apontado pelas participantes, é importante fazer uma análise mais aprofunda (Figura 22), pois justifica-se esse cuidado pela razão de poder ser essa a primeira experiência do corpo estudantil, a partir da qual construirá as próximas experiências advindas do exercício da sua capacidade ativa. Vejamos:

Figura 22 – Eleições internas: percepção da experiência estudantil.

“Se analisar mais a última eleição diretor/reitor do IFAC, percebemos que por votos de servidores (maioria que o voto vale mais) duas mulheres perderam apesar de terem recebido a maior quantidade de votos femininos.”



“Não gostei muito da última eleição, os votos dos alunos não serviram para quase nada. No que foi injusto já que era algo para escolhermos a melhor pessoa pra nós.”

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

As Participantes 8 e 9 ao responderem ao questionamento 2 (Como você observa os posicionamentos políticos dentro da instituição e como você se sente em relação a isso?), 3 (Nas práticas dos seus professores e das suas professoras você observa ações, conteúdos e discursos que incentivam você ou outras estudantes a participarem ativamente da política no Estado, a exercer os seus direitos políticos e a ocupar um dos cargos do Poder Executivo e/o Poder Legislativo?) e 4 (Por parte dos gestores escolares, você percebe algum incentivo para a participação das estudantes na política, como incentivo a participar de eventos, debates, discussões ou mesmo a promoção desses espaços? Que ações nesse sentido foram feitas?), socorreram-se de uma memória discursiva que demonstram a percepção negativa oriunda da forma como o IFAC conduziu suas próprias eleições. Viu-se que ao não se sagrar vencedoras as candidatas que maior número de votos obteve, conduzem a decepção com a instituição. Enfatiza que mesmo havendo duas

mulheres e os votos femininos terem sido em sua maioria direcionado a elas, o resultado esperado não aconteceu. Ao silenciar sobre as regras eleitorais e pesos dos votos [servidoras(es) e alunas(os)], a insatisfação foi destacada pela ênfase que “que por voto de servidores”, ou seja, como aluna da instituição foi categorizada em segundo lugar, que afirmou “os votos dos alunos não serviu para quase nada”. Da fala também, é perceptível seu inconformismo do modelo de pesos dos votos. A aluna apresenta um discurso alinhado com a escolha por gênero “duas mulheres”, preocupação que se reflete na resposta à pergunta 5, que afirmou sempre dá preferência para o gênero, apesar de analisar as propostas.

As Participantes 8 e 9 claramente associam o resultado de uma eleição ao processo de justiça, no qual, o resultado de uma eleição se coaduna com os méritos que acaso a candidata ou candidato tenha para obter vitória. A Participante 9 ataca o valor dos votos pelos estudantes não ter valor capaz de alterar os rumos da instituição quando diz que “os votos dos alunos não serviram para quase nada”, retoma o discurso da posição-sujeito que não possui a potência para imprimir mudanças na instituição. Dessa maneira, reforçar-se para o corpo estudantil, que por meio de eleições, não há mudanças. Logo, a política habita o universo do impossível, a voz das estudantes e dos estudantes não têm condão de transformar nem a instituição a qual pertencem.

Quando a Participante 9 afirma que “Não gostei muito da última eleição, os votos dos alunos não serviu [sic] para quase nada no que foi injusto já que era algo para escolhermos a melhor pessoa pra nós”, ao utilizar o vocábulo “injusto”, a referida Participante também compreende que um processo justo deveria representar o desejo da maioria do corpo estudantil, pois para ela, “já que era algo para escolhermos a melhor pessoa pra nós”. Para a aludida participante, as eleições encontram-se do campo meritocrático, alinhado ao discurso neoliberal, pois compete a vitória compete ao que melhor atuará para o corpo discente, quando sabemos que tal lógica no mundo real não é uma consequência lógica, afinal, nem sempre os eleitos são os melhores representantes da população.

Ao desconhecer os mecanismos pelos quais se foram as chapas de candidatas e candidatos, as alianças, os interesses antagônicos em disputa, os jogos sociais de poder, demonstram que sua inexperiência as conduz para o campo da justiça, simplificando as dinâmicas sociais contida na dualidade justiça/injustiça. Ao se apontar no parágrafo anterior a importância de movimentos sociais (estudantis) no interior das instituições de ensino e

seu apoio pela instituição, está-se proporcionando o exercício da política e aproximando as alunas(os) de suas dinâmicas.

Dentro desse contexto, o discurso da Participante 9 coloca a democracia dentro do IFAC, em crise, visto que a instituição convida a comunidade acadêmica para participar das eleições, transparecendo, com isso, a impressão de que são agentes de transformação, contudo, a prática se revela o oposto do discurso oficial, cujo efeito de sentido é de exclusão pois de um lado estão as(os) estudantes e no lado oposto, quem detinha o poder de decisão. Com isso, há um reforço da ideia de dominação, na qual a democracia propalada é meramente formal.

Especificamente sobre a docente e o docente que são citados(as) como aqueles que tratam do tema da política em sala de aula, nas disciplinas de sociologia, encontramos apenas uma professora e um professor. A Participante 6 afirmou que “Professora Tânia de sociologia ajudou muito, ela disse sobre desigualdade, machismo, etc.”, e a Participante 8 também se referiu a mesma disciplina e professora para comprovar que o tema foi abordado, quando disse que “a professora Tânia é quem mais incentiva”.

De maneira global, os discursos apresentaram a disciplina de sociologia o espaço da política, na presença de um professor e de uma professora. A Participante 13, por exemplo, ao ser questionada se havia incentivo pelo corpo docente, assevera que “Não, em sociologia estudamos algumas vezes sobre política, mas nunca fui incentivada a fazer parte de algum cargo”. Observa-se que o discurso se inicia com uma negação, a participante diz que “não”, entretanto, apresenta um dado oposto logo em seguida, “em sociologia, estudamos algumas vezes sobre política”. Ao negar num primeiro plano, avança num sentido oposto. Contudo, para justificar a negação inicial, novamente ela retorna à condição inicial e assevera que “mas nunca fui incentivada a fazer parte de algum cargo”. No liame discursivo de negação + afirmação + negação, a Participante 13 associa sua percepção de pouca adesão do conteúdo programático ao tema da política, distanciando o IFAC do papel de formador primordial na construção de sua cidadania, pois, segundo ela, “nunca fui incentivada”, gerando com isso, a tarefa que entende ser atribuída à instituição. Enquanto sujeito, a Participante 14 espera na passividade uma experiência proporcionada pela instituição.

Respondendo a mesma pergunta 3 (Nas práticas dos seus professores e das suas professoras você observa ações, conteúdos e discursos que incentivam você ou outras estudantes a participarem ativamente da política no Estado, a exercer os seus direitos

políticos e a ocupar um dos cargos do Poder Executivo e/o Poder Legislativo?), a Participante 5, por sua vez, inicia seu discurso com a incerteza sobre o afirmado “não muitos, acho que é a primeira vez que fiz uma pesquisa como essas. Já observei ações com os objetivos de aumentar a nossa participação em outras áreas como a programação, mas política é a primeira vez”.

Vê-se que a construção que se infere serem poucos e continua “acho que é a primeira vez que fiz uma pesquisa como essas”. Demonstra suspeitar ser a primeira vez que toma contato, apesar de regredir nas suas memórias discursivas a outros eventos cuja temática envolvam as mulheres “Já observei ações com os objetivos de aumentar a nossa participação em outras áreas como a programação”. Desse modo, a Participante 5 compreende a baixa participação feminina em alguns espaços, contudo, ela finaliza cravando em seus discursos que “política é a primeira vez”. Infere-se que, há preponderância da proposta educativa voltada para as habilidades técnicas em detrimento a formação cidadã, segundo o discurso da Participante 5, uma vez que há uma preocupação com desenvolvimento pleno, omnilateral e politécnico.

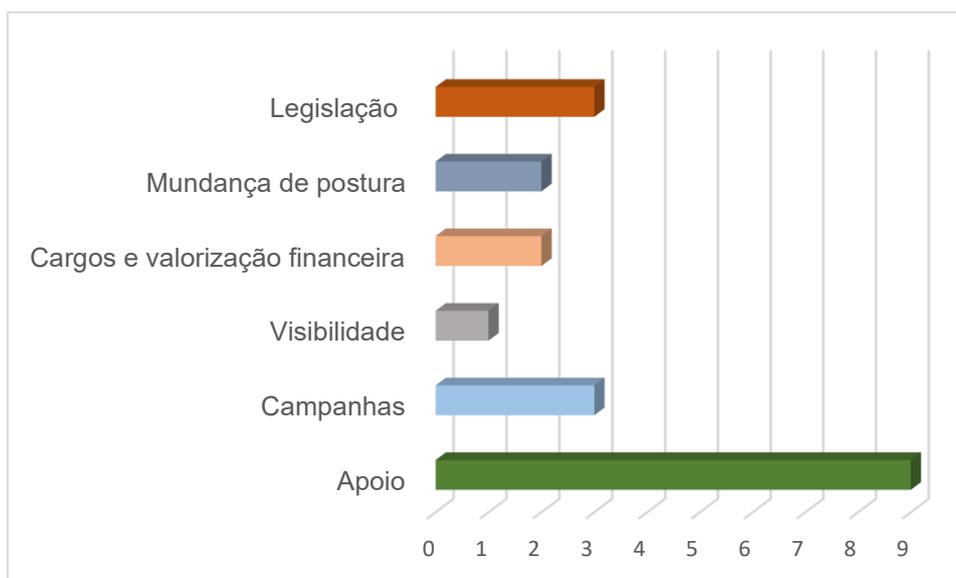
Depreende-se dessa maneira que há uma aceitação natural e esperada de ausência de politização, na qual a política não se revela tema relevante que pode ser tratado de maneira pontual em algumas aulas de sociologia, mero compromisso de aplicação formal de conteúdo. O sujeito retoma o discurso da marginalidade da política, uma espécie de “novidade” que em sua vivência no IFAC não consegue apontar para nenhuma experiência significativa.

Há com isso, uma clara separação do espaço de aula e esfera política, como se educação e política estivessem em lugares diferentes, reforçando a divisa entre conhecimento técnico e científico e o corpo docente restrito ao serviço de transmissão desse tipo de conhecimento, não afeito à formação cidadã para a participação política efetiva, com a exceção das aulas de sociologia isoladamente. Aliado ao isso, o ambiente do IFAC enquanto instituição de ensino, acaba por apresentar um discurso institucional nas formações discursivas das alunas como ambiente forjado a evitar embates ou espaços materialmente democráticos, que se pretende neutro e objetivo.

Há, desse modo, uma associação ideológica de conformidade institucional enquanto instância de poder, com a desmobilização ou a despolitização dos sujeitos que revelam uma contradição discursiva oficial e real. Ao analisar de forma global as questões respondidas na pergunta 14 que questionava no seguinte sentido: *Que mudanças seriam*

necessárias, na sua concepção, para que mais mulheres se sintam inseridas na política e queiram se candidatar aos cargos políticos no Estado, seja como vereadoras, deputadas, prefeitas ou governadoras? Os vocábulos mais utilizados pelas participantes deram origem às categorias, que são condensadas na Figura 23:

Figura 23 – Caminhos para mudanças



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Para as participantes, as mudanças necessárias perpassam pelas categorias mencionadas (Figura 23): apoio (9 citações), campanha (3 citações), cargos e valorização financeira (2 citações), legislação (3 citações), mudança de postura (2 citações) e visibilidade (1 citação). Na categoria "apoio", destacam-se os vocábulos Família, Escola e Sociedade. A compreensão generalizada de que o apoio é fundamental entre as participantes revela como as condições de produção atravessam sua formação enquanto seres pertencentes a uma coletividade. Do cenário exposto na referida figura, constata-se a ênfase no apoio como amparo para a participação feminina na política e, aponta para a necessidade de validação prévia – família, escola e sociedade.

A Participante 12 é enfática ao descrever em seu discurso o modelo de apoio no meio estudantil que vislumbra: “O maior incentivo nas escolas, com programação fixa dentro do currículo escolar e um acolhimento das famílias dentro desses locais, visando uma conscientização da importância da mulher na política”. Acredita que a mudança com mais significância com o uso de “O maior” e “nas escolas” vem das escolas, assim, projeta

um discurso de formação institucional, paternalizada, o Estado como instância de poder para mudanças. Vê-se que, em Pêcheux (2014, p. 209), quando lida com o aparelho escolar e seu papel de “penetração-inculcação”, as alunas esperam da instituição esse trabalho, *in verbis*:

Penetração que se opera “por si só”, e, ao mesmo tempo, *inculcação* que trabalha conscientemente sobre o resultado dessa penetração para “se acrescentar a ela”, de modo que, no total, cada “sujeito” saiba e veja que as coisas são assim. Levando-se em conta o que acabamos de ver, pode-se dizer que o aparelho escolar contribui para essa penetração-inculcação de uma maneira específica, que é a de simular a “necessidade-pensada” dos acontecimentos científicos sob a forma de evidências ideológicas de diversas naturezas” (Pêcheux, 2014, p. 209).

A tarefa do espaço estudantil também deve alcançar as famílias dessas jovens, para que também sejam atravessadas pelas ideologias formatadas no ambiente acadêmico. Silenciando quanto ao contraditório discurso no IFAC e o familiar que se instalam no seu cotidiano, o que circunscreve a necessidade de também confrontar esses discursos antagônicos (família e IFAC) para a convergência de um discurso coeso e pacífico em todos os campos.

Para essa participante (Participante 12), o IFAC funciona como espaço naturalmente constituído à transformação social, logo, a instituição tem por suporte um discurso progressista advindo da história da educação. A partir dessas construções sociais imaginárias, as participantes de maneira global articulam a necessidade de o IFAC protagonizar essas mudanças sociais para além do seu corpo estudantil, devendo penetrar na família. Ao inserir a instituição nesse trabalho de levar mudanças sociais, explicita a concepção pelas alunas de uma estrutura verticalizada (escola sobre família). A família, nesse esquadro, será atingida pela instituição de ensino, pois terá a incumbência de conscientizar a família, para uma atualização de seus discursos internos.

A Participante 7 segue o mesmo percurso discursivo da Participante 12, quando diz que “Acho que na sociedade em si, exemplo nas escolas inserirem mais atividades que promovam discussões e debates entre as mulheres, para que assim elas percebam que também têm vez, nos cargos políticos que sejam obrigados que pelo cinquenta por cento seja ocupado por uma mulher”, acredita ser o IFAC o espaço propício para tratar o tema da política que incentive a participação de mulheres. Demonstra que, será ali a fonte de mudanças sociais, nos espaços estudantis. Utilizou a construção “mais atividades”, pois

compreende que o que vem sendo ofertado não é significativo ao ponto de produzir mudanças. As ações devem ser apenas “entre mulheres”, de acordo com o seu discurso, visto que ao excluir os homens, as mulheres terão oportunidade real de discutir suas ideias, menos inibição.

São vozes invisibilizadas que aguardam pela instituição de ensino no amparo de seus anseios. Ao IFAC fica a missão de mudança para as alunas, o exemplo e o modelo de sociedade. Evidentemente é uma tarefa grande, profunda, que exige uma associação de forças que convirjam nesse sentido. Formar cidadãs conscientes de seu papel social e seguras de suas potencialidades representa enfrentar também estruturas internas que colocam o projeto de educação dentro de um modelo reprodutivo de interesses burgueses. Não se acomodar e naturalizar esse modelo é missão institucional, formar cidadãs é obrigação constitucional, apoiar as alunas para as mudanças sociais é fundamental.

No tópico seguinte, será discutido o último macro tema desta dissertação: o Produto Educacional, intitulado Educação cidadã: política com elas e para elas, desenvolvido a partir da pesquisa. O Produto Educacional surge de uma exigência legal e como uma aplicação prática das reflexões e resultados construídos ao longo do trabalho, oferecendo uma proposta concreta para os desafios educacionais identificados. A criação de um Produto Educacional é indispensável porque possibilita que o conhecimento teórico seja convertido em estratégias importantes a serviço do corpo docente. Desta feita, é possível melhorar os processos de ensino e de aprendizagem, bem como concorrer também para um ensino de qualidade na educação ofertada, promovendo práticas pedagógicas que buscam integrar a vida política dentro e fora do IFAC.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Os Produtos Educacionais previstos como parte de conclusão final de curso para os Mestrados Profissionais nos moldes alinhavados na Portaria Normativa n. 17, de 28 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), representam um importante instrumento a serviço de uma educação comprometida com a formação de jovens do Ensino Médio Integral da Educação Profissional e Tecnológica. A importância do Produto Educacional (PE) em um Mestrado Profissional e Tecnológico corresponde a um anteparo para o trabalho nas salas de aula ou fora dela, cujo professores intentem enriquecer conteúdo, alargar horizontes, despertar para novas possibilidades.

A utilização de um Produto Educacional permite a apropriação de conhecimento por meio caminhos diferentes, quebrando um ritmo rotineiro, aprofundando e fixando o conhecimento em memórias duradouras em razão da experiência atrelada a ele. Uma aula com o mesmo conteúdo pode ser apresentada com enfadonho e desinteressante, mas pode também ser contextualizada como material de aprendizagem como desafiante, próximo da realidade e útil para a prática do cotidiano.

Disso isso, é interessante avaliar quais são as três dimensões que um produto didático deve contemplar: a) semântica; b) pragmática e; c) sintática. A primeira diz respeito ao conteúdo propriamente dito, enquanto a segunda trata da finalidade do produto, “como e para”, ficando, a terceira dimensão a forma como é apresentada (Area Moreira, 2010, *apud* Freitas, 2021, p. 13). Assim, o PE deve observar a essas características por seu caráter científico e comprometido com a metodologia.

Desse modo, Area Moreira (2010, s. p.), ainda ressalta que esses meios de comunicação “são um dos componentes substantivos do ensino”, uma vez que são essenciais para a operação de apresentação de determinado conteúdo às alunas e aos alunos. No mesmo sentido, o autor assevera que é por meio dessas mídias de comunicação que os alunos experienciam alguns conhecimentos “que são difíceis de alcançar devido à distância no tempo ou no espaço. O Produto Educacional produzido como efeito dessa dissertação acadêmica tem esse objetivo de permitir o alcance a conteúdos que são matérias-primas do mundo da política, que servirão de acesso a uma certa familiaridade com assunto, além da apreensão das dinâmicas políticas na vida pública.

Considerando que os produtos educacionais exsurgem de uma dissertação que por sua vez é fruto de uma pesquisa que considerou o contexto social, buscou responder a uma pergunta, calcada num problema percebido pelo pesquisador, o Produto Educacional

aponta para a direção de resolver demandas reais da educação, uma vez que representa uma inovação prática. Podem eles se apresentarem de diversos formatos, como materiais didáticos, metodologias, recursos tecnológicos ou manuais que facilitam a prática pedagógica e a aprendizagem dos alunos.

Assim, a Portaria supramencionada elenca:

Art. 7º A proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente:

[...]

§ 3º O trabalho de conclusão final do curso poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística, sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES.

Dessa maneira, o rol de formatos que um Produto Educacional é amplo e permite identificar a sua adequação ao problema social, servindo de auxílio aos professores que têm a suas disposições novas proposta de aplicação de um dado conteúdo. Ganham com isso, os alunos que têm acesso a novas formas de aprendizagem, como também a comunidade que recebe os reflexos do desenvolvimento da ciência e um corpo social qualificado, beneficiando a sociedade como um todo.

Neste contexto, o PE desenvolvido, consiste em um roteiro de oficinas direcionado às alunas do 3º ano do ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre (IFAC), independente do curso oferecido, uma vez que o tema é comum a todas. O público-alvo foi selecionado devido a questões que consagre a maturidade, eventual acesso ao alistamento eleitoral que ocorre por volta de dezesseis anos e que estão na iminência de concluir os estudantes, passando para uma vida laboral mais intensa. Desse modo, o momento revela-se ideal para a aplicação de atividades que incentivem a reflexão crítica e a participação social.

O PE considera que na base de produção material a existência humana se faz, avança para o desenvolvimento econômico uma vez que utiliza a força de trabalho como

matriz de produção de valores e riquezas. Para a condição de trabalhadora e de trabalhador, é preciso apropriar-se de conhecimentos específicos que lhes viabilize a execução de determinadas tarefas, e para tanto, a educação ou formação profissional pavimentará para seu ingresso no mundo da produção. Nisso consiste a real necessidade de acoplamento de sentido entre conteúdo e realidade histórica “a partir dos quais se podem construir novos conhecimentos no processo de investigação e compreensão do real” (Ramos, 2012, p. 108).

Nesse aspecto, o Produto Educacional pretende levar as participantes a um lugar de reflexão, que juntas possam realizar atividades que reforcem a importância das coletividades voltadas para um fim comum. Não se pode conceber a política circunscrita a uma imagem, frases de efeito em redes sociais. É urgente tratar de política com responsabilidade acadêmica, respeito à dignidade humana e direitos sociais. É importante trazer à baila um ambiente de fala, de troca, de entrega de sincera ausculta, com respeito e cuidado com quem pensa diferente. Entender que podemos enquanto cidadãos e cidadãs, contribuir para o crescimento de outra pessoa. Os reflexos das atitudes podem servir de inspiração a grandes mudanças, arrastar multidões, pressionar por mudanças e transformar o mundo para que todas e todos se realizem nele.

O Produto Educacional foi desenhado no desejo sincero de colaboração para aplainar caminhos tortuosos das mulheres na sua experiência educacional, assenhore-se de si e de suas potencialidades como líder e como ser político envolvido com seu compromisso social de transformação. Essa proposta não se pretende única ou insubstituível, pelo contrário, vem estruturada de forma aberta para que outras propostas venham a somar, para que mais meninas se interessem em ocupar espaços de poder e com isso, alavancar uma experiência social plena, humanizada, politécnica e omnilateral.

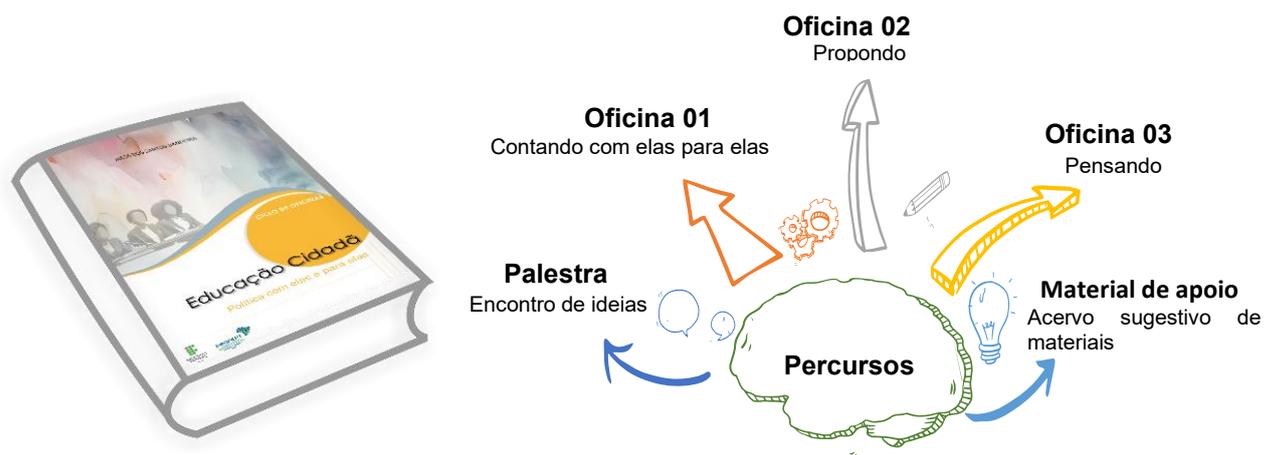
Assim, a espinha dorsal do Produto Educacional intitulada Educação Cidadã: política com elas e para elas, prevê uma Palestra, 3 Oficinas e material de apoio. Ao optar pela aplicação independente de cada oficina, a mediadora ou o mediador terá no produto a discriminação de tempo, material de necessário e atividades complementares, uma vez que cada oficina pode ser aplicada na sequência ou em uma ordem diversa da prevista no produto. O objetivo geral é apresentar um produto educacional que auxilie na formação cidadã das estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Acre – *Campus* Rio Branco, de maneira a proporcionar uma experiência significativa para o ingresso/permanência numa vida política dentro e fora do ambiente escolar.

Dito isso, emergem os três objetivos específicos que são: Reunir práticas pedagógicas que facilite à formação cidadã das alunas com foco na experiência dos encontros dialógicos das participantes; tratar da representatividade e da política como matérias indispensáveis a uma existência cidadã e agregar ao ambiente escolar um espaço e tempo para o exercício da política, considerando o desenvolvimento de uma Educação Profissional e Tecnológica, com fundamento na omnilateralidade e na politecnia.

O ciclo de oficinas foi estruturado em etapas, com cuidado para a aplicação delas pudessem ser em dias seguidos ou alternados, cujas partes podem ser independentemente aplicadas sem prejuízo para o alcance de seus objetivos. Consta em seu corpo, listagem de materiais necessários, para fins de facilitar sua execução. Esse planejamento visa garantir uma implementação prática e eficiente, promovendo uma experiência pedagógica enriquecedora.

O Produto Educacional foi idealizado para uma visualização didática e acessível, com recursos visuais em tons aquareláveis, suaves, variadas cores que se misturam em seu conteúdo sobressaíssem das questões estéticas. Colaciona-se na Figura 24, a capa do Produto Educacional:

Figura 24 – O Produto Educacional



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

No entanto, a preocupação de maneira global contemplou aos aspectos visuais. O momento dialógico nesse aspecto foi contido nas falas por um silenciamento que tem muito

a dizer, tendo em vista que a pesquisadora estava presente, como figura desconhecida, timidez ou temor em não fazer comentários negativos.

A proposta são três oficinas com atividades que incentivam a imersão, o trabalho em equipe e a colaboração entre as participantes. Essas oficinas têm o intuito de promover tanto o enriquecimento individual substancial quanto aspectos que levem em consideração o espírito de parceria, habilidades de liderança e a construção de soluções conjuntas para desafios sociais. Essas oficinas visam preparar as alunas para uma atuação crítica e participativa na sociedade, tendo a política como aliada e os movimentos coletivos como mecanismos de alcance de suas propostas de mudança. Vejamos na Figura 25:

Figura 25 – Conhecendo as Oficinas



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Cada oficina tem uma estrutura semelhante, uma sucinta introdução, público-alvo, local de realização, material, tempo total (com ou sem a atividade complementar), algumas sugestões, alertas e considerações. Facilitando a aplicação independente das oficinas, considerando as circunstâncias para a aplicação. No entanto, a sugestão é que se faça uma programação extensa de todas, para que haja contato com o tema em diversas oportunidades, mantendo as participantes envolvidas e familiarizadas com o mundo da política.

Outro fator fundamental que precisa ser observado é que o PE poderá ser aplicado tanto durante o horário regular das aulas quanto como uma atividade extracurricular, conjugando disciplinas. Além disso, ele pode ser implementado em parceria com outras instituições públicas e privadas, como o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal, a Secretaria de Governo da Mulher e diversas

organizações não governamentais. Essas parcerias podem ampliar o alcance e o impacto do projeto, atendendo o critério da “replicabilidade”, que consiste na condição de seu uso por outros atores sociais de ensino (Rizzatti et al., 2020).

Replicabilidade é um fator muito importante para um Produto Educacional, pois por meio da sua replicação a sistematização e difusão do conteúdo alcança uma gama variada de estudantes. Alguns problemas sociais em determinada região do país, podem significar problemas em outros locais (instituições, municípios, estados e etc.). Dessa forma, é interessante que os Produtos Educacionais tenham a potência de servir para além de determinado espaço objeto da pesquisa.

As partes centrais do PE, portanto, podem ser observadas na Figura 26 que propicia uma apreensão célere do caminho proposto:

Figura 26 – Partes do Produto Educacional



Fonte: Elaborada pela autora, baseada em Oliveira (2013) e Lopes (2020).

Na Figura 26, denota-se a liberdade ao aplicador do Produto Educacional no sentido de escolher apenas um ou todos, não havendo ordem de prevalência, para que haja condições de sua aplicação considerando as circunstâncias e particularidades do cenário social. Contudo, sugere-se a aplicação *in totum* para garantir uma maior ambientação das alunas com o tema de participação política, pois o objetivo central desse Produto Educacional é promover o ingresso e a permanência das alunas na vida política,

contribuindo para aumentar a representatividade feminina em cargos de liderança, pois só a participação ativa de mulheres na política propiciará a construção de uma democracia efetiva.

O Produto Educacional converge para uma interação social que permite uma aprendizagem como “veículo fundamental para a transmissão dinâmica (de inter para intrapessoal) do conhecimento social, histórica e culturalmente construído”, fator preponderante para o desenvolvimento “cognitivo e linguístico de qualquer indivíduo” de acordo com a teoria Vygotskyana (Moreira, 2023, p. 89-90). Assim, as atividades buscam uma interação intensa, formando grupos, realçando como pano de fundo, a importância da força da coletividade para o enfrentamento de problemas sociais tão profundos e cristalizados para a sociedade.

Nesse aspecto, a teoria de Vygotsky (Moreira, 2023, p. 90) focaliza no sentido de uma interação social como núcleo necessário ao aprendizado, “a internalização (reconstrução interna) de signos é fundamental para o desenvolvimento humano” e, na convergência entre duas variantes (fala e atividade prática) independentes. Assim, o PE não só pode, como deve considerar tais condições para a proposta educacional, considerando o quão enriquecedor pode ser a interação das estudantes no processo de aplicação do produto.

Dessa maneira, é possível compreender que o aprendizado sob o prisma da interação, longe de uma passividade, ou seja, como previa Freire (2022b, p. 102), uma educação “bancária” que se restringe a transmissão de conteúdos, mas se concretiza na troca de experiências e na construção coletiva do conhecimento. Quando as estudantes participam ativamente do processo educativo, interagindo entre si e com os elementos propostos, produzindo materiais, pesquisando sobre o tema, ouvindo e falando, numa singular e ao mesmo tempo coletiva experiência.

O roteiro de oficinas é uma oportunidade de encontros substanciais, que permite descobertas mútuas e consagra o espírito de comunhão. A perspectiva é partilhada, visões de mundo e desafios revelam-se como material de trabalho comum, em que cada uma percebe dentro de suas realidades a crueza na qual o sistema patriarcal estabeleceu as relações humanas. As oficinas pretendem uma ambivalência de efeitos: uma formação individual significativa e uma geração de coletivo de mulheres de apoio mútuo.

As oficinas juntamente com a palestra representam uma estratégia no sentido de potencializar a aprendizagem das alunas sobre meios que lhes capacite a ingressar num

ambiente político mais denso e formal, pois se pretende criar durante as atividades propostas, a formação de mulheres capazes de enfrentar desafios nesse campo. Ao oferecer um espaço dinâmico de interação e construção coletiva do conhecimento, a interação entre elas se fortalece, redes de apoio e sobretudo, mudança sobre o papel da mulher na sociedade patriarcal.

Foi reservado um espaço para o encontro das participantes com uma convidada ou um convidado para uma palestra, trata-se de uma oportunidade interessante para a troca de experiências e conhecimento. Esse encontro também permite às participantes, conhecer personalidades que possa de alguma forma as inspirar. Para tanto, há um roteiro pormenorizado de cada etapa para sua realização. A Figura 27 permite observar como a palestra deverá ser realizada:

Figura 27 – A palestra



Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

Assim a palestra funcionará para convidar a entrada/permanência das participantes, como fonte de inspiração, bem como possibilitar a experimentação, o fazer junto, a contribuição para a coletividade e a troca de experiências, essas atividades vão ao encontro da internalização de conceitos de maneira significativa, alinhando teoria e prática em um contexto que estimula a participação ativa, visto que há atividade complementar após a palestra.

Pretende-se criar um ambiente colaborativo das oficinas, bem como da palestra, de maneira a contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas das participantes sobre a política, aprimorar o poder de argumentação, ganhar confiança, ver-se como capaz de resolver problemas por si e pela comunidade e sobretudo, desenvolver um pensamento crítico, promovido pela formação voltada para os princípios da omnilateralidade e da politecnicidade. Dessa forma, ao considerar a aprendizagem mediada pela interação social, a implementação de oficinas, busca-se enriquecer o processo educativo, tornando-o mais envolvente, contextualizado e alinhado às necessidades das estudantes.

O espaço de ensino representa um lugar para essas atividades, uma vez que as atividades ofertadas têm o condão de promover uma formação ética, “o desenvolvimento de habilidades que permitam aos estudantes resolver conflitos, ter boa convivência com os demais”, bem como “proporcionar aos estudantes a possibilidade de adquirir e desenvolver competências que lhes permitirão dar significado ao que aprende e não apenas reproduzir o que é memorizado (Santos, 2019, p. 6).

Ao utilizar o Produto Educacional proposto, a professora ou o professor cujo assunto está transversalmente inserido e que factualmente estão presentes na vida da classe estudantil, mesmo que de maneira imperceptível – como o caso dos mecanismos de opressão sobre a mulher, que muitas não enxergam até terem contato com tais abordagens –, acabam por propiciar um ganho significativo para a aprendizagem que não se limita a apenas aquele conhecimento, fazendo-se conexões com outros campos do saber, pois segundo Zabala (1998, p. 28), quando “se tenta potencializar certo tipo de capacidades cognitivas, ao mesmo tempo se está influenciando nas demais capacidades, mesmo que negativamente”.

Desse modo, ao se abordar conteúdos que envolvem racialidade humana e poder econômico, o impacto que esse assunto pode conduzir a conclusões que o assunto também dialoga com a questão da mulher pobre terá mais dificuldade em alcançar postos de poder na hierarquia social de acesso ao poder político. Essas teias argumentativas, podem e devem ser tecidas para uma construção crítica do corpo estudantil, o que traz um ganho para a formação cidadã de alunas e alunos que se compreendem dentro de uma sociedade hierarquizada, hegemonicamente ideologizada a manter as estruturas sociais postas como pétreas.

É preciso, então, retornar à máxima que é preciso enfrentar a questão mulher de maneira ampla e variada, repensar com cautela as formas como são apresentados,

confrontar o que foi posto e propor algo novo, repensar na imagem feminina, nas personagens que transcenderam sua luta em nome de um ideal. Ambientar a história de mulheres em eventos, questionar a ausência de mulheres na direção de sindicatos, movimentos estudantis, partidos políticos e etc.

O protótipo do produto foi apresentado às alunas durante a aplicação da pesquisa, conforme explicitado em linhas anteriores, para um registro da percepção das participantes. A análise sobre a validação do Produto Educacional passou pelo crivo das alunas pelo prisma de duplo questionamento, sendo o primeiro durante a apresentação do tema e o momento dialógico e o segundo momento no questionamento formalizado na pergunta de número dezesseis (Sobre o produto educacional apresentado, qual foi sua impressão sobre as cores, as oficinas, a sequência?).

Essa opção teve o intuito de cercar a pesquisa de maior presença do discurso das estudantes do IFAC, considerando, como asseverado em outras ocasiões, suas percepções sobre o universo da política, da experiência fora e dentro do espaço estudantil, os movimentos sociais como espécie de convite agradável para que as meninas se vejam como protagonistas de transformação. Esse momento da pesquisa é conagração do objetivo pretendido pelo trabalho investigativo, não se podendo descuidar de ouvir atentamente as falas e tudo que foi escrito nos questionários.

Assim, ao formatar um Produto Educacional ficou evidente uma preocupação com as questões estéticas, simbólicas e linguísticas, na qual a vontade de participar fosse qualificada pelo desejo de expor questões que por vezes estão afastadas do seu cotidiano. Falar de política em um ano não eleitoral, sem efervescência social de carreatas, bandeiras, comícios, muito menos de redes sociais bombardeando de materiais afetam em que medida a percepção dessas jovens mulheres na sua compreensão do que vem a ser política e que ela não está presente apenas no período eleitoral.

De tal modo, o protótipo de Produto Educacional foi pensado para se convidativo, agradável e sobretudo interessante. Isso tudo, levando em conta que as atividades estudantis e seu volume podem representar apenas a soma de mais um trabalho dentre tantos, levando ao desestímulo. Oferecer oficinas é a busca por aliar a prática à teoria, para uma aprendizagem inserida nos encontros, da produção coletiva, no desejo de transformar.

O Produto Educacional tem seus fundamentos na omnilateralidade e na politecnia como um horizonte a ser perseguido, no qual as mulheres formadas no IFAC ao se ver constituídas de saberes que lhes capacitem, possam se sentir seguras a construir suas

próprias trajetórias. A formação cidadã não lhe será tolhida ao papel de mero cumpridora de um dever legal, tão-somente.

A alunas pesquisadas na ocasião de apresentação e do momento dialógico não esboçaram nenhuma manifestação sobre o Produto Educacional. Contudo, mantiveram-se atentas a cada etapa, apresentando postura de voltadas para apreensão de tudo que lhes era apresentado, ou seja, não havia postura de desinteresse (simulação de dormir, cabeças baixas, corpo direcionado oposto às projeções e outras manifestações que poderiam evidenciar quaisquer incômodos).

No que tange ao questionário, as participantes levaram em consideração os aspectos visuais como cores e imagens, associando as características do protótipo com o universo feminino, não fazendo observações sobre as oficinas e a forma como seria aplicado. A Participante 1, por exemplo afirmou que “Muito bom, pois são cores que representam a feminilidade” [sic], atribuindo à arte, a diagramação, cartela de cores escolhidas como representativo de um modelo visual afeita às mulheres, condicionando um sistema de imagens restrita às mulheres.

No entanto, a preocupação de maneira global contemplou aos aspectos visuais. O momento dialógico nesse aspecto foi contido nas falas por um silenciamento que tem muito a dizer, tendo em vista que a pesquisadora estava presente, como figura desconhecida, timidez ou temor em não fazer comentários negativos.

A Participante 14 argumentou que “Poderia ser voltado mais para as mulheres, trazendo cores mais claras ou até mesmo a rosa vermelha”, apontou contrariedade da opção da pesquisadora com tons aquareláveis e predominância da cor amarela. O que é apontado como fator de qualidade pela Participante 07, que afirmou: “Eu amei tudo sinceramente o fato da cor é amarelo pois para mim representa empoderamento”. Nesse aspecto, é possível se inferir uma visão “tradicionalista” e “contemporâneos” que dialogam com o sentido do simbolismo do feminino com relação as cores e a identidade de gêneros.

O embate cromático revelado nas falas caminha por estradas diferentes (reconhecimento e o outro de transformação) para um único objeto, transformação radical das estruturas simbólicas. Desse modo, a Participante 14 busca o reconhecimento em firmamentos consolidados, recurso a representação tradicional posta, enquanto a outra participante (Participante 07), busca uma mudança de eixo simbólico para se desvencilhar do modelo tradicional, atribuindo novos sentidos para a escolha da cor.

No que tange o conteúdo, as propostas de oficinas, formação de um corpo de meninas interessadas em política, performar como uma ocupante de cargo político, não foi objeto de preocupação. O diálogo com o Produto Educacional limitou-se ao campo da superficialidade, não havendo interesse ou pergunta sobre a extensão das atividades, que ponto teriam o condão de despertar mais ainda interesse sobre o tema tratado. Há um silenciamento interessado de distanciamento, que se coaduna com o movimento das alunas de apontarem seu desinteresse, com exceção de uma, no total das 15 participantes.

A formação discursiva feminina das alunas, em quase totalidade, apesar de tender a um discurso feminista, revela-se uma postura de passividade (posição-sujeito), na qual elas mesmas, percebendo as condições estruturais vigentes, escapam da identidade de protagonista de transformação social. Aguardam, portanto, que outra mulher surja com coragem para enfrentar o terreno tortuoso da política para que possa usufruir de avanços. Ao utilizar as formações lexicais como “luta”, “disputa”; a política continua sendo espaço que não interessa às alunas pesquisadas, projetam-se para outras áreas para além da formação acadêmica.

As Participantes 6 e 8, ao afirmarem respectivamente que “Acredito que a partir do momento em que uma mulher entra na política ela representa todos nós e encontro mais mulher a lutar” e “Eu acredito que quando uma mulher acende politicamente ela já está ajudando outras mulheres (...)”, reafirmam o regresso de seus corpos políticos para espaços de não-luta, da docilidade e adestramento, aderindo ao contexto ideológico de uma sociedade patriarcal que ancora a política como espaço masculino. Desse modo, a interpelação ideológica reafirma no sentido contrário ao desejado para formação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Dentro desse cenário, é preciso compreender a necessidade de uma formação verdadeiramente integrada, sobretudo, humanizadora, que significa uma formação integrada voltada para a promover a experiência de democracia participativa “A que se dá ao aluno horizonte de captação do mundo além das rotinas escolares, dos limites do estabelecido e do normatizado”, portanto o ambiente de ensino representa um espaço criador de novas teorias, novas práticas, “que tornam o trabalho uma atividade criadora, fundamental ao ser humano” (Ciavatta, 2012, p. 101).

O Produto Educacional proposto não tem a potência de representar uma única alternativa para responder a todas as questões, mas serve suporte indicativo para o desenvolver outras ações, um projeto político pode passar por diversas formas, ações mais

próximas do universo jovem. Evidentemente, a intenção é chamar a atenção que mesmo diante de uma realidade de poucos recursos, há alternativas interessantes como parcerias com outros órgãos públicos (TREs, Ministérios Públicos, Escolas Institucionais das Assembleias Legislativas, Secretarias de Estado e Municípios e Organizações Não-Governamentais e etc.). A busca pelo aperfeiçoamento deve passar pelas vozes que fazem parte da instituição e são a razão de sua existência: as alunas e os alunos.

CONCLUSÕES

Na presente dissertação intitulada "EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA FORMAÇÃO CIDADÃ: A política no horizonte das estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado do Curso de Informática para Internet do IFAC", realizou-se um confronto de achados e discussões que sobrevivem num espaço crítico: EPT, Gênero e Política. Por se tratar de um trabalho acadêmico oriundo de uma pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológico, que tinha como pergunta de pesquisa: a Educação Profissional e Tecnológica, com base nos princípios da omnilateralidade e da politecnia, ofertada no 3º ano do Ensino Médio Integrado do curso de Informática para Internet no IFAC, *Campus* Rio Branco, contribui para a formação cidadã das alunas, de maneira que elas se reconheçam como protagonistas de mudança no campo da política?

Fundada na observância das normas legais e o devido rigor científico de uma produção acadêmica, a pesquisa que antecedeu este trabalho foi concebida metodologicamente pela lente do materialismo histórico-dialético. Partiu-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Nesta última, aplicou-se um questionário com dezesseis perguntas e foi oportunizado um encontro entre quinze participantes e a pesquisadora, que se deu em dois encontros em razão do primeiro não ter alcançado o número mínimo previsto de cinco meninas.

O arcabouço teórico foi sistematizado em razão da sua relevância para o tema e as produções acadêmicas mais atuais, além de dados coletados em repositórios de instituições públicas e privadas. No que tange os dados coletados na pesquisa de campo, foram organizados, categorizados e submetidos à análise nos termos da Análise de Discurso de linha francesa (Pêcheux, 2014), uma vez que a pesquisa buscava coletar as perspectivas das participantes na condição de sujeitos atravessados pelas formações proporcionadas pela instituição de ensino.

Assim, pretende-se colaborar com avanços à formação cidadã das alunas da instituição e, para tanto, é preciso, algumas vezes, percorrer caminhos nebulosos e complexos, com o intuito de se aperfeiçoar enquanto prestador de serviço público. Os achados, portanto, são oriundos dos discursos das participantes que estão em vias de deixar a instituição por terem completado seu itinerário de formação no Ensino Médio.

A Educação Profissional e Tecnológica baseada na politecnia e na omnilateralidade, enquanto vetores de uma formação cidadã, convidam a um trabalho para emancipação das

pessoas. Pressupõem-se cidadãos e cidadãs conscientes de sua história, da materialidade que as/os cercam e das condições estruturais (modelo de produção capitalista), às/aos quais estão submetidas(os), para fins de desempenharem papel de agentes de mudança social.

Destarte, para as alunas, o IFAC é identificado como espaço central para a transformação pessoal e social, assumindo um papel que vai além da formação técnica – incluindo até mesmo mudanças nas dinâmicas familiares. Essa era uma percepção das alunas que ficou evidente durante o processo de investigação na pesquisa de campo. Para elas, o IFAC deve envolver a família nesse trabalho de desconstrução do patriarcado, visto que elas identificam na família o local no qual esse sistema se encontra mais preservado.

Por outra via, as próprias alunas, em sua maioria, não consideram o gênero para a escolha de voto, observando as propostas eleitorais como justificativa de maior relevância. Com relação a esse aspecto, são enfáticas nos discursos que afirmam não haver identificação ideológica entre as mulheres eleitas, com algumas exceções que surgem em alguns discursos. Os achados da pesquisa revelaram que elas acreditam que quando eleitas, as mulheres apenas reproduzem as dinâmicas do machismo, votando contra os interesses femininos, reforçando ainda mais a desnecessidade de considerar o gênero como possibilidade de escolha política.

Ao não se reconhecerem nas mulheres eleitas, que para elas estão a serviços dos interesses partidários, enfatizam que a política permanece vista como território masculino, corrupto e alheio à sua realidade. No que diz respeito às mudanças sociais necessárias para o alcance de novas conquistas de direitos para as mulheres, as participantes revelam numa espontaneidade social ocorrida pelo transcurso do tempo, não contabilizando em seus discursos os avanços como resultado das lutas travadas pelas feministas. Aliás, há um apagamento das representantes do referido movimento pelo avanço das pautas voltadas para a melhoria da vida da mulher. Dentro desse cenário, as participantes afirmaram que sua casa é o lugar que mais se leva em consideração para uma experimentação de vida política atuante, mas também é nela que a ideia de política permeia o universo da corrupção e autopromoção, o que é inapropriado à presença de pessoas honestas.

Tudo isso aponta para o desafio a ser enfrentado pela EPT: formar um corpo político de cidadãos em um contexto social que naturaliza sua exclusão a partir de um sistema patriarcal-racista-capitalista (Saffioti, 1987). Elas apontam baixa oferta de espaços para

dialogar sobre política, o que acaba por revelar uma inclinação institucional pela transmissão de conteúdos técnicos em contraposição a outros saberes.

Os dados coletados por meio da pesquisa bibliográfica, documental e de campo mostram que as estudantes reconhecem a sub-representação feminina em espaços de poder dentro do IFAC e fora dele, mas elas não se veem como agentes de mudança. Essa percepção coexiste com a demanda por maior participação, revelando o que poderíamos chamar de uma "consciência paradoxal", uma vez que reconhece o problema, mas não se enxerga como parte da solução. As condições apontadas como necessárias para mudar esse quadro formam um conjunto coerente: apoio familiar, escolar e social; reformas legislativas; valorização profissional e financeira; ocupação de cargos de poder; e maior visibilidade da questão. Nesse cenário, as participantes projetam uma legitimação externa prévia que as legitime a enveredar pela política.

Ao longo da pesquisa, o Produto Educacional desenvolvido (Ciclo de Oficinas), chamado de Educação Cidadã: Política com elas e para elas, foi desenvolvido, com o objetivo de trabalhar o tema com o público-alvo definido, propondo conectar essas alunas ao mundo da política, ambientando-as com termos e vocabulários do campo da política, produção textual, encontros (debates e confrontos de ideias), votação, escolhas, alianças e etc. No entanto, os obstáculos identificados vão além da falta de informação: incluem a presença inibidora dos colegas homens em espaços de discussão e a reprodução de estereótipos sociais dentro ambiente estudantil.

Como instituição formadora, precisa evitar a armadilha manutenção/reprodução de uma arquitetura (AIE) explicitada em Athusser (2023). Há necessidade de criação de espaços para mulheres, programas, atividades, fomento que contemplem a experiência da estudante enquanto matriculada na instituição. Agregue-se a isso, o dever de eliminar a contradição entre referenciar os caminhos de conquistas femininas e ao mesmo tempo reproduzir internamente dinâmicas opressivas e excludentes.

Buscou-se demonstrar, portanto, que a Educação Profissional e Tecnológica ofertada pelo IFAC com seu corpo docente qualificado possui potencial transformador em essência, mas que sua atuação urge por concretude, precisa ser extremada em ações voltadas a sua integralidade. Mais do que oferecer formação técnica ou mesmo noções básicas de cidadania, o IFAC é chamado a se repensar como espaço político, de confronto e de mudança, entendendo que os movimentos estudantis apoiados podem oferecer também uma excelente oportunidade de formação cidadã. Assim, as alunas compreendem

que é preciso enfrentar as contradições de gênero para além da sala de aula e não a manter confinada numa única disciplina (sociologia).

A construção de uma sociedade democrática passa por essa presença feminina em todos as instâncias de poder. Para isso, é preciso haver mulheres que protagonizam sua formação no ambiente estudantil, para que desconstruam em si os dispositivos de entraves. As participaram também destacaram como fator inibidor também a violência política e a falta de apoio da sociedade, de um modo geral, o que requer ações concretas que se contraponham à essa realidade.

Desse modo, é preciso construir mecanismos a serviço de interesses das mulheres que vislumbrem uma participação política para além do exercício do direito de sufrágio, podendo auxiliar no dismantelo do sistema burguês neoliberal que se reconhece como alvo de dinâmicas opressora e, com isso, não se permitindo figurar como presença reduzida e manipulada no modelo social vigente. Por isso, o espaço do ensino deve servir de formação de mulheres emancipadas, comprometidas com os avanços dos direitos das minorias sociais, sobretudo, quando inseridas em movimentos sociais.

Dito isso, com o presente trabalho esperou-se contribuir para a formação cidadã das alunas do IFAC, fortalecendo sua autoimagem como sujeitos políticos capazes de assumir cargos de representação e atuar como agentes de transformação social. Os resultados obtidos demonstraram que há um longo percurso e muito trabalho, visto que os obstáculos existem e que dificultam a inserção das alunas no mundo da política. A partir desses achados, foi possível identificar algumas questões que precisam ser enfrentadas, que estimulem a participação feminina nos espaços de decisão. No entanto, questões fundamentais, como a relação entre o feminismo e a construção do imaginário político dessas jovens não foram exploradas com a profundidade necessária, o que aponta para uma limitação do estudo, que no transcorrer da pesquisa se relevou importante tema de aprofundamento.

Essa lacuna abre caminho para futuras pesquisas que possam investigar não apenas a dimensão de EPT, Gênero e Política, mas também suas intersecções com outras formas de opressão/exploração, como o racismo e a LGBTfobia, por exemplo. Compreender como essas variáveis se entrelaçam na trajetória das estudantes permitiria desenvolver estratégias ainda mais efetivas para democratizar o acesso às instâncias de poder. Destarte, este trabalho acadêmico não se encerra como uma resposta simplista e definitiva, como já asseverado em linhas pretéritas, a vida é dinâmica e complexa. Desse modo, o

trabalho apresentado representa um ponto de partida para outras reflexões e ações mais inclusivas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

- AJZENBERG, Elza. A semana de arte moderna de 1922. **Revista Cultural e Extensão USP**, São Paulo, v. 7, p. 25-29, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rce/article/view/46491/50247>. Acesso em: 1º set. 2023.
- ALMEIDA, Fernanda de. Mulheres CEOs: 50 líderes à frente das maiores empresas do Brasil e do Mundo. **FORBES MULHER**, ano 13, 20 set. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2024/09/mulheres-ceos-50-lideres-a-frente-das-maiores-empresas-do-brasil-e-do-mundo/>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução: Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023. 142 p. Título original: *Appareils idéologiques de l'État*. ISBN 978-65-5548-029-0.
- ÁLVAREZ, Teresa. Educar para a igualdade: género e cidadania. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL CIDADANIA(S), 1., 2007, Porto. **Anais** [...]. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2007. p. 737-746. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/8a993f26-52e9-439b-bab3-ec560b17a6f7>. Acesso em: 28 maio 2025.
- ARAUJO, Gabriela Shizue Soares. **Mulheres na política brasileira: desafios rumo à democracia paritária participativa**. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2022. 268 p. ISBN 978-65-5929-154-0.
- AREA MOREIRA, M. **Os meios de ensino: conceitualização e tipologia**. 2010. Título original: *Los Medios de Enseñanza: Conceptualización y Tipología*. Disponível em: https://maaz.ihmc.us/rid=1K3790S11-6Y1FXR-TVJ/medios%20de%20ense%C3%B1anza_area.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.
- ARISTÓTELES. **Metafísica** (Livro I e Livro II). Tradução: Vincenzo Coco. São Paulo: Victor Civita, 1984. 303 p. Título original: *Μεταφυσική (Βιβλίο Ι και Βιβλίο ΙΙ)*.
- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 494 p. ISBN 978-85-393-0745-3.
- BANHOS, Sérgio Silveira. **A participação das mulheres na política, as quotas de gênero para o financiamento de campanhas no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 163 p.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**, vol. 1. Tradução: Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a. 339 p. Título original: *Le Deuxième Sexe: faits et mythes*. ISBN 978-85-209-2244-6.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**, vol. 2. Tradução: Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b. 557 p. Título original: *Le Deuxième Sexe: l'expérience de la vie*. ISBN 978-85-209-2259-0.

BOBBIO, Noberto. **Estado, Governo, Sociedade**: fragmentos de um dicionário político. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024. 253 p. Título original: Stato, governo, società: frammenti di un dizionario politico. ISBN 978-85-7753-365-7.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução: Maria Helena Kühner. 23. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2024. 207 p. Título original: La domination masculine: la condition féminine et la violence symbolique. ISBN 978-85-286-0705-5.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [1916]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, 23 set. 1909. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&p=c4e3988b2495364d5cfc9b0a3931410e1660fb77db657cda8453967cf36643b7JmltdHM9MTc0Nzc4NTYwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=0082f182-a16c-6b4f-270f-e2a4a0dd6a13&psq=Decreto+n%c2%ba+7.566%2c+de+23+de+setembro+de+1909.+Cri+a+nas+capitais+dos+Estados+da+Rep%c3%bablica+Escolas+de+Aprendizes+Art%c3%a+dfices%2c+para+o+ensino+profissional+prim%c3%a1rio+e+gratuito.+Rio+de&u=a1aHR0cDovL3BvcnRhbC5tZWMTc0Nzc4NTYwMA&ntb=1>. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996, p. 1-27. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 21 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre procedimentos e normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos de educação superior na modalidade a distância. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2009. Disponível em: <https://abmes.org.br/public/arquivos/legislacoes/Portaria-Normativa-17-2009-12-29.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jul. 2023, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14611.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRAZIL, Katarina. **Mulheres na política brasileira**: reflexões sobre gênero e democracia intrapartidária. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2020. 260 p. ISBN 978-85-519-1643-8.

BRUM, Daniela Moraes. **Feminismo para quem?** Bauru: Astral Cultural, 2020. 160 p. ISBN978-65-5566-035-7.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p. Título Original: Gender issues: feminism and the subversion of identity. ISBN 85-200-0611-6.

CARLUCCI, Manoela. "Mulher não vota em mulher, a mulher é inteligente", diz Marçal durante debate. **CNN Brasil**, São Paulo, 30 set. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/mulher-nao-vota-em-mulher-a-mulher-e-inteligente-diz-marcal-durante-debate-nesta-segunda-feira-30/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Poder e liberdade: a política em Espinosa. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 9-44, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/198011>. Acesso em: 8 dez. 2024.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada**: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83–103.

COGGLIOLA, Osvaldo. Novamente, a Revolução Francesa. **Projeto História**, São Paulo, v. 47, p. 281-322, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17137>. Acesso em: 28 maio 2025.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. 114 p.

COLLING, Ana Maria. Violência contra as mulheres – Herança cruel do patriarcado. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. Especial, p. 171-194, 2020. DOI 10.14295/dev8iEspeciam10944, E-ISSN: 2358-8853. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/10944>. Acesso em: 22 maio 2025.

COOKE, Kaz. **Mentiras que contam às mulheres**: os mais ultrajantes e absurdos conselhos dados às mulheres ao longo da história. Tradução: Carolina Cândido. Bauru: Astral Cultural, 2023. 336 p. Título original: Lies told to women: the most outrageous and absurd advice given to women throughout history. ISBN 978-65-5566-306-8.

COSTA, Leonor Soares. **As rosas da resistência nascem do asfalto**: o legado de Marielle Franco para mulheres negras na política institucional. 2021. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Editora Boitempo, 2017. 196 p. Título original: Women, Culture and Politics. ISBN 978-85-7559-565-7.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder. 14. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2024. 223 p. Título original: DER URSPRUNG DER FAMILIE, DES PRIVATEIGENTUMS UND DES STAATS. ISBN 978-85-7799-231-7.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. 210 p.

FAGUNDES, Liliane Gobetti. **Mulheres na direção dos órgãos partidários brasileiros: uma análise exploratória**. 2023. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

FERREIRA, Luiz Cláudio. Primeiro voo há 115 anos: Santos Dumont aliou invenções à ciência. **Agência Brasil**, Brasília, ano 31, 23 out. 2021. Geral. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-10/primeiro-voo-ha-115-anos-santos-dumont-aliou-invencoes-ciencia>. Acesso em: 1º set. 2023.

FLORES, Joaquín Herrera. **Descubriendo al depredador patriarcal: la cólera de Virginia Woolf y la rebeldía de Gloria Anzaldúa: identificando las overlapping opressions**. [S.l.], [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/236615931/7-Texto-Joaquin-Herrera-Flores-Descubriendo-Al-Depredador-Patriarcal>. Acesso em: 6 set. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 24 maio 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 74. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022a. 143 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023a. 333 p.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023b, 142 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 83. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022b. 256 p.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da CAPES: o que há além da forma? **Educação Profissional em Revista**, v. 5, n. 2, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354908977_PRODUTOS_EDUCACIONAIS_NA_AREA_DE_ENSINO_DA_CAPES_O_QUE_HA_ALEM_DA_FORMA. Acesso em: 7 abr. 2025.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Tradução de Carla Bitelli e Flávia Yacubian. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. 559 p. Título original: *The Feminine Mystique*. ISBN 978-85-01-11758-8.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71–87, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/04_frigotto.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982. 125 p. Título original: *Gli Intellettuali e l'Organizzazione della Cultura*.

JOBIM, Letícia Mossate; SILVA, Márcia Alves da. **Os desafios das mulheres na educação profissional**. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE CIENCIAS HUMANAS - HUMANIDADES ENTRE PASADO Y FUTURO, 1., 2019, San Martín. Anais [...]. San Martín: Escola de Humanidades, Universidad Nacional de San Martín, 2019. Disponível em: <https://www.aacademica.org/1.congreso.internacional.de.ciencias.humanas/1262.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8830170/mod_resource/content/1/Daniele%20Kergoat%20DIVISÃO%20SEXUAL%20DO%20TRABALHO%20E%20RELAÇÕES%20SOCIAIS%20DE%20SEXO.pdf. Acesso em: 4 abr. 2025.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000. 248 p.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Editora Cultrix, 2019. 375 p.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. cap. 1, p. 14-44. Disponível em: https://www.academia.edu/40739674/TENDÊNCIAS_PEDAGÓGICAS_NA_PRÁTICA_ESCOLAR. Acesso em: 7 abr. 2025.

LOPES, Nara Bueno. **Pequeno Manual das Mulheres no Poder**: o que você precisa saber para participar da política brasileira. São Paulo: Editora Matrioska, 2020. 143 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. 184 p.

MACGRATH, Mag. Apenas 3 das 500 maiores empresas dos EUA têm mulheres como CEO e CFO. **FORBES MULHER**, Brasília, 10 out. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2022/10/quantas-duplas-femininas-de-ceo-cfo-lideram-as-maiores-empresas-dos-eua/>. Acesso em: 06 set. 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e pedagogia moderna**. Tradução: Newton Ramos-de-Oliveira. Campinas: Alínea Editora, 2007. 211 p. Título original: Marx e la pedagogia moderna. ISBN 978-85-7516-212-5.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 1.493 p. Título original: Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. Empoderamento feminino e a formação cidadã para a emancipação da mulher. **RPGE – Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 3, pág. 1182-1197, set./dez. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330295458_Empoderamento_feminino_e_a_for_mulacao_cidada_para_a_emancipacao_da_mulher. Acesso em: 18 dez. 2024.

MOREIRA, Gilvander. **Analfabeto político é cúmplice do genocídio**. 15 jun. 2021. Disponível em: <https://gilvander.org.br/site/analfabeto-politico-e-cumprice-do-genocidio-por-frei-gilvander/>. Acesso em: 09 set. 2024.

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de Aprendizagem**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2023. 230 p.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: porque a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Tradução: Cássio de Arantes Leite e Débora Landesberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 443 p. Título original: The people against democracy: why our freedom is in danger and how to save it. ISBN 978-85-359-3208-9.

MOURA, Adriana Ferro. LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 28 maio 2025.

OLIVEIRA, Adilson Ribeiro de. et al. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**: da história à teoria, da teoria à práxis. Curitiba: Editora CRV, 2020. 276 p.

OLIVEIRA, Christiana D'arc Damasceno. **(O) Direito do Trabalho Contemporâneo**: Efetividade dos direitos fundamentais e dignidade da pessoa humana no mundo trabalho. São Paulo: LTr, 2010. 501 p.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Sequência Didática Interativa no processo de formação de professores**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. 249 p.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: Princípios & Procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2005. 100 p.

PARO, Vitor Henrique. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade de ensino. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v. 13, n. 1, p. 23-38, 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/63286382/EDUCAÇÃO_PARA_A_DEMOCRACIA_O_ELEMENTO_QUE_FALTA_NA_DISCUSSÃO_DA_QUALIDADE_DO_ENSINO_Revista_Portuguesa_de_Educação_ano_vol_. Acesso em: 7 abr. 2025.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. 287 p. Título original: *Sémantique et Discours: une critique de l'affirmation de l'évidence*. ISBN 978-85-268-1053-2.

PEREIRA, Niedja de Freitas; ANJOS, Degmar F. dos. **Mulher e educação profissional**: sim, elas podem! João Pessoa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Pereira%2C+Niedja+de+Freitas>. Acesso em: 4 abr. 2025.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Movimentos sociais**: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). Uma questão de gênero. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

PINTO, Celi Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: a presença de novos atores. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, 2006, p. 613-651. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/MWRJSFXJPwXcBBPcF4wt4xt/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 120 p.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624>. Acesso em: 28 maio 2025.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. 324 p.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto Editora, 2004. 571 p.

PRIORE, Mary Del. **Sobreviventes e Guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. 2. Ed. São Paulo: Planeta, 2020. 256 p.

RAMOS, Marize. **Possibilidade e desafios na organização do currículo integrado**. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 107-128.

RIBEIRO, Sandra Dayrell; SOBRAL, Maria Berenice Rosa Vieira. **O movimento sufragista feminino no Brasil**. [2023?]. Disponível em: <https://www.tremg.jus.br/institucional/memoria-eleitoral/90-anos-da-justica-eleitoral/o-movimento-sufragista-feminino-no-brasil>. Acesso em: 5 maio 2025.

RIVIÈRE, A. **El sujeto de la psicología cognitiva**. Madri: Alianza, 1987, 111p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/744443360/Riviere-1987-El-sujeto-de-la-Psicologia-Cognitiva>. Acesso em: 29 maio 2025.

RIZZATTI, Ivanise Maria et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020. DOI: 10.3895/actio.v5n2.12657. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 9 dez. 2024.

RODRIGUES, José dos Santos. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997. 289 p.

RODRIGUES M., Arakcy. **Lugar e imagem da mulher na indústria**. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 266-288.

ROSA, Diego. **Do percebido ao vivenciado: os horizontes da cidadania no cotidiano escolar**. 2023. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Educação, Letras e Artes, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2023.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução: Sérgio Milliet. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979. 421 p. Título original: Emílio ou de l'éducation.

SALDANHA, Nelson. O jardim e a praça: ensaio sobre o lado “privado” e o lado “público” da vida social e histórica. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/326>. Acesso em: 28 maio. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. 384 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. Petrópolis: Moderna, 1987. 120 p.

SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira; NETO, Alcyr Alves Viana. **Ciclo de palestras: formação ética e a violência no âmbito escolar**. Anápolis: Instituto Federal de Goiás, 2019. 16 p. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1045/Ciclo%20de%20Palestras%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20%C3%89tica%20e%20a%20Viol%C3%A2ncia%20no%20%C3%82mbito%20Escolar%20-%20Paulo%20Roberto%20de%20Oliveira%20Santos%20-%20ProfEPT%20-%20IFG%20-%202019%20%282%29.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.

SANTOS, Jahyra Helena Pequeno dos. **Partidos políticos concentração de poder: a exclusão feminina como óbices à democracia intrapartidária**. 2023. 235f. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade de Fortaleza, Fortaleza. Disponível em: <https://uol.unifor.br/auth-sophia/exibicao/28002>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2023.

SCOTTI, Joan Wallach. Gênero: ainda uma categoria útil de análise? **Diógenes**, v. 57, n. 1, 2010. ISSN 0392-1921. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/569609/Scott.pdf>. Acesso em: 05 maio 2025. Título original: Gender: Still a Useful Category of Analysis?

SHVEDOVA, N. Obstacles to Women's Participation in Parliament. *In*: BALLINGTON, J. KARAM, A. M. (Eds.). **Women in parliament: Beyond numbers**. Stockholm, Sweden: IDEA, v. 2, p. 33-51, 2005. Disponível em: <https://www.idea.int/publications/catalogue/women-parliament-beyond-numbers-revised-edition>. Acesso em: 2 set. 2024.

SILVA, Fabiano Pereira. **Juventude, política e educação: a emergência do estudante precarizado no contexto da reforma do ensino superior, sua inserção no movimento estudantil e os conflitos no campo político universitário**. 2018. 282 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 15. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 1999. 863 p.

SILVEIRA, É. M. da S.; PEREIRA, S. B. S. Feminismo na educação: educando cidadãos sobre os direitos das mulheres. **Revista de Direito Magis**, Betim, v. 3, n. 2, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.14999248. Disponível em: <https://periodico.agej.com.br/index.php/revistamagis/article/view/60>. Acesso em: 24 maio 2025.

SM EDUCAÇÃO (Org.). **Geração Alpha História: Ensino Fundamental: anos finais: 7º ano**. 3. ed. São Paulo: Edições SM, 2019. 264 p.

SORJ, Bila. **O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade**. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). Uma questão de gênero. São Paulo: Rosa dos Tempos; Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 15-23.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. 83 p.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 126 p.

TREVISAN, Mariana Bonat. A cidade "genderizada": Lisboa e o contexto de afirmação política da dinastia de Avis no século XV. **Historiæ**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 213–226, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2640>. Acesso em: 28 maio 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/home>. Acesso em: 25 maio 2025.

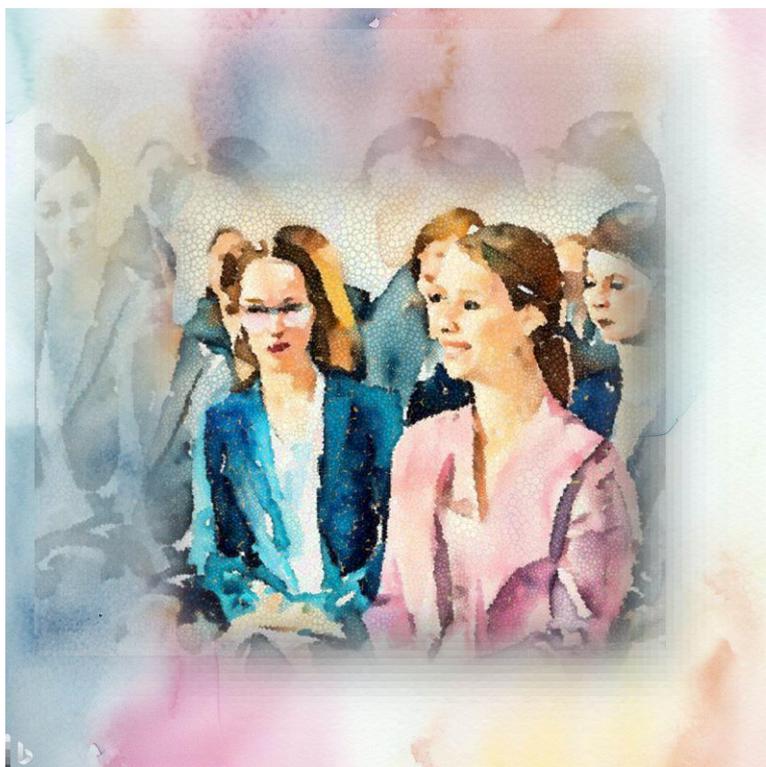
TUCÍDEDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução: Mário da Gama Kury. 4. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 628 p. Título original: Ιστορία του Πολέμου του Πελοποννήσου. ISBN 85-230-0204-9.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. Tradução: Celina Vergara. São Paulo: Lafonte Editora, 2021. 271 p. Título original: A vindication of the rights of woman: with strictures on political and moral subjects. ISBN 978-65-5870-124-8.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998. 224 p. Título original: La práctica educativa: como enseñar. ISBN 84-7827-125-2.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO DURANTE A APRESENTAÇÃO E O MOMENTO DIALÓGICO



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DE MULHERES NA POLÍTICA



INSTITUTO FEDERAL
Acre

Campus
Rio Branco



PESQUISADORA: AIEZA DOS SANTOS BANDEIRA

ORIENTADORA: Profa. Dra. EDILENE DA SILVA FERREIRA

PESQUISA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DE MULHERES NA POLÍTICA

I – IDENTIFICAÇÃO

Idade:	Telefone:
--------	-----------

II - ORIENTAÇÕES PRELIMINARES

- Este questionário tem o objetivo de investigar aspectos da formação proposta pelo IFAC para a formação das alunas sobre participação política como exercício da cidadania e faz parte da pesquisa EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DE MULHERES NA POLÍTICA, realizada pela Mestranda Aieza S. Bandeira, no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ensino Profissional e Tecnológico (ProfEPT).
- Todo o material será eliminado após o período de uso para a pesquisa, ficando a identidade da aluna sob sigilo absoluto, proibida a divulgação de qualquer dado que possa levar a identificação da participante.
- Não é obrigatória a participação, contudo, ela é muito importante, pois por meio dela será possível traçar uma série de propostas para o aperfeiçoamento da educação ofertada pelo IFAC.
- O tempo médio gasto para preenchimento será em torno de 15 (quinze) minutos.
- Caso deseje escrever mais, solicite mais folhas.
- Não há respostas certas ou erradas, apenas responda que mais se aproxime da sua opinião e discorra sobre o assunto quando solicitado.

III - QUESTIONÁRIO

1) Na sua concepção, o que é política e qual a importância dela para a sua formação enquanto cidadã?

2) Como você observa os posicionamentos políticos dentro da instituição e como você se sente em relação a isso?

3) Nas práticas dos seus professores e das suas professoras você observa ações, conteúdos e discursos que incentivam você ou outras estudantes a participarem ativamente da política no Estado, a exercer os seus direitos políticos e a ocupar um dos cargos do Poder Executivo e/o Poder Legislativo?

4) Por parte dos gestores escolares, você percebe algum incentivo para a participação das estudantes na política, como incentivo a participar de eventos, debates, discussões ou mesmo a promoção desses espaços? Que ações nesse sentido foram feitas?

5) Quando escolhe seus candidatos durante as eleições, você leva em consideração o gênero, se candidata ou candidato? Por quê?

6) Há mulheres na política nas quais você se inspira? Por quê?

7) Que adjetivos você associa à figura da mulher que ocupa cargo político? Escreva pelo menos cinco.

8) Você se vê como representante parlamentar e considera o ambiente político apropriado para favorecer a cidadania para as mulheres?

9) Que sentidos você atribui à participação da mulher na política?

10) Como você imagina que a sociedade, a família e a escola enxergam a mulher na política? Essa forma de ver a mulher pode favorecer a cidadania? Como?

11) Dentro de um ambiente social, familiar e escolar, você acredita que teria apoio para participar de eleições e qual desses ambientes é mais significativo para incentivar a participação política e por quê?

12) Nos ambientes dos quais participa, as pessoas com as quais convive, falam de política de forma positiva ou negativa? Cite algumas afirmações que já presenciou sobre política e diga se você se sente influenciada por essas afirmações.

13) Você considera relevante a participação da mulher na política do Estado ou do Município? Por quê? Quando você imagina uma pessoa eleita, essa figura é uma mulher ou um homem e por quê?

14) Que mudanças seriam necessárias, na sua concepção, para que mais mulheres se sintam inseridas na política e queiram se candidatar aos cargos políticos no Estado, seja como vereadoras, deputadas, prefeitas ou governadoras?

15) Na instituição de ensino há um Grêmio Estudantil ou outra entidade que possibilite às estudantes discussões sobre política? Você já participou de algum ou foi convidada para tal? Caso participe, você assumiria a liderança no movimento e por quê? Você gostaria de ser líder de turma e por quê?

16) Sobre o Produto Educacional apresentado, qual foi sua impressão sobre as cores, as oficinas, a sequência?

Obrigada!



INSTITUTO FEDERAL
Rio Branco

Campus



PROFEPT
Programa de Pós-Graduação em Profissional e Tecnológica

APÊNDICE B - ROTEIRO DE APRESENTAÇÃO E MOMENTO DIALÓGICO

Neste apêndice, apresentamos um roteiro que foi utilizado para o momento do encontro da pesquisadora com as participantes de maneira a permitir a compreensão dos passos que serão tomados durante a coleta de informações da pesquisa junto às alunas.

Senhoras Participantes

I - BOAS-VINDAS

Com sentimento de gratidão, dou as boas-vindas a esse momento tão importante para a PESQUISA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DE MULHERES NA POLÍTICA.

1.1 Apresentação pessoal

Eu me Aieza, sou aluna do ProfEPT, no Curso de Mestrado Profissional e Tecnológico e estou juntamente com a Dr.^a Edilene Ferreira, orientadora, realizando essa pesquisa que tem o objetivo de fazer um levantamento sobre a Educação Profissional e Tecnológica, Mulheres e Movimentos Sociais.

A presença e a participação voluntária é fundamental para o sucesso da pesquisa, que pretende a partir dos achados, identificar questões que precisam ser tratadas, principalmente a baixa participação das mulheres nos cargos eletivos do Parlamento brasileiro de todas as esferas (nacional, estadual e municipal).

Conforme esclarecido no TCLE e TALE, o evento será gravado para que as falas fiquem registradas para análise posterior e seu tratamento será dado seguindo rigorosamente o que foi descrito nos dois documentos.

Fiquem à vontade para levantar posicionamentos, sair do ambiente para uso de instalações sanitárias e beber água, ou manifestar eventual desconforto físico ou

emocional. Apenas solicitamos que a permanência seja cordial, empática e respeitosa com as demais participantes.

Para começarmos nossas atividades, solicito que façam grupo de no máximo 05 (cinco) alunas e em seguida peço que ouçam com atenção e reflitam individualmente e silenciosamente sobre o poema que será lido de Rupi Kaur, poetisa, feminista e escritora. Conhecida pela produção e divulgação de seus poemas no Instagram.

Quero pedir desculpa a todas as mulheres - Rupi Kaur

Quero pedir desculpas a todas as mulheres
que descrevi como bonitas
antes de dizer inteligentes ou corajosas
fico triste por ter falado como se
algo tão simples como aquilo que nasceu com você
fosse seu maior orgulho quando seu
espírito já despedaçou montanhas
de agora em diante vou dizer coisas como
você é forte ou você é incrível
não porque eu não te ache bonita
mas porque você é muito mais do que isso

TEMPO: 10 min

II - DESENVOLVIMENTO

2.1 Questionário

Será distribuído um questionário (Anexo A) o preenchimento dele é importante para que fique registrado as impressões de todas as participantes. Pedimos a leitura atenta e as dúvidas que porventura surjam podem e devem ser apresentadas para que possam ser respondidas.

Lembramos que não há resposta certa e que abriremos espaço para o compartilhamento das falas e diálogo e colocações de suas impressões sobre o tema. Ao final do preenchimento, solicitamos a devolução dos questionários.

TEMPO: 30 min

2.2 Debate

O momento será de trocas de experiências, mas sobretudo de percepções e falas. O respeito as divergências são indispensáveis, portanto, ouvir atentamente e expor suas opiniões sem receios de julgamento.

TEMPO: 30 min

II – FECHAMENTO

Agradecemos a presença e participação de todas nessa pesquisa e eventuais dúvidas podem ser feitas por meio de contato telefônico que foi apresentado no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

TEMPO: 5 min

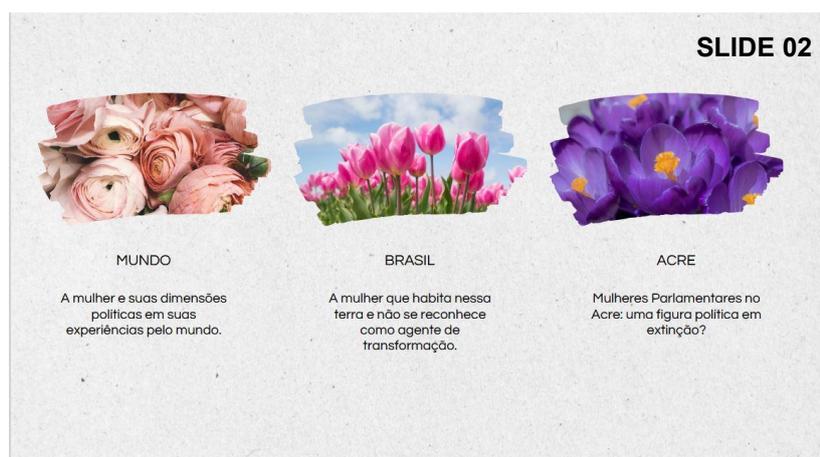
APÊNDICE C – SLIDES APRESENTADOS NA PESQUISA DE CAMPO

Telas apresentadas para a apresentação do tema da pesquisa durante a pesquisa de campo que trouxe dados para reflexão das participantes.



SLIDE 01

A primeira tela funcionou como pano de fundo para o momento da apresentação pessoal, as condições para aplicação da pesquisa, esclarecimentos e eventuais dúvidas.



SLIDE 02

A apresentação trouxe um contexto da condição da mulher na política em três dimensões espaciais (Mundo, Brasil e Acre).

MUNDO

A mulher e suas dimensões políticas em suas experiências pelo mundo.

BRASIL

A mulher que habita nessa terra e não se reconhece como agente de transformação.

ACRE

Mulheres Parlamentares no Acre: uma figura política em extinção?

SLIDE 04

No slide 04, são trazidas



SLIDE 05

BRASIL

O Brasil é o pior lugar para nascer menina da América Latina

relatório divulgado ontem pela ONG Save the Children, dos Estados Unidos - 2016

Apesar da imagem trazer um cenário de beleza de um campo de flores, a frase abaixo intenta chamar a atenção para uma informação que convida à reflexão sobre o percebido e o vivenciado. Disponível no Relatório da ONG Save the Children (2016).



SLIDE 06

Entre 144 países avaliados, o Brasil aparece na 102ª posição, à frente apenas de Guatemala e Honduras, no continente americano. Os indicadores avaliados são o

- casamento infantil, gravidez na
- adolescência, mortalidade materna,
- representatividade de mulheres no
- parlamento e conclusão do ensino médio.

As informações contidas como desdobramento do slide anterior, explicita quais são os números e os requisitos que conferiram ao Brasil a condição de pior lugar para nascer menina da América Latina. Disponível no Relatório da ONG Save the Children (2016).

REPRESENTATIVIDADE **SLIDE 07**

O Brasil está atrás de países com histórico de abusos contra mulheres como Irã, Sudão, Iraque, Índia e Síria. De acordo com a pesquisa, um dos indicativos que contribuem para a colocação é a falta de representatividade de mulheres no parlamento.



A representatividade é abordada no sentido macro, considerando o Brasil frente a outros países.

SLIDE 08



ACRE

Mulheres Parlamentares no
Acre: uma figura política em
extinção?

No slide 08, uma pergunta desafia as participantes a responder se realmente essa situação é verdadeira e se as condições femininas nos parlamentos acreanos reproduzem o que é visto no Brasil e no Mundo.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ACRE**

2023

SLIDE 09



A fotografia dos Deputados e Deputadas estaduais do Acre disponibilizada na página eletrônica da Assembleia Legislativa (2023), escancaram a sub-representatividade das mulheres naquele espaço de poder. Disponível em: <https://sapl.al.ac.leg.br/parlamentar/>. Acesso em 14 fev. 2025.

SLIDE 10

FILIADAS

34.822 mulheres filiadas em face de
41.127 homens filiados




**ÓRGÃO DE DIREÇÃO
PARTIDÁRIA**

Numa amostra de 22 partidos com
anotação regular de 20 partidos
anotados, apenas dois eram
comandados por mulheres

Para uma visão mais pormenorizada da situação da mulher, traz dados extraídos das páginas eletrônicas da Justiça Eleitoral quanto a presença de mulheres nos órgãos de direção partidária e a filiação a partidos políticos. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/#/>. Acesso em: 14 fev. 2025

**NA CÂMARA MUNICIPAL DE
RIO BRANCO**

2023

20 cadeira e
apenas 3 mulheres

SLIDE 11



No Parlamento Mirim, na Cidade de Rio Branco, a presença da mulher também representa um abismo entre o ideal para a conjuntura municipal de representatividade. Disponível em: <https://sapl.riobranco.ac.leg.br/parlamentar/>. Acesso em 14 fev. 2025.



Encerramento da primeira parte, em seguida a apresentação do protótipo de Produto Educacional para avaliação, crítica e sugestões das participantes.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

PESQUISA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DE MULHERES NA POLÍTICA

1. Convite para participar da pesquisa

Convidamos sua filha ou filho menor ou legalmente incapaz, sob sua responsabilidade para participar da pesquisa EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DE MULHERES NA POLÍTICA, que tem como pesquisadora responsável Aieza dos Santos Bandeira, o qual pode ser contatado por meio do telefone (68) [REDACTED].

Solicitamos que você leia com atenção este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e peça todos os esclarecimentos para sanar suas dúvidas sobre a pesquisa e sobre a sua participação (a participação de seu/sua filho/a). Se você se sentir esclarecido e aceitar o convite para participar (ou o seu/sua filho/a] menor ou legalmente incapaz, sob sua responsabilidade participe) da pesquisa, solicitamos que assine a última página e rubrique as demais páginas das duas vias deste Termo.

2. Informações sobre a Pesquisa

2.1 A pesquisa tem por objetivo investigar o impacto da Educação Profissional e Tecnológica com base na omnilateralidade para formação cidadã das alunas do ensino médio integral do 3º ano do Instituto Federal do Acre do Campo Rio Branco do Curso de Informática para Internet, no que diz respeito ao despertar do interesse em participar da vida político-partidária e se justifica pela necessidade de se averiguar a qualidade de formação cidadã ofertada pelo IFAC, considerando o grau de compreensão delas sobre seus direitos políticos, política e representatividade feminina nos espaços de poder.

2.2 Os procedimentos metodológicos de coleta de dados são bibliográficos, documentais e pesquisa de campo materializado em encontros após o preenchimento de um questionário, na qual as alunas poderão expor suas opiniões, temores e resistência a questões que envolvem a vida política.

2.3 A participação do/a seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade não é obrigatória, e você (ele/a) poderá desistir da pesquisa em qualquer momento, sem nenhum prejuízo à sua pessoa. A participação é voluntária e consiste em um encontro, havendo apenas a presença de alunas do gênero feminino, com no máximo 15 (quinze) e no mínimo 05 (cinco) alunas, que serão convidadas para responder um questionário e após oportunizada a palavra para que exponham suas opiniões sobre temas que envolvem sua compreensão sobre direitos políticos, política e representatividade feminina nos espaços de poder.

2.4 A população alvo é constituída por alunas do ensino médio integral do 3º ano do IFAC O Curso de Informática para Internet.

2.5 Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa e os seus resultados poderão ser publicados em revistas e/ou eventos científicos. As informações pessoais coletadas (sua ou de seu/sua filho/a ou menor sob sua

responsabilidade) **não** serão divulgadas em qualquer momento da pesquisa, nem na apresentação dos resultados.

3. Esclarecimentos sobre riscos, benefícios, providências e cautelas e formas de acompanhamento e assistência ao participante da pesquisa

3.1 Esclarecemos que a participação (de seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal) na pesquisa poderá causar desconfortos e riscos tais como: ambiente sem conforto, climatização inadequada, iluminação e segurança, com pouca privacidade. As respostas e identificação das participantes estarão condensadas em planilhas eletrônicas que podem ser hackeadas por eventuais infratores cibernéticos.

3.2 Para minimizar ou excluir os riscos da pesquisa, serão tomadas as providências e cautelas, pedido de disponibilidade pelo IFAC por uma sala que considere todas os eventuais desconfortos e riscos. No que tange as respostas das alunas, estas serão guardadas em nuvem e instrumento de arquivo externo (*hd* ou *pen-drive*) que somente serão acessados por senhas que sofrerão alteração rotineira de uso exclusivo para pesquisa.

3.3 Esclarecemos que durante a realização da pesquisa seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal será acompanhado e assistido pelo Assistência Estudantil; e que após o encerramento e/ou interrupção da pesquisa, seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal continuará a ser acompanhado/a, tendo direito a todos benefícios da pesquisa que lhe couberem.

4. Garantias para os participantes da pesquisa

4.1 Seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal é livre para participar ou não da pesquisa. Se concordar em participar, seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal poderá retirar seu consentimento a qualquer tempo, sem sofrer nenhuma penalidade por causa da sua recusa ou desistência de participação.

4.2 Será mantido o **sigilo absoluto da identidade** sobre seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal identidade, e a sua privacidade será preservada durante e após o término da pesquisa.

4.3 Seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal não receberá pagamento e nem terá de pagar por sua participação na pesquisa. Se houver alguma despesa decorrente de sua participação, seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal será ressarcido pelo pesquisador responsável.

4.4 Caso a pesquisa cause ao/à seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal algum dano, explicitado ou não nos seus riscos ou ocorridos em razão de sua participação, seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal será indenizado/a nos termos da legislação brasileira.

4.5 Após assinado por você e pelo pesquisador responsável, você receberá uma via deste TCLE. (Seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal assinará o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE, e também receberá uma via)

4.6 A qualquer tempo, você poderá solicitar outras informações sobre esta pesquisa e os seus procedimentos, para o seu pleno esclarecimento antes, durante e após o término da sua participação (ou de seu/sua filho/a ou menor sob sua responsabilidade legal). Essas informações e esclarecimentos poderão ser solicitados ao pesquisador responsável Aieza dos Santos Bandeira, pelo telefone (68) [REDACTED] e pelo e-mail [REDACTED].

4.7 Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Acre (CEP-IFAC) para solicitar todos e quaisquer esclarecimentos sobre a

pesquisa, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente. O CEP-IFAC funciona na sede do IFAC, que fica localizado Avenida Brasil, 920 - Xavier Maia; Sala EDHu, CEP: 69.903-068, Fone: (68) 98101-8246; Email: cep@ifac.edu.br

4.8 Você, poderá, ainda, entrar em contato com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP pelo telefone (61) 3315-5877 ou pelo e-mail conep@saude.gov.br, para solicitar esclarecimentos e sanar dúvidas sobre a pesquisa ou mesmo para denunciar o não cumprimento dos deveres éticos e legais pelo pesquisador responsável na realização da pesquisa.

5. Declaração do Pesquisador Responsável

Eu, Aieza dos Santos Bandeira, RG [REDACTED] CPF n [REDACTED], declaro cumprir todas as exigências éticas contidas nos itens IV. 3 e IV.4 [informar o item IV.4 só se pertinente] da Resolução CNS N° 466/2012, durante e após a realização da pesquisa.

6. Consentimento do participante da pesquisa (ou representante legal)

Eu, _____, RG N° _____,
CPF N° _____, (responsável legal pelo/a menor ou legalmente incapaz)
_____, declaro ter
sido plenamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e seus procedimentos
apresentados neste TCLE e consinto de forma livre a minha participação (do/a meu/minha
filho/a ou menor sob minha responsabilidade).

Rio Branco-Acre, _____ de _____ 2025.

Assinatura do (a) Participante da Pesquisa ou seu (sua) representante legal

Assinatura da Pesquisadora

ANEXO B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

PESQUISA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DE MULHERES NA POLÍTICA

Você está sendo convidada a participar da pesquisa EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DE MULHERES NA POLÍTICA, que será coordenada pela mestrandia Aieza dos Santos Bandeira do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Informamos que seu pai/mãe ou responsável legal permitiu a sua participação. Pretendemos saber se você tem interesse em participar dessa pesquisa que pretende investigar o interesse em política, eleições, cidadania, democracia, cargos políticos, movimentos estudantis, direitos políticos e participação feminina das alunas do 3º ano do ensino médio integrado ao técnico em Informática para Internet, do Instituto Federal do Acre, *Campus* Rio Branco.

Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigada a participar e não tem problema se desistir. A pesquisa será feita no Instituto Federal do Acre, onde as participantes participarão da seguinte forma: para um encontro que contém uma apresentação, um momento dialógico e a aplicação de questionário na presença de no máximo de quinze pessoas e no mínimo cinco, todas alunas e cursando o 3º ano do ensino médio do *Campus* Rio Branco do IFAC do Curso de Informática para Internet. Na ocasião, serão todas as participantes antecipadamente avisadas que a permanência é livre e espontânea vontade e de toda a dinâmica pretendida como apresentação de questionário para coleta de informações pessoais como idade, data de nascimento, alistamento eleitoral, exerceu o direito de voto, gênero e perguntas sobre a política, qual o contato que tem a política, o pensa sobre a política, o que entende sobre democracia, direitos políticos, voto, eleições, dentre outros assuntos relacionados a participação feminina e as respostas serão escritas pelas alunas e porventura aquelas que desejarem falar, serão gravadas apenas as vozes e que suas identificações serão preservadas para que possam se sentir seguras para apresentação de suas ideias sobre o tema proposto. Para isso, será usado gravador de voz, ele é considerado seguro, o material será salvo em nuvem protegido por senha e acesso com dupla autenticação. Caso aconteça algo que represente algum desconforto e não se sentir segura em dá opinião sobre os temas propostos, você, sua mãe ou seu pai ou responsáveis legais poderá(ão) nos procurar pelo endereço de *e-mail*: aiezasb@gmail.com. A sua participação é importante, porque por meio dessa pesquisa será possível compreender como a Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo IFAC pode contribuir para a formação integral e cidadã das alunas. **As suas informações ficarão sob sigilo, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa serão publicados numa dissertação de mestrado, mas sem identificar (dados pessoais, vídeos, imagens e áudios de gravações) dos participantes (crianças/adolescentes).**

Você é livre em qualquer momento de não responder alguma questão, ou mesmo a sair desta pesquisa, no momento que quiser, e não terá nenhum prejuízo se tomar esta decisão. Basta nos avisar, que retiraremos os seus dados da pesquisa, em todas as fases em que ela ocorra. Agora, pode fazer as perguntas que quiser, para se sentir seguro(a) sobre este estudo. E, se estiver disposto a participar, solicitamos que assine o termo abaixo, que disponibilizará uma via para a sua posse.

ASSENTIMENTO (CONCORDÂNCIA) DE PARTICIPAÇÃO

Eu _____ aceito participar da pesquisa EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DE MULHERES NA POLÍTICA. Entendi que pode haver riscos e benefícios que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis/responsáveis legais. Recebi uma via deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura da participante de
pesquisa

Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Pesquisadora: Aieza S. Bandeira Endereço: _____, n. _____, Rio Branco – Acre Telefone: (68) _____ E-mail: _____	Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Acre- CEP/IFAC Endereço: Av. Brasil, n. 920, Bairro Xavier Maia, Rio Branco – Acre Telefone: (68) 98101- 8246 E-mail: cep@ifac.edu.br
---	---

Obs.: A participante da pesquisa ou seu representante ou sua representante e a pesquisadora responsável deverão rubricar todas as folhas do TALE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo. Se houver.